

Duas irmãs para um rei: Isabel (1470-1498) e Maria (1482-1517), filhas dos Reis Católicos

Introdução

Um casal de reis: Isabel de Castela e Fernando de Aragão

Capítulo 1 – As fontes

- 1.1. Vários cronistas espanhóis, e também alguns italianos
- 1.2. Os cronistas portugueses

Capítulo 2 – Crescer em tempo de guerra: a infância de Isabel

- 2.1. O nascimento da princesa numa corte ambulante
- 2.2. Em torno de um trono: a guerra de sucessão de Castela
- 2.3. Isabel refém nas terçarias de Moura
- 2.4. O regresso a casa
- 2.5. Os irmãos
- 2.6. Uma noiva para o reino de Portugal

Capítulo 3 – Os dois casamentos de Isabel

- 3.1. Um casamento breve
- 3.2. Viúva inconsolável
- 3.3. Novamente noiva, mas relutante: dos sentimentos individuais à grande política
- 3.4. Outro casamento breve
- 3.5. A morte da rainha e o regresso do viúvo a Lisboa
- 3.6. Um herdeiro de muitos reinos: D. Miguel da Paz
- 3.7. Um raspanete para o papa: as embaixadas ibéricas de 1498
- 3.8. D. Manuel volta a casar

Capítulo 4 – Maria

- 4.1. A nova rainha de Portugal: Maria de Castela e Aragão
- 4.2. O primeiro natal da rainha em Lisboa contado por Ochoa de Ysasaga

- 4.3. O ano de todos os perigos: 1506
 - 4.4. Os filhos do casal e a sua educação
 - 4.5. Para além do marido e dos filhos: uma outra D. Maria?
 - 4.6. Testamento e morte
-

Introdução. Um casal de reis: Isabel de Castela e Fernando de Aragão

É tempo de falar de duas irmãs, Isabel e Maria, filhas dos Reis Católicos, Fernando de Aragão e Isabel de Castela¹, que a História guardou para a posteridade como tendo sido os pais da Espanha moderna, os obreiros da unificação de vários reinos peninsulares. Duas meninas, em cinco irmãos, dos quais apenas um era rapaz, o príncipe D. Juan. As outras duas irmãs, Joana e Catarina, também rainhas: uma rainha “proprietária” de Espanha e a outra rainha de Inglaterra².

Isabel foi a primeira filha de seus pais, nascida na vila de Dueñas, nas cercanias de Valladolid, nos primeiros dias de Outubro de 1470. Isabel de Castela, sua mãe, -a quem doravante chamaremos sempre Isabel a Católica ou Isabel I para a distinguir da filha do mesmo nome -, viveria depois largos tempos sem dar à luz. O nascimento do seu segundo filho, Juan, talvez o mais querido, -por ser varão, e nele se depositar a esperança da sucessão do trono espanhol-, ocorreu cerca de oito anos depois. Depois vieram Joana, que casou com o duque de Borgonha e viria a ficar louca, Maria, doze anos mais nova do que Isabel, e finalmente, Catarina. Todas estas crianças são, umas mais outras menos, conhecidas dos historiadores; esta pequena biografia dupla tentará dar alguma conta de todas elas, pelo menos no que diz respeito à sua infância conjunta. Mas debruçar-se-á sobretudo sobre Isabel e Maria porque ambas se casaram com o rei D. Manuel I, e foram rainhas de Portugal. Isabel fora dada anteriormente em

¹ O título de Reis Católicos foi concedido pelo papa Alexandre VI a Fernando e Isabel apenas em 1496 (AZCONA, 2004, pp. 545-547). Por comodidade, chamá-los-emos assim ao longo deste trabalho. Ou ainda, “reis de Castela”, como são designados pelas fontes portuguesas.

² “Rainha proprietária” era o título dado a uma rainha sobre quem recaía a sucessão ao trono, distinguindo-a assim de uma mera consorte. Joana foi rainha de Castela, embora nunca tenha reinado.

casamento ao príncipe herdeiro D. Afonso, único filho de D. João II e D. Leonor, tendo enviuvado em consequência do desastre que o vitimou, pelo que ostentou dois títulos da Coroa portuguesa: primeiro princesa de Portugal e depois sua rainha, no seguimento do seu matrimónio com D. Manuel I. O critério seguido para esta biografia é a intersecção destas duas figuras com a história de Portugal. Isabel foi rainha durante escassos meses, mas como o leitor comprovará, teve algum impacto na evolução dos acontecimentos políticos. Maria, pelo contrário, exerceu o papel de rainha consorte ao longo de pouco mais de dezasseis anos, e a sua importância é mais biológica (teve muitos filhos) do que política ou qualquer outra.

Adverte-se o leitor de que não está perante uma investigação de fundo, baseada em longas temporadas de arquivo, e consequente leitura de manuscritos inéditos. Não é, ao contrário da biografia de D. Leonor (1458-1525), também escrita por mim para esta colecção, uma pesquisa profunda. Na impossibilidade de viajar pelos arquivos de Castela e Aragão de forma sistemática, concentrar-me-ei neste modestíssimo trabalho nas fontes impressas disponíveis e na numerosa bibliografia, sobretudo recente, que os historiadores espanhóis (e de outras historiografias) têm publicado ao longo da última década. O leitor verificará que usei poucas fontes manuscritas, embora elas não estejam ausentes. É sobretudo na cronística espanhola, que me basearei: autores que a historiografia portuguesa não tem, salvo raras excepções, nem explorado sistematicamente, nem confrontado com as informações fornecidas pelos nossos cronistas. Apresentá-los-ei dentro em pouco. Em primeiro lugar, impõe-se uma nota importante: há muito mais cronistas do lado espanhol, sobretudo castelhanos, do que do português. Não se esqueça que os Reis Católicos representavam dois reinos, ambos com os seus cronistas próprios. E que, já na época, apesar do tom laudatório que sempre acompanha as crónicas, os seus feitos foram bastante gabados. Não a unificação do país, efectuada através do seu casamento – facto reversível se as circunstâncias históricas tivessem sido outras – mas sim a *expertise* política dos dois membros do casal, a conquista de Granada – uma guerra santa – e a descoberta das Américas por Colombo. Outra razão havia para os Reis Católicos investirem nas crónicas do seu reinado: o facto de Isabel ter chegado ao trono

contendendo os direitos de uma rival, Joana de Trastâmara, tornou necessário legitimar a sua actuação política. Adiante voltaremos a este assunto. Apresentaremos de forma breve estes cronistas espanhóis, numa tentativa de descortinar a sua ligação à Coroa, as fontes em que se basearam, e como é que as suas vidas intersectaram a história desses anos. E também os seus congéneres portugueses, como é óbvio, que documentam as vidas destas mulheres no tempo em que foram rainhas de Portugal.

Desengane-se o leitor no entanto quanto ao resultado final das minhas indagações. Mesmo as *démarches* que me propus efectuar – leitura dos cronistas a par da bibliografia sobre o tema – se revelaram tarefas árduas. Existe uma produção vastíssima da historiografia espanhola, propalada sobretudo com o quinto centenário da morte da mãe das nossas biografadas, Isabel a Católica, comemorado em 2004, dando origem a vários congressos com as respectivas actas, diversas biografias sobre a rainha e livros sobre o seu reinado, bem como teses de doutoramento. E também outra historiografia, da autoria de historiadores que trabalham em universidades do mundo anglo-saxónico ou francês, igualmente importante. Embora os meus objectivos se circunscrevam a saber coisas sobre as duas filhas e o ambiente em que cresceram, bem como as conjunturas internacionais que deram origem às alianças matrimoniais de que foram objecto, a historiografia revelou-se demasiado vasta para o tempo à minha disposição.

Se alguma coisa me desculpa, é o facto de ter escrito estas duas biografias como último recurso da coordenação, de que também faço parte. Duas desistências levaram a que as rainhas que agora apresento ficassem sem autor, e que a escolha tivesse recaído na minha pessoa, por exclusão de partes. No final de 2008 tinha entregue a outra biografia que escrevi para esta colecção, de Leonor de Lencastre, e encontrava-me livre para correr o risco. Talvez não muito calculado, devo dizer. Do ponto de vista pessoal, valeu a pena, porque a investigação me levou a ultrapassar as fronteiras do reino de Portugal. A história deste último, à luz do que dizem os cronistas dos outros reinos peninsulares, é bem distinta de algumas narrativas mestras que ainda se encontram entre os nossos historiadores.

Houve também um esforço no sentido de visitar algumas cidades e vilas onde os personagens deste livro estanciaram: o mosteiro de Guadalupe, onde a rainha Isabel de Portugal passou a última Páscoa; Madrigalejo, onde seu pai Fernando de Aragão morreu; a vila onde nasceu, Dueñas; Tordesilhas, onde sua irmã Joana passou a maior parte da sua vida, dada como louca; o castelo de la Mota de Medina, onde Isabel a Católica faleceu; Palencia, onde estão ainda bem presentes na sua catedral as marcas da passagem de Carlos I de Espanha. Finalmente, Madrigal de las Altas Torres, onde tudo começou com o baptismo de Isabel a Católica.

Julgo ter olhado para alguns acontecimentos de forma diferente, mas, como o leitor é juiz, dir-me-á. Como de costume, esta “parte de livro” pertence-lhe.

Sou devedora a várias pessoas a quem agradeço o apoio prestado. A David Nogales Rincón, pela possibilidade de ler trabalhos seus inéditos; a Paula Bessa e à minha Mãe pela leitura do texto; aos amigos que me acompanharam nas deambulações por Espanha, para conhecer alguns lugares das pessoas sobre quem escrevo, Luciana Gandelman e Tiago Miranda; finalmente, às instituições que colocam obras na web. Sem elas, não me teria sido possível consultar boa parte das fontes utilizadas.

Capítulo 1 – As fontes

1.1. Vários cronistas espanhóis, e também alguns italianos

Apresentemos em primeiro lugar a dinastia régia da qual provinham as nossas duas rainhas de Portugal: os Trastâmaras. Em comum com a de Avis, portuguesa, uma origem ilegítima, porque começada num bastardo de Afonso XI de Castela, Henrique II, que chegou ao trono em 1369 depois de uma luta fratricida com o meio-irmão Pedro, que matou. Um ramo da família ocuparia o trono de Aragão em 1412, e o ponto máximo da dinastia seria o ano de 1469, em que as duas linhas se uniriam através do casamento de Isabel a Católica com Fernando de Aragão³. Mas, *hélas*, este seria o último Trastâmara, uma vez que a herdeira do trono, Joana de Castela e Aragão, era casada com um Habsburgo (ou Áustria) e a sucessão passou para o filho mais velho do casal, o nosso bem conhecido Carlos V, assim mudando a casa reinante no trono de Espanha.

A historiografia recente tem-se debruçado sobre o papel político desempenhado pelos cronistas, ressaltando o seu enfeudamento aos propósitos dos seus amos. Ana Isabel Carrasco Manchado analisou-os enquanto agentes de propaganda régia ao longo dos anos iniciais do reinado de Isabel a Católica (1474-1482), que ascendera ao trono de forma questionável, e o assegurara depois de uma guerra civil. Richard Kagan, por seu turno, incidiu sobre todos os cronistas das coroas que entretanto incorporaram a moderna Espanha, muito embora focando sobretudo os que trabalharam de Carlos V em diante⁴. Estes estudos confirmam o que já tínhamos intuído: que nenhum dos cronistas escreveu de forma neutra (se é que semelhante coisa existe), e que muitas vezes omitem ou distorcem os acontecimentos de forma a cumprir objectivos políticos. Dessa forma, a fiabilidade das crónicas é relativa, e todo o cuidado é pouco quando são consultadas. Mas uma vez mais, desculpe o leitor ou leitora, não posso ter a pretensão de ter passado as afirmações dos cronistas por um crivo rigoroso. A maior parte das vezes limito-me a acreditar neles, sobretudo quando não detecto

³ VALDÉON BARUQUE, 2001, pp. 11-14.

⁴ CARRASCO MANCHADO, 2006; KAGAN, 2010.

razões óbvias para mentirem. Como já tive ocasião de frisar no início desta dupla biografia, um trabalho seguro teria de ter tido um prazo de execução mais dilatado.

Outro escolho me esperava na leitura dos cronistas “espanhóis”: o seu elevado número, quando comparados com os disponíveis para Portugal neste período. Foi-me impossível conhecê-los a todos com a profundidade que teria desejado; sobretudo, detectar repetições ou diferenças narrativas substanciais entre eles.

À semelhança dos cronistas portugueses, o leitor notará que os seus homólogos “espanhóis” conheciam os reis de perto, acompanhando a sua corte itinerante pelas vastidões dos reinos de Castela e Aragão. Poucos escreveram sem essa experiência directa dos acontecimentos, e, talvez com a excepção de Jerónimo Zurita, cronista da coroa de Aragão, não fizeram intensas consultas documentais. Eram gente que partilhava emoções, sentimentos e interesses com a corte dos dois reis, e que presenciara de perto ou os acontecimentos, ou ouvira narrativas destes, mexericos e até boatos. Informação e contra-informação fervilham nestas crónicas, e deambulei por elas como por labirintos traiçoeiros.

Mas passemos agora a apresentá-los.

Os cronistas mais próximos de Isabel – Juan de Flores, Mosén Diego de Valera, Fernando del Pulgar e finalmente Andrés Bernaldez - escreveram em castelhano e não em latim, o que denota o cuidado de chegar a um público tão vasto quanto possível⁵.

Comecemos pelo mais velho de todos eles: Mosén Diego de Valera (1412-1488), que escreveu, entre outras obras, a *Crónica de los Reyes Católicos*, que abarca os anos entre 1474 e 1488, e narra as guerras contra Portugal e Granada. O autor lutou na batalha de Toro e desempenhou cargos importantes ao longo dos reinados de João II de Castela, Henrique IV e dos Reis Católicos. Viajou por toda a Europa em missões diplomáticas, incluindo a Dinamarca, Inglaterra, Borgonha e França. Viveu em ambientes variados e presenciou acontecimentos importantes

⁵ KAGAN, 2010, p. 82. A crónica de Juan de Flores data de 1480 e só sobreviveram fragmentos, pelo que não referiremos este autor e a sua obra.

ao longo da vida, que, para Isabel del Val Valdivieso, lhe conferiram um ponto de vista privilegiado sobre os acontecimentos narrados⁶.

Com Afonso de Palencia (1423-1492) estamos perante um humanista de grandes estudos, e uma longa permanência em Itália - Florença e depois Roma. Como tantos outros homens de letras do seu tempo, era um converso, ou seja, procedia de uma família judia convertida ao cristianismo. Cresceu e foi educado em casa do antigo rabi de Burgos, Pablo de Santa María, também converso, então bispo da cidade. Foi secretário latinista de Henrique IV, mas em 1468 declarou-se a favor do rival deste, Afonso, irmão de Isabel a Católica. Tornou-se cronista oficial desta última, cargo que exerceu entre 1475 e 1480, ano em que, segundo o seu próprio testemunho, foi destituído pela rainha. Ao contrário de quase todos os outros cronistas, não se coibia de criticar Isabel a Católica. Continuou a trabalhar até à morte depois de ser exonerado, na sua obra monumental, as *Décadas*, em que narra os acontecimentos desde finais do reinado de D. João II de Castela até ao ano de 1481. A sua crónica é importante para a história de Portugal pelos episódios relativos à guerra de sucessão espanhola, sobretudo as hostilidades compreendidas entre a batalha de Toro (1476) e os tratados de paz de Alcáçovas-Toledo (1479); é também uma das raras vozes dissonantes em relação a Isabel I que podemos encontrar na cronística do período.

Fernando del Pulgar (1436-c. 1492), por sua vez, é um dos cronistas mais conhecidos do reinado de Isabel e Fernando. Nascido em pleno coração de Castela, na terra do mesmo nome, perto de Toledo, foi conselheiro de Isabel a Católica e nomeado cronista real em 1482, em substituição de Afonso de Palencia. A rainha tê-lo-ia visto como um cronista mais adequado à nova etapa de consolidação do poder, em que era preciso sanar as feridas da guerra e não continuar a denegrir Henrique IV e os seus partidários, conforme Palencia vinha fazendo na sua crónica⁷. Como este último, Pulgar também tinha origem judaica, sendo um converso como tantos outros altos funcionários da corte nesta época. Embora um autor de propaganda régia, presenciou muitos dos acontecimentos que narra, e a sua crónica é uma das mais citadas na historiografia. António de

⁶ VAL VALDIVIESO, 2004, p. 71.

⁷ CARRASCO MANCHADO, 2006, pp. 486-487.

Nebrija traduziu para latim e publicou a primeira edição da *Cronica de los Reyes Católicos* em seu nome, tal como a versão em castelhano de 1565. Pulgar só surgiu como verdadeiro autor na edição de 1567⁸.

O lugar de Pulgar como cronista oficial foi ocupado em seguida por Alonso de Santa Cruz (c. 1505-1567). Cartógrafo, historiador e professor, escreveu uma obra com o mesmo título do seu antecessor: *Cronica de los Reyes Catolicos*. Fê-lo muito depois das suas principais personagens estarem mortas: Isabel morreu um ano antes de ele nascer, e Fernando faleceu em 1516.

Outro cronista importante é Andrés Bernáldez (c. 1450-1513), desta vez um homem da Igreja, também conhecido por cura de Los Palacios, paróquia da região de Sevilha onde exercia o seu ministério. Ao contrário de outros cronistas como Pulgar ou Palencia, era cristão velho e hostil aos conversos. Foi capelão de Diego de Deza, o homem que tinha a seu cargo a educação do príncipe D. Juan, herdeiro do trono espanhol; Deza ficou conhecido também por ser amigo de Cristóvão Colombo, e um dos intermediários deste junto dos Reis Católicos. Bernáldez escreveu uma crónica do duplo reinado, de título idêntico às que já referi: *Historia de los Reyes Católicos don Fernando y doña Isabel*, sempre no tom laudatório que se esperava de um cronista. Esta, no entanto, apesar de algumas observações mordazes no que respeita a Portugal e aos seus protagonistas, que podem ser verdadeiras, peca por trocar nomes e datas com demasiada frequência. Tal como muitos dos seus congéneres, presenciou algumas das coisas que relata, ou ouviu falar delas através de informações de primeira mão⁹.

Lorenzo Galíndez de Carvajal (1472-1525) era jurista, e foi catedrático em Salamanca, tendo passado ao conselho dos Reis Católicos, que lhe haveriam de encomendar uma compilação de leis e pragmáticas reais, hoje perdida. A carreira deste homem ilustra muito bem o cuidado com que os Reis Católicos orquestraram a escrita da história que lhes dizia respeito: foi encarregue de emendar e corrigir as muitas e por vezes contraditórias crónicas do reinado de

⁸ LADERO QUESADA, 2004, pp. 14-15.

⁹ LADERO QUESADA, 2004, p. 16.

Fernando o Católico e seus antecessores, afirmando-se como “censor e juiz” da cronística referente à casa de Trastâmara¹⁰.

Pelo lado aragonês, temos outro cronista célebre, Jerónimo Zurita (1512-1580), nomeado cronista-mor de Aragão em 1548. Escreveu a *Historia del Rey don Fernando el Católico. De las empresas y ligas de Italia* e os *Anales de la Corona de Aragón*, publicados entre 1562 e 1580. Embora não seja contemporâneo dos tempos que narramos, é um historiador na acepção moderna do termo, porque conhecia bem os arquivos e as obras dos outros cronistas. Não presenciou, mas sobretudo leu. Ao contrário de outros cronistas, não troca nomes nem títulos, e os seus textos acusam indesmentível rigor. As suas crónicas, estão, como o leitor ou leitora repararão ao longo da leitura desta dupla biografia, repletas de intrigas, alguma delas envolvendo Portugal. Não sabemos se são inteiramente verdade, mas muitas vezes lançam novas luzes sobre a tomada de decisões políticas por parte do papa, dos Reis Católicos ou dos reis portugueses. Adiante veremos...

E agora, apresentemos um autor fundamental, que não foi cronista, mas ao qual se devem muitas informações sobre a corte dos reis, e, na parte que nos toca de mais perto, ao ambiente no qual cresceram as nossas princesas: Pietro Martire D’Anghiera (1457-1526), Pedro Mártir d’Anglería para os espanhóis. Era, tal como o nosso Cataldo Parísio Sículo, que permaneceu na corte de D. João II de Portugal e foi preceptor do seu bastardo D. Jorge, um dos muitos humanistas italianos que buscavam honra e glória longe da sua Itália natal. Estes homens de letras emigrados eram quase sempre os menos dotados do ponto de vista intelectual e artístico, quando confrontados com os grandes nomes do humanismo italiano, mas assentavam arraiais nas cortes que os recebiam¹¹. O latim, que dominavam na perfeição, juntamente com o conhecimento dos autores clássicos, eram fundamentais para lhes garantir um lugar como embaixadores ou preceptores dos jovens nobres. Pedro Mártir (vamos chamar-lhe assim daqui em diante, por comodidade), era, não siciliano como Cataldo, mas provinha da região de Milão, e chegou a Espanha em 1487, depois de uma passagem por Roma para onde fora aos vinte anos. Um embaixador espanhol na corte papal trouxe-o para

¹⁰ KAGAN, 2010, p. 89.

¹¹ BURKE, 2008, p. 51.

Espanha, onde se radicou até ao final da vida. Ensinou na Universidade de Salamanca e foi depois capelão da corte de Fernando e Isabel. Em 1492, a sua mais importante tarefa era ensinar os jovens da corte: a título de curiosidade, foi preceptor dos filhos do degolado duque de Bragança, o depois duque D. Jaime e seu irmão Dinis. O viajante alemão Jerónimo Munzer cifrou o número dos seus alunos em quarenta: “moços esclarecidos, servidores da Casa Real”¹². Em 1501 foi enviado ao Egipto em missão diplomática, e continuou ao serviço de Fernando o Católico depois da morte de Isabel I de Castela em 1504. As suas cartas – correspondeu-se com centenas de pessoas - formam o famoso *Epistolário*, e fornecem preciosas informações sobre a corte dos Reis Católicos e a descoberta do Novo Mundo, ainda que o autor tenha tendência a exagerar muitas das suas narrativas. São mais de 650 cartas, distribuídas por três volumes.

Lúcio Marineo Sículo (c. 1444-1533) foi outro humanista em exílio voluntário junto da corte dos Reis Católicos, e, tal como os restantes, exerceu funções de preceptor de jovens nobres, depois de ter passado pela universidade de Salamanca. Fernando o Católico chamou-o para junto de si, nomeando-o seu capelão e cronista. Escreveu várias crónicas, entre as quais a *Crónica de Aragão*, e a *Vida y hechos de los Reyes Catolicos* e ainda a obra *De las cosas memorables de España*, e é autor de um epistolário, tal como Pedro Mártir, embora menos interessante que o deste último.

O conjunto de italianos não fica por aqui. Desta vez, Marino Sanuto (1466-1536), nativo da Sereníssima República (de seu nome original Marin Sanudo), onde exerceu actividade política. Escreveu um diário em 58 volumes que consiste num relato minucioso da política veneziana, conhecida por estar a par de tudo o que de importante se passava na Europa graças a um serviço de informações veiculado por espiões e outros informadores. Aí registou toda a *intelligenza* veneziana em torno da política e dos mercados europeus. Uma espécie de directório das informações da espionagem veneziana do tempo: à Sereníssima chegavam notícias de todo o mundo conhecido, desde os preços das especiarias asiáticas praticados em Lisboa, até ao que se passava nas salas de audiência da

¹² Munzer, *Relación del viaje*”, p. 408. O viajante encontrou Pedro Mártir em Janeiro de 1495.

Santa Sé. São de Sanuto algumas notícias sobre as cortes portuguesa e espanhola que usaremos neste estudo.

É necessário referir que os reis, sobretudo Isabel I, foram controversos mesmo para os seus contemporâneos. O facto de esta se ter sentado no trono depois de uma guerra de sucessão, e de ter suplantado uma rival cuja ilegitimidade era discutível, fez aumentar a importância da propaganda política. Isabel tinha, não apenas de demonstrar a sua legitimidade como rainha face a Joana de Trastâmara, filha do seu meio irmão, como também em relação ao marido. Muitos eram, sobretudo em Aragão, onde a tradição favorecia o sistema sálico (segundo o qual o trono podia ser herdado apenas por varões e transmitido por linha masculina), aqueles que achavam que o papel de rei cabia apenas ao seu marido, Fernando de Aragão, também ele um Trastâmara, que devia reinar em nome da mulher. Isabel recusou-o liminarmente, como se sabe. Muitos, como o cronista Afonso de Palencia, achavam desadequado que uma mulher reinasse, e Isabel a Católica teve de criar uma imagem que o desmentisse¹³.

O papel de gabar as virtudes da rainha foi desempenhado por alguns dos nomes que se se seguem; outros, foram aberta ou veladamente contra Isabel e o seu desempenho de governante. Afonso de Palencia (1423-1492), que escreveu a crónica do seu meio-irmão, Henrique IV, criticou Isabel com base na aludida fraqueza e inabilidade do seu sexo para o poder, o que lhe valeu a substituição por Fernando del Pulgar, em 1480, e conseqüente afastamento¹⁴. Outros, como o autor anónimo da *Crónica Incompleta dos Reis Católicos*, que abarca os anos do reinado de ambos até 1476, escreveram com o fito de legitimar Isabel e servir de instrumento de propaganda, atribuindo-lhe qualidades viris¹⁵. Vários cronistas deixam entrever também o seu posicionamento político face aos reis. Zurita, como autor de uma crónica aragonesa, valorizou Fernando em detrimento de Isabel, e os italianos como Lúcio Marineo Sículo ou Pedro Mártir de Anghiera também se pronunciaram a favor do rei, sobretudo quando foi necessário afirmar os direitos deste contra os do seu rival Filipe o Belo, marido de Joana a Louca,

¹³ LEHFELDT, 2000.

¹⁴ EDWARDS, 2007, p. 29.

¹⁵ RÁBADE OBRADÓ, 2006.

nos dois anos seguintes à morte da rainha Isabel de Castela em Novembro de 1504¹⁶.

A leitura de qualquer crónica requer atenção: não há cronistas isentos. O que vale para os do lado espanhol é verdade também para os cronistas portugueses, embora estes sejam em menor número. Não se esqueça que Castela era, em população e área, a maior entidade política da Península Ibérica, conforme demonstrou Joseph Pérez, assinalando que esse facto não podia deixar de ter consequências¹⁷. Talvez a existência de crónicas de Castela em número superior a qualquer outra unidade política peninsular seja uma delas.

1.2. Os cronistas portugueses

Outros autores haverá, caro leitor, dos quais lhe irei dando conta ao longo desta biografia dupla, mas, se leu a minha D. Leonor conhece já os do lado português: Rui de Pina, Garcia de Resende e Damião de Góis, com outros menos importantes para o assunto que nos ocupa, como Gaspar Correia ou o próprio Pedro de Alcáçova Carneiro, autor de umas memórias que incluem alguns eventos do tempo em que seu pai era secretário de D. Manuel I.

Relembro-os, ou volto a apresentá-los:

Rui de Pina (c. 1440-1522) foi, tal como Pulgar, escrivão do rei, embaixador quando necessário, e mais tarde cronista. Em suma, um cortesão que narra acontecimentos dos reinados de D. João II e D. Manuel I enquanto *insider*: devemos juntar ao seu testemunho dos acontecimentos da corte os seus conhecimentos sobre os meandros da política internacional provenientes da sua participação em missões diplomáticas. Homem de confiança de D. João II, foi elevado à categoria de cronista-mor pelo sucessor deste, D. Manuel I. Juntou a este importantíssimo cargo o de guarda-mor da Torre do Tombo e da Livraria Real.

¹⁶ Como veremos, a seguir à morte de Isabel houve um período de indefinição, em que a sucessão coube a Filipe como marido de Joana em detrimento de Fernando, que cessou apenas com a morte do primeiro em Setembro de 1506. O assunto será debatido à frente.

¹⁷ PÉREZ, 2009, pp. 16-17.

Garcia de Resende (c. 1470-1536), foi sobretudo um fiel servidor de D. João II, com o qual cresceu e que acompanhou até à morte deste, tendo escrito a crónica do seu reinado muitos anos depois, entre 1530 e 1533. Esta foi em grande parte copiada da de Rui de Pina; não obstante, deixou bem vivas as marcas do afecto profundo que nutria pelo rei, e contou inúmeras *pequenas histórias* da corte que não se encontram na crónica do seu antecessor.

Como já referimos, temos em Portugal um equivalente do que Pedro Mártir de Anglería e Lúcio Marineo Sículo foram para a corte espanhola. D. João II também acolheu um humanista em Portugal, Cataldo Parísio Sículo, siciliano, a quem confiou a educação do seu bastardo, D. Jorge. De Cataldo chegaram-nos numerosas cartas, embora não tão informativas como as de Pedro Mártir; o próprio refere-se também a crónicas que escreveu, que nunca apareceram¹⁸. A sua obra foi estudada e publicada parcialmente por Américo da Costa Ramalho e seus discípulos, mas falta uma edição de conjunto, dificultada pelo facto de Cataldo ter escrito apenas em latim. Em comum com os seus congéneres da corte espanhola, Cataldo tinha a mesma ânsia de agradar aos poderosos e idêntica proficiência no latim clássico (embora segundo Costa Ramalho não fosse grande poeta...). Estava ainda esperançado, segundo ele próprio afirmou em várias cartas, de que o trono viesse a caber ao seu educando, que, como sabemos, foi uma hipótese de sucessão ao trono português depois da morte do único filho de D. João II. A maior parte das vezes Cataldo não é grande informador; no entanto, pelos numerosos fragmentos de informação que os seus textos incluem, valeria a pena reunir a sua obra, dispersa em tantas publicações e estudos parcelares.

Damião de Góis (1502-1574) cresceu também na corte do rei, desta vez no tempo de D. Manuel I; sendo órfão de pai, aí entrou como moço de câmara juntamente com os irmãos. Viria a tornar-se o mais célebre humanista português, que o leitor sem dúvida conhece. De entre os cronistas portugueses aqui citados, foi o único a adquirir um carácter cosmopolita, permanecendo em Antuérpia como secretário da feitoria portuguesa; era viajado (Lituânia, Polónia, Dinamarca, Suíça, Itália) e participou na *república das letras* do seu tempo. Não foi decerto o primeiro cronista português a viajar, mas foi aquele em que as deslocações e

¹⁸ In Ramalho, *Latim Renascentista*, p. 99.

estadias em diferentes regiões da Europa causaram maior impacto, pela convivialidade com personagens importantes do seu tempo. Respeitado pelas suas relações com algumas grande figuras do humanismo, regressou a Portugal em 1545 e três anos depois era nomeado guarda mor da Torre do Tombo. A sua *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* foi escrita com base em algumas recordações da sua infância junto do rei, e nos documentos guardados na Torre. A primeira edição, de 1566, foi censurada por alguns dos membros da nobreza que entenderam que a Casa de Bragança saía diminuída em algumas passagens da crónica. A segunda edição, do ano seguinte, já saiu expurgada. Compôs ainda, em 1567, a *Crónica do Príncipe Dom João o Segundo do Nome*, onde contava a história da vida de D. João II antes de subir ao trono, que permaneceu por publicar até 1977. O resto da sua história é melhor conhecido, por ter sido acusado e preso duas vezes pela Inquisição, em 1545 e 1571. Foi sem dúvida um homem do mundo, num tempo em que o mundo dos portugueses se começava a fechar.

Gaspar Correia (?-c. 1561) será para nós um cronista *sui generis*. Começou a sua carreira como moço de câmara do rei D. Manuel I, por alturas de 1506, quando a corte se encontrava em Abrantes, mas embarcou muito cedo para a Índia, onde viveu praticamente todo o resto da vida, tendo sido soldado, e oficial régio (entre os seus ofícios, o de escrivão de Afonso de Albuquerque, de quem foi acérrimo defensor). A sua obra mais conhecida, as *Lendas da Índia*, permaneceu inédita até meados do século XIX. O resto dos seus escritos, de que também nos serviremos nestas biografias, foi publicado recentemente. Todas as suas crónicas (se assim lhes podemos chamar), consistem num repositório de narrativas de episódios, com pouca ou nenhuma estrutura. Pensa-se que seriam dadas a ler na longínqua Índia aos portugueses aí residentes, para preencherem uma função próxima da *gazeta* de novidades e do ensino da história pátria. Como veremos, algumas das suas historietas contam episódios até agora pouco conhecidos, ou mal interpretados¹⁹.

Devemos apresentar outros nomes, embora menores quando confrontados com os anteriores. Um deles é Cristóvão Acenheiro, advogado de profissão,

¹⁹ Estas pequenas notas biográficas podem ser aprofundadas no *Dicionário de História de Portugal*.

residente em Évora, que escreveu uma crónica em 1534, na qual relata algumas histórias com interesse. Outro, bastante mais tardio, é D. Jerónimo Osório (1506-1580), preceptor do prior do Crato, filho ilegítimo de D. Luís, quarto filho da rainha D. Maria. Embora tenha escrito obras meritórias na sua qualidade de grande latinista, a sua crónica baseia-se na de Damião de Góis, acrescentando apenas alguns comentários da sua lavra. Foi publicada em 1571, e escrita a pedido do cardeal D. Henrique.

António Carneiro começou por ser escrivão de D. João II (tendo também passado pela chancelaria da rainha D. Maria), mas cedo se transformou no secretário e homem de confiança de D. Manuel, obtendo uma grande influência política em consequência da sua privança. Documentos do Corpo Cronológico da Torre do Tombo espelham a sua capacidade de mediação junto do rei, a favor de dignidades e pessoas particulares que lhe escreviam no sentido de levar assuntos à presença régia, pelo que se trata de um *powerbroker*. O seu filho, Pêro de Alcáçova, seguiu os passos do pai na corte, e transformou-se num dos favoritos do rei D. João III. Autores referem a sua importância no desenrolar de certos acontecimentos, como faz Ana Isabel Buescu relativamente às decisões sobre a sucessão tomadas durante a agonia de D. João III em 1557²⁰. Escreveu umas memórias políticas, que, embora sendo referentes a um período posterior ao que aqui nos ocupa, anotam acontecimentos da corte, alguns remontando aos tempos de seu pai.

Há ainda a assinalar um manuscrito custodiado na Biblioteca Nacional da Ajuda, um caderno no qual alguém, possivelmente um dos cronistas que já referi, foi anotando factos importantes para escrever a sua crónica. É provável que o original tenha sido consultado por mais de um autor, mas a sua leitura é uma empreitada em si mesma. As páginas contêm várias numerações, e as notas foram tomadas onde havia espaço disponível, sendo que muitos assuntos narrados avançam e recuam ao longo do manuscrito, a que se soma uma letra por vezes ilegível. Tem o nome de “Apontamentos Históricos”, e o seu uso na

²⁰ BUESCU, 2007, pp. 320 e 322.

biografia anterior de D. Leonor (1458-1525) revelou-se útil, uma vez que alguns factos aí narrados não passaram para nenhuma crónica²¹.

São estes os nossos principais informadores; como o leitor sabe, autores contratados pelo rei para contar a história do seu reinado ou de outros reis. A sua perspectiva é sempre, tirando algumas excepções, a do funcionário que escreve para o seu chefe, com todas as consequências que o leitor pode inferir. Mas não há outros. Aquilo que fiz nestas biografias foi cruzar as informações do lado espanhol com as do lado português. Com resultados algo surpreendentes, como se verá.

²¹ BA, Cod. 51-V-69. Ver biografia de D. Leonor de Lencastre, nesta colecção.

Capítulo 2 – Crescer em tempo de guerra: a infância de Isabel

2.1. O nascimento da princesa Isabel numa corte ambulante

Nascida em tempo de guerra, Isabel. O nome, era igual ao da mãe e da avó. Não se esqueça, de um casamento que o rei Henrique IV, meio-irmão de sua mãe, não aprovava. Ainda para mais, não conforme às regras do tempo. Os noivos, como primos que eram, necessitavam de uma dispensa papal. A que apresentaram na ocasião era falsa, só vindo a situação a ser regularizada mais tarde²². Por isso Isabel I de Castela se apressou a mostrar os lençóis como prova da sua virgindade e da consumação do casamento na manhã seguinte à primeira noite do casal. Era um costume islâmico, mas aqui com um sentido especial, como estamos a ver. Dizia, Isabel nasceu na vila de Dueñas, na Castela profunda, no castelo de um dos nobres que apoiava a facção de sua mãe. Os pais acabavam de saber em Valladolid que Henrique IV lhes movia guerra para os expulsar de Castela, e Dueñas era um lugar seguro²³.

Relancemos um olhar sobre esses tempos de bandos guerreiros, e de apoios flutuantes a facções que significavam escolher entre indivíduos que se propunham ocupar o trono, preferindo um em detrimento de outro. Revoltas muitas das vezes motivadas pelas ambições ou despeitos pessoais de cada um, fazendo-o alinhar com o pretendente mais vantajoso consoante os interesses pessoais de cada um e respectiva linhagem. O leitor reparará, ao longo desta obra, que estamos perante sociedades de guerreiros. D. Afonso V de Portugal é um deles, o seu filho também revela jeito para comandar hostes; Fernando de Aragão é excelente na arte da guerra e da estratégia militar. A própria rainha, impedida de combater pela “fraqueza” do seu sexo, move-se com as tropas e acampa na sua retaguarda.

Sempre em movimento: não sabemos o efeito que isso poderá ter tido na pequena Isabel. Desde logo dada a criar – regra geral os reis não educavam os filhos directamente, entregavam-nos a pessoas de confiança -, embora, se

²² VAL VALDIVIESO, 1991, p. 56.

²³ Pulgar, *Crónica de los Reyes*, vol. I, p. 37.

possível, os mantivessem perto de si. Com algumas exceções, no caso de Isabel motivadas pela guerra de Sucessão Espanhola (1474-1479). Em 1477 o rei seu pai levou-a de Toro, terra atribulada pela guerra, para Medina del Campo, para a pôr a salvo no vizinho castelo da Mota, à guarda de um aliado de confiança, Gutierre de Cárdenas²⁴. Não era esta uma protecção inequívoca, e devia aproximar-se da chantagem, uma vez que D. João II de Aragão, pai do rei D. Fernando, aconselharia o filho a não deixar o seu filho varão (o príncipe D. Juan) com ninguém, mencionando D. Gutierre, que detinha a princesa sua irmã no referido castelo. Em caso de rebelião, o rei ficaria com pouco poder de manobra, pelo que o avô queria trazer o neto para junto de si²⁵. Devemos ressaltar que a condição de refém era muitas vezes ambígua, devido à importância que estas crianças tinham na sucessão dinástica. Entre cuidar delas tendo-as à sua guarda e usá-las como trunfos em negociações políticas ia uma distancia muito curta.

Os cronistas são unânimes em afirmar (embora não saibamos se se se limitam a repetir-se uns aos outros) que Isabel era, entre as filhas de Isabel a Católica, a mais parecida com a mãe. Não sabemos muito bem o que isto queria dizer, mas presumimos que era determinada e senhora de si. E também temos provas de que era devota e rigorosa em assuntos de protocolo e de moral. Vê-lo-emos mais à frente. E dizem também que, talvez por isso, foi a preferida da rainha sua mãe.

Em todo o caso, uma coisa é certa: foi filha única durante oito anos da sua vida, um período assaz longo. O que pode pressupor um certo desinvestimento na sua pessoa, posterior ao nascimento do irmão, e depois, a enriquecer os trunfos dinásticos do casal, mais três irmãs. Nesses primeiros anos de Isabel, perturbados pela guerra com Portugal, a corte não deveria ainda possuir as estruturas educacionais que teria mais tarde, quando houve um herdeiro para preparar para o trono e três meninas para educar nas virtudes de futuras rainhas.

Acabada a guerra, foi outra vez negociada como refém, mas desta vez de forma assumida. Iria para Moura, onde seria educada com o seu futuro marido, o príncipe D. Afonso, quase cinco anos mais novo do que ela, e confiada a D.

²⁴ Zurita, *Anales*, libro XX, cap. II.

²⁵ Zurita, *Anales*, libro XX, cap. 22. FRANCISCO OLMOS, 1995.

Beatriz, duquesa de Beja e tia de sua mãe, Isabel a Católica. Mais tarde, quando acabadas as terçarias, em 1483, juntar-se-ia de forma estável ao séquito desta. De notar que não podemos pensar nos pais de Isabel como um casal fazendo vida comum em permanência; Fernando viveu muitas vezes longe de sua esposa, durante as campanhas militares ou para acudir aos seus afazeres como rei de Aragão. Longas temporadas os separaram durante grande parte do tempo que o seu casamento durou (1468-1504).

Eram tempos de itinerância das cortes, que se fixariam em cidades capitais apenas no decurso do século seguinte. A corte espanhola, muito mais do que a portuguesa, estava em viagem quase permanente; Isabel e Fernando percorreram milhares de quilómetros ao longo das suas vidas, e os seus percursos encontram-se bem estudados²⁶. A corte portuguesa, embora se deslocasse com frequência, fazia-o num território incomparavelmente menos vasto, que nem sequer ia muito além da Estremadura portuguesa, excepto em raras viagens de maior curso²⁷. Pelo seu lado, os Reis Católicos fizeram das deslocações uma forma de governo: ao mostrar-se num número muito elevado e variado de cidades e castelos contribuía para a sua política de unificação do território. Relembremos, a título de exemplo, que, dos cinco filhos que Isabel a Católica teve, todos nasceram em locais diferentes: Isabel em Dueñas, Juan em Sevilha, Joana em Toledo, Maria em Córdova, e Catarina em Alcalá de Henares. E não se esqueça, viveu-se também uma situação de guerra quase permanente até 1492, primeiro com a guerra de sucessão de Castela (1475-1479), e depois com as campanhas contra o reino de Granada (1482-1492).

E pronto, temos uma criança de tenra idade também a viajar na companhia dos seus servidores pessoais: a ama, que tendia a ficar, qual mãe substituta, junto da criança que amamentara. E outras criadas, de maior ou menor estirpe. Pulgar narra uma ocasião em que a família se reuniu, antes de a rainha de Castela dar à luz Catarina, sua última filha, descrevendo um conjunto de crianças acompanhadas de seus respectivos servidores. Estavam presentes o príncipe D. Juan, e as infantas Isabel, Joana e Maria. Foi em Alcalá de Henares,

²⁶ RUMEU DE ARMAS, 1974.

²⁷ COSTA-GOMES, 2009, p. 7.

em 1485: “A qual era cheia de gente; porque além dos oficiais do rei e da rainha, o príncipe tinha donzéis e pajens, filhos dos grandes senhores dos reinos de Castela e Aragão e Sicília, que o acompanhavam; e também todos os oficiais requeridos para o serviço da sua pessoa. Além disso, cada uma das infantas, apartadamente, tinha grande cópia de homens, donas, e donzelas, e outras pessoas, que tinham cargo da sua criação e das coisas que se requeriam a seu serviço”²⁸.

Ainda uma advertência, caro leitor: a relação que estas régias crianças têm com seus pais, pelo menos quando escrevem cartas, é de subordinação estreita. Eram treinadas para obedecer, e tratavam pai e mãe por “meu senhor” e “minha senhora”. Ignoramos como era a relação íntima entre pais e filhos, e se a tinham. As recordações mais vivas eram quiçá as da vida com as servidoras e servidores, que passavam mais tempo com estas crianças do que qualquer outra pessoa. Mas eram sempre relações hierárquicas, em que, desde tenra idade, estas crianças davam ordens e se faziam obedecer²⁹: não sabemos se alguma destas crianças conheceu o privilégio dos relacionamentos de igual para igual.

O mais das vezes, sempre a viajar pela Meseta Ibérica, numa fileira interminável de mulas, cavalos e carros, a velocidades mais baixas do que nós somos capazes de imaginar. Por vezes parando por algumas semanas em castelos, fixando-se uns poucos de meses em cidades, ou pernoitando em casas onde não imagináramos filhos de reis a dormir. Mas eram um luxo, quando comparadas com as tendas de campanha que as comitivas transportavam, e de que ainda restam alguns exemplares em museus de Espanha.

2.2. Em torno de um trono: a guerra de sucessão de Castela

Entre o primeiro ano de vida de Isabel e o oitavo, muita coisa se passou. Vou contar novamente a história, de forma esquemática, porque ela entronca com a sua infância, e explica em grande parte os casamentos que viria a fazer. Isabel a Católica, sua mãe, era filha do segundo casamento do pai, D. João II de Castela,

²⁸ Pulgar, *Crónica de los Reyes...*, vol. II, p. 204.

²⁹ Veja-se a biografia de Isabel de Bourbon, nesta coleção.

com uma portuguesa, de seu nome Isabel (irmã da duquesa de Beja, D. Beatriz), filha do infante D. João de Portugal (irmão do rei D. Duarte) e de uma filha do duque de Bragança. Teria dois filhos com o rei D. João II de Castela (não confundamos com o nosso), Isabel a Católica e Afonso. Por sua vez, D. João II de Castela tinha um filho mais velho, do casamento anterior, que governou com o nome de Henrique IV. O problema começou justamente neste último: casou uma primeira vez com Branca de Navarra, que repudiou por não ter filhos, e uma segunda com outra portuguesa, D. Joana, irmã do nosso D. Afonso V.

D. Henrique tinha fama de impotente, e cedo se lançaram suspeitas sobre a legitimidade da sua única filha, também Joana como a mãe, segundo as más línguas filha de um nobre da corte, Beltrán de la Cueva. Daí o nome de Beltraneja com que foi apodada em Castela. Por trás destas intrigas, estavam, e estariam durante muito tempo, lutas da nobreza entre si, nas quais os grandes nobres procuravam colocar no trono a pessoa susceptível de vir a favorecer os seus interesses. Neste caso, havia três escolhas: Henrique IV, rei em exercício, e os meios irmãos Afonso e Isabel. Embora mais novo, Afonso, por ser varão, atraiu primeiro os descontentes com Henrique IV, que se agregaram em torno dele; apenas depois da sua morte, ocorrida em Julho de 1468, Isabel a Católica passou a unir a oposição contra o meio-irmão. Henrique IV contribuiu ele próprio para instalar a confusão, ao oscilar entre uns e outros: tanto declarou sua sucessora no trono a sua filha Joana como a sua meia-irmã Isabel. Joana de Portugal, a rainha mulher do rei, entretanto, ajudava os seus detractores ao tomar amantes; teve dois filhos de um deles³⁰.

A situação de Isabel a Católica não era invejável. Vivia com a mãe (lembramos, portuguesa, também Isabel, e filha do infante D. João, irmão do rei D. Duarte) em Arévalo, e com o irmão. Com uma particularidade: perdeu a mãe cedo (no sentido figurado do termo, porque esta só morreu em 1496); Isabel (mãe e filha tinham nomes idênticos) viria a revelar, depois da morte do seu marido, o rei D. João II de Castela, sinais crescentes de perturbação mental. Algo que corria na família, e de que voltaremos a falar. Escreve Pulgar: “Morto o rei D. João, a rainha D. Isabel, sua mulher, sentiu uma dor tão grande pela morte do rei

³⁰ Bernáldez, *Historia de los Reyes*, tomo I, parte I, p. 34.

seu marido, que caiu numa enfermidade tão grave e longa de que nunca pode convalescer”³¹. No entanto, outros autores têm uma perspectiva diferente sobre Isabel de Barcelos, e descrevem-na como uma mulher influente em vida do marido³². Em todo o caso, a sua influência política parece ter cessado após a morte deste.

Como filhos de reis, Isabel e o irmão cedo foram assediados (creio ser esta a palavra, mas o leitor dir-me-á se discorda) por facções descontentes da nobreza. Em 1465 Afonso foi proclamado herdeiro pelos nobres opositores a Henrique IV, naturalmente à revelia deste. Essa facção encenou uma deposição do rei em efígie, para simbolizar a sua perda do trono, que ficou conhecida pela “farsa de Ávila”. Descodificando: trata-se de um ritual de passagem, de exclusão, em que todos os símbolos do poder real foram, um por um, e de forma hierárquica (atendendo ao valor que lhes era atribuído), retirados a Henrique IV, no sentido de depor e conferir o poder ao jovem Afonso, então com onze anos. De reparar que, num contexto em que se era rei por consentimento expresso do povo, geralmente reunido em cortes, o título de “farsa” não parece correcto, porque se tratou de uma destronização. De reparar que a cerimónia tem alguns pontos comuns com a execução em efígie, que também precisava de um manequim que era sucessivamente espoliado dos atributos da pessoa que representava³³. A entronização de Afonso foi, é claro, promovida apenas pelos seus partidários, mas, em tempos de lutas da nobreza, seria tão válida como outra qualquer. Inclusivamente como a que Isabel a Católica fará anos mais tarde em Segóvia, e de que adiante falaremos.

Em 1468 o irmão morreu e Isabel a Católica ficou só, acompanhada dos seus apoiantes, e com o firme propósito de se tornar rainha, em detrimento de Joana de Trastâmara. Chamar-lhe-emos assim algumas vezes, para evitar as suas facciosas alcunhas, como a Beltraneja, Excelente Senhora ou ainda, a “filha da rainha”. No mesmo ano, o acordo de Toros de Guisando entre Isabel e Henrique IV proclamava-a herdeira e destituía Joana, agora considerada ilegítima não porque não fosse filha de Henrique IV, mas porque o casamento deste com Joana

³¹ Pulgar, *Crónica de los Reyes...*, vol. I, p. 4.

³² EDWARDS, 2007, p. 21-22; SEGURA GRAIÑO, 2007, p. 324.

³³ Ver a execução em efígie do marquês de Montemor em SÁ, 2011, p. 97-98.

de Portugal tinha sido feito sem dispensa papal (os noivos eram parentes em grau proibido, como na grande parte dos casamentos entre casas reinantes). Um pequeno aparte para explicar que, para serem legítimos, os filhos precisavam de ser “filhos legítimos e de legítimo matrimónio”, uma fórmula recorrente na documentação...

Isabel recusou todos os pretendentes sugeridos pelo irmão (incluindo o nosso D. Afonso V) até que o rei de Aragão, também D. João II (caro leitor, é o terceiro rei com o mesmo nome e número, mas não tenho como evitar a confusão), engendrou o seu casamento com o filho D. Fernando. Isabel sabia que era esta a aliança que lhe convinha e não hesitou em casar-se, mesmo sem dar conhecimento ao rei seu meio-irmão. No entanto, como sugere Azcona, há que não atribuir todos os créditos da estratégia política à jovem Isabel, uma vez que João II de Aragão estava vigilante e muito interessado em casar o filho com ela³⁴. Fernando, o noivo, viajou incógnito ao encontro da noiva e casaram. Um ano depois nascia Isabel.

O casamento de Isabel de Castela, feito à revelia do meio-irmão, acarretou a ruptura entre os dois. O acordo de Toros de Guisando foi revogado, e Joana de Trastâmara novamente elevada à categoria de herdeira do trono. Até que, no final de 1474 os acontecimentos se precipitaram.

Na noite de 11 de Dezembro, Henrique IV faleceu, deixando uma filha de controversa legitimidade – a quem as suas próprias oscilações políticas tinham prejudicado ainda mais -, e uma meia-irmã, Isabel. Esta reagiu lesta como um raio: em Segóvia proclamou-se imediatamente rainha de Castela, e só depois cumpriu as formalidades fúnebres pelo defunto rei³⁵. Bernáldez alude à concórdia entre Fernando e Isabel: ambos conformes numa só vontade e querer³⁶. Mas sabemos que esta decisão unilateral de Isabel a Católica, num momento em que o marido não estava presente, causou mal-estar entre o casal, tendo obrigado a uma redefinição dos termos em que cada um dos conjugues governaria, a

³⁴ AZCONA, 2004, p. 121.

³⁵ Bernáldez, *Historia de los Reyes...*, tomo I, I parte, p. 32. Ana Isabel CARRASCO MANCHADO conseguiu provar que, ao contrário do que este e outros cronistas narram, a auto-proclamação antecedeu as exéquias pelo rei defunto (2006, pp. 37-42).

³⁶ Bernáldez, *Historia de los Reyes*, tomo II, III parte, p. 268.

chamada concórdia de Segóvia³⁷. John Edwards refere, baseando-se na crónica de Palencia, num Fernando de Aragão apaixonado pela mulher a quem satisfazia todas as vontades, e fala de um “golpe de estado” de Isabel, quando se auto-proclamou rainha de Castela em Segóvia³⁸. Isabel I seguiu sempre uma política do facto consumado, e foi eficaz. E um pequeno aparte, caro leitor ou leitora: podemos ter a certeza que Isabel mereceu o trono, mas não de que fosse seu por direito...

Entretanto, Afonso V de Portugal, um dos antigos pretendentes de Isabel, tomou-se em brios em defesa da irmã e da sobrinha. Declarou guerra a Isabel e Fernando e entrou Castela adentro para casar com Joana de Trastâmara, o que veio a acontecer em finais de Maio de 1475, proclamando-se em consequência rei *de Castela, e de Leão, de Portugal, de Toledo, e de Galiza, de Sevilha, e Córdoba, e de Múrcia, e de Jaén, e dos Algarves, d'aquém e d'além mar em África, e das Algeciras de Gibraltar, Senhor de Biscaia, e de Molina*³⁹. Era assim, caro leitor: qualquer pretexto servia para pegar em armas, porque era o modo de vida destas pessoas. No caso de Afonso V, para além do orgulho ferido por ver a sobrinha preterida e a irmã difamada, pode ser que o monarca português tenha sentido um perigo real de ver o seu reino absorvido, uma vez que o que estava em causa era a união dos reinos de Castela com Aragão através do casamento de Isabel. Também era verdade que estes reis – sem grandes excepções - passavam o tempo a sonhar com obter os reinos vizinhos, geralmente alegando direitos dinásticos à sucessão. Por isso mesmo, reino sem herdeiros incontestados era um reino em perigo. Talvez Afonso V tenha, para além do sonho, e do hábito da guerra (que tão bem levava a cabo nas campanhas de África), pensado que viria a ser rei de Castela, “de facto” e não apenas no nome. E é também um facto que tinha havido várias negociações entre D. Afonso V e o agora defunto rei de Castela no sentido de se casar com Isabel, o que criava expectativas que saíam goradas com o casamento desta. Mas Fernando de Pulgar, indefectível admirador dos seus reis, faz as mesmas insinuações que eu: diz que Afonso V percebia que lhe seria difícil tomar Castela e

³⁷ LISS, 2004, p. 113-118.

³⁸ EDWARDS, 2007, p. 198.

³⁹ Sousa, *Provas...*, tomo II, parte I, p. 240.

que “era mais certo que aceitava empresa para suster contínua guerra, do que para ter reino pacífico”⁴⁰.

Afonso V lá derreteu as pratas das igrejas para custear as despesas da guerra, mesmo com o descontentamento do clero⁴¹, juntou os seus homens, e, sobretudo, valeu-se da ajuda do seu herdeiro, o príncipe D. João, nosso D. João II. O embate decisivo deu-se em Toro: antes da batalha campal, com o objectivo de poupar vidas (não devemos esquecer que havia dispositivos para evitar derramamento de sangue), houve negociações para que se fizesse uma luta apenas entre D. Fernando e D. Afonso. Estas lutas corpo a corpo requeriam reféns como garantia de cumprimento do seu desenlace, e Afonso V ofereceu a sua jovem esposa e sobrinha, D. Joana, pedindo Isabel a Católica do outro lado. Fernando recusou, contrapondo-lhe a sua filha, e nossa princesa... D. Afonso V não aceitou esta proposta, e a batalha teve lugar, como se sabe⁴².

Podemos dizer que Toro foi uma derrota para Portugal, muito embora as crónicas (portuguesas) baralhem os relatos: as tropas de Afonso V fugiram, mas D. João II ficou e ganhou na frente da batalha que lhe dizia respeito (!)⁴³. Como qualquer guerra, foi continuando, sem grandes batalhas como a de Toro, até se fazer a paz, em Setembro de 1479. Pelos acordos feitos e exigências da parte espanhola fica claro quem a venceu... Com um espinho para Isabel a Católica, contudo. Afonso V trouxera para Portugal a sua muitíssimo jovem esposa e sobrinha, que D. João II usaria depois como trunfo. Embora a rainha de Castela tenha conseguido praticamente tudo o que propôs, enfrentou sempre o espectro de ter uma rival em potência nas mãos do inimigo, sobretudo se algum monarca europeu casasse com ela e fizesse valer os seus direitos dinásticos.

A situação agravar-se-ia com a morte de Afonso V um ano depois do tratado de paz, em Agosto de 1480. Joana ficaria em Portugal até à sua morte, em 1530, agora sem a alcunha de Beltraneja, e oficialmente tratada como a “Excelente Senhora”. O máximo que Isabel a Católica conseguiu foi fazê-la freira à força, em Santa Clara de Coimbra. Mal Isabel a Católica faleceu, em 1504, Joana

⁴⁰ Pulgar, *Crónica de los Reyes*, vol. I, p. 47.

⁴¹ MARQUES, 1989, pp. 201-219.

⁴² Pulgar, *Crónica de los Reyes...*, vol. I, pp. 134-139.

⁴³ Pina, *Crónicas*, pp. 845-848.

mudou-se definitivamente para Lisboa e deixou de fingir ser clarissa. Aí viveria vinte e seis anos no paço da Alcáçova (hoje desaparecido, localizado no interior do castelo de S. Jorge). O seu papel como pedra no sapato da monarquia castelhana manter-se-ia, no entanto, até bem tarde...⁴⁴

2.3. Isabel refém nas terçarias de Moura

Nos idos de 1479, a paz ficou a dever-se a duas mulheres: Isabel de Castela e a irmã de sua mãe, a duquesa de Beja D. Beatriz: diz Zurita que “foram poderosas aquelas duas princesas para pôr fim à guerra”⁴⁵. Reuniram-se sozinhas em Marçõ, em Alcântara⁴⁶, para preparar o acordo que selaria as pazes entre as duas coroas em Setembro desse ano. Este englobaria uma tomada recíproca de reféns, que, embora não tenha tomado a sua forma definitiva no encontro entre as duas, foi aceite como uma questão de princípio. Joana de Trastâmara era contemplada, ficando nas terçarias até ao recém-nascido príncipe D. Juan ter catorze anos e decidir se queria casar com ela ou não. O tratado então preparado, depois de muitas negociações e alterações, seria assinado a 9 de Setembro desse ano de 1479.

Joana de Trastâmara viria a recusar esta solução para professar num convento de clarissas, pelo que a tomada de reféns se passou a fazer apenas entre os filhos dos reis de Castela, o herdeiro da coroa portuguesa, e ainda os filhos de D. Beatriz. Uma opção com alguma complexidade. Beatriz guardaria o infante D. Afonso e a nossa princesa no seu castelo de Moura, enquanto o seu primogénito, o duque de Viseu-Beja D. Diogo iria para a corte dos Reis Católicos. O príncipe D. João, futuro rei segundo do nome, entregou para segurança à infanta alguns castelos da raia (os de Alandroal, Veiros, Trancoso e Alegrete), que se dariam aos reis de Castela se alguma parte do acordo não se cumprisse.

D. Beatriz ficava isenta da “natureza” que tinha em Portugal, bem como os seus alcaides, o seu filho Diogo e D. Filipa sua irmã, que substituiriam a duquesa em caso de morte. É importante clarificar que por “natureza” entendiam eles a

⁴⁴ COSTA, 2005, pp. 115 e 183.

⁴⁵ Zurita, *Anales*, vol. XX, cap. 34.

⁴⁶ Localidade castelhana da Estremadura espanhola, junto à fronteira de Portugal.

lealdade ao rei de Portugal, expressão que aparece noutros documentos, como contratos de casamento de princesas. O tratado era ainda importante pela regulação que fazia relativamente às expansões ibéricas: Portugal ficava com a Guiné e Mina, a conquista do reino de Fez, já homologadas por bulas papais, e a Espanha com as ilhas Canárias⁴⁷. Repare-se no cuidado em transformar os domínios de D. Beatriz em territórios não submetidos ao rei de Portugal, e o ambiente de desconfiança entre as partes, apenas mitigado pelo bom entendimento entre tia e sobrinha.

Foi pouco depois da assinatura do tratado que Isabel de Castela deu à luz o seu terceiro filho, uma rapariga de nome Joana, a um sábado 6 de Novembro. Joana podia substituir Isabel nas terçarias, e os seus pais ainda o tentaram, porque o tratado o permitia, mas o príncipe D. João de Portugal não esteve de acordo. Nesse mesmo mês, numa cerimónia que Rui de Pina pinta como dramática, Joana de Trâstamara professava no convento de S. Clara de Coimbra, na presença de testemunhas enviadas pela sua meia-irmã e marido desta⁴⁸. Das duas opções que tinha, refém ou noiva de um nascituro, Joana tinha feito a melhor escolha, como o tempo viria a revelar. Mas, segundo Pina, a antes rainha de Portugal professou no meio dos maiores dramas: na véspera, seus criados e criadas, que tinham vindo ao mosteiro, choravam e arrancavam-se cabelos. O ambiente era de revolta, e perante o ameaço de recusa em professar, o príncipe D. João teve de falar com ela para a convencer a tomar esse passo, que era, visto à *posteriori*, a melhor opção para D. Joana.

Um pequeno parêntesis para contar que por essa mesma altura, o príncipe D. João conceberia o bastardo régio que tanto trabalho daria na corte portuguesa e fora dela. D. Jorge era filho de Ana de Mendonça, então uma das damas de Joana de Trastâmara, a pretendente a rainha de Castela agora vencida.

Falemos agora com mais detalhe dos acontecimentos com incidência nas negociações: voltemos ao terceiro parto da rainha de Castela, ocorrido em 6 de Novembro de 1479, dias depois da princesa Isabel ter partido com destino a Portugal para entrar em terçarias. Palencia narra que era importante esperar para

⁴⁷ Zurita, *Anales*, vol. XX, cap. 34.

⁴⁸ Pina, *Crónicas*, p. 874; Zurita, *Anales*, vol. XX, cap. 34 e 38.

saber qual o sexo da criança, uma vez que o rei de Portugal e seu filho procederiam de modo diferente se em lugar de um varão nascesse uma fêmea. Imediatamente, os reis de Castela colocaram a comitiva de Isabel a par do acontecimento, pedindo-lhes que não avançassem mais, pois já se podiam dar aos pactos o devido cumprimento, depois do nascimento de outra princesa. Segundo Palencia, que estamos a seguir neste trecho, este parto proporcionou aos pais maior alegria do que se tivesse nascido um varão, porque já não era preciso “fazer injúria” a Fernando I de Aragão, rei da Sicília e de Nápoles –com quem havia um acordo de casamento relativo a Isabel-, e havia a possibilidade de satisfazer com toda a comodidade o acordo com os portugueses⁴⁹. Ou seja, e descodificando, os Reis Católicos, como adiante confirmaremos, fizeram vários acordos para o casamento da sua primogénita, que depois seriam obrigados a desfazer para a casar com o príncipe D. Afonso.

A recém-nascida recebeu, - de comum acordo dos pais, diz Palencia – o nome da mãe de Fernando, Joana⁵⁰, e viria a ser, pela negativa, uma das figuras históricas mais importantes do século que ainda estava para vir. Não se casaria com Afonso por razões que a seu tempo serão explicitadas, mas sim com Filipe da Borgonha, e seria mãe de Carlos V e rainha “proprietária” de Espanha (sem nunca reinar até à sua morte em 1555. Conhecemo-la como Joana a Louca, ou Joana I de Castela.

O príncipe D. João assistiu à cerimónia da tomada de votos de Joana, mas seu pai, marido de Joana, preferiu não o fazer. D. Afonso V era, nesse que seria o seu último ano de vida, um homem derrotado: fizera uma inglória viagem a França com o fito de conseguir o apoio de Luís XI para as suas pretensões dinásticas; agora abdicava da sua nova mulher, e, suspeitamos, da sua dignidade. Foi talvez para manter a que lhe restava que o rei se retirou para o convento do Varatojo, e se recusou a testemunhar a cerimónia, fazendo-se substituir pelo filho, que depois seria acusado de ser demasiado solícito a acudir às exigências dos reis de Castela.

⁴⁹ Palencia, *Cuarta Década*, pp. 181-182.

⁵⁰ Palencia, *Cuarta Década*, pp. 181-182.

Embora as fontes portuguesas digam que nunca houve dispensa papal para Afonso V e Joana contraírem matrimónio, as espanholas desmentem-no (embora Zurita afirme que o papa a revogou⁵¹). Não sabemos a razão deste silêncio, mas a ausência de dispensa permite afirmar aos cronistas portugueses que o casamento nunca se consumou. É um tanto forçado, uma vez que houve casos nos quais os cônjuges estavam prontos a passar por cima desse “detalhe”, como os Reis Católicos, que casaram com uma dispensa falsa, embora não haja a certeza de que tenham tido conhecimento da fraude. Mas permite resgatar um pouco a dignidade do rei D. Afonso V, não tendo a cronística portuguesa de admitir que os Reis Católicos o forçaram a abdicar da sua esposa legítima. O certo é que, em Outubro de 1480 um documento da chancelaria do rei regista já Joana como infante de Portugal sua sobrinha, e não como rainha: a condição de infante era-lhe devida como filha de uma irmã de Afonso V, porque sabemos que em Portugal os filhos de infantes infantes eram⁵². Ou seja, uma solução pouco honrosa, porque lhe retirava o facto de ser filha de Henrique IV, reconhecendo-a implicitamente como “filha da rainha”, expressão com que a designavam os partidários de Isabel a Católica. E obrigava Afonso V a desmentir o seu segundo casamento, anulando-o, o que não era coisa de somenos para o rei. No entanto, a paz passava por obliterar Joana de Trastâmara da cena política: a guerra, longe de ter acabado em Toro, prosseguiu com consequências funestas para ambas as partes enquanto não se concertou a paz.

A entrada de Joana de Trastâmara no convento, numa cerimónia que os Reis Católicos fizeram questão que fosse pública e presenciada pelos seus emissários (que levavam instruções escritas sobre o modo como devia decorrer e fizeram relatório oficial), era condição *sine qua non* para que a nossa biografada atravessasse a fronteira e se instalasse em Moura com a duquesa de Viseu D. Beatriz.

Isabel partira de Medina del Campo rumo a Portugal a 3 de Novembro, acompanhada de um séquito também munido de instruções acerca da forma

⁵¹ Zurita, *Anales*, vol. XX, cap. 10 e 25. Ver também AZCONA, 2007, pp. 123-127. Trata-se de um assunto complexo de política internacional, fora do âmbito destas biografias.

⁵² *Documentos referentes...*, vol. II, p. 261.

como tudo deveria ocorrer. Isabel de Castela sua mãe, ou os seus conselheiros por ela, não deixavam nada ao acaso: é significativo, se lembrarmos que a rainha daria à luz por esses dias, o que revela bem o seu sentido da política. Nem o parto nem as semanas seguintes a parecem ter afastado dos seus deveres como rainha. Afinal, era a primogénita que partia, e a paz só teria efeito com a tomada tripla de reféns, que, especulo, será a razão da palavra terçaria (dividir em três?). Isabel e Afonso em Moura, o duque de Viseu D. Diogo na corte dos Reis Católicos, envolvendo também três partes: o rei de Portugal e seu filho, a duquesa viúva de Viseu, pedra angular de todo o acordo, e os reis de Castela. No entanto, a personagem central continuava a ser a rival de Isabel a Católica, Joana de Trastâmara, que a rainha de Castela desejava a toda a força neutralizar. O historiador Joseph Pérez viu nesta sede de vingança a prova de que Isabel era uma usurpadora: na sua opinião, não havia motivos para se vingar de uma rival derrotada, num momento em que os Reis Católicos já estavam instalados no poder⁵³. A minha humilde opinião é algo diferente: prescindindo da questão de saber se Isabel subiu ao trono passando por cima de uma herdeira com mais direitos que os seus (questão que me abstenho de tratar), o facto é que nem com rivais deficientes físicos e mentais os reis “usurpadores” podiam estar sossegados. Não se conhece, já no século XVII, a reclusão a que D. Pedro II obrigou o irmão D. Afonso VI a ponto de o desterrar para os Açores, fora do alcance dos seus eventuais partidários?⁵⁴. O certo é que alguém com direito ao trono constituía sempre um problema, na medida em que podia servir de porta-bandeira a facções descontentes da nobreza. Por isso é que muitas vezes não importava nem a idade nem o discernimento dos pretendentes ao trono: lembre-se que Afonso, irmão de Isabel a Católica, tinha onze anos por altura da “farsa” de Ávila. O essencial era que cumprissem os objectivos de quem os apoiava, deixando-se manipular.

Voltando às instruções sobre o cumprimento das terçarias: Isabel emanou vários documentos sobre o assunto a entidades diferentes, numa correspondência que se prolongaria durante três meses, o tempo que duraram as hesitações até se

⁵³ PÉREZ, 2009, p. 73.

⁵⁴ XAVIER, CARDIM, 2006, p. 233 e seguintes.

colocar o acordo em prática. Analisaremos alguns dos pontos fundamentais dessa documentação, sempre do ponto de vista da jovem princesa. E façamos um comentário: a produção textual sobre as negociações, entre instruções a embaixadores, cartas entre os reis, certidões, juramentos e procurações é muito abundante, a corroborar até que ponto a escrita é refém dos conflitos; tudo precisava de ser posto “por escrito”, a bem da sua resolução.

As instruções eram claras quanto aos procedimentos. Isabel permaneceria a uma distância de 18 léguas de Moura enquanto não se cumprissem todas as condições requeridas pela rainha sua mãe; Joana devia dar entrada solene num convento de clarissas (existiam à data cinco em Portugal) ou então seria posta nas terçarias; o príncipe D. Afonso devia estar já na posse de sua avó D. Beatriz; e o duque de Viseu devia seguir para a corte da rainha de Castela. Tudo com prazos estritos e certificado pela duquesa D. Beatriz: inclusivamente o rei de Portugal e seu filho deviam ser notificados da chegada de Isabel ao local da espera, em carta feita perante notário apostólico! As instruções sublinhavam: se o duque de Viseu não partisse, a princesa não sairia do tal lugar a 18 léguas de Moura. Estava prevista uma entrega simultânea das três crianças (sendo Diogo já um adolescente): Diogo partiria quando Isabel fosse entregue a D. Beatriz.

Estas instruções, escritas nos dias seguintes à partida da princesa e conseqüente separação de seus pais, revelam que todos os intervenientes tinham um conhecimento preciso do que se estava a passar. Imaginamos um corrupio de cartas levadas por mensageiros a cavalo entre os locais onde se encontravam o rei D. Afonso V e o príncipe D. João, Beatriz em Moura, e Isabel a Católica em Medina del Campo. Beatriz tinha informado Isabel a Católica de que Diogo estava doente e se temia pela sua vida caso viajasse (ou, ao menos, é o que os documentos dizem, porque Palencia fala em má vontade do duque). É provável que fosse o caso, porque Diogo andaria pelos dezasseis anos, idade em que tomaria muitas das decisões que lhe diziam respeito. O seu irmão Manuel, proposto para a troca, tinha então onze, e não seria capaz de impor a sua vontade contra a dos adultos. Este atraso no cumprimento do acordo daria o pretexto a Isabel a Católica para querer à viva força trocar a sua filha Isabel por Joana, chegando a prescindir da ida do jovem duque para Castela. Como sabemos, não

constituiria problema que a mais nova fosse uma recém-nascida: os filhos dos reis e rainhas eram dados a mães logo a seguir ao parto. E a intenção revela o elevado valor de Isabel enquanto filha primogénita. Mais importante ainda, o episódio demonstra a importância das crianças régias como bens de troca.

A gente que ia com a princesa tinha ordens precisas para não avançar enquanto as condições requeridas por Isabel a Católica não estivessem reunidas. Esta última estudava as soluções, procurando saber se D. Manuel era herdeiro do ducado (caso não fosse não oferecia garantias como refém), e ainda exigindo que viesse acompanhado pelo filho mais velho do duque de Bragança⁵⁵. No entanto, como dissemos, o seu maior desejo era colocar nas terçarias a sua filha recém nascida Joana em vez de Isabel, intenção a que o príncipe D. João se opôs terminantemente.

Enquanto se estava neste impasse, a princesa e os seus acompanhantes esperavam, num lugar situado às tais dezoito léguas do castelo de Moura. Surpreendente, como dissemos, é a numerosa produção escrita sobre este episódio, que, ao contrário de tantos outros, se encontra muito bem documentado, sobretudo pela parte dos arquivos espanhóis, demonstrando a importância capital das terçarias para o estabelecimento da paz. A fortaleza de Moura tornar-se-ia numa espécie de “viveiro” de reféns a cargo da duquesa de Viseu D. Beatriz.

A princesa aguardaria semanas até poder passar a fronteira: entretanto, devido ao mau tempo, o Guadiana estava intransitável. E assim permaneceu com o seu séquito do outro lado do rio. Palencia narra que a rainha sua mãe a equipara cuidadosamente em Medina del Campo, adornando-a com pedras preciosas, muito ouro e vestidos sumptuosíssimos. Já conhecemos, é claro, a obsessão das monarquias por marcas de distinção: existia a preocupação constante de sublinhar a diferença entre as suas figuras e os demais mortais. E ainda, acompanhavam a miúda de cerca de dez anos, três bispos, toda a

⁵⁵ Veja-se a abundante documentação sobre o assunto em *Documentos referentes...*, vol. II, p. 100 e seguintes.

entourage destinada a ficar a servi-la em Moura, e muitos nobres, todos capitaneados pelo mestre da ordem de Santiago, Alonso de Cárdenas⁵⁶.

É muito difícil entrar na cabeça do que hoje seria uma pré-adolescente para perceber o que Isabel sentia. Não a podemos imaginar mais sozinha do que o habitual por estar longe dos pais: hoje sabemos que as relações familiares entre pais e filhos podiam ser muito distantes, e Isabel e Fernando sempre confiaram a sua prole a pessoas de confiança. Nem estaria a criança forçosamente enfadada por estar retida no meio de um ermo: a condição de toda a família era percorrer as estradas de Castela e Aragão fazendo face às condições climatéricas do momento. Mas é provável que o facto de ter tanto aparato de pessoas e coisas em volta dela a fizesse sentir mais consciente da sua posição na hierarquia familiar e do seu papel de princesa. Pouco provável seria que questionasse a sua situação como marioneta de um negócio entre duas famílias, que, por serem quem eram, tinham impacto internacional. Especulo, mas seria talvez anacrónico pensar que uma filha naquele tempo se achasse com direito à presença permanente dos pais. Voltaremos à questão, sempre controversa, dos afectos familiares desenvolvidos à distância, em tempos de comunicações difíceis e demoradas: existiam, não obstante estas condicionantes, e eram também um eficaz instrumento de persuasão. Para citar apenas um caso, se se me permite o aparte, basta pensar na forma como Carlos V, sobrinho da nossa biografada, manipulava os afectos familiares no sentido de impor as suas políticas dinásticas. Fê-lo com as suas irmãs Leonor, a sua “meilleure soeur”, dada em casamento a D. Manuel I (e depois a Francisco I de França), mas também com a mais nova, Catarina, mulher de D. João III⁵⁷.

Voltando ao impasse das terçarias: segundo Garcia de Resende, sempre pronto a elogiar o príncipe, foi D. João (II) que resolveu o assunto. Eis a história tal como é narrada por este cronista: estando o príncipe com sua mulher D. Leonor em Beja, depois de terem entregue Afonso a sua avó, que o tinha em Moura, o rei sentiu que os embaixadores espanhóis colocavam demasiados problemas, protelando a entrega da princesa, e obrigando a um vaivém de

⁵⁶ Palencia, *Cuarta Década*, pp. 232-233.

⁵⁷ COMBET, neste volume; BUESCU, 2007, p. 129 e segs.

recados. “Agastado de suas importunações e delongas”, o príncipe D. João enviou-lhes então dois escritos: um dizia “paz” e o outro “guerra”. Os embaixadores deviam escolher um deles, e o príncipe agiria em conformidade. Em resultado, a princesa foi logo entregue a D. Beatriz, a 11 de Janeiro de 1481. Assim que a teve em sua posse, a duquesa enviou D. Manuel em lugar de seu filho mais velho, o duque de Viseu, D. Diogo⁵⁸.

As terçarias duraram o tempo exacto de dois anos, quatro meses e treze dias (para fazermos as contas à maneira dos cronistas da época). Nesse intervalo de tempo, D. Manuel foi e voltou da corte dos reis de Castela, e foi substituído por Diogo, seu irmão mais velho e duque de Viseu. Em Medina del Campo, Diogo haveria de jurar aos Reis Católicos que estaria na sua corte como refém, e não se ausentaria sem licença destes⁵⁹. Haveria então de ter um filho natural com a marquesa viúva de Vila Hermosa, que foi retirado à mãe, como acontecia muitas vezes, uma vez que a lei outorgava ao pai a responsabilidade pelos filhos ilegítimos. A seguir à morte do duque, D. João II mandou criá-lo, incógnito, em grande segredo por um lavrador de Portel; morto o rei, D. Beatriz, duquesa de Beja, sua avó paterna, foi buscá-lo⁶⁰.

E a nossa princesa, que terá feito nesses dois anos? Só podemos confabular, porque nos é dito muito pouco nas crónicas. Em primeiro lugar, vivia como quem era: com um numeroso grupo de servidores, com variadas funções e incumbências. Os que lhe tratavam do corpo, da alma, ou da sua educação literária. Há também indicações de que não foram os mesmos do príncipe (com quem viria a casar). A diferença de idades era então significativa, e as famílias reais faziam questão de dotar os seus rebentos de tudo o que consideravam necessário. As duas crianças dificilmente partilhariam mestres e outras pessoas do seu serviço naquela situação: sabemos que o grupo de servidores do príncipe andaria à roda das 57 pessoas, uns escolhidos pelo rei seu pai e outros pela duquesa sua avó⁶¹. A princesa não lhe ficou atrás (se conhecemos a emulação característica das cortes); uma relação dos pagamentos que os Reis Católicos

⁵⁸ Resende, *Crónica de D. João II...*, pp. 25-26.

⁵⁹ AGS, PTR, LEG, 49, DOC. 96 [1482.03.19].

⁶⁰ Góis, *Crónica do Felicíssimo*, parte I, 109.

⁶¹ Chaves, *Livro de apontamentos*, pp. 78-80.

deviam fazer à infanta D. Beatriz pelas despesas com a infanta esclarece este ponto. Por ela ficamos a saber o número de pessoas que guardavam a fortaleza: 80 lanças, mais 45 peões para montar guarda, e 20 homens para guardar as portas. Um aparato de segurança com alguma envergadura, sem dúvida: perto de 150 pessoas. Quanto aos servidores da princesa eram 28, um número inferior ao de D. Afonso, incluindo a sua aia, um mestre sala, um preceptor, um boticário, dois servidores da toalha, etc... Havia também homens para guardar e manter a prata do aparador da infanta. Todos estes servidores comiam à parte, porque a infanta tinha um grupo de 24 pessoas que “comiam do seu prato”, isto é, partilhavam a sua alimentação diária. Eram na sua maior parte as damas do seu séquito, muitas delas aparentadas entre si; algumas tinham também as suas moças de serviço. A sua alimentação regia-se pelos padrões da época: muita carne (vaca, carneiro, aves), alguma fruta, pão, e vinho⁶².

Estes documentos lançam alguma luz sobre o que seria o quotidiano de Isabel e do príncipe D. Afonso no castelo de Moura. Faltam no entanto dados que nos permitam perceber como se misturavam castelhanos e portugueses no mesmo espaço. Viveriam em permanente desconfiança recíproca, aproveitando o mais pequeno pretexto para gerar tensões? Ou, pelo contrário, esqueceriam o motivo que os levava aquela situação e aproveitavam o oiro dos dias?

Isabel continuou a ser educada como convinha a uma futura rainha, não necessariamente de Portugal, uma vez que os Reis Católicos continuavam na expectativa de lhe contrapor a sua filha Joana como noiva do príncipe.

Os testemunhos que chegaram até nós dão conta da ânsia do régio casal português de ter o seu filho único de volta, e provavelmente os pais de Isabel sentiam o mesmo. A pressão para terminar as terçarias, contudo, parece dever-se sobretudo à iniciativa de D. João II, que iniciou uma série de procedimentos com vista à sua dissolução⁶³. Faz todo o sentido, atendendo a que a agenda deste incluía ajustar contas com o duque de Bragança mal tivesse o filho em seu poder. O duque era acusado de traição, por conspirar contra ele em conúbio com os Reis Católicos, uma vez que se lhe achara correspondência comprometedora quando o

⁶² *Documentos referentes...*, vol. I, pp. 255-259.

⁶³ Chaves, *Livro de apontamentos*, p. 97 e seguintes.

novo rei de Portugal reunira cortes em Évora em Novembro de 1481. D. João II conseguiu em Avis, onde se encontrou com os emissários dos Reis Católicos, revogar o acordo das terçarias, mas com um preço. Joana seria doravante a noiva prometida do príncipe, excepto se a sua irmã mais velha continuasse solteira quando Afonso completasse catorze anos⁶⁴.

Resolvido o assunto da paz com Portugal, Isabel a Católica e seu marido deram início à guerra de Granada (1482-1492) que haveria de expulsar os muçulmanos da Península Ibérica. D. João II, rei desde Setembro de 1481, esperaria o fim das terçarias em Maio de 1483 para mandar prender o duque de Bragança, acusado de cooperar com os reis de Castela para o destronar. A paz ia andando, mas seria sempre precária até ao casamento de Isabel com Afonso. E por motivos imponderáveis, também depois da morte deste último. A seu tempo voltaremos a este assunto; vejamos agora o que se passou com a princesa entre o seu regresso a casa e o primeiro casamento.

2.4. O regresso a casa

Falar em casa relativamente a estas pessoas é falar em cortejos de pessoas que deambulavam pela vastidão da península ibérica; talvez fosse melhor dizer que Isabel regressou para junto dos pais. Ou melhor, de sua mãe, já que a guerra de Granada e os afazeres de Fernando enquanto rei de Aragão o impediam de estar junto da mulher e dos filhos.

Em 1486, narra Bernáldez que a rainha, no seguimento de uma vitória militar de Fernando, se deslocou com a filha mais velha ao encontro deste no arraial de Illora. Isabel a Católica foi recebida como se uma entrada real numa cidade se tratasse, com bandeiras desfraldadas à sua passagem. Rei e rainha fizeram três vénias antes de qualquer contacto físico; depois, Fernando beijou a mulher na face e logo se dirigiu à infanta sua filha que abraçou, beijou na boca (!), benzendo-se em seguida. O clima era de festa, sempre visível nos arreios das mulas, nos vestidos das reais personagens e outras pessoas presentes; no final,

⁶⁴ Chaves, *Livro de apontamentos*, p. 313. Sobre as conjuras contra D. João II existe uma vasta bibliografia; são narradas com algum detalhe em Sá, 2011, p. 84-108.

recolheram todos a suas tendas⁶⁵... Para Isabel, seria mais do mesmo: depois de uma infância marcada pela guerra, seguia-se igualmente uma adolescência em que esta continuava a jogar um papel fundamental. O príncipe herdeiro seu irmão estava em Córdoba, onde todos se lhe juntaram mais tarde.

Adiante, pouco depois, temos novamente a princesa a viver sequelas da guerra. Desta vez em Córdoba, para onde o rei D. Fernando tinha enviado alguns cristãos que tinha subtraído ao poder dos muçulmanos. Momentos como este constituíam, por si só, a legitimação de uma guerra que se considerava santa, e requeriam os seus rituais. Isabel a Católica recebeu-os com grande procissão, e dentro da igreja maior da cidade; estes beijaram-lhe a mão a ela e à infanta D. Isabel, sendo em seguida agraciados com uma esmola⁶⁶. Um episódio que demonstra várias coisas: que Isabel, por ser mais velha do que as irmãs (andaria então pelos dezasseis anos), continuava a ocupar um lugar especial junto da rainha sua mãe, que a fazia participar das suas obrigações rituais; e que cresceu num clima de exaltação da fé católica que pode explicar muitos dos seus comportamentos posteriores.

No início do ano seguinte, 1487, em que se tomou Málaga, encontramos outra vez a rainha com a sua filha mais velha a deslocar-se ao arraial para assistir à conquista da cidade, sendo recebida pelas tropas com as honras habituais⁶⁷. A cidade entregou-se a um sábado 18 dias de Agosto, depois de um cerco de três meses. E seguiram-se os rituais da vitória: de joelhos no chão, a rainha e a infanta agradeceram a Deus, à Virgem e a Santiago (obviamente na sua versão Matamoros). Nova procissão com os cristãos resgatados ao inimigo, com a rainha e a filha a recebê-los. Os cativos beijavam os pés do rei e da rainha (que recusaram a princípio), humilhavam-se atirando-se para o chão, cheios de fome e sede; muitos havia que estavam prisioneiros há mais de dez anos. Quanto aos mouros capturados, davam-se de presente aos reis de Nápoles, ao rei de Portugal

⁶⁵ Bernáldez, *Historia de los Reyes*, tomo I, Parte II, pp. 219-222. Arraial era a designação dada ao acampamento do exército; Fernando acabava de conquistar Loja e Illora, localidades da Andaluzia.

⁶⁶ Bernáldez, *Historia de los Reyes*, tomo I, Parte II, pp. 229.

⁶⁷ Bernáldez, *Historia de los Reyes*, tomo I, Parte II, p. 235.

e ao papa; ou vendiam-se, quando acabava o prazo para serem resgatados pelos seus⁶⁸...

A vida da princesa continuou por entre recepções a ela e sua mãe nos acampamentos das tropas: primeiro Baza (e Bernáldez diz que Isabel a Católica nunca se separava da sua primogénita), depois Almería, onde se seguiu um episódio de caça assaz curioso, e até estranho. Participaram na montaria o rei, a rainha e a infanta, e quatro porcos monteses foram mortos. Um rapaz da terra seguiu a nado no mar um lobo perseguido (!), que depois Fernando acabou por matar metendo o seu cavalo na água⁶⁹.

Não sabemos muito mais sobre a vida de Isabel enquanto rapariga solteira, mas era tempo de passar a núpcias, e há muito que lhe estava destinado um casamento português. Desde onze anos antes, para ser exacta.

Mesmo que esta antecedência rodeasse os seus planos de casamento, tal não significa que a princesa não tivesse tido os seus “noivos” antes do príncipe D. Afonso, ou que os seus pais, os Reis Católicos, não colocassem reticências a que a primogénita casasse em Portugal. D. Isabel era demasiado apetecível para não ser cobiçada: foi a única herdeira, não se esqueça, durante oito anos, antes do príncipe D. João nascer; depois passou a segunda na linha de sucessão. Casar com ela era portanto assegurar um lugar como marido de uma potencial herdeira do trono. Um dos seus pretendentes foi Maximiliano de Habsburgo, que em 1488 mandou uma embaixada aos Reis Católicos a pedi-la em casamento para si, e a Joana sua irmã para seu filho Filipe. Os reis recusaram dar-lhe Isabel, porque estava prometida a outro príncipe, mas apalavraram Joana, para casar com Filipe posteriormente, quando fosse um pouco mais velha⁷⁰. Outro pretendente foi D. Fernando de Aragão, príncipe de Cápuia, neto do rei Ferrante de Aragão e herdeiro do trono de Nápoles. Este enlace representava uma vitória da política aragonesa do seu avô paterno, João II de Aragão, que via na unificação peninsular sob a égide dos Trastâmaras, casa a que também pertencia, uma garantia de oposição eficaz à poderosa França, com quem contendia os territórios do Rossilhão e

⁶⁸ Bernáldez, *Historia de los Reyes*, tomo I, Parte II, pp. 249-251.

⁶⁹ Bernáldez, *Historia de los Reyes*, tomo I, Parte II, pp. 272-274.

⁷⁰ Pulgar, *História de los Reyes Católicos*, vol. 2, p. 357-360.

Sardenha⁷¹. O velho rei de Aragão faleceu em 1479, mas seu filho Fernando o Católico continuaria a sua política no Mediterrâneo sem alterações de monta. O casamento com o príncipe de Cápua não se realizou uma vez que os Reis Católicos queriam outro noivo para a filha; Zurita fala das suas manobras diplomáticas, exigindo condições impossíveis de realizar a curto prazo, de forma a entreter aliados que era prudente não hostilizar⁷².

De resto, quando a princesa se casou com Afonso, são vários os ecos de que os reis seus pais tinham dúvidas quanto à paridade do enlace, desejando melhor partido para a filha do que o herdeiro do rei de Portugal. Afirma Zurita que havia reticências em relação ao casamento, porque a infanta tinha sido criada “em tão grande estado” que não se convenciam que casaria com outro que não o rei de França; e também se percebia que a infanta não fazia muito gosto no casamento. Como era a preferida dos pais, não se acreditava que estes a forçassem a casar⁷³. Noutra passo, escreve Zurita que os Reis Católicos, por medo, deram finalmente Isabel em casamento ao príncipe D. Afonso. Por várias razões: a presença sempre inquietante de Joana de Trastâmara em Portugal, e o facto de se relacionar a perseguição dos duques de Bragança e Viseu com a situação precária da paz com Castela. Para Fernando e Isabel, D. João II era um adversário que não convinha hostilizar, e este, como sabemos, queria à viva força a primogénita dos reis de Castela para mulher do seu filho. Por outro lado, Isabel I conseguiu convencer a filha de que era um bom casamento, uma vez que o rei de França procurava já casar com Ana de Bretanha para aumentar os seus domínios, e o seu casamento com o imperador Maximiliano não se realizaria⁷⁴.

A paz entre Castela e Portugal era por demais precária; quase que podemos falar de uma “guerra fria”, tal era a desconfiança entre as duas partes. Entre o fim das terçarias e as negociações do casamento de Isabel com o príncipe

⁷¹ FRANCISCO OLMOS, 1995, 241-256.

⁷² Zurita, *Anales*, libro XX, cap. 73, referindo-se ao ano de 1488.

⁷³ Zurita, *Anales*, libro XX, cap. 82.

⁷⁴ Zurita, *Anales*, libro XX, cap. 84. Ana da Bretanha foi a responsável pela integração do ducado do mesmo nome nos territórios da França e casaria uma primeira vez com Maximiliano em 1490, tendo o casamento sido anulado; no ano seguinte com Carlos VIII, e depois com o sucessor deste Luís XII. JOUANNA, 1996, p. 141.

de Portugal, o clima de hostilidade latente entre D. João II e os Reis Católicos continuou. Agravado por novo episódio sangrento: o rei de Portugal apunhalou por suas próprias mãos o duque de Viseu D. Diogo, irmão da rainha D. Leonor com a acusação de que este conspirava contra ele. Diz-nos Zurita que em 1484, se os reis de Castela não tivessem em mãos a guerra com os mouros, teriam tomado providências contra D. João II, depois de saberem da morte do duque de Viseu às suas mãos. O cronista intitula o capítulo: “Da morte do duque de Viseu, irmão da rainha D. Leonor de Portugal”. Diz Zurita que D. João II tinha medo das conspirações, e confiava em muito poucos; que Isabel a Católica tivera desgosto com a morte do duque, filho de uma tia a quem tinha na conta de mãe, tanto mais que soubera que as desgraças eram por sua causa. Como sabemos, D. João II considerou sempre que os Bragança e os Beja-Viseu actuavam em concerto com os reis de Castela⁷⁵. É interessante que Zurita jamais aluda a essa desconfiança como um facto real, ou seja, nunca confirme que os reis de Castela estavam por trás das conspirações. Mas a falta de ajuda em momentos difíceis – como aqueles em que a sua família fora alvo de perseguições- pode explicar que D. Manuel, como o mesmo Zurita diz, não tivesse grande simpatia pelos reis de Castela, pelo menos no início do seu reinado, e enquanto repetidos acordos matrimoniais não sanaram antigos ressentimentos. A questão colocar-se-ia, como veremos, aquando dos dois futuros casamentos do rei com as nossas princesas.

Os impasses do casamento de Afonso com a noiva prender-se-iam com este clima de “guerra fria”. Podia ser apenas a antiga e sempre latente inimizade entre Portugal e Castela que levava os Reis Católicos a menosprezar o noivo (ou a fingir que o faziam), se tivermos em conta o velho desejo, que virá a tornar-se realidade, de ter a Península Ibérica, senão regida pelo mesmo soberano, pelo menos por membros de uma mesma família. A unificação peninsular era um sonho nutrido há muito, que dizia respeito a vários reinos unidos sob uma mesma família de soberanos. O pai de Fernando o Católico, D. João II de Aragão, conhecendo as fragilidades do seu reino, com pretensões sobre o Mediterrâneo e enfrentando um inimigo tão poderoso como a França, estava atento à situação e jogava as suas cartas o melhor que podia, no que era secundado pelo filho D.

⁷⁵ Zurita, *Anales*, libro XX, cap. 59.

Fernando. O velho rei chegou a inquietar-se pelo facto deste último ser rei de Castela apenas pelo casamento, e de ficar em situação periclitante se Isabel a Católica morresse. O futuro viria a dar-lhe razão.

2.5. Os irmãos

Não sabemos como foi o relacionamento de Isabel com os irmãos mais novos. É provável que não tivesse havido uma infância comum, em tempos em que se crescia depressa: aos catorze anos quer as raparigas quer os rapazes estavam capazes pela lei de fazer quase tudo o que um adulto faz nos dias de hoje⁷⁶. Para as raparigas, em muitos aspectos, essa idade era ainda mais precoce: os doze anos. Consumar casamentos, reinar, ter filhos, entre outras coisas, tudo era legalmente possível a partir dessas idades.

Sabemos que o príncipe D. Juan cedo recebeu casa própria e que residia mais ou menos fixamente em Almázan⁷⁷, com a sua *entourage*, da qual fazia parte uma panóplia de educadores, entre os quais o já referido dominicano frei Diego de Deza. Outros nobres eram educados junto a ele, entre os quais um dos filhos de Cristóvão Colombo (amigo próximo de Deza). O estatuto do príncipe, destinado a herdar os reinos de Espanha, e a sua saúde delicada, provavelmente sedentarizaram a sua pequena corte⁷⁸.

Não é muito fácil cruzar os itinerários destes cinco irmãos com os da mãe e do pai (que também não coincidem, já o dissemos, um com o outro). Cada filho ou filha tinha um grupo de pessoas que se responsabilizava pela sua pessoa, pelo que é difícil saber o tempo que passavam juntos e as actividades comuns que desenvolviam. E temos de atender, como disse logo no início deste sub-capítulo, às suas idades díspares. Segundo a historiadora Isabel del Val Valdivieso, a infanta D. Isabel recebeu sem dúvida uma esmerada educação, embora pouco se saiba dela nos seus primeiros anos de vida. Em todo o caso tinha livros em latim

⁷⁶ SÁ, 2011a, p. 73-76.

⁷⁷ Na província de Soria, Castela e Leão.

⁷⁸ Oviedo y Valdès e Escudero de la Peña, *Libro de la Cámara*. Esta fonte regista todos os que compunham a casa do príncipe.

e castelhano; Joana o seu próprio mestre de latim, enquanto Maria e Catarina, de idades próximas, partilharam instrutores⁷⁹.

A educação das princesas é hoje reconhecida como mais importante do que poderia parecer à primeira vista. Não era um mero ornamento das pessoas, mas um instrumento político importante na consolidação das monarquias. As mulheres das casas reinantes aprendiam códigos de conduta importantes, alguns deles veiculados pela cultura escrita, entre os quais as obras de Christine de Pisan, destinadas às mulheres⁸⁰.

Isabel a Católica não se limitou a organizar a educação dos filhos, tratando também da educação dos nobres da corte e dos moços da sua capela, contratando mestres próprios, de que são exemplo os nossos já conhecidos Pedro Mártir e Lúcio Marineo Sículo. Nesse aspecto, como noutros, era o que também se fazia na corte portuguesa: na realidade, existia uma espécie de escola dos meninos da corte, onde os infantes se misturavam com a nobreza cortesã⁸¹.

Em todo o caso, qualquer uma das irmãs, mesmo recebendo um tipo de atenção diferente da do príncipe, foi objecto de uma cuidada educação e instrução. É preciso ter em conta quem eram, e o que lhes estava reservado. Produtos de exportação, trunfos de propriedade dinástica: nenhuma destas princesas poderia fazer má figura enquanto mulher de uma cabeça coroada. Além de a educação feminina nas altas esferas da sociedade ser tão exigente como a dos rapazes, retiradas as diferenças de género. As raparigas aprendiam a ler, escrever e contar, mas não as artes da guerra e da caça. No entanto, e desafiando os estereótipos, não foi inédito nas cortes europeias a prática da caça por mulheres, quer como espectadoras ou mesmo participando activamente⁸².

Adquiriam também competências na arte da música e da dança; aprendiam a comportar-se em público e sabiam o que fazer em situações rituais complexas. Adiante veremos Isabel a comprová-lo aquando da sua recepção em Évora por alturas do seu primeiro casamento. As infantas sabiam responder quando perguntadas, ou estar caladas no momento certo; conter os gestos e as

⁷⁹ VAL VALDIVIESO, 2006, p. 560.

⁸⁰ BECEIRO PITA, 2011.

⁸¹ MATOS, 1988, pp. 499-592.

⁸² SILVA, 2010, pp. 148-149.

emoções; recebiam instruções para nunca se rirem à gargalhada. E aprendiam o latim, também, por vezes até com maior cuidado, suspeitamos, do que os rapazes. Era uma educação em três vertentes: espiritual, intelectual e cortesã⁸³. Na prática, estes aspectos misturavam-se porque os valores espirituais e morais se sobrepunham a todas as aprendizagens. As infantas aprendiam a ser virtuosas, modestas, a obedecer aos pais e maridos, e, sobretudo, a temer a Deus, que estava acima de todas as coisas terrenas. A honra sexual, em tempos de exacerbação dos valores católicos, era também um imperativo. Eram mulheres que aprendiam a honrar os maridos, na vida e na morte. O estatuto de viúva foi, ao que parece, interiorizado com rigor tanto por Isabel, como veremos, como por Joana, embora na prática exagerado e quase caricaturizado pela loucura desta. Não se esqueça que o ambiente era de devoção extrema, a justificar o fundamentalismo religioso que explica em grande parte a conquista de Granada ou a expulsão dos judeus. Essa religião exacerbada, protagonizada sobretudo por Isabel a Católica, parece ter deixado uma marca profunda nas suas filhas, embora provavelmente não em todas da mesma maneira. Isabel acusará mais tarde, como veremos, alguns traços comuns com a sua irmã Joana.

Seja como for, religião e intelecto eram indissociáveis. Era nos livros de doutrina que se aprendia a ler, eram tratados de teologia moral os textos discutidos com maior seriedade. Entre os livros de entretenimento, as gestas de cavalaria, que em Espanha foram tão profícuas, a ponto de o *D. Quixote* de Cervantes, obra magna da literatura espanhola, ser em boa parte uma caricatura do seu efeito sobre os leitores mais inflamados. Ou seja, uma sociedade para quem a religião e a guerra, pretensamente enformada por nobres motivos – a guerra santa-, constituíam os valores supremos. O reino de Portugal comungava desse espírito através das conquistas aos mouros no Norte de África, na qual se misturavam, indistintas, a fome do saque com a ânsia de santidade através do martírio.

Não obstante os condicionalismos da sua vida familiar, por momentos conseguimos ter um vislumbre do que seria a vida conjunta dos irmãos. É o caso do relato de Roger Machado, um diário da sua viagem a Espanha, realizada em

⁸³ VAL VALDIVIESO, 2006, p. 559.

1489, como membro de uma embaixada do rei Henrique VII de Inglaterra, com o propósito de negociar o casamento da infanta D. Catarina com o herdeiro do trono inglês. Este relato permite um olhar sobre o que seria a vida destas crianças na corte. Foi um episódio que dificilmente se repetiria alguns anos mais tarde, com as princesas casadas e dois dos irmãos falecidos (Juan e Isabel, em 1497 e 1498). Para além de descrever com minúcia os vestidos e jóias de Isabel a Católica, dá notícias sobre os seus filhos. Os embaixadores pediram para apresentar os seus respetos à filha mais velha e ao príncipe, e também às outras três irmãs mais novas, ao que os reis responderam que podiam ver os dois mais velhos imediatamente, mas estas últimas ficariam para outra ocasião.

A princesa D. Isabel apresentou-se acompanhada por quatro donzelas, ricamente ataviada, e os embaixadores beijaram-lhe as mãos a ela e ao príncipe, depois do que estes se retiraram. Um vez mais, vemos que os Reis Católicos estabeleciam diferenças entre os seus filhos, privilegiando os dois mais velhos, e por isso mais adaptados a estes cerimoniais, mas também os que estavam mais perto de herdar o trono. Como veremos em seguida, faziam uma separação nítida entre Isabel e o príncipe Juan, e as três irmãs mais novas. Não se devia apenas às suas idades próximas, mas também ao facto de terem ambos sido jurados herdeiros, e em consequência disso terem deveres oficiais a cumprir. De resto, a própria iconografia o comprova: um quadro, actualmente no Museu do Prado, representa apenas os dois irmãos junto com o pai e a mãe, prestando homenagem à Virgem no trono⁸⁴...

No dia 19 de Março os embaixadores acompanharam os Reis à sua capela durante as completas⁸⁵, e a seguir dançou-se. Mandaram chamar Isabel, que se sentou à direita dos pais. O relato fala da visão fascinante da rainha e da filha primogénita ricamente vestidas (de vestes com fios de ouro), e a sua companhia de 26 damas e donzelas “muito bonitas”. Às dez em ponto, os reis ordenaram a Isabel que dançasse, e esta foi buscar uma dama portuguesa (anónima no relato⁸⁶). “Era uma donzela que a princesa preferia”; depois de dançarem acabou

⁸⁴ Ver imagem da p. *.

⁸⁵ Na liturgia das horas, as completas eram a última oração do dia.

⁸⁶ Com alguma probabilidade Isabel de Sousa, aia e camareira mor que acompanhou a princesa a Portugal, e recebeu uma tença anual de cem mil reais

a festa e os embaixadores retiraram-se. Note-se a menção a um afecto, o da princesa pela jovem dama, sem dúvida uma amizade entre jovens mulheres (a princesa andava já à roda dos seus dezanove anos): estas referências são raras, pelo que há que aproveitá-las. A seguir, conta-se um torneio em honra dos embaixadores, ao qual, como de costume, os reis assistiram apenas com os dois filhos mais velhos. A rainha desfilou em grande estado, logo seguida pela filha, também esplendorosa, ainda que um pouco menos. À semelhança da mãe, Isabel também vinha vestida com tecidos de ouro (ou bordado ou tecido), e envergava ao pescoço um colar com grandes pedras preciosas. Seguiam-se-lhes trinta e seis damas também ricamente vestidas e enfeitadas, com vestimentas não semelhantes, mas distintas umas das outras. O nosso relator estava maravilhado.

Houve dança a seguir ao torneio, e desta vez o rei mandou ao príncipe que dançasse, o que ele fez com uma jovem da sua escolha. E aqui, caro leitor, note as diferenças de género: a princesa tinha direito apenas a preferir uma donzela, e não um rapaz. Uma razão protocolar pode ser dada para esta desigualdade (que não deixa de o ser por causa dela): nenhuma infanta podia dançar com homem abaixo da sua condição; daí que lhe restassem o próprio pai, ou as damas da corte⁸⁷. A seguir dançou Isabel, ainda com a “portuguesa”; e depois as demais damas, duas a duas, numa dança lenta. Uma imagem alegre da primogénita dos Reis que se apagará anos mais tarde, com a princesa duramente marcada pela morte do primeiro marido, como adiante veremos.

Depois do interlúdio de dança, a refeição. Rei, rainha, Isabel e Juan à mesa, levantando-se este para estender a toalha aos reis seus pais. Pagens vieram em seguida trazer água às mãos aos dois irmãos, e só depois aos embaixadores, que se sentavam perto da infanta na esquina da mesa (à esquerda, porque à direita e junto ao seu pai estava Juan). Ou seja, a geografia dos lugares e dos gestos pretendia espelhar os direitos e deveres de cada um: o seu lugar na sucessão, e a obediência devida pelo príncipe aos pais. Expliquemos um pouco o ritual de “água às mãos”, porque o voltaremos a encontrar nestas biografias. Consistia em trazer água à mesa, para que cada comensal pudesse lavar as

brancos depois da sua morte. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 41, fl. 75 [1499.01.17].

⁸⁷ SILVA, 2010, p. 143.

mãos, num tempo em que poucos talheres se utilizavam e as mãos se sujavam com frequência. O lava-mãos podia acontecer no início, entre pratos, ou quando a pessoa o requeresse. Quem trazia a água usava uma salva, um pichel, e uma toalha. Estas tarefas podiam não ser desempenhadas pela mesma pessoa; nas cortes havia também o servidor da toalha, encarregue de fazer enxugar as mãos. Em qualquer dos casos, era uma tarefa destinada a moços, isto é, adolescentes. Como o rei comia na presença da corte, o acto de dar a salva era considerado um gesto de submissão, e, em circunstâncias cerimoniais, competia a um membro da família real fazê-lo. Por isso, regulamentava-se com precisão quando e como o ritual devia ocorrer.

A 24 de Março, os embaixadores ingleses conheceram por fim as filhas mais novas dos Reis de Castela. O seu interesse em vê-las não era inocente, porque vinham ver como era a noiva do seu futuro rei: Catarina estava apalavrada para casar com o rei de Inglaterra, e o relato chama-lhe já “nossa princesa de Inglaterra” e “princesa de Gales”. Mais adiante, o relator entenece-se com a vista da jovem “noiva” ao colo de sua mãe: “E era bonito ver como a rainha tinha nos braços a filha mais pequena, que era a infanta Dona Catarina, princesa de Gales; tinha então três anos”. Joana encontra-se ausente de todo o relato que só menciona as duas irmãs mais novas; creio que por lapso, ou confusão, uma vez que um pouco adiante falam de Maria como estando prometida ao duque de Borgonha, o que, como sabemos, é um erro. Maria e Catarina vinham com catorze donzelas, todas crianças ou jovens adolescentes, que dançaram duas a duas. Depois foi a vez de os reis mandarem Maria dançar; esta recolheu uma donzela do seu tamanho e idade e dançaram uma dança lenta e outra “alta”, e encerrou-se o baile. Tal como anteriormente, príncipe e princesa dançavam as danças finais, para rematar a festa⁸⁸.

Os embaixadores prosseguiram depois o seu caminho, que incluía uma visita a Portugal, pelo que tiveram ocasião de conhecer o rei D. João II e a rainha D. Leonor, bem como seu filho, então noivo de D. Isabel, o príncipe D. Afonso. A corte encontrava-se em Beja, e a embaixada foi recebida com banquetes oferecidos por muitos outros nobres da corte, que fizeram turnos para receber e

⁸⁸ BELLO LÉON e HERNÁNDEZ PEREZ, 2003, pp. 188-194.

entreter o grupo de ingleses, que se deixou ficar ainda um mês em Beja depois da entrega solene da Ordem da Jarreteira a D. João II, ocorrida a 2 de Maio de 1489⁸⁹.

Dois anos antes, em 1487, faziam-se já planos de casamento em Portugal: D. João II reunia o seu conselho em Almada. Tinha ficado acordado, com o fim das terçarias, que o príncipe herdeiro casasse com Joana (filha segunda dos Reis Católicos) e Isabel “ficasse livre para casar em outra parte”. Todavia, se quando o príncipe perfizesse os catorze anos esta ainda estivesse livre, seria este a casar com ela. D. João II, ao que parece, desejava este casamento à viva força, invocando ser o mais honroso (a primogénita era sempre a noiva de maior valor). Também, por ser mais velha, Isabel dava garantias de fornecer ao reino de Portugal os herdeiros de que este tanto precisava (lembre-se que as suas irmãs eram muito mais novas). A situação, como sabemos, era grave: Afonso era filho único, com um meio-irmão bastardo hostilizado pela rainha, e o rei virara os Bragança e os Viseu contra si. O facto de Afonso conseguir herdeiros rapidamente tinha também, no entender do rei, outra vantagem: podia passar a África a combater os mouros (sábua precaução, como sabemos...). No entanto, cabia ao Conselho pronunciar-se sobre o assunto, e, apesar de haver opiniões discordantes, a hipótese de Isabel acabou por vencer. Seguiu carta fechada para D. Guterre de Cárdenas, comendador da ordem de Santiago, expondo o assunto, e perguntando como estava o negócio do casamento da princesa com o rei de França. A carta, levada por Rui de Sande, falava até em tratar o mais depressa possível da dispensa papal, que o rei de Portugal devia por contrato requerer e pagar⁹⁰. Ou seja, nesta altura o rei não escrevia aos Reis Católicos, mas sondava um intermediário acerca das hipóteses do casamento se realizar. Mas entre hesitações e incertezas, o casamento acabou por ter lugar em 1490.

As negociações estavam inseridas num enquadramento mais vasto: não era um casamento, mas sim um tratado de paz que se consumava. Não o tinham podido fazer mais cedo porque o príncipe D. Afonso, único filho que os reis de Portugal tinham para a troca, era ainda pequeno. Agora, chegava aos catorze

⁸⁹ *Itinerários*, p. 340.

⁹⁰ Chaves, *Livro de apontamentos*, pp. 313 e seguintes.

anos, e estava em idade de casar. Ainda que contingências contratuais obrigassem os Reis Católicos a dar a primogénita em casamento ao príncipe, as negociações foram difíceis. D. João II não facilitava as coisas ao recusar o que os futuros sogros lhe pediam em troca da infanta: que lhes entregasse Joana de Trastâmara; que o rei de Portugal ou o seu filho se encontrassem em pessoa com os reis. O rei de Portugal só queria que lhe enviassem a nora, porque estando mais descontraídos haveriam de se encontrar todos “com dez de mula” ou a correr monte. Não sei o que significa a expressão relativa às mulas, mas a ideia que dá, era que, uma vez realizado o casamento, se poderiam encontrar todos, e sem aparato militar. Sabemos que um dos grandes problemas do encontro entre figuras reais eram as armadilhas, por armas ou veneno, e por isso se evitavam o mais possível. Havia precedentes funestos por todo o século XV, de reis e duques que tinham ou sido mortos ou escapado por um triz a atentados⁹¹. Daí que D. João II referisse o casamento: aliança feita, a paz era a valer... Antes disso, nada de encontros⁹²...

Os Reis Católicos, antes de tudo, obrigaram D. João II a jurar que não deixava sair Joana de Trastâmara do seu conventual cativoiro: não podia sair de Portugal nem do seu estado monástico. O juramento ocorreu em 27 de Março de 1490⁹³, mais de dez anos depois da paz de Alcáçovas-Toledo ter sido assinada, o que demonstra bem a importância da reclusão de Joana para a coroa de Castela. Continuava a ser uma potencial bomba-relógio, e portanto condição *sine qua non* para se fazer o casamento de Afonso e Isabel. As capitulações assinaram-se menos de um mês depois, e reiteravam o que estava disposto no tratado de paz.

O que diziam? É particularmente importante conhecer as cláusulas contratuais do casamento, uma vez que, como sabemos, este terminaria com a trágica morte do príncipe, e estes documentos previam todas as possibilidades. Ou seja, o destino da princesa inscrevia-se nas cláusulas do tratado das Terçarias, assinado separadamente em relação à paz de Alcáçovas, que punha fim à guerra entre Portugal e Castela (1474-1479). Essas cláusulas deram origem a capitulações separadas, assinadas entre os procuradores das duas partes em 4

⁹¹ CHATENET E GIRALTO, 2010, p. 7.

⁹² Zurita, *Anales*, libro XX, cap. 82. *fora de sítio?

⁹³ *Documentos referentes...*, vol. II, pp. 367-368.

de Setembro de 1479. As disposições desse tratado passaram praticamente intactas às capitulações matrimoniais de 1490, e portanto basear-nos-emos nestas duas fontes⁹⁴. A forma habitual de consolidar um tratado de paz era através de uma aliança matrimonial entre as duas casas reinantes que terminavam a guerra entre si; uma vez que este casamento tivera um longo período de espera, até o príncipe perfazer catorze anos, só com a sua realização se podia considerar a paz como definitivamente estabelecida.

Vejamos primeiro o capitulado de 1479. Nele a infanta D. Beatriz, como responsável pelas terçarias, ainda jogava um importante papel como intermediária, que desapareceria em 1490, uma vez que estas tinham sido desfeitas em 1483. O dote seria constituído por 106.666,67 dobras de ouro de banda castelhanas; caso o matrimónio fosse dissolvido, o príncipe ficaria com o remanescente de 53.333,3, ou seja, com metade do dote. O garante do contrato seria a infanta D. Beatriz, a quem o dinheiro seria primeiro entregue, e que só o passaria ao infante depois de ter provas de que o casamento fora consumado. As arras (a contra-doação habitual nos contratos de casamento) equivaleriam à terça parte de 53.333,3 dobras, ou seja, 17.777,77 dobras e só não seriam pagas à princesa se esta morresse antes do príncipe. Caso a princesa as devesse receber, seriam pagas a ela ou seus herdeiros como coisa do seu próprio património, dentro de dois anos a contar do dia em que o casamento se dissolvesse.

Como habitual, o dote não tinha a ver com o sustento dos noivos, mas constituía um capital transaccionado entre casas reinantes; neste caso, tratava-se de um acerto de contas de guerra, à laia de indemnização a Portugal pelos danos sofridos. O resto do contrato, esse, sim, tratava da manutenção do novo casal. Aos pais da princesa competia doar-lhe os aprestos de casa, corpo e câmara, de que poderia dispor livremente, juntamente com o que tivesse recebido em doação do noivo e família deste.

Havia também um detalhe importante a incluir no contrato: os noivos eram primos e era necessário pagar a dispensa de casamento ao papa. Era uma despesa importante, numa época em que a Santa Sé apostava nos rendimentos de chancelaria para aumentar a sua liquidez, embora na maior parte dos casos

⁹⁴ *Documentos referentes...*, vol. I, pp. 327-356.

nos escapem os montantes envolvidos. Neste caso correriam por conta das duas partes envolvidas, sendo pagas a meias.

Logo que casasse por palavras de presente a princesa seria tida como natural de Portugal, bem como as pessoas que viessem com ela. No entanto, caso o casamento se dissolvesse, podia abandonar Portugal sem pedir licença ao rei, mas teria de lho fazer saber; se não tivesse o seu acordo ficaria na posse das vilas de Torres Novas e Montemor-o-Velho.

Apesar da minúcia do contrato, tudo se podia desfazer: por exemplo, caso a rainha estivesse grávida de uma filha, o acordo do casamento de D. Afonso podia transitar para esta. Como sabemos, Isabel a Católica deu à luz a sua filha Joana pouco depois do tratado ser assinado, e durante muito tempo insistiu nessa possibilidade. Apenas a teimosia de D. João II, que queria à viva força o casamento do seu herdeiro com a primogénita dos reis, e o medo destes das suas retaliações fizeram com que o contrato se cumprisse com Isabel como noiva.

O contrato de 1490, embora tivesse sido feito para a ocasião, não alterava substancialmente as capitulações definidas em 1479. Em primeiro lugar assegurava-se a viagem da princesa até ao final de Outubro desse ano (estava-se em Abril de 1490). Seria acompanhada por gente importante (alguns grandes e prelados) até à fronteira de Portugal, precisando que o local de passagem seria entre Badajoz e Elvas (atravessando portanto a ponte do Caia), sendo depois acompanhada até à corte portuguesa por gente dos reis de Portugal. O valor do dote mantinha-se (106.666,75 dobras de ouro), pagas em três anos sucessivos, que começariam no último dia do dito mês de Outubro, ou seja, quando a princesa fosse entregue, tendo implícita a consumação do casamento. O príncipe daria, como é óbvio, recibos do pagamento. Caso o matrimónio fosse dissolvido, o príncipe ficaria com o remanescente de 53.333,3, ou seja, com metade do dote, e deveria devolver o resto à princesa, no prazo de dois anos. As arras (a contra-doação habitual nos contratos de casamento) equivaleriam à terça parte de 53.333,3 dobras, ou seja, 17.777,77 dobras. A parte portuguesa dava como garantia do pagamento das arras e da metade do dote, as vilas de Torres Novas e Montemor-o-velho, tal como estava escrito nas capitulações anteriores.

A casa da princesa seria fornecida pelos pais; adiante veremos o enxoval que levou. Quanto à naturalidade de Isabel e do séquito que trazia de Espanha remetia-se para o documento de 1479.

O contrato estipulava também que o rei de Portugal desse aos noivos o suficiente para manterem as suas casas: uma série de cidades e vilas para o príncipe, os mestrados de Santiago e Avis, até perfazer 15 contos de maravedis de renda (o maravedi tinha um valor mais baixo do que o cruzado). A princesa teria as vilas de Torres Novas, Torres Vedras e Alvaiázere. E ainda, para “suportamento de seu estado e casa”, o equivalente a 1 conto e 950 reais em moeda portuguesa, recebidos em rendas “certas”. Ou seja, quando o rei cumprisse esta cláusula deveria declarar em que alfândegas ou almoxarifados deveria receber o dinheiro, e especificar a origem em impostos ou rendas determinadas. Este último pagamento seria feito quando fosse rainha, mas o documento não é claro neste aspecto⁹⁵. Como vemos, tudo permanecia inalterado, com exceção das cláusulas que previam o sustento das casas de ambos.

2.6. Uma noiva para o reino de Portugal

Estava-se em 1490, e os Reis Católicos casavam a primeira filha. Como veremos, disporiam de outras três para transaccionar nos mercados dinásticos da época. Isabel tinha já idade conveniente, a chegar aos vinte anos, e, como sabemos, estava há muito reservada para o herdeiro do trono de Portugal, no seguimento do tratado das Alcáçovas-Toledo de 1479. Este era cinco anos mais novo, e, ao contrário de muitos casamentos da época, os noivos não se encontrariam face a face pela primeira vez no dia da consumação do casamento. Os dois tinham passado juntos boa parte da infância na vila de Moura, embora a diferença de idades nessa fase do ciclo de vida costume ser significativa. Muito provavelmente, para Afonso, Isabel teria então assumido o lugar de uma irmã mais velha: o príncipe esteve nas terçarias entre os seus cinco e sete anos e a princesa entre os dez e os doze.

⁹⁵ *Documentos referentes...*, vol. II, pp. 368-382.

Mesmo assim, a corte espanhola recebeu o retrato do príncipe “tirado pelo natural” (ou seja, feito à vista) enviado por D. João II, uma prática que começava a fazer estrada nas cortes ibéricas, depois de o ser há muito na Europa do Norte. Mais de cinquenta anos antes, em 1428, não se esqueça, Filipe o Bom enviara a Lisboa o grande Jan van Eyck, pintor da sua corte, para retratar a noiva D. Isabel, futura duquesa de Borgonha e filha de D. João I e Filipa de Lencastre⁹⁶.

O interesse no casamento era mútuo de ambos os lados. Para o nosso D. João II consolidava uma paz sempre precária; para os Reis Católicos ter uma filha na corte portuguesa representava também uma forma de saber o que se passava com a Beltraneja ou Excelente Senhora, não fosse esta ficar noiva de um momento para o outro de um rei que viesse a contender o trono de Castela. Conforme o leitor desta colecção de biografias notará, este foi um papel comum a muitas rainhas europeias do período moderno. Para além de desempenharem o papel de mulheres legítimas dos reis e de mães dos seus filhos, tinham agendas muito específicas no que toca à prossecução de objectivos políticos resultantes das alianças possibilitadas pelos seus casamentos. O historiador Tarcizio de Azcona insiste bastante na intenção dos Reis Católicos de vigiarem a corte portuguesa através das filhas, incluindo nessa estratégia os dois primeiros casamentos de D. Manuel I⁹⁷. A sua preocupação principal era a de que Joana a Excelente Senhora não saísse do convento, nem fosse negociado o seu casamento com algum rei em condições de disputar os direitos sobre a sucessão ao trono de Castela. A presença de Joana de Trastâmara foi um trunfo da política portuguesa até muito tarde, no quadro de relações entre os dois reinos marcadas por permanente ambiguidade.

Fosse como fosse, o casamento ia para a frente. Negociou-se um contrato, proporcionou-se um enxoval a Isabel, e fizeram-se umas majestosas bodas em Sevilha. O leitor já sabe, eram ao mesmo tempo momentos de alegria e de despedida. As expectativas eram de que Isabel ficasse por Portugal e se tornasse rainha, e nem sequer voltasse à corte espanhola. Não seria assim, porque Isabel faria duas vezes o caminho de volta.

⁹⁶ LACERDA, 2010, p. 21.

⁹⁷ AZCONA, 2004, p. 522.

Como em qualquer casamento régio, para além das negociações e assinatura do contrato, a preparação do enxoval requeria tempo, e, sobretudo, dinheiro. Conhecemos o enxoval de Isabel através das contas do tesoureiro da rainha Isabel I, Gonzalo de Baeza, que anota as coisas dadas a Juan de Salinas, o principal oficial da casa da princesa⁹⁸. Por elas ficamos a saber que D. Isabel levou o habitual entre as pessoas da sua qualidade: objectos e paramentos litúrgicos, livros, devidamente encadernados, e as habituais jóias. Não faltavam também objectos de higiene e toilette como o espelho, os perfumadores, as almarraxas (borrifadores), as agulhas para labores, etc. Muito ouro, muita prata dourada na ocasião, muito trabalho de bordado pago a artesãos qualificados (os bordadores de profissão eram então homens), e as armas da princesa figurando nos mais variados objectos: nos estandartes das trompetas, nas vestes e alfaias litúrgicas, e também nas coisas de mesa. Para conter o riquíssimo enxoval compraram-se de propósito 41 arcas (embora houvesse outras malas e cofres), que representaram um gasto significativo, o quarto em importância. Havia também os chamados almofreixes, maletões destinados a conter as camas de viagem.

A maior despesa foi em ouro, necessário para dourar as pratas, bordar guarnições e fazer alguns objectos. No entanto, o mais caro elemento singular do *trousseau* foi a cama bordada, seguido por umas tábuas de cavalgar novas. A cama, como os historiadores medievais e modernos sabem, era a mais importante peça do enxoval feminino, designando não apenas o móvel propriamente dito, que tinha a designação de leito, mas sim os colchões, lençóis, colchas, dosséis, etc. Neste caso, a cama incluía uma guarnição dourada com chaparia de prata, e panos que provinham quer da câmara da princesa quer da de sua mãe (os habituais veludos e brocados).

As tábuas de cavalgar eram aprestos de montada usados apenas pelas senhoras, porque pressupunham que estas se sentassem de lado; eram objectos riquíssimos porque eram usados quando desfilavam à vista de todos, sobretudo nos cortejos de entrada nas cidades. Havia também nove pares de sapatos, -os chapins-, de cetim ou seda, bordados a fio de ouro, e é interessante notar que não

⁹⁸ *Cuentas de Gonzalo de Baeza*, vol. I, pp. 347-358.

se menciona o uso de peles de animais no seu fabrico. O mais espantoso conjunto, todavia, consiste nas 146 dezenas de pares de luvas (se a fonte está correcta 1460 pares), para as quais havia duas arcas próprias! Não se exclui a possibilidade de haver um erro de transcrição na fonte; este total é um tanto absurdo, mesmo se tivermos em conta que se podiam destinar também às damas da princesa. Uma cifra impressionante, se pensarmos que as luvas eram então objectos de grande luxo, especialmente se fossem perfumadas; havia-as também feitas de pele de feto de bezerro (ou seja, do animal ainda não nascido)⁹⁹.

É importante notar o conjunto de pessoas e lugares que um enxoval deste tipo convocava: desde os artesãos necessários ao fabrico das peças, ou sua alteração, às pessoas da corte que as faziam encomendar noutras cidades, ou que as ofereciam. Quanto aos 23 livros que figuram na lista (ignoramos se a princesa levou outros), anota-se que foram todos encadernados e guarnecidos a prata dourada. Deles faziam parte vários breviários, um missal, livros de horas e devoções, e há também referência a um iluminador que neles “desenhou certas letras e dourou e repuxou um breviário que deu o bispo de Ávila”. Ou seja, é de supor que os livros fossem quase todos religiosos, e manuscritos iluminados, e já existissem anteriormente, sendo agora “personalizados” para uso da noiva. Os livros de devoção, como se sabe, tinham habitualmente marcas de pertença como a representação das armas do proprietário e por vezes o seu retrato, normalmente idealizado... De notar também que o enxoval de Isabel incluía vários objectos referidos como sendo presentes: não apenas o breviário oferecido pelo bispo de Ávila, mas também um acéter de prata dado pelo cardeal de Espanha¹⁰⁰. Muitos dos objectos eram transformações ou reutilizações de coisas já existentes, alguns provenientes da câmara da princesa. Outros eram novos, mas o banho de ouro era imprescindível para quase todos os objectos de prata, que era dourada para a ocasião. A cama, símbolo do matrimónio por excelência, tinha a significativa participação da mãe da noiva, que doava panos e guarnições da sua própria câmara.

⁹⁹ HOLLINGSWORTH, 2004, p. 180-181.

¹⁰⁰ Um acéter podia ser um lavatório portátil, mas também um recipiente de água benta; inclino-me mais para a segunda hipótese uma vez que aparece referido entre outras alfaias litúrgicas.

Sobreviveu até nós a carta em que Rui de Sande, escrivão da embaixada do rei D. João II junto dos Reis Católicos, fazia a reportagem do casamento ao seu rei; encontra-se inserida numa das crónicas de Gaspar Correia, e merece menção especial¹⁰¹. A imagem que Sande confere da princesa no dia do seu casamento por procuração confirma a ideia de uma pessoa alegre que tínhamos já encontrado aquando da embaixada inglesa de 1489: "...a senhora princesa em meio deles [dos pais] mui leda mostrando muito contentamento e alegria que lhe mais achegava e trazia muita formosura".

O casamento teve lugar de noite, ao serão: para nós é estranho, porque os celebramos geralmente ao longo do dia. Estavam os embaixadores de Portugal nos seus aposentos, quando os vieram buscar; eram figuras centrais nestes casamentos por procuração porque representavam a parte contratante ausente. A comitiva incluía várias personagens importantes da corte dos Reis Católicos, formando um cortejo de quatrocentas cavalgaduras com mais de duzentas tochas acesas; daí se depreende que os embaixadores estanciavam fora do paço. Rui de Sande narra com todo o pormenor a indumentárias dos embaixadores de sua alteza, e fazia-o por ser hábito documentar com pormenor a roupa dos representantes do rei. Não era um preciosismo nem um dado aleatório e irrelevante: não usar de magnificência numa ocasião deste tipo seria desclassificar o rei de Portugal e o casamento que agora se efectuava. Passemos um pouco depressa por essa fastidiosa descrição: muito veludo alevantado (ou seja, de pêlo alto), jóias com pedraria (os homens adornavam-se com jóias abundantes), e mulas enfeitadas a condizer. Rui de Sande descreve até a forma como se apresentou na ocasião: ia vestido com uma opa com as cores da princesa, o roxo e o branco, levava um colar de ouro e montava uma mula arreada a preceito...

Os portugueses chegaram então ao paço. Cá fora, antes de entrar, foram recebidos por toda a corte; só depois foram conduzidos a uma sala contígua aquela onde deveriam estar os Reis Católicos e Isabel. Novos recebimentos por grandes da corte, entre os quais se incluía dois duques desavindos que tinham acabado de fazer as pazes nesse dia, a rogo do rei D. Fernando, "por a festa ser

¹⁰¹ Correia, *Crónicas dos Reis*, pp. 223-229.

como cumpria a tão altas bodas”. Estas ocasiões, bem como os momentos de grande penitência do calendário litúrgico, como a Quaresma, eram aproveitadas para fazer a paz entre inimigos, uma acção considerada meritória, e incluída entre as obras de misericórdia espirituais da doutrina cristã.

Só então entraram os embaixadores na câmara onde estava a noiva com seus pais. O rei, a rainha, com a noiva no meio deles, levantaram-se de suas cadeiras e vieram até à beira do estrado: foi o sinal para a comitiva portuguesa avançar e se formar um cortejo com espanhóis e portugueses que se dirigiu a outra sala, onde o casamento devia ter lugar. Não era fruto do acaso que os dois reis e a infanta se tivessem chegado à borda do estrado: os passos dados nesta espécie de palco da realeza eram objecto de rigorosa marcação.

Na sala do casamento propriamente dito, havia outro estrado com nove degraus (nada disto era fortuito, como o leitor ou leitora já sabem): a semiótica do poder era implacável. Dizia eu, os cinco degraus inferiores estavam alcatifados, isto é, cobertos de tapetes até ao chão, e os quatro superiores cobertos de veludo carmesim. Em cima, nove almofadas sobre um pano de brocado roxo, dispostas três a três. Por cima do estrado, um dossel e tapeçaria “tocada” de ouro a forrar as paredes da sala. Iluminavam-na tochas trazidas por pajens ataviados de veludo carmesim e brocado. Nestas cerimónias, as paramentarias faziam parte de um conjunto, e a tendência ia no sentido de os têxteis condizerem uns com os outros: é provável que o brocado e o veludo de roupas e atavios do estrado e dossel fossem dos mesmos tecidos. Rei e rainha subiram ao estrado, sempre com a noiva no meio (eram para eles as nove almofadas dispostas em grupos de três); nos degraus mais baixos, por ordem de precedência estavam os bispos e restantes dignidades. No chão, mas tendo o cuidado de fazer com que as damas vissem bem a cena que estava para acontecer, os restantes cortesãos.

Como foi o casamento propriamente dito? A princesa pôs-se de joelhos e beijou as mãos ao rei e à rainha, que a beijaram na face direita e lhe lançaram a bênção para receber o matrimónio. Era a vez de entrar em cena o cardeal arcebispo de Sevilha. O acto propriamente dito era muito diferente do actual. O cardeal perguntou em alta voz se alguém sabia de alguma coisa que impedisse o

casamento (semelhante ao nosso “fale agora ou se cale para sempre”). Os presente responderam em coro “não há causa porque se não deva fazer o dito casamento”. O cardeal tornou a perguntar duas vezes a mesma coisa, alto e bom som, para os ouvir bradar a mesma frase novamente. Em seguida tomou a mão direita da infanta, e perguntou-lhe se queria casar com o príncipe de Portugal, e fez a mesma pergunta a Fernão da Silveira, procurador do príncipe, também tomando a sua mão direita. Este estava de joelhos, e beijou a mão da princesa antes de a tomar na sua. A seguir, o cardeal fez a mesma pergunta a Isabel mas de modo diferente: se queria casar com o príncipe como manda a santa igreja de Roma. E também a Fernão da Silveira: Isabel era já princesa de Portugal.

Logo que a cerimónia religiosa acabou, levantou-se um ruído de charamelas, atabales e trombetas, os instrumentos musicais da época (recordemos que os preparativos do enxoval da princesa tinham incluído apor as armas da princesa nos estandartes de trombetas, embora nada nos diga que fossem as mesmas). Isabel foi logo beijar novamente a mão do pai e da mãe para lhes agradecer “terem-na casado tão altamente”. A seguir, seguiu-se a generalização do ritual à participação activa de todos os presentes, ao fazerem fila para beijar a mão à princesa, sempre no meio da balbúrdia dos instrumentos, dos brados “senhora princesa, senhora princesa de Portugal e dos Algarves”. Depois da efusão geral, o trio pai-filha-noiva sentou-se de novo, desta vez com o rei no meio, e não a princesa, que ficou à sua direita. Trouxeram um escabelo para os embaixadores, e a seguir dançou-se. Houve os habituais momos, e a seguir uma pequena consoada composta por fruta, que durou meia hora. Dois apartes para explicar que nas cerimónias da corte sentar-se era geralmente um privilégio reservado à família real, quando muito a alguns convidados ilustres, como os embaixadores. Dos momos falaremos mais à frente; por agora digamos apenas que eram representações teatrais em que os participantes envergavam uma carantonha, ficando irreconhecíveis; o conteúdo das peças inspirava-se geralmente em romances de cavalaria, incluindo cenas de amor cortês.

Antes do final da festa a rainha perguntou ao escrivão da embaixada, ou seja, Rui de Sande, o nosso narrador, se era já partido correio a avisar a corte portuguesa de que o casamento se tinha efectuado. A resposta foi que partira

logo que a princesa dissera o sim com as mãos dadas. Caro leitor, ou leitora, já reparou que não houve alianças? A cerimónia era marcada pela imposição das mãos, que assinalava a união entre homem e mulher. Daí o correio ter partido logo que esta teve lugar. De noite, portanto: conta Sande que a cerimónia que acabamos de descrever começou pelas ave-marias (ao cair da noite) e acabou pela duas da madrugada. Sabemos já que o rei D. João II tinha montado um rápido serviço de estafetas, pelo que a notícia se soube logo pela manhã, quando rei e príncipe cavalgavam em Évora na actual praça do Geraldo.

De Abril a Novembro daquele ano, a princesa esteve sempre a viver em função das suas bodas. A 18 de Abril celebrou-se o casamento por escritura na cidade de Sevilha (a carta de Rui de Sande é de 22), montando-se então cadafalsos para as festas junto aos estaleiros do Guadalquivir. Muitos cavaleiros justaram então em Sevilha, entre os quais o rei seu pai, e as festas duraram até Santa Cruz de Maio¹⁰². Foram portanto quinze dias de celebrações, tantos quantos durariam as bodas do lado português. A família estava toda junta, os reis ainda com os seus cinco filhos e toda a corte. Todos se deslocavam às justas durante o dia e regressavam aos seus aposentos de noite, iluminados por tochas, e montando as suas mulas. Uma interrupção na guerra de Granada, para onde o rei D. Fernando voltou logo de seguida¹⁰³.

Pouco depois, D. Fernando de Aragão armava cavaleiro o seu filho e herdeiro do trono, o príncipe D. Juan. Isabel permanecia em companhia da rainha sua mãe, e as festas da sua partida tiveram lugar mais tarde, a 11 de Novembro de 1490, em Constantina, uma vila da Andaluzia¹⁰⁴.

A princesa fez a viagem acompanhada por numerosa e lustrosa comitiva, atravessando a ponte da ribeira do Caia que separava Portugal e Castela, tal como estava estipulado¹⁰⁵. A chefiar o grupo encarregue de a receber estava o duque de Beja, D. Manuel, que viria mais tarde a ser o seu segundo marido. A

¹⁰² Festas do mundo hispânico, celebradas a 3 de Maio.

¹⁰³ Bernáldez, *Historia de los Reyes*, tomo I, Parte II, pp. 279-280.

¹⁰⁴ Actualmente um município da província de Sevilha.

¹⁰⁵ Resende, *Crónica de D. João II*, pp. 166-167.

princesa ficou então acompanhada por um número de nobres mais reduzido, que assistiram às bodas em Évora, de onde voltaram carregados de presentes¹⁰⁶.

¹⁰⁶ Bernáldez, *Historia de los Reyes*, tomo I, Parte II, pp. 289-290.

Capítulo 3 – Os dois casamentos de Isabel

3.1. Um casamento breve

Caro leitor: se estiver lembrado, sabe que dediquei já algumas páginas ao primeiro casamento de Isabel, porque o seu noivo era filho de uma biografada minha, a rainha D. Leonor¹⁰⁷. Vou agora, para não repetir a narrativa, contar a história do ponto de vista de uma filha dos Reis Católicos que casava com um príncipe português.

Para Isabel, que andava pelos seus vinte anos, as bodas devem ter parecido assaz longas, tanto do lado castelhano-aragonês, como do português.

Em tempos de viagens difíceis e demoradas, raramente os pais de ambos os noivos assistiam às festas juntos. Os de Isabel estavam em plena campanha contra os muçulmanos da península Ibérica, que haveriam de expulsar por completo dois anos depois, através da conquista de Granada em 1492. Fizeram, como vimos, um interlúdio festivo para comemorar o casamento da primeira filha, em Sevilha, para depois continuarem o seu programa bélico. D. Isabel seguiria para Portugal com a sua comitiva, onde chegaria em Novembro. Em Portugal, as festas revestir-se-iam talvez de um significado diferente: estava em jogo estabelecer uma paz duradoura com Castela depois da guerra terminada em 1479, bem como fazer uma demonstração de grandeza perante a noiva, e sobretudo, os embaixadores e outros estrangeiros presentes. Como disse atrás, e remeto o leitor para as páginas que escrevi sobre estas festas na biografia de D. Leonor, mãe do noivo. Quando muito, farei um pequeno resumo: a corte estava a postos em Évora (com Lisboa impedida pela peste) esperando notícias da chegada da princesa. Mal estas chegaram, houve logo festejos, e a princesa ficou esperando no convento do Espinheiro o dia da sua entrada solene na cidade.

Não voltarei a contar as peripécias do episódio: apenas referirei com algum detalhe a arenga pronunciada por Cataldo, que então fez o discurso de boas-vindas à princesa, uma componente da liturgia daquele tipo de rituais. Uma obra

¹⁰⁷ Sá, 2011, p. 121-141.

de bajulação, como seria de esperar (os ouvintes estranhariam se assim não fosse). A beleza da princesa e o carácter do rei e do noivo, foram postos a brilhar por Cataldo, em latim, língua que tão bem dominava (e que a maior parte do povo da cidade desconhecia, e, suspeitamos, muitos cortesãos). O elemento mais importante do discurso consistia na saudação da própria cidade de Évora e outras do reino, que reafirmavam o seu reconhecimento da autoridade do monarca e da sua família: “Agradece, pois, a vossa Alteza toda esta cidade de modo extraordinário, e muito humildemente vos beija a mão e muito respeitosamente vos recebe e reconhece como sua princesa; e com ela fazem inteiramente o mesmo todas as cidades e vilas destes reinos”¹⁰⁸. Não é certamente, para o historiador, um discurso informativo, a não ser por acidente. Neste caso, o autor confirma a proficiência da rainha D. Leonor, mãe do príncipe, na língua latina: “É tão grande a força do seu engenho tanto para interpretar como para ler os volumes das páginas sagradas e da língua latina, que se pensa ser, não leitora ou intérprete, mas mestra de intérpretes e leitores de obras”¹⁰⁹. E também nos dá informações sobre o tempo: o sol, escondido, tinha-se mostrado quando a princesa fez a viagem do Espinheiro para a cidade (esperemos que seja verdade, pode ser figura de retórica, especialmente se o discurso estivesse escrito com muita antecedência). Proclamava Cataldo: “E o sol, que hoje desde o princípio da manhã até esta hora vespertina não tinha podido sair, impedido pela densidade das nuvens e pela excessiva espessura do ar, todavia, quando saístes do convento do Espinheiro (como lhe chamam), para entrardes nesta cidade, de súbito irrompeu com todas as forças, e inesperadamente mostrou-se em público, ao mesmo tempo para tornar límpido o dia, ao mesmo tempo para vos ver numa magnífica mula, sobressaindo a todos em tão grande séquito de nobres, e para prolongar um dia brevíssimo por natureza”¹¹⁰. Estava-se em Novembro, como sabemos, e, segundo os relatos da época, fazia frio...

Depois da entrada da princesa os festejos prolongaram-se por quinze dias, com vários banquetes na sala da madeira - construída de propósito para os alojar -, torneios e justas. Uma despesa astronómica para a qual D. João II tinha reunido

¹⁰⁸ Sículo, *Duas orações*, p. 51.

¹⁰⁹ Sículo, *Duas orações*, p. 59.

¹¹⁰ Sículo, *Duas orações*, p. 67-69.

cortes do Reino para pedir aos povos um empréstimo em dinheiro, e mobilizado a produção pecuária e agrícola de um território alargado, bem como procedido a importação de produtos de luxo do estrangeiro (Flandres, Itália, Castela, etc...).

Comentário de Pulgar, a propósito das festas de casamento em Évora: “O que tudo foi tão extremo, que querendo os portugueses igualar a grandeza dos reinos e senhorios do rei e da rainha, pareceu haver maior ânimo para gastar do que permitia a sua capacidade para o que gastaram”.¹¹¹ Um tema actual, sem dúvida...

Como disse antes, não repetirei aqui o que escrevi a propósito deste casamento na biografia da sogra de D. Isabel, a rainha D. Leonor. Apenas o que nos retira o véu de mistério que paira sobre a princesa, enquanto figura secundária numa história em que as crónicas falam sobretudo dos grandes protagonistas. Ao que parece, a sua entrada no mundo das mulheres casadas foi marcada por uma gigantesca *gaffe*, embora de responsabilidade mais do príncipe e do rei seu pai do que sua. D. Isabel consumou o casamento com o príncipe no mosteiro jerónimo do Espinheiro, situado nos arrabaldes de Évora. Nele aguardava, à maneira da época, que se iniciasse o ritual de entrada na cidade, o que não a impedia de ser visitada pela sua nova família. De facto, qualquer entrada solene pressupunha uma pequena estadia num local a cerca de uma légua de uma das portas da cidades, e esta espera não era impeditiva de contactos entre quem recebia e quem era recebido. Muito pelo contrário, serviam para afinar pormenores do espectáculo, porque era disso que se tratava.

Aconteceu que, numa ocasião em que o príncipe D. Afonso a foi visitar sozinho com o rei seu pai, acabaram por dormir juntos antes do tempo devido. Ou seja: o casamento estava já oficializado, uma vez que houvera uma cerimónia de casamento por procuração em Sevilha, e tinham sido recebidos pelo arcebispo de Braga em Estremoz. No entanto, o sacrilégio residia no facto de o terem feito num espaço religioso, ofendendo a Nossa Senhora. Da maneira como Garcia de Resende narra o episódio, é evidente que este foi tomado à *posteriori* como um

¹¹¹ “Lo qual todo fué tan por estremo, que queriendo los portugueses parejar com la grandeza de los reinos y señorios del Rey y de la Reyna, pareció tener maior ânimo para gastar que bastava su facultad para lo que gastaran”. Pulgar, *Crónica de los Reyes Católicos*, vol. 2, p. 441.

presságio da tragédia que estava para vir. Mas talvez nos diga, ainda que à custa de alguma especulação desta vossa narradora, que a religiosidade da princesa não chegou para impedir um sacrilégio. Digo isto porque por vezes é relatado, no que aos casamentos régios diz respeito, a relutância, e até aversão, com que as jovens esposas virgens acolhiam os seus maridos na primeira noite. Não parece ter sido o caso de Isabel.

Repare-se que as expectativas em matéria de sexualidade eram diametralmente opostas consoante o género: os noivos eram supostos ter alguma experiência, e as raparigas nenhuma. Este factor, juntamente com a diferença de idades, fez com que muitas régias noivas reagissem mal a um encontro físico que lhes causava estranheza. Voltando a Isabel, não há nada que nos diga que a princesa alguma vez se esquivou à conjugalidade com o seu primeiro marido, muito embora não tenha engravidado. Especulando ainda um pouco mais, talvez tenha sido a entrega da princesa a explicar o desgosto profundo de que deu mostras no momento da morte do príncipe, e que perdurou pelos anos subsequentes.

Durante as festas em Évora, há notícias de que a princesa se comportou à altura do que era de esperar de uma futura rainha. Temos o episódio da luva, por exemplo. Durante a entrada na cidade, a princesa ia montada numa mula, tendo o rei à sua esquerda. Embora este não a levasse pela mão, Isabel tirou a luva “da parte onde el rei ia, e sempre levou a mão descoberta, que logo se julgou por mulher de muito primor, e de grande acatamento”. O gesto foi muito apreciado por Garcia de Resende na sua crónica, que dele deu a devida conta, como se aquele momento servisse como uma espécie de prova dos nove do carácter da princesa e da sua aptidão para ser a futura rainha de Portugal¹¹². Com efeito, mandavam as regras da etiqueta que ninguém conservasse as luvas calçadas na presença do rei.

Tudo indica, portanto, que a princesa, tirando o episódio do Espinheiro, considerado de mau augúrio, causou boa impressão na corte portuguesa. Mais tarde, vê-la-emos bastante chegada aos sogros durante a tragédia que vitimou D. Afonso e nos primeiros tempos do luto.

¹¹² Resende, *Crónica de D. João II*, p. 170.

Os primeiros meses de casamento foram de festa: aos quinze dias das bodas de Évora seguiu-se o inverno na cidade (apenas mitigado pelas preocupações em torno da saúde de D. João II, e as primeiras suspeitas de envenenamento), e pela partida para Santarém, onde foram recebidos com solenidade e celebrações festivas. Era assim sempre que um rei ou seu herdeiro entravam pela primeira vez numa cidade; o rei e sua mulher, por exemplo, entraram em Santarém sem se observar o ritual de entrada, uma vez que já o haviam feito anteriormente.

Do ponto de vista material, as coisas estavam bem encaminhadas. Sabemos que D. João II tratou de dar à nora logo em Dezembro de 1490, dias depois do casamento, o assentamento (anuidade) que lhe era devida por contrato, a soma de 2 025 000 reis¹¹³. A noiva devia agradecer ao sogro, uma vez que lhe concedeu nesse mesmo dia outra anuidade de quinhentos mil maravedis brancos, “graciosos”¹¹⁴. Dois dias depois, a princesa recebia as prometidas vilas de Torres Vedras, Torres Novas e Alvaiázere, propriedade da rainha D. Leonor sua sogra, “que as ditas vilas deixou para lhas darmos nós”¹¹⁵. Um gesto que a rainha D. Leonor não teria para com as noivas do irmão em 1498 e 1500... Se bem que, em compensação, D. João II lhe doasse a seguir as rendas dos judeus de Lisboa... Um talento financeiro, a “rainha velha”¹¹⁶... D. Isabel tomou posse efectiva das vilas que lhe eram doadas, uma vez que a encontramos a nomear oficiais delas em Agosto e Setembro de 1491, já viúva¹¹⁷.

Nada nos diz que o jovem casal fosse infeliz. Pelo contrário, momentos antes de Afonso tomar a decisão de ir com o pai até ao rio, o cronista diz-nos que fazia a sesta com sua mulher. Foi portanto neste contexto que a princesa o viu de boa saúde pela última vez. Poucas horas depois, seria chamada a acorrer à pressa ao local do acidente, encontrando o príncipe em coma. Durante a agonia deste, Isabel parece ter estado sempre no chão: de reparar que o príncipe foi

¹¹³ *Documentos referentes*, vol. II, p. 395 [1490.12.06, Évora].

¹¹⁴ *Documentos referentes*, vol. II, p. 396 [1490.12.06, Évora].

¹¹⁵ *Documentos referentes*, vol. II, pp. 396-397 [1490.12.08, Évora].

¹¹⁶ *Documentos referentes*, vol. II, pp. 398-399 [1491.04.10, Moura]. SÁ, 2011, p. 235-244.

¹¹⁷ *Documentos referentes*, vol. II, pp. 400-401 [1491.08.28, Santarém; 1491.09.07, Santarém].

recolhido numa simples cabana de pescador, onde não haveria muito onde sentar. Mas o desespero da princesa é óbvio, e Resende narra bem o estado de choque em ficou, tal como sua sogra, que perdia o seu único filho. A morte do príncipe era uma tragédia para todos, sendo o luto geral.

Ouçamos Garcia de Resende sobre as reacções da princesa ao acidente. Como se sabe, num quente dia de Julho, mais precisamente a doze do mês, quis o rei D João II ir nadar no rio Tejo na companhia do filho, que, a gozar a sesta com a nossa princesa, a princípio recusou. Quis a desgraça que o príncipe tivesse mudado de ideias, e o resto é conhecido: uma corrida em que o cavalo do príncipe caiu e o esmagou na queda, deixando-o logo inconsciente¹¹⁸. O príncipe foi rapidamente recolhido para uma casa no local. A notícia foi dada a D. Leonor, mãe do príncipe e a sua mulher, que saíram “como desatinadas a pé, e em mulas alheias que acharam, e o senhor D. Jorge filho del-rei com elas”, “com muito pouca companhia foram como fora de seus sentidos até chegarem à pobre e triste casa onde o príncipe jazia”. Tentaram falar-lhe sem sucesso, e “elas sentiam a dor, e dores que ele já não sentia”.

Ficaram todos ali, durante a noite, esperando que o príncipe voltasse a si, até quarta feira à uma da noite, quando os médicos informaram o rei de que não havia nada a fazer pelo príncipe. D. João, com a mulher e a nora pela mão, saiu, deixando o moribundo com os confessores. O pranto foi geral, violento como era naqueles tempos: as mulheres a arranharem-se na cara “desfazendo com as unhas e mãos a formusura de seus rostos que lhe corriam em sangue”. Os homens depenavam suas barbas e cabelos.

Entretanto chegou o duque de Beja, D. Manuel, procedente de Tomar, que, criado na mesma cama e mesa do príncipe, se juntou às manifestações de dor. Rei, rainha e princesa abandonaram o local, D. João a pé, e as duas mulheres “atravessadas em mulas, como mortas”, recolhendo-se nas casas de um tal Vasco Palha, situadas na ribeira do Tejo. Aí lhes chegou pouco depois a notícia de que o príncipe tinha morrido; o rei, antes que alguém o fizesse, fez questão de a comunicar a Leonor e a Isabel. Começou primeiro por esta última, que “achou

¹¹⁸ Existe uma versão do acidente algo diferente da dos cronistas Rui de Pina e Garcia de Resende em BA, cod. 50-V-15, fl. 36-38. Sobre o assunto ver também BRAGA, 2008, p. 91-97.

deitada como morta no chão”, a quem fez levantar “com palavras de pai verdadeiro”, indo em seguida consolar a mulher.

Seguiu-se o luto, depois do corpo do príncipe ser levado ao mosteiro da Batalha: as roupas, antes luxuosas, foram trocadas por “muito baixo” pano negro ou outros tecidos igualmente pobres. Outro sinal de dó era o corte de barba e cabelos, e a princesa “trosquiou os seus prezados cabelos, e se vestiu de almáfega, e a cabeça coberta [de] negro vaso”¹¹⁹. Os rituais da viuvez encenavam a “morte sexual” da princesa, de forma a obliterar qualquer vestígio de sensualidade: cabelos curtos sob uma cabeça coberta, e vestuário sem cor. Como veremos, o rigorismo religioso da corte espanhola e da própria princesa transformá-la-iam numa pessoa em permanente penitência.

Rei, rainha e princesa permaneceram quinze dias nas casas de Vasco Palha, até que se mudaram numa noite “escura, sem tocha, nem claridade” para outra casa, desta vez pertença de uma viúva de um cortesão, onde estiveram muitos dias encerrados. Um dia, saindo o rei para ir à missa, chorou quando se viu sem o filho, o que foi causa de se levantar um grande pranto entre os presentes. Este choro foi ouvido pela rainha e pela princesa, que estavam em casa, que começaram também um “grande” e “dorido” e “desconsolado” lamento, com “tantos e tão grandes gritos que parecia que os paços se vinham a terra, e foi necessário a el rei descer-se para ir confortar a rainha, e a princesa, sem ter quem o consolasse a ele.”¹²⁰

Mais notável ainda é que tivessem enviado alguém à corte para saber o que a princesa viúva queria fazer: se regressar a “casa” dos pais, se permanecer em Portugal. Fizeram-no logo através de Henrique Henriques, seu mordomo mor e conselheiro, incumbido de apresentar condolências pela morte do príncipe, e de conversar com Isabel sobre o assunto. A princesa, embora confessasse a sua pena em abandonar os sogros, manifestou-se a favor de ir logo depois das exéquias. É importante que sublinhemos o respeito que os pais manifestavam pela filha, que encaravam como tendo vontade própria, algo que se devia com toda a probabilidade à personalidade forte da princesa. Na mesma carta

¹¹⁹ Almáfega era um burel branco grosseiro e vaso uma fazenda de lã preta.

¹²⁰ Resende, *Crónica de D. João II*, p. 192-200.

afirmavam que o emissário estava incumbido de desencorajar a princesa a assistir às cerimónias fúnebres por alma do defunto marido na Batalha, pelo perigo que corria a sua vida e a sua saúde; e, agradeciam a D. João II e D. Leonor não a terem deixado ir¹²¹. Talvez conhecessem bem a filha, e Isabel a Católica, como sabemos, tinha especiais motivos para não a deixar arrastar desgostos. Não fora a morte de seu pai, o rei D. João II de Castela, a despoletar a loucura de sua mãe, avó materna da princesa de Portugal?

3.2. Viúva inconsolável

Em Setembro, dois meses depois da tragédia, Isabel despediu-se soluçando da sogra, a rainha D. Leonor, e partiu de Santarém, acompanhada pelo rei e toda a corte. Uma viagem de suspiros e lágrimas, segundo conta Garcia de Resende. Seguiram por Abrantes e Ponte de Sor; duas léguas depois chegou a vez da princesa se despedir do sogro, que fez a viagem de regresso sozinho. O resto da comitiva seguiu com a princesa para a fronteira, por Avis, e depois Olivença, onde foi entregue ao mestre de Santiago, sendo a cerimónia de despedida assinalada por um discurso de circunstância do arcebispo de Braga. No entanto, a princesa ainda foi acompanhada por uma comitiva portuguesa, agora mais restrita, até ao local onde seus pais se encontravam¹²². Pouco tempo depois, a 24 de Outubro, da veiga de Granada onde se encontrava o arraial do exército castelhano-aragonês, os Reis Católicos escreviam uma carta a D. João II, à guisa de agradecimento pelo facto de a filha lhes ter sido entregue¹²³.

Não sabemos a razão da pressa no regresso de Isabel. Podia ter havido por parte dos pais o propósito de a convencerem a casar novamente o mais depressa possível, ou vontade de ter a filha perto deles num momento tão triste. Os Reis Católicos sabiam também que o problema do lado português se agravava pelo

¹²¹ BPE, Cod. CIII/2-20, fls. 23v-24 [1492.10.24, veiga de Granada]. Nota: ano da carta tem de ser 1491, provável erro de cópia. Mesma carta em BNP, cod. 7638, fl. 22v-23v.

¹²² Resende, *Crónica de D. João II...*, pp. 204-205.

¹²³ BPE, Cod. CIII/2-20, fls. 23v-24. *deslindar confusão

facto de não haver mais herdeiros legítimos. Começaria então a azáfama de D. João II no sentido de legitimar o seu bastardo D. Jorge, a que os Reis Católicos se oporiam por todos os modos. Teriam os pais medo de que, se a filha ficasse, D. João II fizesse pressão para a casar com o seu bastardo? Era pouco provável, porque D. Jorge era um rapaz de cerca de dez anos, e Isabel tinha o dobro da sua idade, mas, como sabemos, nesta época quase tudo era possível em caso de necessidade dinástica... Em todo o caso, como vimos, pouco depois de ter ficado viúva, Isabel partia ao encontro de seus pais.

Com a morte de D. Afonso, o bom momento nas relações entre Castela e Portugal acabou de imediato. Diz Zurita que o rei D. João II queria a todo o custo evitar que lhe sucedesse no trono D. Manuel duque de Beja, e assim continuou viva a inimizade que tinha para com o rei e a rainha, tentando usar de Joana de Trastâmara como trunfo, para fazer com que estes aceitassem como sucessor ao trono português o seu bastardo D. Jorge¹²⁴. Já Commynes fala da fama de crueldade do rei D. João II que fez viver D. Manuel em “grant paour et crainte” (em grande medo e receio), aludindo também à sua intenção de legitimar um bastardo. Isto no meio de vários erros, como a afirmação de que matou o duque de Viseu à mesa, perante a rainha D. Leonor¹²⁵. Seja como for, os dois cronistas fazem eco da fama grangeada pela crueldade de D. João II e a sua vontade de sentar um bastardo no trono. Sabemos também hoje o quanto a vontade contrária dos reis de Castela nesse particular foi decisiva para o contrariar.

A guerra contra os muçulmanos continuou, desta vez sobre Granada, mas Isabel já não estava com sua mãe e irmãos. Agora, a crónica de Bernáldez passa a mencionar outra infanta na companhia da rainha Isabel, talvez Joana, um pouco mais velha que Maria e Catarina, sempre mantidas um pouco à parte devido à sua pouca idade. Um aparte, caro leitor: a rainha fazia questão de ter sempre mulheres com ela, sobretudo na câmara onde dormia, porque, segundo as convenções da época, uma mulher devia fazer-se acompanhar por pessoas do seu sexo, “com o fim de conservar incólume a reputação da sua honestidade”,

¹²⁴ Zurita, *Anales*, libro XX, cap. 89.

¹²⁵ Commynes, *Mémoires*, t. III, p. 296.

conforme observou Munzer, o celebre viajante alemão que visitou a Península Ibérica no final do século¹²⁶.

A princesa Isabel haveria de regressar à corte dos pais ainda durante o cerco de Granada, coberta por um doloroso luto. Encontrou-se com eles em Illora, e estes tentaram-na consolar o melhor possível¹²⁷. No ano seguinte, conquistada a cidade, quando por fim se içaram os estandartes dos Reis Católicos no Alhambra, a crónica de Bernáldez não menciona a presença de Isabel, mas apenas dos infantes D. João e D. Joana juntamente com seus pais¹²⁸. Onde estaria então a princesa de Portugal?

Estava-se em Maio de 1492, aquele ano de tantas venturas para os Reis Católicos. Colombo partiria em Setembro desse ano para a sua descoberta das Índias Ocidentais, de onde regressaria no ano seguinte, a 23 de Março de 1493. A conquista de Granada representava o fim de uma guerra de dez anos, com toda a carga simbólica que então teve, e ainda hoje, embora em menor grau, continua a ter. Adicionada à expulsão dos judeus, decretada por um édito promulgado ainda durante o cerco da cidade. Muitos entraram em Portugal, com as consequências que todos conhecemos. Os Reis Católicos deram origem a uma perseguição sistemática das minorias religiosas que se prolongou pelos séculos seguintes através da Inquisição, ancorando o seu governo na transformação da sua religião na dos seus reinos, obedecendo a um princípio doutrinal que atribuía ao soberano a capacidade de impor a sua religião aos súbditos (*cujus regio ejus religio*)¹²⁹.

Em Dezembro desse ano, Fernando o Católico era atacado por um louco em Barcelona, escapando por um triz ao atentado. Ao que parece, um colar de ouro que então trazia desviou a trajectória do punhal, salvando-lhe a vida por um triz¹³⁰.

Mais difícil de resolver é a questão do dote e arras. Dissolvido o casamento por morte de D. Afonso, resta saber se a princesa tinha direito a continuar a receber o capital estipulado no seu contrato de casamento. Morto o seu marido, e

¹²⁶ Munzer, “Relación del viaje”, p. 407.

¹²⁷ Bernáldez, *Historia de los Reyes*, tomo I, Parte II, pp. 300.

¹²⁸ Bernáldez, *Historia de los Reyes*, tomo I, Parte II, p.303.

¹²⁹ RUCQUOI, 1995, pp. 306-309.

¹³⁰ Zurita, *Historia del Rey Don Fernando*, liv. 1, cap. 12. Anglería, *Epistolário*, vol. IX, p. 230.

sem expectativa de dar à luz, tinha, no caso de regressar, direito à metade do seu dote, às arras na sua totalidade (só não as teria no caso de morrer primeiro do que o príncipe) bem como a levar os seus aprestos de casa, corpo, e câmara, isto é, o seu enxoval. Uma carta de quitação de 1493 mostra que os reis de Castela continuaram a pagar o dote na metade que competia ao infante D. Afonso, que deveria ficar para os seus herdeiros. Pagaram o terço dessa soma, ou seja, 17.767.67 dobras, equivalentes a 6 480 483. Pelas contas que fiz, ficavam as duas coroas quites, se partirmos do princípio que os Reis Católicos tinham pago o primeiro terço aquando do casamento: descontavam-se as arras da princesa (outro terço), e a coroa portuguesa recebia aquilo a que teria direito (metade do dote, menos esse terço). Não é verdade portanto que D. Manuel tenha casado com esta princesa para evitar restituir o dote, uma vez que ele foi integralmente pago. Ou seja, segundo o contrato, a coroa portuguesa embolsou 35.565,66 dobras, uma quantia equivalente a 12981.465,9 reais, perto de treze contos¹³¹. Como o príncipe tinha morrido, a coroa espanhola só estava obrigada a pagar a metade do dote inicial, que era o que ficava ao príncipe e seus herdeiros, descontando as arras.

A princesa continuou na posse de Torres Vedras, vila que recebera em arras; de resto assinou antes de partir, em Santarém, cerca de dez nomeações de oficiais para a vila, em finais de Agosto e princípios de Setembro¹³². A administração senhorial requeria algum esforço, e é provável que alguém do séquito da princesa tivesse pensado em deixar as coisas da vila em ordem antes da partida. Com efeito, o secretário da princesa, Juan de Salinas, o mesmo que presidira em Castela à organização do seu enxoval, preparava agora as cartas de nomeação de um almoxarife, três tabeliães, um escrivão para o hospital e gafaria, um escrivão do almoxarifado, etc.

Sabemos que a princesa continuou a relacionar-se com Portugal depois de viúva. De Espanha, enviava pessoas a Portugal a tratar dos seus assuntos, ou a levar e trazer coisas (em mulas, naturalmente), ainda que os documentos não as

¹³¹ A dobra equivalia, conforme se enuncia no recibo, emitido por D. João II em Almeirim, a 365 reais. *Documentos referentes*, vol. II, pp. 408-411 [1493.12.28].

¹³² Seria fastidioso enumerar aqui as referências exactas, que se podem encontrar na lista final de fontes manuscritas, secção IAN/TT, *Gavetas*.

especifiquem. São geralmente salvo-condutos a emissários enviados pela princesa, mas emitidos pelo rei seu pai¹³³. Há também indícios de que continuava a administrar a sua vila de Torres Vedras, para as qual continuava a nomear oficiais em finais de 1494¹³⁴.

Quando regressou à corte dos pais, tinha decorrido pouco tempo e muito provavelmente os irmãos de Isabel estavam como quando os tinha deixado em Castela, apenas um pouco mais crescidos. Para estes, porém, ver a irmã mais velha representou porventura um choque. Além de voltar com experiência sexual (o casamento transformava raparigas em mulheres), deveria exhibir um desconsolado luto. Que na época era para a vida, a não ser que a viúva casasse novamente.

Algumas informações sobre a princesa permitem pensar que se refugiou na religião. Em 1492, o rei Fernando seu pai pedia aos bispos de Badajoz e de Astorga que intervissem junto do papa para a filha poder comer carne, e não peixe, porque estava muito “fraca e indisposta” em razão dos jejuns que fazia a mando da Igreja. A questão era que Fernando pretendia que estes valessem o mesmo¹³⁵...

Anos mais tarde, em Março de 1497, aquando da recepção a Margarida de Borgonha, que chegava para casar com o príncipe D. Juan de Castela, herdeiro do trono, o relato do veneziano Marino Sanuto menciona Isabel vestida de viúva¹³⁶. É provável que a experiência do casamento a tivesse marcado a ponto de não desejar casar novamente. Em todo o caso, existem testemunhos de que apresentava agora um aspecto demasiado frágil, emagrecida por frequentes jejuns. Num ambiente já de si exacerbadamente devoto, quase que podemos dizer fanático, é bem provável que a princesa se tivesse refugiado em penitências e mortificações do corpo.

¹³³ *Documentos sobre relaciones internacionales*, vol. IV, p. 126 [1493.02.10, mosteiro de Monserrate]. Idem, p. 282 [1493.08.20, Barcelona] (são dois documentos).

¹³⁴ IAN/TT, *Gavetas*, gaveta 15, maço 19, n. 49 [1494.11.20, Madrid].

¹³⁵ *Documentos sobre relaciones internacionales*, vol. IV, p. 124 [1492.12.24, Barcelona].

¹³⁶ Sanuto, *I diarii*, vol. I, columnas 620-624.

Quando olhamos para estas mulheres, que foram princesas ou rainhas e cujos maridos morreram (D. Leonor de Lencastre, D. Beatriz duquesa de Beja, e tantas outras), damos-nos conta de que encontramos uma cultura comum da viuvez. Uma viúva jamais se confundiria com uma mulher solteira ou casada: o vestuário mudava para sempre, e os hábitos também, em benefício de uma maior religiosidade. Mas, com variações de intensidade, e a vossa narradora gostaria de saber mais sobre os sete anos da vida de D. Isabel que medeiaram entre o acidente do cavalo do príncipe e o segundo casamento. Todavia, os testemunhos são unânimes em comentar a excessiva religiosidade da jovem viúva. Jerónimo Munzer, por exemplo, na descrição que faz da família real castelhano-aragonesa, que encontrou em princípios de 1495, dá-a como fazendo vida muito religiosa ocupando-se apenas em lavar ornamentos para as igrejas¹³⁷. As contas do tesoureiro de sua mãe, Gonzalo de Baeza, limitam-se a dar dinheiro ao secretário da princesa, Juan de Salinas, para as despesas da casa desta, mas não adiantam muito mais. Talvez a resposta esteja algures em arquivos de Espanha...

Não seria, como sabemos, o único casamento de Isabel. Uma viúva nas suas condições, ainda jovem e em idade de ter filhos, não deixaria de ser negociada numa família real para quem as alianças eram tão importantes. A princesa parece ter resistido durante algum tempo, com os reis seus pais a negociarem as outras irmãs com as cortes europeias, mas avizinhavam-se tempos duros no Ocidente Europeu. A partir de 1493, a guerra entre as principais potências espreitava, e a Itália seria o palco das hostilidades, aproveitando o estado endémico de conflito armado entre as suas diferentes unidades políticas. O duque de Milão, Ludovico Sforza, pedira o auxílio do rei de França, Carlos VIII (1470-1483-1498), contra a República de Veneza, incentivando-o a lutar pelos seus direitos dinásticos ao trono de Nápoles, também contendidos por Fernando o Católico. Carlos VIII invadiu a França em 1494, com 25 mil homens, e um sucesso estrondoso, uma vez que os pequenos estados italianos não se lhe conseguiam opor, e as suas tropas avançaram praticamente sem obstáculos até saquearem Nápoles.

¹³⁷ Munzer, “Relación del viaje”, p. 406.

Em Florença, o monge dominicano Savonarola, e prior do convento de S. Marcos, conseguiu negociar com o rei de França no sentido de este não saquear a cidade; em Roma, o papa teve de receber o rei francês, que lhe prestou uma ambígua vassalagem. Só depois da conquista de Nápoles começaram os reveses das tropas francesas, graças à ajuda do comandante das tropas espanholas, Gonzalo Fernández de Córdoba, depois conhecido por *El Gran Capitán*, pelas vitórias que alcançou para o lado espanhol.

Nesta conjuntura de guerra, todas as forças eram poucas para combater a França: formou-se a Santa Liga, a que, como veremos adiante, D. João II se recusaria pertencer¹³⁸. D. Manuel iria pelo mesmo caminho, embora fosse mais evasivo que o seu sucessor. Respondia de forma ambígua às pressões para se unir à Liga, e era suspeito de amizade com o rei de França. Neste contexto, quando pediu a mão de Isabel, e permaneceu obstinado em casar com ela, mesmo quando os Reis Católicos lhe propuseram trocá-la por Maria, não houve como recusar. Mas voltemos atrás, e contemos a história com todos os seus contornos conhecidos, aqueles que chegaram até nós.

Antes de D. Manuel teimar em casar com ela, episódios houve que tiveram a sua influência na vida de D. Isabel. Com a morte de seu marido em Julho de 1491, Portugal ficava sem herdeiros e D. João II desejava à viva força legitimar o seu filho bastardo D. Jorge, filho de D. Ana de Mendonça, nascido no mesmo mês da morte de D. Afonso V, em Agosto de 1481.

Sabemos por Zurita e outros cronistas, sobretudo espanhóis, que os Reis Católicos fizeram tudo para o impedir.

É interessante dar conta de um relatório de uma embaixada que enviaram ao rei D. João II, em Maio de 1494, a Setúbal, precisamente no momento em que sua mulher, a rainha D. Leonor, agonizava em perigo de morte, apesar de depois ter recuperado a saúde (e vivido mais de trinta anos)¹³⁹. Os Reis Católicos enviaram dois religiosos (um deles parece ter sido o célebre confessor de Isabel, Frei Hernando de Talavera, cuja letra é a do relatório). Os frades tinham por missão demover o rei de legitimar D. Jorge, e os primeiros argumentos que

¹³⁸ *aqui: bula convidando J2 a juntar-se à Santa Liga.

¹³⁹ In *Documentos referentes...*, vol. II, pp. 412-420. SÁ, 2011, p. 158-159.

utilizaram eram religiosos: o rei ia contra a lei divina ao colocar um bastardo no trono, e os Reis Católicos não o podiam deixar fazer semelhante coisa, porque deixar pecar era praticamente o mesmo que pecarem eles próprios, e, pelo seu bem e o do rei, deviam impedi-lo. Os argumentos que se seguiam eram um pouco menos altruístas: Maximiliano, rei dos Romanos e agora imperador, tinha também direito ao trono, e não hesitaria em reclamá-lo. Este era filho da imperatriz D. Leonor, irmã do rei D. Afonso V, e de nascimento legítimo... Tanto ele como outros pretendentes podiam reclamar o trono ou diante do papa ou através da guerra, e nesse caso os Reis Católicos não podiam apoiar D. João II. Mas havia mais recados: D. João podia ainda ter filhos legítimos com sua mulher, ou, se esta morresse, casar outra vez.

D. João II fez-se desentendido, dizendo aos embaixadores que não tinha intenção de legitimar D. Jorge, mas estes notaram que o rei mostrava “turbação e paixão” e falava desarticuladamente. O rei disse ainda que não esperava semelhante injustiça, depois de tudo o que tinha feito pelos reis de Castela (aqui o relator nota que não foi capaz de nomear uma única acção concreta, limitando-se a falar no geral). A *dissimulatio* estava na ordem do dia como estratégia nas cortes europeias: disfarçar, e nunca confessar as verdadeiras intenções.

Esta foi a primeira entrevista dos frades com o rei, que os mandou chamar à sua presença noutro dia. Os protocolos requeriam que o rei entregasse credenciais aos embaixadores, para estes poderem abandonar a corte. O rei protestava que naqueles dias a preocupação com a doença da rainha o impedia de despachar. Continuou a falar, dizendo que as contínuas doenças da mulher faziam com que não houvesse expectativas de ter mais filhos. Muitas pessoas o tinham tentado convencer a casar com outra e procurar dispensa de casamento (entenda-se anulação), como outros reis haviam feito antes dele. O rei, por ser contra a sua consciência, recusava-se a fazê-lo; tal como ele não dava crédito a semelhantes conselhos, também os Reis Católicos se deviam abster de acreditar em tudo o que ouviam. Falaram depois da doença da rainha e o rei disse que tinha lido a carta que tinham enviado a esta última (os frades repararam novamente na atrapalhação do rei) e, como nada daquilo era verdadeiro e jamais tivera as intenções que lhe atribuíam, não se devia falar mais no assunto.

D. João II esforçava-se por evitar que os castelhanos se encontrassem com a mulher, então gravemente doente. Chegou a dizer-lhes que não havia necessidade de que a rainha soubesse que tinham vindo por causa daquele assunto. Os frades insistiram em ver D. Leonor, mas confirmaram que o rei não tinha vontade nenhuma em que a vissem. Sabemos que esta se opunha por todos os meios à legitimação do bastardo, porque ia contra os interesses da sua linhagem, ao preterir o irmão, duque de Beja (depois rei, e marido das princesas que agora nos ocupam).

Os frades foram embora sem ver a rainha, embora tenham feito todos os esforços nesse sentido. O relato afirma que lhes procuraram entregar uma carta logo no primeiro dia em que viram o rei (a tal carta já referida nas conversas dos emissários com D. João II), mas que esperaram muito tempo ao sol no cimo de uma escada de pedra, sem que os porteiros os deixassem entrar. Depois acabou por sair uma dama, que recebeu a carta, e passado algum tempo foram recebidos pela rainha, que estava na cama. No entanto, a doença desta tornou impraticável qualquer diálogo: não os conseguia ouvir por estar surda. Nos dias seguintes não foram mais chamados por ela, e quando finalmente receberam as credenciais do rei, acabaram por abandonar Setúbal.

A meio do caminho de regresso a Castela, foram interceptados por um moço de esporas da rainha que lhes transmitiu que D. Leonor os queria ver, e então voltaram para trás “de pura compaixão”. Na câmara onde permanecia deitada, a rainha estava surda e não os conseguia ouvir, mas ainda assim manifestava alegria em vê-los, e falava sem cessar. Volta meia volta desmaiava por ter sido sangrada há pouco tempo, e a câmara estava cheia de gente. Acabou por lhes prometer que enviaria o seu confessor, um frade franciscano, para lhes falar, e este entregou-lhes depois uma carta da rainha que leram aos Reis Católicos. O relato dá a entender que não falaram com esta sobre o assunto quente, e que D. Leonor só tinha o seu confessor como elo de transmissão, doente como estava e cheia de gente à sua volta. O texto terminava com um aviso aos Reis Católicos para não darem crédito a um tal frei Jorge de Sousa, também franciscano, porque era “homem dobrado” (isto é, agente duplo). D. João II continuava em Setúbal por alturas deste regresso dos embaixadores, mas não

aparece neste seu encontro com a rainha, o que está de acordo com a já nossa conhecida autonomia desta última em relação ao marido. Em 1493, um ano antes, um documento informa que os Reis Católicos recebiam na sua corte um emissário enviado por ela, designado por “Ontoniz”, a quem concediam os necessários salvo condutos para a viagem de regresso¹⁴⁰. Este facto torna mais do que plausível de que a rainha D. Leonor os mantivesse ao corrente do assunto, e contasse com a ajuda deles.

Nota-se em todo este processo, como no anterior casamento da filha mais velha, a vontade dos Reis Católicos em não abrir mais uma frente de guerra. Apesar estarem preparados para ela, porque nunca era um hipótese remota, foi algo que tentaram evitar. Comprovam-no o fraco apoio que deram às conspirações dos Bragança e do duque de Viseu, e terem concedido a sua filha mais velha em casamento ao príncipe herdeiro. Em teoria, para as suas convicções religiosas, a guerra justa era afinal a que se movia contra os inimigos da fé, e havia que evitar guerras entre cristãos, a não ser que fosse mesmo necessário. Por volta de 1494, o que estava em jogo para Fernando de Aragão era lutar contra o rei de França pelos direitos dinásticos ao trono de Nápoles.

Zurita é rápido a afirmar que os reis de Castela intervieram junto do papa para que a legitimação não se realizasse, alegando os direitos de D. Manuel, duque de Beja, e os dos filhos dos duques de Bragança. Não se esqueça que, no seguimento da prisão do duque D. Fernando em 1483, a sua mulher D. Isabel (irmã de D. Manuel) se tinha refugiado na corte de Isabel a Católica com os filhos. E que todos eles eram primos diretos desta última, filha de uma irmã da duquesa de Beja, D. Beatriz. Dos três filhos exilados em 1483, restavam dois, Jaime e Dinis, que cresciam na corte espanhola, obviamente com pretensões ao trono e tendo quem lhas alimentasse.

Em 1494, àquele motivo de fricção entre as duas cortes juntava-se o problema suscitado pela viagem de Colombo. D. João II estava ao corrente da situação – não só porque recusara patrocinar Colombo antes de este oferecer os seus serviços aos Reis Católicos, mas também porque este aportara a Lisboa no

¹⁴⁰ *Documentos sobre relaciones internacionales*, vol. IV, p. 254 [1493.07.25(?), Barcelona].

regresso da sua primeira viagem antes de seguir para Espanha. Nessa altura, tivera uma audiência assaz tensa com o rei D. João II, a crer nas palavras de Garcia de Resende. Sempre respeitoso e admirador do seu rei, este cronista afirma que D. João II, a não ser um cavaleiro (no sentido cavaleiresco do termo), teria tido nessa ocasião a oportunidade de se livrar de Cristóvão Colombo¹⁴¹. Fosse como fosse, em 1494, estavam dois assuntos importantes por resolver: a legitimação de D. Jorge, e a partilha do mundo entre Portugal e Espanha. Conhecemos bem as implicações do tratado de Tordesilhas, mas não estamos muito habituados a ver as negociações que nele desembocaram a emparelhar com o problema de D. Jorge. O rei D. João II já estava doente, e condenado à morte...

Zurita conta que o rei católico enviou dois emissários a Roma, que "...por parte do rei protestaram contra o papa em seu nome, e dos outros herdeiros legítimos, que estavam em Castela, que pretendiam ter direito à sucessão do reino de Portugal..."¹⁴². Referia-se obviamente aos filhos do duque de Bragança justificado em 1483, Jaime e Dinis. E é justamente isto que confirma que os Reis Católicos não confiavam em D. Manuel duque de Beja, preferindo-lhe os primos herdeiros do duque de Bragança, que, apesar de serem filhos de uma irmã de D. Manuel, eram mais afastados da sucessão ao trono (recorde-se que a linha masculina tinha preferência sobre a feminina). E demonstra também que, ao criarem os filhos do duque (degolado por traição em Évora em Junho de 1483) não estavam a cometer um acto de pura generosidade (como alguma cronística adianta), mas na verdade a criar um pequeno viveiro de potenciais herdeiros do trono português¹⁴³.

Mais adiante, Zurita afirma que o empenho de D. João II em impedir as descobertas começadas por Colombo era conseguir alguma coisa relativamente a D. Jorge, que entretanto casaria com uma das filhas dos reis¹⁴⁴. Como se sabe, a

¹⁴¹ Resende, *Crónica de D. João II*, p. 241.

¹⁴² Zurita, *Historia del Rey Don Fernando*, livro I, cap. 29. Não refere a data da embaixada, mas é posterior ao regresso de Colombo da sua primeira viagem às Antilhas.

¹⁴³ *Cuentas de Gonzalo de Baeza*. A presença dos pequenos herdeiros do duque encontra-se bem documentada nas despesas da corte isabelina.

¹⁴⁴ Zurita, *Historia del Rey Don Fernando*, livro I, cap. 29.

descoberta da América por Cristóvão Colombo obrigou a nova divisão dos territórios a descobrir por espanhóis e portugueses. Zurita não hesita em afirmar que a legitimação de D. Jorge constituía a prioridade de D. João II e que este usou a viagem de Colombo para conseguir maior poder negocial.

Este autor revela ainda outras coisas interessantes (mas que podem não ser necessariamente verdadeiras). Como D. João II tivesse percebido as intenções dos Reis Católicos relativamente a D. Jorge, ainda procurou casá-lo com a filha deles (Joana), enquanto prometia jurar herdeiro D. Manuel duque de Beja, e casá-lo com Isabel, a nossa biografada. Aí Zurita diz várias coisas interessantes: que não houve grande segurança relativamente a que D. João cumprisse esse acordo, que a princesa não queria voltar a casar (já então vemos Isabel a opor-se à ideia), e que se suspeitava que D. João II haveria de procurar ter dispensa do casamento com D. Leonor para casar com outra mulher e ter filhos. O autor é pouco claro, porque sugere que D. Leonor daria o seu consentimento: "...e tinha-se grande suspeita, que como o rei D. João acreditava, que podia ter filhos, havia de procurar *com vontade* da rainha sua mulher, obter uma dispensa para se apartar dela e se casar com outra"¹⁴⁵. Ou seja, muita informação e de peso, mas, conhecendo um pouco D. Leonor, parece pouco provável que ela consentisse semelhante coisa... E agora um desabafo, caro leitor ou leitora: para além de todas as limitações relativas ao conteúdo das crónicas, que muitas vezes omite coisas importantes ou as deturpa, o historiador ainda tem de estar atento a eventuais erros de transcrição nas edições respectivas. Isso pode explicar alguns parágrafos confusos que induzem o historiador em erro, como este. Só quem não conhecesse D. Leonor podia esperar que esta consentisse na legitimação do bastardo, ainda para mais anulando o seu próprio casamento. Mas será que é mesmo isso que o original da crónica diz, ou que o seu autor quis dizer?

O tratado assinou-se, em condições vantajosas para as terras descobertas e a descobrir por Portugal (embora, como acabámos de dizer, nulas em termos

¹⁴⁵ Zurita, *Historia del Rey Don Fernando*, livro I, cap. 29. No original: "Mas como no se tuvo mucha seguridad eu esto que el rey de Portugal ofrecía se cumpliese, y la princesa estuviese determinada de no casar, esta plática no duró mucho: y teníase grande sospecha, que como el rey don Juan creía, que podía tener hijos, había de procurar *con voluntad* de su mujer, de haber dispensación de apartarse della por casarse con otra" (destaque meu).

dos objectivos sucessórios do rei português). Como se sabe, D. João II conseguiu obter uma linha de pólo a pólo a 370 léguas a oeste de Cabo Verde contraposta às cem inicialmente propostas pelos Reis Católicos. Em 7 de Junho de 1494 assinou-se em Tordesilhas o tratado do mesmo nome, quiçá um dos mais famosos da história da Europa.

No ano seguinte de 1495, concluiu-se o acordo de casamento de dois filhos dos Reis Católicos com os dois filhos do agora imperador (eleito em 1493), Maximiliano, que constituía também o pretexto de uma aliança militar. Como já referi, Carlos VIII tinha invadido a Itália em Setembro de 1494, avançando implacavelmente pela península até chegar a Nápoles, saqueada pelas suas tropas. Em 1495 teve início a Santa Liga, cimentada por esses dois casamentos cruzados entre a casa de Áustria e os Reis Católicos. Entre os aliados estavam a Espanha, o papa, o império alemão, a república de Veneza e o ducado de Milão, todos confederados contra a França. Embora com numerosas reviravoltas por mudanças de alinhamento dos seus membros, a Liga haveria de durar 25 anos, (e alimentar parte das famosas guerras de Itália (1494-1551), na qual a Espanha seria um interveniente de primeiro plano. Como em todas as uniões militares, havia compromissos quanto a fornecimento de tropas por parte dos aliados. O papa deveria dar quatro mil homens de cavalo, Maximiliano seis, e os reis de Espanha oito mil, bem como Veneza e Milão¹⁴⁶.

D. João II, instado a integrar a aliança, recusou; dizia-se que tinha amizade secreta com o rei de França. O rei encontrou-se com os enviados dos Reis Católicos em Setembro, nas Alcáçovas. Estava no seu penúltimo mês de vida, em que fez o seu testamento. D. João II era primo de Maximiliano, filho de uma irmã de seu pai, mas nem por isso aderiu à Liga. Zurita refere que a recusa do rei se prendia com os obstáculos que os Reis Católicos colocavam à legitimação de D. Jorge, mas D. João II nunca teve a franqueza de o dizer abertamente¹⁴⁷. Pensava prosseguir no que “tinha muito estudado”: legitimá-lo e casá-lo com uma das infantas espanholas. Não teve tempo, porque morreu logo a seguir. Deixou D. Manuel por herdeiro, com a condição de que se este morresse sem filhos

¹⁴⁶ Zurita, *Historia del Rey Don Fernando*, livro II, cap. 5.

¹⁴⁷ Zurita, *Historia del Rey Don Fernando*, livro II, cap. 13.

legítimos D. Jorge tomaria o seu lugar no trono. E com uma cláusula que limitava a validade do documento a um ano, o que na prática tornava precária a situação de D. Manuel. Por ódio à rainha de Castela, diz Zurita, D. João II recomendava ainda no documento que tivesse especial cuidado da Excelente Senhora “como pertence à pessoa quem é e quem foi”¹⁴⁸. A morte do rei acaba por ganhar sentido, e o seu envenenamento, como tantos outros neste período, aparece como uma hipótese provável (mas nunca saberemos a verdade, como já tive ocasião de afirmar¹⁴⁹).

Em Espanha, o duque de Medina Sidónia (que mais tarde viria a casar a filha com D. Jaime, herdeiro do ducado de Bragança) e o duque de Alba tinham tropas prontas a intervir em Portugal se a situação o requeresse¹⁵⁰. Em favor de D. Manuel, como é óbvio. Sabemos que não foi necessário, porque a sua sucessão no reino foi bem aceite. Todos, incluindo D. Jorge, e os que tinham acompanhado o rei na sua agonia, se apressaram a ir jurar-lhe obediência (com as exceções de Diogo de Azambuja e Pedro Jusarte, dois cortesãos que tinham tido papel importante na repressão das conspirações contra D. João II). A única novidade é que foram buscar D. Joana ao convento das clarissas de Santarém e a trouxeram à cidade, precavendo uma revolta... A ser verdade, significa que D. Manuel se quis certificar de que continuava com Joana do seu lado, impedindo que partidários de D. Jorge ou outros a fizessem refém. Zurita insinua também que tudo se passou desta forma porque os nobres portugueses que não quisessem o novo rei não tinham o apoio dos Reis Católicos, o que os deixava sem terem onde se albergar.

Os Reis Católicos procuravam, ainda assim, segurar do lado deles o novo rei de Portugal, D. Manuel, contra o rei de França. Para tal, ofereceram-lhe a filha Maria em casamento. Joana a Excelente Senhora pairava como um fantasma por trás das relações de Espanha com Portugal. D. João II dera-lhe casa e estado, não a obrigando a permanecer dentro do convento. Esperavam agora que D. Manuel a tivesse mais resguardada, e pouco a pouco lhe fosse retirando mordomias, encerrando-a de vez no convento. Instigavam também o novo rei a restaurar os sobreviventes do duque de Bragança nos seus antigos patrimónios e dignidades.

¹⁴⁸ Do testamento de D. João II, in *Gavetas*, vol. VI, p. 96.

¹⁴⁹ SÁ, 2011, p. 160-161.

¹⁵⁰ Zurita, *Historia del Rey Don Fernando*, livro II, cap. 15.

Não o tinham exigido aquando do primeiro casamento de Isabel com D. Afonso porque há muito que o tratado que incluía o seu casamento estava assinado (como sabemos, as pazes de Alcáçovas-Toledo e o acordo das terçarias de Moura de 1479). Agora, ainda que D. Manuel não desdenhasse casar com D. Maria, preferia-lhe Isabel que recusava novo matrimónio. Incansáveis nos seus negócios de alta política internacional, os Reis Católicos negociavam agora a última filha, Catarina, com o herdeiro do trono da Inglaterra, de seu nome Artur, a fim de que este se juntasse à Santa Liga¹⁵¹.

Na insistência de D. Manuel em casar com Isabel poderia haver também interesses patrimoniais, ligados ao dote e assentamento desta em Portugal, conforme alguns têm sustentado. No entanto, como já tive ocasião de comprovar, as somas envolvidas no primeiro casamento da princesa tinham sido liquidadas, com os reis de Portugal a receberem a metade do dote que por contrato pertencia ao filho defunto, descontadas as arras. Neste segundo casamento, o dote da princesa era igual ao do anterior, embora tivessem passado vinte anos¹⁵².

As capitulações, assinadas em 30 de Novembro de 1496 definiam vários aspectos, que passo a reportar:

- 1) o casamento por palavras de presente teria lugar nove dias depois da capitulação, porquanto os reis de Castela possuíam já uma dispensa de consanguinidade;
- 2) a consumação do casamento teria lugar dentro de seis meses depois da capitulação, sendo da responsabilidade dos reis seus pais enviá-la até à fronteira, onde o rei a receberia;
- 3) o dote seria constituído por 53333,33 dobras castelhanas (a mesma soma do dote dado a D. Afonso), mais o que a princesa tinha recebido de arras, 17 mil dobras, o que perfazia a soma de 70333,33. Seriam pagas em três prestações, a contar do dia 1 de Junho de 1497.

¹⁵¹ Zurita, *Historia del Rey Don Fernando*, livro II, cap. 17.

¹⁵² *Gavetas*, vol. VII, p. 132.

- 4) Ao contrário do primeiro casamento, caso o matrimónio fosse dissolvido, a princesa teria direito a receber a totalidade do dote;
- 5) O novo marido pagaria de arras 17 mil dobras, quer houvesse filhos do casamento ou não. Em cada prestação do dote, os Reis Católicos descontariam a terça parte das arras, o que evitava que o pagamento destas se arrastasse, ficando completo ao fim de três anos;
- 6) O rei dava para segurança a cidade de Viseu e a vila de Montemor-o-Novo;
- 7) Os pais da noiva contribuiriam com o enxoval, que seria plena propriedade de Isabel;
- 8) Para compensar o facto de as vilas de Alenquer, Óbidos, Sintra, Aldeia Galega e Aldeia Gavinha estarem na posse da rainha “velha”, D. Leonor, a rainha “nova” receberia a renda equivalente destas nas alfândegas de Lisboa. Se D. Leonor morresse, a hipoteca passaria para Alenquer e Óbidos, ficando a cidade de Viseu e a vila de Montemor-o-novo livres;
- 9) Reafirmava-se o teor das pazes das Alcáçovas, mas ressalvavam-se as alianças de cada um: os reis de Castela com Maximiliano e Filipe, e o rei de Portugal com o de Inglaterra.
- 10) As restantes cláusulas eram habituais e já as tínhamos visto aquando do primeiro casamento de Isabel: adquiria a natureza portuguesa (o equivalente ao que hoje chamamos “nacionalidade”); podia abandonar o reino com os seus haveres próprios caso o rei morresse, etc¹⁵³.

Havia também outro escolho, referido acima na alínea 8, o de haver uma rainha de Portugal viúva, que não abria mão das terras que competiam à casa das rainhas. A “rainha-Velha”, D. Leonor, mantinha em seu poder Alenquer, Óbidos, Sintra, Aldeia Galega e Aldeia Gavinha. Só três rainhas depois, com Catarina de Áustria, é que essas terras voltariam a uma rainha consorte, tendo-se mantido na

¹⁵³ *Documentos referentes*, vol. III, pp. 1-8 [1496.11.30. Burgos].

posse da rainha velha até à sua morte em 1525¹⁵⁴. Era um problema que se repercutia sobretudo na anuidade para sustento da rainha de Portugal em exercício, que era obrigada a contar com um pagamento proveniente dos seus pais. Para estes últimos, podia ser uma forma de baixar o valor do dote, já que tinham de sustentar a filha depois de casada. No entanto, D. Manuel com alguma renda contribuiria, já que em Novembro de 1497 disponibilizou 3 contos 595 mil reais para a futura rainha, a serem pagos na portagem de Lisboa, à guisa de compensação por não lhe poder dar as terras que faziam parte da “casa das rainhas”, então na posse da rainha viúva D. Leonor¹⁵⁵.

Os cronistas portugueses nunca se referem a tensões entre os Reis Católicos e o rei D. Manuel I, mas não é essa a imagem transmitida por Jerónimo Zurita, que menciona desconfianças mútuas. Afirma que D. Manuel ofereceu a sua amizade ao rei de França, o que, naquele contexto, era enfrentar o rei de Aragão Fernando o Católico e sua mulher. E ainda, queria que o conhecimento dessa disposição fosse público, ao ter o desprazer de exibir D. Joana fora da clausura. Zurita relata tudo isto ao escrever que os portugueses eram naturalmente inimigos da nação castelhana¹⁵⁶. O retrato de D. Manuel como um soberano passivo ante a sua boa sorte há muito que vem sendo destruído, e a imagem que emerge é a de um político hábil¹⁵⁷. Temendo um potencial inimigo, como veremos, os Reis Católicos tudo fariam para que casasse com uma das suas filhas.

Ainda que o seu casamento parecesse inevitável, e as pressões se avolumassem face à recusa de Isabel em casar, o tempo ia passando. Como dissemos, a princesa assistiu às bodas da irmã e do irmão, apalavrados para um casamento a troco desde 1490, em que Joana casaria com Filipe de Borgonha e o príncipe herdeiro com D. Margarida. Eram ambos filhos da duquesa de Borgonha e de Maximiliano de Áustria, rei dos romanos e imperador da Alemanha desde 1493. Maximiliano era por sua vez filho da infanta D. Leonor de Portugal que

¹⁵⁴ Sá, 2011, p. 235-248.

¹⁵⁵ Como sabemos, Alenquer, Óbidos, Sintra, Aldeia Galega e Aldeia Gavinha. *Documentos referentes*, vol. III, pp. 19-20 [1497.11.09, Évora].

¹⁵⁶ Zurita, *Historia del Rey Don Fernando*, livro II, cap. 23.

¹⁵⁷ MAGALHÃES, 1993, pp. 521-530; COSTA, 2005; SOYER, 2007a.

havia casado em 1450 com Frederico III, imperador da Alemanha. Joana partiria em Setembro de 1496 para Bruges acompanhada por uma numerosa armada que traria a cunhada de volta. Margarida chegou em Março de 1497, depois de uma desastrosa estadia da comitiva espanhola na Flandres, na qual muitos homens morreram vitimados pela fome e pelo frio.

O caminho para o norte fazia-se pelos portos da Biscaia e em breve Burgos se tornaria palco de grandes acontecimentos. Foi aí que Margarida desposou o príncipe, em Março, com quem viveria escassos seis meses, até à morte deste em Salamanca. Não sabemos o que sentiu Isabel pela morte do irmão, mas por essa altura já ela estava em viagem para Portugal, novamente... Algum peso emocional teria, uma vez que a comitiva lhe escondeu o facto, a acreditar em Damião de Góis¹⁵⁸. Era de resto vulgar nestas ocorrências evitar dar más notícias, quando estavam iminentes casamentos ou partos.

D. Isabel não sentia ainda o peso de herdar o trono, porque Margarida estava grávida e dela se esperava o herdeiro para os tronos de Castela e Aragão. Só depois de essa expectativa gorada Margarida voltaria à Flandres, em 1499, onde a esperava outro casamento (com o duque de Sabóia), outra viuvez precoce, e uma longa vida como regente dos Países Baixos e educadora de quatro dos seis filhos do irmão Filipe, entretanto falecido em 1506. De notar a importância da personalidade de cada uma destas figuras no devir destas monarquias: Margarida não teria filhos de nenhum casamento, mas foi regente dos Países-Baixos e educou quatro dos seus sobrinhos, ambas as coisas de forma competente¹⁵⁹. Carlos V, o seu sobrinho mais velho, tê-la-ia em grande conta, chamando-lhe “a sua boa tia” (*sa bonne tante*)¹⁶⁰.

O casamento de Isabel também estava numa fase avançada, com D. Álvaro de Portugal a agenciá-lo junto dos Reis Católicos para o negociar. Era este o último e único irmão vivo dos quatro irmãos Bragança, tendo os restantes sido perseguidos e mortos por D. João II: o terceiro duque de Bragança D. Fernando II, D. João marquês de Montemor-o-Novo, e D. Afonso conde de Faro. D. Álvaro fez

¹⁵⁸ Góis, *Crónica do Felicíssimo*, parte I, p. 51-52.

¹⁵⁹ Dos seis filhos de Joana de Castela e Filipe o Belo, só Fernando e Catarina seriam educados em Castela.

¹⁶⁰ FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, 1999, p. 55.

carreira na corte dos Reis Católicos ao longo dos anos de exílio; quando a casa de Bragança foi reabilitada manteve-se entre Espanha e Portugal, servindo de elo de ligação entre D. Manuel I e os Reis Católicos. É um personagem importante, e voltará a ser mencionado neste trabalho. Da sua parte, D. Manuel enviava a Castela D. João Manoel, seu camareiro mor e irmão colaço, “a quem contava todos os seus segredos”¹⁶¹. Queria marcar um encontro de D. Manuel com os Reis Católicos, mas estes tinham suspeitas de que haveriam de vir armados. Aqui a intriga narrada por Zurita é muita, e vou contá-la em breves palavras. Envolve facções na corte, interesses contrários, e até, ciúmes dos privados do rei D. Manuel da irmã deste, a rainha velha D. Leonor. Casos como este confirmam a vulnerabilidade de figuras ditas poderosas a quererem de terceiros aparentemente subalternos.

Conta Zurita que D. João Manoel era o novo valido do rei, que ele preferia ao anterior conde de Portalegre, “que era antes el que governava”¹⁶². Expliquemos num breve parêntesis quem eram estas personagens: o conde era o aio de D. Manuel, Diogo da Silva de Meneses a cujo cuidado o duque de Beja, órfão desde tenra idade, tinha sido confiado em pequeno. O segundo, D. João Manoel, irmão colaço do rei, filho da mesma Justa Rodrigues que o tinha amamentado e do bispo da Guarda¹⁶³. Repare portanto o leitor ou leitora nos laços de parentesco social que nortearam neste caso específico as escolhas dos supostos “validos”. D. João Manoel haveria de ter desempenhado esse papel durante pouco tempo, no entanto: foi enviado a Castela para negociar o primeiro e segundo casamento do rei, mas morreu por lá durante a segunda negociação, em 1499¹⁶⁴.

D. João Manoel devia combinar um encontro de D. Manuel com os reis de Castela, mas estes últimos não confiavam nos portugueses e protelaram a reunião até a princesa estar casada. Zurita cita sempre a velha inimizade entre portugueses e castelhanos, principalmente por parte da “gente baixa” dos

¹⁶¹ Zurita, *

¹⁶² Zurita, *Historia del Rey Don Fernando*, livro III, cap. IX.

¹⁶³ Freire, *Brasões*, vol. II, p. 22 e seguintes; vol. III, p. 16 e seguintes, principalmente p. 28.

¹⁶⁴ Góis, *Crónica do Felicíssimo*, parte I, p. 111.

primeiros (o que é consistente do que sabemos do “nacionalismo” português). Zurita diz também que muitos portugueses levaram a mal a ida do camareiro-mor à corte espanhola. Eram eles principalmente o conde de Portalegre, o marquês de Vila Real D. Pedro de Meneses, e seu filho D. Fernando¹⁶⁵. O marquês de Vila Real era o primeiro do título, e falecera em 1499, tendo sido sucedido pelo filho, que viveria até à década de vinte do século XVI. Dele voltaremos a falar mais à frente. Diz ainda Zurita que estavam todos muito sentidos com o rei porque os tinham deixado em Évora e o rei estava com a rainha sua irmã, D. Álvaro e Rui de Sousa, e temiam que acordassem o casamento sem eles...

Finalmente, o acordo saiu, com a especial condição de que D. Manuel expulsasse os herejes do reino, em que se incluíam judeus e mouros, assinado pelos Reis Católicos e pelo camareiro-mor D. João Manoel, em Medina del Campo, a 15 de Agosto de 1497, e negociado também em grande parte, como dissemos, por D. Álvaro de Portugal ou, se quisermos, de Bragança, senhor de Tentúgal e de Cadaval, personagem fundamental porque reunia a confiança das duas partes. Zurita é taxativo ao afirmar que a princesa protelava o casamento, porque o acordo já estava feito há mais tempo, a ponto de o noivo suspeitar que havia outras razões para o adiamento, do interesse e agência dos pais da princesa. Desconfiado, D. Manuel pedia garantias de que a princesa lhe seria entregue assim que expulsassem os hereges.

Em resultado deste impasse, os Reis Católicos lançaram mão de um velho hábito: a tomada de reféns. Propuseram que um deles fosse para *La Guardia* (lugar nos limites de Portugal, provavelmente a Guarda, uma vez que os reis estanciavam em Medina del Campo), ou que D. Manuel entrasse em Castela, onde casaria mas não levaria a princesa até ter dado garantias da expulsão. E diziam ser esta a vontade inamovível da filha, porque esta atribuía o desastre que vitimara o seu primeiro marido, o príncipe D. Afonso, ao favorecimento dos hereges e apóstatas fugidos de Castela. E agora, caro leitor, uma observação desta sua narradora: o desastre de Afonso fora em 1491 e entrada dos judeus no ano seguinte. Das duas uma: ou Deus castigara D. Afonso *ante-factum*, ou a princesa não era muito boa em datas... Prossegue Zurita: “e tinha nisso grandes

¹⁶⁵ Freire, *Brasões*, vol. III, p. 339-340 e seguintes; p. 354-355.

escrúpulos; e crescia-lhe tanto o temor de ofender a Deus nesse particular, que afirmava que antes preferia a morte”¹⁶⁶. Ao que parece, D. João Manoel contou também segredos do seu rei confidenciando a má vontade que este tinha a Castela desde que lá andara nas terçarias. Estavam todos cheios de medo de um encontro, a que não faltariam as armas¹⁶⁷... Encontro esse que os Reis Católicos chegaram a propor em carta entregue a D. João Manoel, para Ceclavín, onde os três reis se encontrariam e se consumaria o casamento, com menção expressa de que no mês de Setembro de 1497 D. Manuel teria expulsado os judeus de vez¹⁶⁸.

Em todo este processo, há no entanto escolhos que ainda nenhum historiador conseguiu resolver, por falta de documentação. Por exemplo, a exigência de expulsar os hereges não consta do contrato inicial, devendo ter-se tratado de um acordo verbal simultâneo. Por outro lado, ignora-se ainda hoje a data exacta em que os judeus foram reunidos no terreiro por trás do paço do Estaus e forçados ao baptismo. Cristóvão Acenheiro, no entanto diz que os judeus foram feitos cristãos em Abril, mas não é confirmado por nenhum historiador¹⁶⁹. A princesa, no entanto, recusava-se a viajar para Portugal ao encontro do seu já marido.

Uns apontamentos dados pelos reis de Castela ao seu negociador, D. Álvaro de Portugal, datados de 21 de Junho de 1497, dizem algumas coisas interessantes que ajudam a esclarecer a agência de Isabel em todo o negócio do seu casamento, embora o seu teor seja por demais confuso. É um texto embrulhado, onde, por isso mesmo, se detectam algumas incongruências, que deixam supor que havia mais no atraso da princesa do que a concretização da promessa. O quê, talvez nunca cheguemos a saber. Mas, abordemos o documento. Eram uma resposta a uma carta de D. Manuel, em que este estranhava o atraso na recepção da princesa; os Reis Católicos respondiam que não tinham interesse nenhum em dilatar o assunto, muito pelo contrário, uma vez que tinham de partir para o Rossilhão e Languedoque, e estavam impedidos por

¹⁶⁶ “... y formaba gran escrúpulo dello; y crecíale tanto el temor de ofender a Díos en esto, que afirmaba, que antes recibiría la muerte”. Zurita, *Historia del Rey Don Fernando*, Livro III, cap. 6.

¹⁶⁷ Zurita, *Historia del Rey Don Fernando*, livro III, caps. 6 e 9.

¹⁶⁸ *Gavetas*, vol. VII, p. 137-138 [Medina del Campo, 1497.08.11].

¹⁶⁹ BNP, cod. 11001(2), fl. 282.

terem pendente o assunto da entrega da princesa. A exigência desta vinha desde o tempo em que se tratou o casamento, e depois fora reiterada nos desposórios, que a princesa tinha acedido a fazer contra vontade, porque os judeus ainda não tinham sido expulsos de Portugal. Entretanto, três dias depois deste, tinham chegado notícias de como D. Manuel o tinha feito, e nesta passagem a carta baralha o leitor: os Reis Católicos anunciam que tinham descansado no caso, e não tinham participado à filha a notícia até chegarem a Valladolid (tinham feito o caminho para ela de Burgos, onde se realizaram os desposórios) onde então a puseram a par do sucedido. É muito estranho, porque sabemos que havia pressa em resolver o assunto.

Durante este tempo, e sem saber da notícia, houve um desencontro de cartas. Sabemos como aconteciam frequentemente nestes tempos de comunicações lentas, em que era difícil esperar por demoradas respostas. Isabel, então, participou-lhes que tinha escrito de moto próprio ao rei D. Manuel, sem lhes dar conta, para não a “estorvarem”. As instruções continuam, com o tom retórico ultra católico habitual nos Reis Católicos (mais da rainha, suspeitamos), que evidencia a total sintonia entre pais e filha quanto ao assunto da expulsão. É essa mesma convergência de ideias que tem suscitado a dúvida sobre se a ideia partiu ou não de Isabel. Deus não podia ser ofendido pela presença dos hereges em Portugal, e a princesa prezava a sua alma e consciência, podendo todos incorrer em grandes “censuras e descomunhões”. A princesa declarava preferir a morte a entrar nos reinos de Portugal com os hereges lá dentro. Os reis de Castela procuravam tranquilizar o rei português, reiterando a sua boa vontade para que o assunto do casamento se concluísse¹⁷⁰. Como sabemos, nenhum matrimónio era efectivo sem que houvesse consumação (pese o facto de os noivos se considerarem desposados desde a feitura do contrato em Novembro de 1496).

Já David Nogales notou a forma activa e decidida com que a princesa de Portugal actuou, mas esta fonte diz mais. Em jogo, sempre a execução da promessa da expulsão por D. Manuel, condição *sine qua non* para o casamento se consumar. A princesa, por alturas do seus desposórios (casamento por procuração, geralmente a ultima etapa antes da consumação, sendo esta a validar

¹⁷⁰ Gavetas, vol. VII, p. 406-409.

o casamento), queria recusar-se a tomar parte na cerimónia, e o documento diz que os pais a tinham convencido. E algures entre essa data, de 30 de Novembro de 1496 e esta das instruções a D. Álvaro (21 de Junho do ano seguinte), a princesa escrevera por sua iniciativa ao rei D. Manuel, sem dar parte a seus pais, para que não a “estorvassem”. A principal exigência da princesa (a fonte diz haver outras, de carácter menor) era eminentemente purificadora: fazer sair do reino os judeus e mouros, como se de uma “limpeza” se tratasse.

D. Manuel, entretanto, desconfiava de que lhe queriam pedir a Excelente Senhora, e confiava pouco que lhe dessem Isabel... Por seu lado, os Reis Católicos suspeitavam que o rei de Portugal não tinha vontade de expulsar os judeus, porque alargava o prazo para se converterem, além de procurar obter bulas da Santa Sé em seu favor. Finalmente a princesa escreveu de seu punho um papel em que jurava que quando D. Manuel tivesse cumprido a sua palavra iria pessoalmente com os pais avistar-se com ele a Ciudad Rodrigo, e depois o acompanharia ao seu reino. Foi D. Álvaro de Portugal quem trouxe a carta.

O rei D. Manuel combinou o encontro em Valência de Alcântara, para onde os reis se dirigiram, com a princesa. Os quatro estiveram três dias juntos, até que sobrevieram notícias da doença do príncipe herdeiro D. Juan. Fernando partiu à pressa para Salamanca, onde o filho agonizava.

A princesa deteve-se em Puente del Congosto, com a rainha de Portugal, que aí tinha vindo para lhe fazer companhia. É interessante esta passagem de Zurita, porque desconhecíamos até agora que D. Leonor tivesse feito esta viagem. Compreende-se, porque Isabel tinha sido a mulher do seu filho, que agora passava de nora a cunhada. Mais interessante ainda é que Zurita lhe chame rainha de Portugal, quando na verdade a princesa estava em vias de passar a sê-lo¹⁷¹.

Não é aqui o momento para explorar as consequências devastadoras deste casamento para as comunidades portuguesas não cristãs, mas é nelas que se resume a sua importância histórica. Os judeus haveriam de ser expulsos ou convertidos por força à fé católica; pelo meio, como forma de coação, tiraram-lhes os filhos para serem educados na única religião doravante admitida. Para os

¹⁷¹ Zurita, *Historia del Rey Don Fernando*, livro III, cap. 9.

mouros, um processo de expulsão diferente, porque tinham quem viesse em sua defesa nos reinos muçulmanos. Mas para os judeus, as palavras de Damião de Góis são eloquentes: “A causa foi porque de tomarem os filhos aos judeus se não podia recrescer nenhum dano aos Cristãos que andam espalhados pelo mundo, no qual os Judeus por seus pecados não tem reinos, nem senhorios, cidades, nem vilas, mas antes em toda a parte em que vivem são peregrinos, e tributários, sem terem poder, nem autoridade para executar suas vontades contras as injúrias e males que lhes fazem”. E continua dizendo que os mouros tinham ocupado a maior parte da Ásia, da África, e boa parte da Europa, onde viviam muitos cristãos que podiam ser objecto de retaliações: “E esta foi a causa porque os deixaram sair do Reino com seus filhos, e aos judeus não [...]”¹⁷².

3.3. Novamente noiva, mas relutante: dos sentimentos individuais à grande política

Provavelmente nunca saberemos se foi mesmo Isabel que teve a ideia de fazer da expulsão dos judeus por D. Manuel I uma condição *sine qua non* para se casar com ele. Foi a mensagem que as crónicas passaram, algumas vezes de forma irónica e quase incrédula, como no caso de Damião de Góis, que escreve: “...no qual meio tempo induzida a rainha princesa, como se teve por suspeita, pelos reis seus pais, escreveu uma carta a el rei pedindo-lhe que dilatasse sua vinda até ter de todo lançado de seus reinos os judeus”¹⁷³. No entanto, há uma precisão importante a fazer: a exigência de Isabel não aparece no contrato de casamento, mas apenas num documento posterior, de 15 de Agosto de 1497, de que atrás falámos. François Soyer é de opinião que houve um acordo separado, oral ou escrito, sobre esta matéria, o que surge como plausível, uma vez que a primeira manifestação da intenção de expulsar os hereges de Portugal ocorreu durante um sermão em Muge, num domingo de Dezembro de 1496¹⁷⁴.

¹⁷² Góis, *Crónica do Felicíssimo...*, parte I, p. 43.

¹⁷³ Góis, *Crónica do Felicíssimo...*, parte I, p. 50.

¹⁷⁴ SOYER, 2007a, p. 177. Muge situava-se num território de caça muito apreciado pela corte régia.

Na verdade conhecemos mal Isabel, tal como saberemos sempre pouco acerca de sua irmã Maria. Não eram protagonistas, mas peões políticos. Podemos fazer várias biografias de seus pais, ainda que qualquer ser humano seja misterioso, mas esbarramos com maiores dificuldades quando falamos destas suas duas filhas, porque não deixaram grande rasto documental. Não há praticamente nada de tangível que nos ajude a conhecê-las um pouco melhor. A verdade é que os desejos unificadores em matéria religiosa dos Reis Católicos não conheciam fronteiras, e estes pensavam em políticas comuns à luz das parcerias dinásticas estabelecidas. A ideia pode ter sido de Isabel, que as fontes dão como extremamente devota, mas ter-lhe sido sugerida pelos pais. Ou ter sido inclusivamente uma forma de Isabel manifestar a sua relutância efectiva pelo casamento, depois da tragédia do seu matrimónio com D. Afonso, e uma tentativa de o protelar o mais possível.

Em todo o caso, para os Reis Católicos, casar uma das filhas com o rei de Portugal, -que, como sabemos, não lhes inspirava confiança, vivendo no medo que alinhasse com a França- era condição indispensável. Diz o cronista dos reis de França, Philippe de Commynes, que deram essa filha a D. Manuel para não terem nenhum inimigo em Espanha (aqui no sentido de Península Ibérica), que dominavam por inteiro, com excepção de Navarra. A seguir, fala do dote do seu primeiro casamento, que teria ficado por pagar, o que sabemos que não é verdade, porque estava liquidado desde 1493. Alude também ao ódio dos espanhóis (sic) para com os portugueses, que desprezavam e de quem troçavam. E menciona o desagrado dos pais de Isabel em conceder a filha àquele noivo; apesar de tudo, fizeram-no celebrar como herdeiro em terras de Espanha (refere-se aqui à viagem de 1498). Ao tempo em que escrevia, D. Miguel da Paz estava ainda vivo, mas Commynes dá a notícia da morte de parto de sua mãe¹⁷⁵.

Entre estas hipóteses, inclino-me mais para a resistência posta por Isabel à ideia de se casar novamente, uma vez que Pedro Mártir se refere repetidas vezes ao trabalho dos pais em convencer a filha¹⁷⁶. Eis o que o autor dizia de Isabel em carta ao arcebispo de Braga: “Tanta é a sua modéstia, tanta a sua castidade de

¹⁷⁵ Commynes, *Mémoires*, t. III, p. 297-298.

¹⁷⁶ Anglería, *Epistolário*, vol. IX, pp. 270, 296, 323-324.

viúva, que não voltou a comer em mesa depois da morte do marido, nem apreciou nenhuma iguaria requintada. Tanto se mortificou com jejuns e vigílias que se tornou mais fraca do que um tronco seco. Ruborizada, fica nervosa sempre que se provoca a conversa sobre o matrimónio.”¹⁷⁷

De resto, porque teriam oferecido Maria ao rei português, se a mais velha não se recusasse a casar? Damião de Góis confirma, ao dizer que das quatro filhas dos Reis Católicos, era com Isabel que Manuel tinha mais vontade de se casar, o que o levou a recusar a proposta de casar com Maria¹⁷⁸. E refere também que a princesa D. Isabel queria viver como religiosa, e que foram pessoas religiosas que a conseguiram demover do propósito de não voltar a casar, invocando o serviço de Deus, e o “bem, paz e tranquilidade de ambos os reinos ao fazer-se este casamento”¹⁷⁹. Ou seja, convenceram a princesa a colocar a razão política acima das suas preferências pessoais, o que nós sabemos ser a obrigação de qualquer pessoa na sua posição.

Repare-se que a ideia de expulsar os judeus como condição *sine qua non* para casar Isabel nunca é referida por Pedro Mártir, que apenas menciona que o trabalho árduo dos Reis Católicos em convencer a filha a passar a segundas núpcias haveria de dar frutos. Em contrapartida, Marino Sanuto é taxativo: os Reis Católicos não queriam dar nem prometer a filha por mulher ao rei de Portugal, se ele primeiro não expulsasse os judeus de todo o seu reino¹⁸⁰. Fico portanto com a convicção de que, se ambos falaram verdade, se completam um ao outro: a relutância em voltar a casar de Isabel era genuína, mas a ideia de expulsar os judeus de Portugal pode ter partido de seus pais. Em todo o caso, uma coisa é certa: não se trata de um desejo da princesa que Isabel e Fernando contrariassem; muito pelo contrário...

¹⁷⁷ Anglería, *Epistolário*, vol. IX, p. 323-324 (carta n. 171, de 1496.12.05). Pela data, o arcebispo de Braga seria D. Jorge da Costa, irmão ou sobrinho do cardeal Alpedrinha, embora possa haver confusão devido ao facto de terem o mesmo nome, e Pedro Mártir corresponder-se de facto com este último, embora seja estranho não lhe chamar cardeal, título que já detinha nesse ano.

¹⁷⁸ Góis, *Crónica do Felicíssimo...*, parte I, p. 46.

¹⁷⁹ Góis, *Crónica do Felicíssimo...*, parte I, p. 50.

¹⁸⁰ Sanuto, *I Diarii*, vol. I, coluna 646, Junho de 1497.

Mais difíceis de perceber são as escolhas do noivo. D. Manuel podia ter acedido a casar com uma das filhas mais novas, Maria, tal como os Reis Católicos propuseram. Não se entende porque porfiou em pedir a mão de Isabel: uns falam em interesse pessoal de ordem afectiva, outros afirmam que a noiva agradara ao povo português quando estivera em Portugal¹⁸¹. É um facto que Isabel falava português, por certo uma herança dos dois anos que passara em Moura, ao passo que Maria se manteria, pelo menos em aparência, fiel ao castelhano nos mais de quinze anos em que viveu em Portugal como rainha. Outro motivo plausível era o facto de Isabel, aos 26 anos de idade, estar pronta a dar ao rei um herdeiro ao passo que D. Maria, nascida em 1482, andaria pelos catorze¹⁸². Por essa altura, Joana estava casada como o arquiduque da Borgonha, e Catarina, a filha mais nova dos reis, casaria em breve; o acordo de casamento com o herdeiro do trono de Inglaterra assinou-se em Woodstock em Agosto de 1497. Só restavam portanto duas possibilidades: Isabel ou Maria.

Outra dúvida nos fica: será que se D. Manuel se tivesse casado logo com Maria em vez de Isabel as coisas teriam sido diferentes em relação aos judeus? Claro que não podemos responder à questão, mas ela é importante porque, se a expulsão dos hereges foi uma exigência efectiva da princesa D. Isabel, considerações mais importantes se impõem sobre o papel do indivíduo nos acontecimentos históricos. Pode a vontade de uma só pessoa mudar o curso da História? Que teria acontecido se D. Manuel tivesse aceite casar com Maria assim que ela lhe foi proposta? Porque é que aceitou uma negociação em que foi a parte fraca, quando lhe ofereceram a filha mais nova? Ainda por cima, desejando uma princesa que não demonstrava qualquer pressa em casar, com ele ou com outro? Caro leitor e leitora, vão-me desculpar: porque nem todas as escolhas são racionais, nem correspondem muito menos a estratégias definidas. Voltemos a Damião de Góis: “Destas quatro filhas [dos Reis Católicos] a que com elrei D. Manuel mais desejava casar, foi a infante D. Isabel viúva do príncipe D. Afonso, &

¹⁸¹ COSTA, 2005, p. 67; AZCONA, 2004, p. 520.

¹⁸² SOYER, 2007a, p. 171.

por ter esta vontade se escusou do da infante D. Maria...”¹⁸³. E se, por uma vez, acreditássemos?

Para D. Manuel, o casamento era urgente. Passava dos 26 anos, acabava de subir ao trono, sem que antes se tivessem tido iniciativas de monta para o casar. O que não admira, se pensarmos que o herdeiro do trono tinha morrido em Julho de 1491 no acidente equestre, e que o problema da sucessão estava pendente. D. Manuel era uma das hipóteses, a que os Reis Católicos eram favoráveis; D. João II opunha-lhe o seu bastardo como hipótese de sucessão, mas foi uma luta perdida. Sabemos que só em condições excepcionais os bastardos chegavam a reis.

Em todo o caso, casar um duque não era a mesma coisa que casar um rei, porque a qualidade da noiva subia por inerência. Eis porque D. Manuel só pensou a sério no seu casamento quando subiu ao trono. Com a agravante de querer também ter filhos o mais depressa possível, justamente para afastar de vez o espectro de D. Jorge. Se D. Manuel não tivesse herdeiros o quanto antes, a hipótese de D. Jorge herdar o trono viria uma vez mais à baila; mais do que isso, parte da nobreza espreitaria a oportunidade e congregar-se-ia em torno deste último. Era o habitual nas monarquias. Isto também explica, como já falámos antes na biografia de D. Leonor, que D. Jorge só tenha casado em 1500 e com um enlace fabricado por D. Manuel I e sua irmã D. Leonor¹⁸⁴. E talvez explique em boa parte o regresso da corte espanhola dos filhos do duque de Bragança, Jaime e Dinis, primos diretos do rei D. Manuel. É Pedro Mártir, antigo preceptor dos dois durante o seu período de exílio na corte espanhola, que lhes escreve mencionando que estavam em condições de vir a herdar o trono, muito embora não fossem filhos de reis. Escreve: “Que sejam ou não filhos de reis, que importa para a salvação da Pátria?”¹⁸⁵. Com eles por perto, restabelecida a antiga Casa de Bragança, D. Jorge tinha mais quem lhe fizesse sombra. E não lhe era suficiente ser filho de rei, uma vez que a sua ilegitimidade era um argumento forte a favor dos seus oponentes.

¹⁸³ Góis, *Crónica do Felicíssimo*, parte I, p. 46.

¹⁸⁴ Sá, 2011, p. 171-172.

¹⁸⁵ Anglería, *Epistolário*, vol. IX, pp. 174-176, citação p. 175 [Granada, 1492.03.18, carta n. 93].

Como sabemos, a nova viagem da princesa D. Isabel para Portugal foi perturbada por circunstâncias inesperadas. A mãe acompanhou-a até Valência de Alcântara, tendo o seu pai sido chamado à pressa para ir a Salamanca, onde o príncipe D. Juan agonizava. Depois da sua morte voltou para junto da mulher, que já havia entretanto entregue Isabel ao lado português. O rei escondeu-lhe durante algum tempo a morte do filho, até que a Isabel a Católica o soube por terceiros. Os Reis Católicos sofriam o primeiro de vários rudes golpes, a morte do seu único filho varão, que deixava a mulher grávida.

Do lado português, conta Resende que o novo casal passou oito dias em Castelo de Vide, com a morte do príncipe “encoberta”, para se não “perderem e mostrarem” os muitos gastos que os senhores e fidalgos tinham feito para o casamento. Passaram em seguida a Évora, já com a corte de luto, e depois a Lisboa¹⁸⁶.

Só em Dezembro, depois do desenlace funesto da gravidez de Margarida, é que os reis de Portugal foram notificados de que deviam deslocar-se a Castela e Aragão para serem jurados herdeiros dos tronos respectivos.

3.4. Outro casamento breve

Não sabemos como correu o novo casamento da princesa, destinado a durar, tal como anterior, menos de um ano. Consegui ler apenas uma carta escrita de Évora por Isabel a seu pai a 13 de Novembro de 1497, estando casada há cerca de duas semanas. Como seria de esperar, não tecia comentários em relação ao marido, mas apenas à corte portuguesa e à sua nova vida, querendo dar a seu pai mostras de que se esforçava por adaptar-se-lhe. O conteúdo da carta, em castelhano, é por demais confuso, com a princesa a declarar, de acordo com as recomendações do pai, estar a fazer o possível por “mostrar-se portuguesa”. Mas diz ainda algo que é importante para nós: “O rei meu senhor mandou-me entender em certos negócios; praza a Deus que o saiba fazer de maneira que aprenda e seja para o que for de seu serviço e de Vossas Altezas”

¹⁸⁶ Resende, “A entrada del rey”, p. 297.

(referia-se a seus pais, a quem protestava beijar pés e mãos)¹⁸⁷. Neste umbral do século XVI, o papel das rainhas era tudo menos decorativo: tinham tarefas a cumprir... e sempre a obediência, que deviam a maridos e pais, em benefício dinástico.

Nesse final de 1497, a roda do destino fartou-se de dar voltas. Depois da morte da esperança das Espanhas, foi a vez de sua viúva Margarida de Borgonha, dar à luz *uma massa informe de carne*¹⁸⁸, deitando por terra a hipótese de continuar a linha sucessória através do seu defunto marido, o príncipe D. Juan. O trono cabia agora a D. Isabel e D. Manuel I; receberam logo em Dezembro aviso para irem a Castela e Aragão e serem jurados herdeiros destas duas coroas. Os recém-casados tinham partido de Évora para Lisboa já com a rainha grávida de pouco tempo, primeiro para o paço de Santos e depois para o de Alcáçova, onde receberam a notícia. E pronto, mudança de títulos, esses títulos que tão importantes eram para estas pessoas, obviamente porque significavam mais do que meras palavras. Receberam instruções dos reis de Castela para se intitularem reis de Portugal e príncipes de Castela e Aragão e etc. Rezam os *Apontamentos Históricos* que “... o primeiro dia deste novo título foi aos 20 de Dezembro deste mesmo ano de 1497”¹⁸⁹... O momento era de optimismo, apesar das tragédias recentes, porque se antevia o acrescento de mais um reino peninsular aos dois já unidos pelo casamento de Fernando e Isabel¹⁹⁰.

Nem tudo eram rosas, no entanto. O rei, conta Resende - a quem devemos o mais detalhado relato da viagem do rei a Castela e Aragão-, reuniu cortes, de forma a ouvir os representantes do seu reino, e houve “muitos pareceres, desviados uns dos outros”. A uns o momento parecia de perigo, aconselhando o rei a não sair do reino, por “casos que podiam sobrevir [...] a rei fora de seus reinos, em reino alheio em poder doutro rei, como algumas vezes aconteceu”. Para outros, não havia caso para alarme, porque ia ser jurado rei de tantos reinos e senhorios, e rei e rainha tinham “tão grande aliança, e tão grande parentesco, e tão verdadeira amizade”. Houve portanto dissensões, e a decisão arrastou-se:

¹⁸⁷ *Documentos referentes*, vol. III, pp. 20-21.

¹⁸⁸ A expressão é de Anglería, *Epistolário*, vol. IX, p. 374.

¹⁸⁹ BA, Cod. 51-V-69, p. 208v.

¹⁹⁰ Zurita, *Historia del Rey Don Fernando*, livro III, cap. 18.

note-se a desconfiança que os do parecer contrário à viagem tinham em relação a Castela. O rei lá acabou por decidir-se a ir, deixando a irmã Leonor na regência, tendo por principais colaboradores o duque de Bragança D. Jaime e o marquês de Vila Real. Lá partiram nos finais de Março de 1498, com um séquito de trezentos nobres em cavalgaduras. Resende diz que este número, considerado reduzido, correspondia a um pedido dos Reis Católicos, e também para evitar brigas entre castelhanos e portugueses¹⁹¹. Desta vez, não por qualquer razão respeitante à animosidade entre ambos, mas simplesmente porque a instalação das grandes comitivas ao longo das viagens facilmente gerava litígios nas terras por onde passavam.

Fizeram um dos caminhos mais frequentes para Castela, indo por Évora, Estremoz, Elvas e Badajoz. Aí foram logo recebidos pelo duque de Medina Sidónia, e os seus trezentos acompanhantes, todos de luto pelo príncipe, e com 38 falcoeiros, pelo que se fartaram de caçar pelo caminho que fizeram juntos. Resende narra com detalhe as mesuras que castelhanos e portugueses faziam uns aos outros, e a riqueza que faziam questão de mostrar: por exemplo, o duque de Medina Sidónia “comia em ouro”¹⁹².

Dirigiram-se em seguida para o mosteiro de Nossa Senhora de Guadalupe, local bem conhecido dos reis de Portugal, onde deviam passar a Páscoa. Pelo caminho, para respeitar o jejum da Quaresma, o duque de Medina Sidónia abastecia-os de peixe, uma vez que estavam longe do mar. A chegada a Guadalupe deu-se na quarta-feira de Cinzas¹⁹³. Era um santuário importantíssimo na época, com o seu convento jerónimo, uma ordem a que D. Manuel daria cada vez mais importância; fora lugar de peregrinação dos monarcas portugueses, e até de encontro, com os congéneres espanhóis. Afonso V visitara-o, e aí se tinha encontrado com Henrique IV de Castela em Maio de 1464¹⁹⁴. Em todo o caso, quem visita hoje o mosteiro reconhece inúmeras provas da presença frequente de

¹⁹¹ Resende, “A entrada del rey”, pp. 297-298.

¹⁹² Resende, “A entrada del rey”, pp. 299-300. Provavelmente a baixela era de prata dourada.

¹⁹³ Resende, “A entrada del rey”, p. 301.

¹⁹⁴ Saul GOMES, 2006, p. 198 e 322.

peregrinos portugueses. Mais tarde, o culto da célebre Virgem Negra – Nossa Senhora de Guadalupe – correria mundo, alastrando a toda a América espanhola.

Fundado no século XIV, haveria de ter para muitos o atractivo de ser um complexo de edifícios “novo”. Era na verdade um santuário mariano, com a sua bela lenda em torno da aparição da Virgem a um pastor de vacas. Contemo-la em poucas palavras: ao morrer-lhe um animal, o pastor preparava-se para lhe retirar a pele quando a vaca ressuscitou e lhe apareceu a Virgem, que lhe disse para escavar debaixo das pedras onde se encontravam, onde encontrariam uma imagem sua; no local construiriam primeiro uma casa para lhe prestar culto que a seu tempo se haveria de transformar um grande santuário. O pastor abandonou o local com intenção de participar o sucedido ao clero da sua aldeia. Ao chegar a casa, um filho tinha-lhe morrido mas ressuscitou quando seu pai invocou a Virgem: foi o acontecimento que fez com que os eclesiásticos acreditassem nele, fossem escavar no local, e encontrassem a imagem. Não era uma estatueta qualquer: vinha de muito longe. Diziam que vinha da Ásia menor onde pertencera a S. Lucas, com cujo cadáver estivera enterrada, indo depois para Constantinopla e a seguir Roma, de onde passou a Sevilha. Com a invasão sarracena, em pleno século VIII, os cristãos esconderam-na junto ao rio de Lupe, e agora a imagem, depois dos territórios recristianizados, era achada por intermédio do vaqueiro, no século XIII ou princípios do século XIV. A imagem, românica, em madeira de cedro, provavelmente do século XII (a não ser que o leitor queira acreditar na lenda..), tem a particularidade de representar Nossa Senhora e o Menino com as faces negras¹⁹⁵. Ainda hoje é venerada, e, na sala que dá acesso ao sítio onde se encontra, estão expostos todos os mantos ricos de pedras e fio de ouro que lhe foram oferecendo ao longo do tempo.

O médico e astrónomo Jerónimo Munzer visitara-o escassos anos antes dos recém-casados reis de Portugal, em 1494, e será nele que me basearei para enquadrar os reis de Portugal e a sua comitiva na estadia que aí fizeram. Nessa altura, o mosteiro constituía já um dos maiores complexos de peregrinação da Península Ibérica, cumprindo assim a profecia inicial. A este sucesso não era alheia a sua localização no caminho para Toledo e Madrid, servindo de ponto de

¹⁹⁵ <http://www.diomedes.com/guadpresentacion.htm>, consultado em 26.7.2011.

descanso a meio de uma serra. Eram muitos os portugueses que aí se deslocavam em peregrinação. Era até, pela popularidade que granjeara, objecto de peditórios fraudulentos por parte de pedidos de esmola não credenciados: alguns pediam para “Água de Lupe” sem qualquer intenção de dar o dinheiro ao santuário¹⁹⁶.

O mosteiro possuía instalações compatíveis com o afluxo de gente que aí acorria: uma magnífica igreja, uma sala capitular, adegas, grandes canalizações de água, dois refeitórios (um para os religiosos e outro para os familiares e oficiais, referindo-se aqui aos servidores do mosteiro). Munzer fala de refeições colectivas em que mais de cem pessoas comiam no refeitório com os frades jerónimos ao som de leituras piedosas. O autor refere também o mundo do trabalho: os sapateiros, a padaria que fazia pão para o mosteiro e para os pobres, a alfaiataria, a ferraria, concluindo que o mosteiro parecia uma cidade. Mas havia mais: hortas, biblioteca (com 36 secretárias) dormitórios (um para noviços com 26 camas, outro para leigos com 22), enfermaria com sua botica, dois claustros. E também uma sacristia e um tesouro, que o viajante alemão viu e descreveu com detalhe, enumerando o conteúdo de doze arcas contendo as alfaias preciosas do santuário: estava-se ainda no tempo anterior aos museus, em que os objectos preciosos reunidos pelas igrejas se mostravam apenas aos viajantes, ou aos fiéis em ocasiões específicas do calendário litúrgico. Os tesouros litúrgicos foram as primeiras colecções do Ocidente Cristão.

Munzer não era um visitante qualquer, porque vinha do mando do seu imperador, Maximiliano, conforme declarou na arenga (discurso de saudação) que improvisou dias depois quando se apresentou na corte dos Reis Católicos, em Madrid. Note-se também que as alianças entre os filhos de Maximiliano e os dos Reis Católicos estavam já combinadas. Era portanto um viajante ilustre, que devia ver tudo o que havia para mostrar.

Munzer menciona também que existia no mosteiro um verdadeiro palácio onde os reis de Castela se alojavam, onde viu vários papagaios (entre eles um de três cores, narra o médico – note-se que os que o liam provavelmente nunca tinham visto nenhuma ave igual àquela), e a que Isabel de Castela chamava o seu

¹⁹⁶ DUARTE, 2010, p. 177.

paraíso, nele se refugiando sempre que podia. A imagem que o autor transmite é a da paz que o seu ambiente devoto proporcionava. Mas o mais interessante são as coisas que Munzer viu na sua igreja e hoje já lá não estão: um gigantesco círio oferecido pelo rei de Portugal por a Virgem ter livrado duma peste; correntes de cativos cristãos em poder dos mouros, libertos da escravidão por intercessão de Nossa Senhora; uma pele de crocodilo, que uns portugueses tinham trazido da Guiné depois de escaparem de ser devorados pelo animal; um dente de elefante; duas barbas de baleia caçada nas costas portuguesas; e uma carapaça de tartaruga tão grande que um homem se podia banhar como se estivesse numa pia (neste último caso parece ter havido algum exagero do autor...)¹⁹⁷. Alguns desses exóticos tesouros, como vimos, eram talismãs de perigos passados, oferecidos ao mosteiro em acção de graças.

O jovem casal passou a Páscoa em Guadalupe, aproveitando para pedir a protecção divina e deixando-se ficar por alguns dias. Sabemos que D. Isabel presenteou o mosteiro com um porta-paz de ouro, decorado com aljófar e doze rubis, enquanto o marido oferecia açúcar e especiarias, juntamente com outra mercê importante: autorizou as ovelhas do mosteiro a pastar na Serra da Estrela durante o Verão¹⁹⁸. De resto, era habitual o envolvimento da sua família com estas duas actividades económicas: a cultura do açúcar e a criação de gado. Enquanto herdeiro do infante D. Henrique, o Navegador, o pai de D. Manuel detinha a Madeira, então uma importante fonte de riqueza graças à cultura da cana-sacarina, que se exportava para a Europa, e fazia da ilha uma das mais valiosas peças do património da coroa. Quanto ao gado, já tínhamos encontrado ovelhas a atravessar fronteiras a propósito da duquesa de Beja D. Beatriz¹⁹⁹.

Poucos anos mais tarde, D. Manuel, continuando a tradição de devoção portuguesa ao mosteiro de Guadalupe, fez questão de agradecer à Virgem negra a

¹⁹⁷ Munzer, “Relación del viaje”, p. 394.

¹⁹⁸ MENDES, 1994, p. 74. O porta-paz era um objecto metálico, geralmente representando um momento ou momentos da Crucifixão de Cristo, dado a beijar aos fieis durante as cerimónias litúrgicas.

¹⁹⁹ ADE, *Livro 3.º de Originais* (73), fl. 171 [1493.09.16, Beja]. Note-se que a ilha da Madeira fazia parte dos domínios do infante D. Henrique, tendo sido herdada por D. Fernando duque de Viseu, pai de D. Manuel, duque de Beja; só passou para a Coroa quando este se tornou rei.

descoberta do caminho marítimo para a Índia fazendo novas oferendas. Mas, para Isabel aquela primavera de 1498 seria a última da sua vida...

Quem percorre hoje as estradas de Castela, ainda que de automóvel e experimentando velocidades impensáveis nos finais do século XV, tem a possibilidade de reflectir sobre as condições de viagem naqueles tempos. Grandes distâncias, maus caminhos, lugares ermos²⁰⁰, e a princesa, como sabemos, ia grávida avançada. Segundo Pedro Mártir, estava demasiado magra; alguns solavancos haverá de ter sentido, quer tivesse ido de mula ou num qualquer veículo puxado por animais ou pessoas. O mosteiro, na rota para Toledo, funcionaria assim como uma espécie de oásis, para retemperar forças. D. Jorge, à cautela, fazia parte da comitiva, para estar debaixo de olho, não fosse ficar no reino a ajudar facções da nobreza a conspirar contra o rei. Rei esse que continuava, mau grado ter deixado o reino entregue à regência de sua irmã Leonor, agora rainha “velha” (uma vez que existia uma nova), a despachar e a tomar decisões sobre o seu governo²⁰¹.

Quando preparava a sua entrada solene em Toledo, permanecendo numa aldeia a escassas léguas da cidade, chegou a notícia ao rei D. Manuel de que Carlos VIII de França tinha morrido. Resende diz “de sua doença”, mas a morte fora devida a um acidente, sendo o rei muito novo, de 27 anos apenas. D. Manuel “encerrou-se” por ele (era costume as pessoas fecharem-se em casa nos primeiros dias do luto), mas quinta feira de Pascoela todos os da comitiva se levantaram cedo, ouviram missa, comeram e se puseram a caminho de Toledo, onde entraram no mesmo dia²⁰².

A entrada foi marcada apenas por um incidente: o rei Fernando de Aragão saudou D. Jorge sem descer do cavalo, e deu-lhe a mão a beijar, contra todo o protocolo. Só quando lhe disseram que era filho de D. João II, tirou o sombreiro fora e lhe pediu desculpa dizendo que se tivesse sabido antes quem era teria

²⁰⁰ Mais a norte de Guadalupe, ainda que na mesma Estremadura espanhola, fica o mosteiro de Yuste, onde Carlos V, sobrinho da princesa, passou os dois últimos anos de vida. Ao que parece, foram homens a carregá-lo na sua viagem para o mosteiro.

²⁰¹ BRAGA, 2002, pp. 25-34.

²⁰² Resende, “A entrada del rey”, p. 301. Carlos VIII morreu a 27 de Abril, no castelo de Amboise.

descido do cavalo. A partir desse momento, fê-lo cavalgar a seu lado²⁰³. Interessante este encontro, sobretudo se tivermos em mente que Fernando de Aragão, juntamente com sua mulher Isabel a Católica, tinha sido um dos principais adversários da legitimação de D. Jorge, quando o pai deste queria à viva força sentá-lo no trono. Mas a condição de filho de rei, como sabemos, era quase sagrada, e, não obstante a ilegitimidade de D. Jorge, beneficiou-o durante toda a vida.

Resende dá conta de um serão em Toledo, onde estiveram dois reis, duas rainhas, uma princesa-viúva (Margarida de Áustria, ainda não regressada à Flandres), duas infantas de Castela e Aragão (Maria e Catarina, porque Joana estava na Flandres com seu marido Filipe o Belo), dois filhos de reis (D. Jorge filho do rei D. João II, e uma filha ilegítima do rei D. Fernando)²⁰⁴.

Entretanto, os Reis Católicos enfrentavam novo problema: chegou-lhes notícia de que seu genro Filipe também se começara a intitular príncipe de Castela mal soubera do parto infeliz de sua irmã Margarida. Foi ocasião para enviarem emissários à Flandres incumbidos de lhe mostrarem o erro em que incorria, mas com o efeito contrário. A questão era antes de mais cultural: tanto franceses como aragoneses, habituados à lei sálica, segundo a qual nenhuma mulher herdava o trono, tinham dificuldade em perceber que não havendo herdeiros masculinos o trono transitava para a filha mais velha.

Zurita fala em mal-entendido de Filipe, por causa da peculiaridade das leis de sucessão castelhanas, mas em breve se perceberia que este equívoco era mais do que intencional. Filipe e seu pai, Maximiliano, aliavam-se ao rei de França a favor da sua causa. Era assim, entre dinastias que gostavam de coleccionar reinos, ducados e o que mais houvesse... Enquanto a princesa Isabel foi herdeira do trono, pai e filho estiveram atentos a espreitar a oportunidade. Era um facto que a Espanha, ao permitir que as mulheres herdassem a coroa em caso de não haver sucessor directo varão, abriam a porta às desmedidas ambições dos maridos respectivos. E quem garantia que qualquer uma das filhas de Isabel a Católica fosse igual à mãe na vontade e capacidade de mandar? Se D. Manuel

²⁰³ Resende, "A entrada del rey", p. 302.

²⁰⁴ Resende, "A entrada del rey", p. 305.

alguma vez levou a sério a possibilidade de reinar ao lado da mulher em Castela e Aragão, não sabemos, embora haja quem afirme o contrário²⁰⁵. Mas uma coisa é certa: Filipe o Belo desejou-o ardentemente (ainda que depois, já rei consorte da rainha D. Joana de Castela, se tivesse vindo a arrepender, como veremos mais à frente).

Relativamente a D. Manuel, havia mais: Maximiliano achava-se com direito ao trono de Portugal, por ser filho de uma irmã de D. Afonso V. Considerava-se mais perto da linha sucessória, embora tivesse corrigido a sua postura, dizendo por altura da gravidez de Isabel que, caso D. Manuel I apenas tivesse filhas e não filhos, o trono lhe caberia a ele Maximiliano²⁰⁶. Uma vez mais, percebemos o quanto eram confusas para eles as leis de sucessão castelhanas e portuguesas...

Voltemos ao relato de Garcia de Resende. Em Toledo, não houve dificuldades de maior, e D. Manuel e D. Isabel foram imediatamente jurados por reis de Castela, na igreja maior de Toledo, em cerimónia solene. As comitivas portuguesa e castelhano-aragonesa partiram em seguida para Saragoça. Pelo caminho, D. Manuel foi sendo jurado pelos senhores das terras por onde passava; um deles, doente, fê-lo na sua cama. Nos lugares onde havia entrada solene, as coisas processavam-se da seguinte forma: os Reis Católicos entravam à frente, sem festa, pelo luto que traziam, e só o casal de herdeiros era recebido da forma habitual²⁰⁷.

Em Saragoça, cidade onde o consentimento dos aragoneses aos novos herdeiros devia ocorrer, tudo correu mal. A começar por lutas entre os habitantes da cidade e os cortesãos, causando muitos mortos e feridos, que só a presença do rei D. Fernando conseguiu aquietar. No dia da entrada solene, deram-se novos desacatos entre os clérigos e os principais da cidade, por causa do direito a segurar o *□* nafe que cobria os reis de Castela. Foi grave, porque partiram as varas e chegaram a derrubar um duque, o arcebispo da cidade (que por sinal era filho ilegítimo de Fernando de Aragão), e quase que também o rei e a rainha (o texto não é claro: suponho que Resende se refere aos de Portugal, e não se percebe se de facto foram “derrubados”). A razão que davam era “que melhor seria o *□* nafe

²⁰⁵ SENOS, 2003, p. 104.

²⁰⁶ Zurita, *Historia del Rey Don Fernando*, livro III, cap. 20.

²⁰⁷ Resende, “A entrada del rey”, pp. 306-309.

para a Igreja que para o estribeiro-mor”: é estranha esta passagem; poderia ter-se tratado de um dos inúmeros conflitos de precedências que corporizavam as tensões políticas existentes, neste caso entre os habitantes da cidade e os cortesãos. Finalmente entraram todos na igreja, rezaram, e tornaram para trás, sem pálio!²⁰⁸

Foi só o começo, porque a estadia em Aragão foi dura para as comitivas portuguesa e castelhana. Os aragoneses protelaram o juramento, manifestando a sua relutância em jurar uma mulher como herdeira do trono²⁰⁹. Dessa forma, os Reis Católicos, com a filha e o genro, viram-se forçados a aguardar pelo parto de Isabel em Saragoça. Resende narra que o rei de Aragão reuniu muitos conselhos, e se achava desobedecido pelos seus súbditos aragoneses; o cronista levanta também uma ponta do véu relativamente à personalidade de Isabel, que até aqui apenas soubemos por terceiros que era forte. Conta que em “um conselho lhe disse a rainha sua filha, que para que queria Sua Alteza temporizar tanto com eles, que seria melhor sair-se fora de Aragão, e torná-lo a tomar de novo, e então pôr, e fazer as leis à sua vontade”. Note também o leitor que Isabel assistia aos conselhos régios, o que não é de forma nenhuma irrelevante, ainda para mais estando no fim da gravidez. Os aragoneses souberam do que a rainha de Portugal tinha dito e por temerem uma revolta fizeram entrar secretamente oito mil homens de armas na cidade. A espera continuou, “sem se tomar conclusão, até que Nosso Senhor a deu com a morte da rainha e princesa, por onde tudo cessou”²¹⁰.

Só depois da tragédia, quando Isabel deu à luz uma criança do sexo masculino, morrendo em seguida ao parto, os aragoneses se dispuseram a jurar o novo herdeiro, D. Miguel da Paz. Gaspar Correia sugere uma nova interpretação para o nome da criança: como os aragoneses se recusavam a jurar D. Isabel como herdeira, “alguns disseram *de la paz*”²¹¹. Ou seja, o nome do príncipe referir-se-ia à solução para o conflito que opunha os reis aos aragoneses, e não a um eventual reforço da paz com Portugal.

²⁰⁸ Resende, “A entrada del rey”, pp. 310-312.

²⁰⁹ Zurita, *Historia del Rey Don Fernando*, livro III, cap. 24.

²¹⁰ Resende, “A entrada del rey”, p. 312.

²¹¹ Correia, *Crónicas*, p. 1.

Ouçamos o relato da tragédia, mais uma vez seguindo Garcia de Resende. A princesa estava cheia de medo de morrer do parto; tinha feito testamento, confessado e comungado. No dia 24 de Agosto, dia de S. Bartolomeu, pela manhã, a tomaram as “dores grandes”, e a criança nasceu. Estavam presentes, seu pai, sua mãe, e o marido. Seguiu-se uma explosão de alegria (porque o problema aragonês ficava resolvido) com Fernando de Aragão a anunciar “alegrai-vos todos, que filho temos”. Na cidade, todos festejavam, e ouvia-se cantar o *Te Deum Laudamus* e outras orações. Mas a rainha de Portugal, acabado o parto, entrou em agonia. Seu pai tomou-a nos braços e “vendo que se finava, bulia muito com ela, e bradava-lhe muito alto, dizendo: Filha, lembrai-vos da morte e paixão de nosso senhor Jesus Cristo; Filha, chamai por ele, e pela Virgem nossa senhora, que seja convosco nesta hora: e outras tantas palavras muito necessárias em tal tempo, isto com muita devoção, e tão alto, que os que estavam de fora o ouviam, e tão inteiro, e sem lágrimas, como se não fora sua filha, que ele tanto amava; e a Rainha assim nos braços do pai se finou, e deu a alma a Deus...”.

A rainha de Castela, mal soube da morte da filha, caiu sem fala no chão, e Fernando levou-a à sua câmara onde a deixou “como morta”. A seguir acudiu ao rei D. Manuel, a quem tomou pela mão e o levou a seu “aposentamento”. Voltou logo para junto da filha, deitando-a sobre umas almofadas de veludo, colocando-lhe a cabeça alta com o rosto descoberto, e tapado apenas por um véu muito fino, para todos a verem. Esteve assim no meio da sala até à noite; fizeram-se alguns ofícios por sua alma, e o rei D. Fernando, depois de ordenar o que havia de fazer, foi para o seu quarto: “se recolheu para seu aposentamento sem lágrimas, com tanta segurança como se nada não fora”. Só aí começou a chorar: “... e como lá foi começou de chorar a filha que tanto amava, e nos braços lhe morrera, dizendo palavras de lástima, e tanto que foi sentido que ele chorava começou-se logo tão grande pranto em todos os paços, e tamanhos gritos, que parecia que se vinham a terra, e não havia pessoa que não carpisse, e chorasse tão bravamente como se a perda fora sua”. Na cidade, onde antes se festejava, repicados os sinos, depressa as alegrias se converteram em tristeza geral²¹². Mais adiante, o cronista faz o comentário “Foi coisa muito para se homem lembrar de Deus, e dar bem

²¹² Resende, “A entrada del rey”, pp. 313-314.

pouco pelas coisas deste mundo, pois em tão pouco espaço tão grandes mudanças faz”²¹³.

A princesa esteve à vista de todos até à noite, quando foi colocada numa tumba coberta de veludo preto com uma cruz de damasco branco, tendo em cima uma cruz e uma vela. Em seguida esvaziaram a sala, e a princesa ficou só até à meia-noite, quando a tiraram secretamente, e doze frades de S. Jerónimo a acompanharam a um mosteiro fora da cidade. Foi levada por oito a dez dos seus criados, a maior parte deles portugueses. E foi “enterrada tão pobremente no mesmo mosteiro no chão, que não podia ser nenhuma pessoa por pobre e baixa que fosse”. O seu testamento assim o ditara²¹⁴. Pelo meio, a princesa alterou os usos do luto, ao ordenar que não se usasse burel neste último: em Portugal, D. Manuel acabou por fazer lei das disposições testamentárias da princesa²¹⁵. Não consegui encontrar qualquer disposição emanada por D. Manuel relativa às mudanças nas formalidades do luto assinaladas por Resende, e portanto especularei em seguida. O burel era um tecido grosseiro e áspero (por isso desconfortável como se queria em períodos de luto), mas não era necessariamente de cor escura, e a novidade podia residir em envergar vestuário negro. Adiante voltaremos ao assunto.

D. Manuel ficou por testamenteiro, e esforçou-se, durante o tempo em que esteve em Aragão até partir para Portugal, por fazer cumprir as últimas vontades da rainha. Fê-lo durante pouco tempo, porque partiu quinze dias depois. Teve de pagar casamentos a algumas damas da falecida esposa, que esta deixara ordenados, e Resende alude ao facto de ter ficado com pouco dinheiro em consequência²¹⁶. Depois da sua partida, a 8 de Setembro, cerca de duas semanas depois da morte da esposa, competiu aos Reis Católicos continuar a executar as disposições testamentárias de D. Isabel.

Entre o séquito de D. Manuel, a antiga desconfiança entre as monarquias ibéricas vinha ao de cima: o rei D. Fernando podia fazer alguma “novidade” com o rei de Portugal, “pois o tinha em seu poder, ou dilatar sua vinda para que não

²¹³ Resende, “A entrada del rey”, p. 315.

²¹⁴ Resende, “A entrada del rey”, pp. 314-315.

²¹⁵ Resende, “A entrada del rey”, p. 315.

²¹⁶ Resende, “A entrada del rey”, pp. 315-316.

viesse tão cedo”. Mas tanto ele como a rainha de Castela trataram D. Manuel “como filho” e este voltou de imediato ao seu reino; e, diz Resende “enquanto el rei D. Fernando viveu nunca tirou a el rei nosso senhor o título de príncipe de Castela”²¹⁷.

Agora o herdeiro de Castela e Aragão era uma débil criança recém-nascida. Maximiliano e Filipe teriam de aguardar, ainda que por pouco tempo, até chegar a vez de terem direitos sobre o trono de Castela por intermédio do casamento efectuado com Joana, a terceira filha dos Reis Católicos. Com alguma impaciência, segundo se escreveu. Em todo o caso, uma vez que todos estavam atentos à viabilidade do novo herdeiro, não faltou quem dissesse que Miguel da Paz era uma criança frágil.

3.5. A morte da rainha e o regresso do viúvo a Lisboa

Os *Apontamentos Históricos* dizem o seguinte relativamente à morte da rainha: “Neste ano de 1498 a 23 dias de Agosto nasceu o príncipe D. Miguel em Saragoça de Aragão por cujo nascimento se fizeram logo grandes alegrias que em poucas horas foram tornadas em pranto e grande tristeza porque a rainha dona Isabel depois de parir logo morreu de fluxo de sangue que se não pôde remediar. Fez seu testamento e nele deixou por testamenteiro a el rei seu marido e etc. Foi entregue logo como faleceu a frades de S. Francisco da observância e eles a levaram sem pompa alguma nem cerimónia e a soterraram no seu mosteiro que estava além da ponte do Ebro. Mandou que por ela se não trouxesse burel por dó e assim se costumou depois por lei. E tomou-se dó preto e el rei deixou o título de Castela e Aragão e etc. E veio-se a Portugal”²¹⁸. E aqui, caro leitor ou leitora, repare que encontramos a expressão “dó preto”, uma novidade na documentação, mas a hipótese fica por explorar...

Zurita dá destes acontecimentos outra versão, ainda que sem o detalhe da de Garcia de Resende, que explorámos algumas páginas atrás. Conta que o

²¹⁷ Resende, “A entrada del rey”, p. 316.

²¹⁸ BA, Cod. 51-V-69, fl. 209v.

príncipe nasceu numa quinta-feira, ao meio-dia, e que a princesa morreu uma hora depois, nos braços do rei e da rainha seus pais. O corpo foi depositado no mosteiro de Jesus, dos frades observantes, levado pelos religiosos sem pompa nem cerimónia real²¹⁹. Não seria a primeira mulher da sua família a ir à sepultura desprovida de cerimonial: era um hábito que veremos mais vezes em princesas e rainhas devotas, como a sua cunhada D. Leonor ou a sua irmã Maria. Só em princípios de Outubro, quando D. Manuel já tinha seguido para Portugal, é que o corpo da princesa e rainha de Portugal seguiu para Toledo, para o mosteiro de Santa Isabel, onde ainda hoje se encontra²²⁰.

Bernáldez afirma que a rainha morreu apenas duas horas depois de findo o parto²²¹. Pedro Mártir enfatiza a sua excessiva magreza, e menciona que Isabel predissera a sua própria morte: “Ela tinha previsto a sua morte, preparando-se com o viático e chamava constantemente religiosos para se lhes confessar. Se casualmente incorria em algum erro, de joelhos e com lágrimas pedia, rogava e insistia que se lhe dera a absolvição”²²². Continua um enigma: nunca saberemos como encarou a perspectiva de vir a ser rainha “proprietária” de Castela e Aragão, sucessora de tantos reinos, mas o conselho que atrás deu ao pai prova que era pessoa enérgica, como de resto o seu activo papel nas negociações que tinham conduzido ao seu segundo casamento deixam entrever²²³. A herdeira era agora a irmã seguinte, Joana, acompanhada de seu ambicioso e “nórdico” marido (a expressão é do italiano Pedro Mártir). Essa sim, sabemos que pouco caso fez dos altos destinos que a sorte lhe reservava. Filipe, em contrapartida, esperava ansiosamente que o pequeno herdeiro se finasse..

Depois da morte de Isabel, o rei seu marido regressou a Portugal. Pouco tempo depois, segundo as crónicas, o que parece estranho. Zurita afirma que não esperou sequer que se levasse o corpo para Toledo nos primeiros dias de

²¹⁹ Zurita, *Historia del Rey Don Fernando*, livro III, cap. 30.

²²⁰ Zurita, *Historia del Rey Don Fernando*, livro III, cap. 30.

²²¹ Bernáldez, *Historia de los Reyes*, tomo II, Parte II, p. 136.

²²² Anglería, *Epistolário*, vol. IX, carta n. 197, pp. 373-374.

²²³ NOGALES RINCÓN, 2011^a, chama a atenção para a vontade forte da princesa, que teve papel activo nas negociações do casamento, comparando-o com a neutralidade da irmã Maria.

Outubro²²⁴. Assistiu ao baptismo do filho, e retirou-se pouco depois: fica-nos sempre a ideia de que este, desde que nasce e sua mãe morre, é pertença dos avós maternos, ou seja, de Fernando e Isabel. E especulando, a sua retirada pode ter a ver com problemas financeiros a que aludimos atrás, ou ao desejo de se pôr a salvo em Portugal, retomando os assuntos do reino.

Conta Resende que o rei não fez paragem em Castela até chegar a Portugal: entrou por Almeida, onde se despediu dos senhores castelhanos que o acompanhavam. Seguiu para Lamego, Coimbra²²⁵ até que chegou a Lisboa praticamente incógnito, a 8 de Outubro, à dez horas da noite, indo logo a casa de sua irmã e regente, D. Leonor. Em ocasiões de luto não se queriam entradas festivas, e foi essa a razão de tanta discricção²²⁶.

Quanto à mãe de Isabel, a rainha de Castela, diz Pedro Mártir que ficou doente de cama, com o desgosto pela morte da sua filha “predilecta”. Conta também que os Reis Católicos despediram o genro alimentando uma secreta esperança, que Pedro Mártir diz não saber qual era²²⁷... Pensariam já no próximo casamento com Maria? É provável, mas o luto tinha regras rígidas, não permitindo verbalizar projectos que o punham em causa...

As cerimónias das exéquias da herdeira do trono de Castela e Aragão foram também efectuadas sobretudo nestes reinos. Depois da partida do rei D. Manuel, os pais de Isabel executaram as restantes instruções do seu testamento, hoje desaparecido. Por alguns documentos de execução ficamos a saber que a defunta rainha de Portugal se preocupou em libertar do cativo sete escravas e dois escravos, uma vez que todos foram alforriados em cumprimento das suas últimas vontades²²⁸.

Cristóvão Acenheiro narra uma interessante história, ainda que não a possamos confirmar. No ano de 1500, os Reis Católicos ofereceram ao mosteiro da Batalha, “onde jaz o príncipe D. Afonso”, quinhentos marcos de prata em jóias, prometendo fazer mais mercês quando trouxessem a ossada de D. Isabel para o

²²⁴ Zurita, *Historia del Rey Don Fernando*, livro III, cap. 30.

²²⁵ Resende, “A entrada del rey”, p. 318.

²²⁶ BA, Cod. 51-V-69, fl. 209.

²²⁷ Anglería, *Epistolário*, vol. IX, carta n. 199, ao cardeal de S. Cruz, p. 376-377 [1498.10.04].

²²⁸ AGS, ver lista de fontes manuscritas.

mosteiro, “que será trazida quando Deus quiser”²²⁹. Uma promessa plausível, uma vez que a Batalha era ainda o panteão da dinastia de Avis (e sê-lo-ia até ao testamento de D. Manuel em 1517), e ainda se a oferta foi feita ainda antes da morte do pequeno príncipe. Se D. Miguel da Paz não tivesse morrido a 20 de Julho desse ano, deitando por terra os projectos de unificação ibérica, localizar o túmulo de D. Isabel em Portugal teria sido mais um passo na união das coroas. Como sabemos, nada disto se concretizou: o corpo de Isabel acabou por ser depositado no convento de Santa Isabel de Toledo.

3.6. Um herdeiro de muitos reinos: D. Miguel da Paz

Falemos agora de uma criança: D. Miguel da Paz, criado pelos avós maternos, em especial pela avó, que dizem nunca odeixava sair da sua vista. Para ele se transferiram as esperanças dos reinos de Espanha, depois das mortes do príncipe D. Juan, e de Isabel sua mãe.

Nasceu numa quinta feira, véspera de S. Bartolomeu, e foi baptizado numa terça, a quatro de Setembro, na capela de S. Miguel da igreja maior de Saragoça, que, ao que parece, lhe deu o nome. Depois das exéquias da princesa, a 21 de Setembro, o rei D. Fernando propôs aos estados do reino que jurassem o príncipe, o que estes fizeram com a condição de que, se o rei tivesse filhos varões, o juramento seria dado por nulo²³⁰. Mais uma vez, a insistência na lei sálica: o “bom” herdeiro seria o filho de Fernando de Aragão, por linha masculina e não feminina, como agora acontecia.

O pequeno D. Miguel da Paz foi jurado príncipe das Astúrias no mês de Janeiro de 1499, nas cortes de Ocaña, enquanto primogénito e sucessor nos reinos de Castela e Leão: não se esqueça que Aragão era uma unidade política distinta, e ambas tinham cortes próprias²³¹. Os avós maternos enviaram entretanto ao rei de Portugal instruções para que também o fizesse jurar rei de

²²⁹ Acenheiro, “Crónicas dos Senhores”, p. 341.

²³⁰ Zurita, *Historia del Rey Don Fernando*, livro III, cap. 30.

²³¹ Leão era um velho reino peninsular, formado durante a Reconquista, e incorporado no de Castela em 1230, embora a sua extinção formal só ocorresse no século XIX.

Portugal. D. Manuel já tinha reunido cortes em Lisboa em 1498, antes da viagem a Castela, para se fazer jurar herdeiro dos reinos de Castela e Aragão por ser marido de Isabel. Nas primeiras cortes de 1498, os capítulos gerais do povo constituem um verdadeiro manifesto contra a fusão dos reinos: “nunca o povo português e o castelhano couberam num saco que se não rompesse”!²³²

O príncipe seria jurado na condição, imposta pelo povo, de que o rei não daria lugares de chefia em Portugal senão a portugueses: apesar de infelizmente não termos as actas, mas apenas os capítulos do juramento do príncipe (feito nas mãos do rei seu pai), vemos que as exigências de que os portugueses fossem nomeados nos lugares que diziam respeito ao reino foram exaustivas. Abarcaram todos os ofícios de justiça, da fazenda, as alcaidarias dos castelos, incluindo os lugares de além-mar, o despacho do príncipe relativo aos assuntos do reino quando não estivesse em Portugal, as cortes portuguesas a celebrar em Portugal e em “linguagem português”. Mais tarde, o texto será retomado nos mesmos termos, quando Filipe II se tornou rei de Portugal²³³...

O pequeno D. Miguel representa o ponto máximo dos desejos de unificação peninsular. Se tivesse vivido herdaria três reinos, Castela, Aragão e Portugal, fora os outros títulos que os seus avós e o seu pai ostentavam. No entanto, não há mostras de que alguém o tivesse levado muito a sério como possibilidade, pela debilidade física que sempre evidenciou. Os seus avós maternos, no entanto, viam nele a última hipótese de escapar a Joana, a próxima na linha de sucessão, casada com um marido ambicioso e amigo dos seus inimigos franceses, e já com filhos de excelente saúde. Um deles mandaria quase no mundo ocidental inteiro, Carlos V, nascido em 1500. Ainda para mais, ao que tudo indica, Isabel a Católica saberia das tendências psicóticas da filha muito antes de toda a gente, como o parece indicar o resguardo com que a protegeu da vista da sua corte antes de esta embarcar para a Flandres, ou o facto de se procurar inteirar da saúde da filha através de um frade enviado a Bruxelas, logo em 1498²³⁴. Depois das três

²³² Cortes (1498), pp. 57-64, citação na p. 60.

²³³ Cortes (1499), pp. 17-43. Zurita, *Historia del Rey Don Fernando*, livro III, cap. 33. BOUZA ALVAREZ, 1995.

²³⁴ ZALAMA, 2010, p. 73; FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, 2004, pp. 506-508.

mortes (do príncipe D. Juan, da filha e do neto) teria ainda tempo, antes de morrer, de se confrontar de perto com os desvarios da agora sua herdeira.

O príncipe congregava em torno da sua pequena pessoa uma vasta casa de criados e servidores, e absorveu abundantes recursos monetários, próprios de quem estava destinado ao mando²³⁵. Mas Miguel foi sempre enfermo, e a sua morte não surpreendeu ninguém²³⁶. Quando a notícia chegou à corte portuguesa, Damião de Góis diz que ninguém fez luto²³⁷. Não admira: o pai, D. Manuel I, não o via desde que nascera. Podia haver também outra razão (aqui especulo, caro leitor): havia todo o interesse em não chamar a atenção para o facto de o rei estar sem herdeiros. O povo, reunido em cortes, como sabemos, colocara reticências ao casamento e à união das coroas. Ter uma criança educada fora de Portugal a herdar o reino era uma expectativa pouco atraente, mas, ainda assim, era diferente de não haver qualquer herdeiro em perspectiva. Mas, no geral, desengane-se o leitor que espera ler testemunhos da dor provocada pela morte dos filhos pequenos nas crónicas régias. Talvez pela razão expressa por Pedro Mártir, quando fala da dor dos avós maternos:

“A morte de Miguel abateu profundamente os avós. Já se declaram impotentes para suportar com serenidade de ânimo tantos bofetões da fortuna [...] Não obstante, dissimulam estas amarguras o mais que podem e mostram-se em público com semblante sorridente e sereno. Não é difícil, não obstante, adivinhar o que lhes vai no interior”²³⁸. Ou seja: as demonstrações públicas de dor eram um luxo que não se podiam permitir.

Existem várias razões para que os cronistas raramente mencionarem o luto por infantes pequenos, ou o fazerem apenas nos casos limite, como nas mortes dos herdeiros ao trono de mais idade. O príncipe D. Afonso de Portugal e D. Juan de Castela e Aragão são disso exemplos: ambos tinham ultrapassado os catorze anos, deixavam as mulheres viúvas, e acima de tudo, tronos vazios, sem outro varão legítimo que os substituísse. Juan seria substituído por uma herdeira do sexo feminino (sempre uma escolha considerada inferior), uma vez que tinha

²³⁵ BRAGA, 2002, pp. 37-59.

²³⁶ Zurita, *Historia del Rey Don Fernando*, livro IV, cap. 13.

²³⁷ Góis, *Crónica*, parte I, p. 109.

²³⁸ Anglería, *Epistolário*, vol. IX, p. 411 [1500.07.29, carta n. 216].

quatro irmãos e nenhum irmão legítimo; Afonso possuía apenas um irmão bastardo. As mortes de ambos deram portanto origem a uma abundante literatura de lamentos e elegias fúnebres, ao contrário dos infantes de tenra idade. Em primeiro lugar, a morte, qualquer que fosse, devia-se à vontade suprema de Deus, que todos eram supostos aceitar. Sofrer em demasia, para lá do luto circunstancial, era um acto de desobediência à lei divina. Por outro, as personagens régias, pelas funções que ocupavam, não eram supostas manifestar as fraquezas humanas. Daí que o cronista mencione o pouco caso que D. Manuel fez da morte do filho D. Miguel da Paz, ou que, nos casos posteriores da morte dos nove filhos de D. João III e D. Catarina, a dor dos pais se manifeste de forma discreta²³⁹. As poucas menções que encontramos são contidas, e dizem mais pela segura de palavras do que pela sua abundância. Pense-se que, em meados do século XIX, a monarquia portuguesa tinha por hábito não acompanhar os funerais dos seus, limitando-se a dar ordem de saída do palácio²⁴⁰.

Miguel fora algo mais do que um menino morto pequeno: representou por algum tempo a última esperança de seus avós de controlar a sua sucessão. E a confirmá-lo está o facto de, ao contrário de tantos bebés régios cujos túmulos ou nunca existiram, ou desapareceram ao longo do tempo, o seu pequeno sarcófago ainda se poder admirar na catedral de Granada, ao lado dos Reis Católicos...

Em 1498, quando Fernando de Aragão e D. Manuel se encontraram em Toledo, concertaram enviar ao papa uma missão requerendo-lhe que atalhasse às numerosas imoralidades que grassavam na corte pontifícia²⁴¹. Como veremos em seguida, sem qualquer resultado positivo, a não ser o de irritar o papa e dificultar o novo casamento do rei de Portugal. Contemos a história.

3.7. Um raspanete para o papa: as embaixadas ibéricas de 1498

Recuemos um pouco, a Setembro de 1494, início da primeira guerra de Itália. Carlos VIII invadira a Itália com o seu exército, em direcção a Nápoles, onde faria valer os seus direitos ao trono respectivo. A ajudá-lo, um exército numeroso,

²³⁹ BUESCU, 2005, pp. 171 e seguintes.

²⁴⁰ LOPES, 2011, p. 88.

²⁴¹ Góis, *Crónica do Felicíssimo*, parte I, pp. 69-70.

com artilharia puxada a cavalo, e a belicosidade das unidades políticas italianas, sempre prontas a virarem-se umas contra as outras. A sua progressão para sul não tinha tido obstáculos: recebido em Florença por Savonarola, que tinha evitado o saque da cidade, e em Roma pelo papa, chegara finalmente à cidade que conquistara quase sem resistência.

Entretanto os inimigos da França organizavam a resposta: os Reis Católicos, também com direitos ao trono de Nápoles, o imperador Maximiliano e o Papa, organizavam a Santa Liga. Em 1498, no entanto, as coisas tinham mudado. Como veremos, em função de alguns dos filhos do papa Alexandre VI, os que tivera com Vannozza dei Cattanei²⁴².

João, duque de Gândia, morrera em 1497, deixando o irmão César, que o odiava porque competia com ele pelos favores paternos, livre para abandonar o estado eclesiástico, e fazer aquilo que sabia: a guerra, na ânsia de formar para si um principado no interior da península itálica. Num mundo de alianças voláteis (que mudavam consoante interesses flutuantes, ou pela simples morte de parceiros), Alexandre VI, na ânsia de promover o filho César, aliava-se ao rei de França. Carlos VIII, como vimos, morreu novo de acidente. Sucedia-lhe Luís XII, e este queria casar com Ana da Bretanha, viúva deste último, necessitando da dispensa respectiva. Ana, como herdeira do ducado, era essencial para manter este último unido à Coroa francesa. Ora, o papa, morto o filho duque de Gândia, e mostrando César pouca vontade em manter o estado eclesiástico (de que de resto fazia pouco caso, e era apenas um cardeal entre muitos a fazê-lo), tratou de negociar um ducado para o filho em troca da dispensa. Dessa forma, César acabou por receber o título de duque de Valentinois (Valentinado) e o conclave reuniu para decidir a sua renúncia ao cardinalato (um presente do pai que obtivera com a idade de 18 anos). Dos cardeais reunidos, só um cardeal, Juliano della Rovere, inimigo dos Bórgia, votou contra, e César voltou a ser leigo, ficando livre para casar. Embora pretendesse uma princesa napolitana, que o recusou, acabou por o fazer no reino de Navarra, com Carlota de Albret. Arriscando uma sempre perigosa hipótese, creio que, para além do rigorismo moral incluído nas

²⁴² Os filhos de Alexandre VI com esta mulher foram, por ordem de nascimento Cesare (m. 1507), Giovanni (m. 1497), Lucrezia (1480-1519) e Giuffrè (1482-1522).

admoestações ibéricas, a preocupação dos Reis Católicos era também política. De forma uma tanto ínvia, procuravam alinhar D. Manuel contra o rei de França, agora unido ao papa, propondo um raspanete conjunto que o rei de Portugal dificilmente podia recusar, uma vez que era seu hóspede, e os argumentos morais eram imbatíveis. No entanto, as preocupações dos reis católicos eram verdadeiras. Quando Bórgia se apresentou em Nápoles, anos mais tarde, depois de caído em desgraça pela morte do pai em Agosto de 1503, Fernando e Isabel tinham dado ordem ao comandante das suas tropas na região, Gonzalo Fernández de Córdoba, el Gran Capitán, para prender César. Este foi feito prisioneiro e enviado a Espanha, embora depois tivesse recuperado a liberdade e morrido em combate. Entretanto era papa o mesmo Juliano della Rovere, sob o nome de Júlio II, o papa soldado, que combatia agora, não em benefício de um estado próprio como o fizera César, mas em prol de constituir uma base territorial alargada para a Santa Sé no interior da península itálica.

Voltemos a 1498: na sequência do que combinara com os sogros, o próprio D. Manuel enviaria embaixadores seus, conhecendo-se a carta de instruções que levavam, escrita a partir de Saragoça. O conteúdo desta, deveras extenso, incidia sobretudo em dois pontos: que não fosse concedida a César Bórgia a rescisão do cardinalato, e que Alexandre VI escondesse seus filhos e filhas dos olhares públicos, fazendo-os viver fora de Roma. Nessa data, já tinha morrido o duque de Gândia, Giovanni Borgia, encontrado morto, e a carta aludia também ao profundo desgosto do papa, sugerindo o castigo divino pelos seus pecados²⁴³. Era agora tempo de casar César Bórgia com Luísa d'Albret, e para isso prescindir do chapéu cardinalício: nunca até então na história do papado isso acontecera. César não só casou – diz Burchard que a tomou oito vezes na primeira noite, uma a seguir à outra²⁴⁴ - como teve uma filha de Luísa. A coabitação foi breve, e César continuou as suas aventuras até cair em desgraça com a eleição do papa seguinte, Júlio II. Ou seja, as admoestações dos reis da Península Ibérica não surtiram qualquer efeito, a não ser o de irritar o papa, como

²⁴³ Uma cópia das instruções pode ler-se em BNP, cod. 7638, fls. 40r-44r.

²⁴⁴ Buchard, *Pope Alexander VI*, p. 105.

veremos em seguida. E não foram nada oportunas, porque era preciso outra bula para casar a infanta Maria com o rei de Portugal...

3.8. D. Manuel volta a casar

Depois de tanta tragédia, é normal que o rei hesitasse em casar novamente, embora o assunto do herdeiro fosse premente e não pudesse ser descurado. Era um viúvo jovem, e com um único herdeiro, que era criado longe de si, pelos avós maternos. O desalento do rei a seguir à tragédia de Saragoça, bem como a escassez do número de potenciais noivas, são referidos pelos cronistas do seu filho, D. João III. Tanto Francisco de Andrada como Frei Luís de Sousa o mencionam, embora escrevam muito depois dos acontecimentos a que nos reportamos.

Francisco Andrada, um dos cronistas do filho mais velho de D. Maria, o rei D. João III, afirma o seguinte a propósito do segundo casamento de D. Manuel:

“Tinha el rei D. Fernando a este tempo três filhas, a infanta D. Joana mais velha de todas, que era já casada com Filipe arquiduque de Áustria e senhor dos estados da Flandres, e outras duas ainda solteiras, a infanta D. Maria, a infanta D. Catarina, que depois casou com el rei Henrique VIII de Inglaterra, e desejando o rei católico de continuar esta aliança e parentesco, que começara a ter com el rei D. Manuel, lhe mandou ainda em vida do príncipe D. Miguel, que ele criava em sua casa, cometer casamento com a infanta D. Maria sua filha das duas solteiras a mais velha, de que ele se escusou algumas vezes por razões que para isso tinha, porém depois da morte do príncipe seu filho vendo quanta necessidade tinha de se casar, e que em nenhuma parte o podia fazer, que fosse melhor nem mais proveitoso para os seus reinos que em Castela, sendo de novo cometido para esse casamento o aceitou, e impetrada a dispensação o pôs logo por obra, que foi no mês de Outubro do ano de 1500”²⁴⁵.

Frei Luís de Sousa, outro dos cronistas de D. João III, introduz o tema do casamento falando também da relutância de D. Manuel num segundo consórcio:

²⁴⁵ Andrada, *Crónica de D. João III*, pp. 1-2.

“Assim se achou el rei D. Manuel, dentro de dois anos, sem mulher e sem filho e perdida de todo a esperança da grande monarquia, da que se vira adorado por senhor. Muito de bronze fora o peito, a quem não quebrantara tanto mal junto. Enxergou-se o abalo em que, sendo-lhe tratado segundo casamento com a infanta D. Maria, irmã da princesa defunta, deixou de lhe dar orelhas muitos dias, com saber que não havia em Espanha outro que tão bem lhe estivesse, espantado ainda, ao que se pode crer, e receoso dos sucessos do primeiro; e enfim o veio a aceitar, obrigado mais de bom conselho e necessidade que de gosto. Porém logo lhe mostrou o sucesso quão errados são muitas vezes os discursos do juízo humano, o que fora o seu, se mais dilatara tais bodas; porque com elas encheu sua casa e reino de copiosa e formosíssima geração”²⁴⁶.

D. Manuel não tinha, à data do seu casamento com Maria, mais nenhuma princesa disponível com quem pudesse casar com proveito²⁴⁷. Para estes cumes da sociedade, o mercado matrimonial era restrito, e, face às alianças a efectuar ou a consolidar, a escolha restringia-se ainda mais. Os Reis Católicos ofereciam-lhe a última filha disponível, mas é natural que o rei estivesse pouco predisposto dada a pouca sorte anterior. Mas D. Manuel não tinha tempo a perder: com um único herdeiro, fora do seu controle porque entregue aos Reis Católicos, e de saúde periclitante, o rei tinha de providenciar a sua descendência. Andrada diz que D. Manuel decidiu aceitar a oferta de Maria já depois do príncipe morrer. Esperou que se cumprissem os dois anos de luto da primeira mulher, e que Alexandre VI fizesse as suas birras, que adiante narraremos. O próprio papa sabia terem boas probabilidades de ser bem sucedidas, dadas as circunstâncias: o interesse dos Reis Católicos em casar a filha com D. Manuel, e a ausência de alternativas matrimoniais por parte deste.

Voltemos aos dois anos compreendidos entre o triste Outono de 1498 e o de 1500, quando o rei consumou o seu segundo casamento.

Chegam-nos informações de que a rainha viúva, D. Leonor, esteve particularmente activa neste intervalo de tempo. Por exemplo, Gaspar Correia dá-a como presente no velho paço da Alcáçova quando Vasco da Gama chegou da

²⁴⁶ Sousa, *Anais*, vol. I, p. 2.

²⁴⁷ COSTA, 2005, p. 116.

Índia em Agosto de 1499. Um momento muito especial, como sabemos, porque significava uma aposta vencedora: eram muitos os do conselho do rei que o tinham procurado demover do projecto de atingir a Índia por mar²⁴⁸. O cronista menciona apenas a “rainha”, mas não pode ser ainda Maria de Castela e Aragão que só chegaria a Portugal em finais de Outubro do ano seguinte. Ou seja, a única rainha ao tempo era a irmã do rei, a rainha viúva D. Leonor, que se comportava como a rainha em exercício, recebendo Vasco da Gama na sua câmara e dando-lhe a mão a beijar. Noutra ocasião, estava com o rei quando Gama entregou na corte os presentes que trouxera da Índia, apresentando *no estrado da rainha* colares e jóias, panos, e o pedaço de âmbar que *a rainha mais estimou*, almíscar e beijoim, demorando-se a contar episódios da sua viagem. Ou seja, D. Leonor fazia as vezes de rainha consorte, apresentando-se com o rei nas audiências do paço. Os dias eram de regozijo, pela importância do regresso de Vasco da Gama; para agradecer a Nossa Senhora as mercês feitas a Portugal, o rei fez uma oferta ao mosteiro de Guadalupe, em Castela, e outra ao mosteiro de Belém. Houve também procissão solene em que participaram o rei e a rainha, da Sé para a igreja de S. Domingos (no actual Rossio), onde D. Diogo Ortiz, o bispo Calçadilha, disse missa em pontifical²⁴⁹. Ou seja: no intervalo entre o primeiro e o segundo casamento de D. Manuel, D. Leonor assumia o seu papel de rainha em exercício. Duraria pouco, porque o rei não poderia ficar viúvo muito tempo...

D. Manuel pensava em casar novamente, e foi a vez dos Reis Católicos manifestarem alguma ansiedade; relembremos que sentiam a necessidade de evitar a todo o custo que o novo casamento do rei de Portugal caísse fora da sua esfera de influência. Das suas filhas, Maria era a única livre e fizeram questão de a guardar para casar com D. Manuel. Como o leitor se lembrará, Maria, quarta filha dos Reis Católicos, tinha sido já oferecida para casar com D. Manuel, quando andava pelos catorze anos. Agora, era a última filha disponível do casal, já que Catarina se casava com o herdeiro do trono de Inglaterra. De resto, alguns autores aludem ao facto de Maria figurar como uma espécie de reserva

²⁴⁸ Góis, *Crónica do Felicíssimo*, parte I, p. 48.

²⁴⁹ Correia, *Lendas da Índia*, vol. I, pp. 140-143. A missa em pontifical é solene, e presidida pelo bispo, em igreja catedral ou noutra importante, com a assistência de presbíteros e diáconos.

matrimonial²⁵⁰. Nasceria em Córdoba, no dia 29 de Junho de 1482, em plena guerra de Granada, de um parto duplo, tendo a rainha Isabel I de Castela dado à luz a seguir a ela uma sua irmã gémea, nascida morta²⁵¹.

Zurita narra que o assunto do novo casamento de D. Manuel era particularmente sensível para os Reis Católicos, sobretudo depois da morte de D. Miguel da Paz em Julho de 1500. Fernando e Isabel não se pouparam a esforços para casar Maria com o rei de Portugal. Em Março de 1499, já Marino Sanuto anotava no seu diário que estavam a tratar em Roma de obter uma dispensa para casar Maria com o ex-genro, e rei de Portugal, mencionando o filho pequeno deste último, e o facto da filha mais nova, Catarina, estar prometida ao filho do rei de Inglaterra²⁵². Em Julho de 1500 o mesmo autor refere que os Reis Católicos estavam prontos a dar doze mil ducados pela dispensa, e a posse do arcebispado de Valência (que, como se sabe, era a região de origem do papa Borja)²⁵³. Neste caso, embora tivessem conseguido uma dispensa geral de consanguinidade anos antes (que tinham usado para casar a filha mais velha com D. Manuel), precisavam de uma específica, porque se tratava de casar duas irmãs com o mesmo marido, uma a seguir à outra²⁵⁴. Por sua vez o papa fazia saber que o rei de França lhe requeria que suspendesse aquela dispensa, pretendendo que o rei de Portugal casasse com outra noiva. Alexandre VI pedia como contrapartida que o rei D. Fernando o ajudasse contra qualquer inimigo que o quisesse ofender, mas Zurita afirma que o papa pretendia com aquele engodo obter um “estado” em terras de Espanha para seu filho César, duque de Valentinois (o célebre César Bórgia)²⁵⁵.

Uma vez mais, o problema girava em torno da sempre perigosa Joana de Trastâmara que dava mostras de não se adaptar muito bem à sua vida de freira, havendo constantes rumores de que saía do convento para levar vida no “segre” (no século, isto é, vida de leigo). Mas havia também que pensar no que era a

²⁵⁰ SUÁREZ, 2005, p. 269.

²⁵¹ Zurita, *Anales*, libro XX, cap. 43.

²⁵² Sanuto, *I diarii*, vol. II, col.

²⁵³ Sanuto, *I diarii*, vol. III, col. 552.

²⁵⁴ Tratava-se de uma bula geral, concedida por Alexandre VI em Junho de 1493, e que dizia respeito a parentes do segundo grau (AGS, PTR,LEG,50,DOC.22).

²⁵⁵ Zurita, *Historia del Rey Don Fernando*, livro IV, cap. 13.

geopolítica europeia destes anos, na qual a Espanha tinha um papel cada vez mais interveniente. O genro dos Reis Católicos, Filipe o Belo, era abertamente filo-francês e portanto encontrava-se nos antípodas dos interesses dos sogros. E o papa, na sua conhecida ânsia de fazer progredir os filhos, aliava-se também à França quando lhe convinha. Para os Reis Católicos, para quem a França foi um inimigo constante durante esses anos (sem as mudanças de rumo de muitas unidades políticas europeias) era um dado adquirido que D. Manuel jamais deveria ter a oportunidade de passar para esse lado, conforme ameaçara em tempos.

Não casar Maria com D. Manuel era portanto um luxo que os Reis Católicos não se podiam permitir. É de certo modo estranho que sejam os cronistas do lado espanhol a dizê-lo, quando os portugueses ignoram o problema. Porquê?

E agora, nova intriga exige ser narrada: a história do casamento de Maria com D. Manuel nos bastidores da corte papal. Contámos já a história do envio concertado de embaixadores ibéricos com o fito de manifestar ao papa o descontentamento dos Reis Católicos e de D. Manuel I com o que então se passava em Roma. Como agora veremos, as embaixadas tiveram consequências, porque o papa ripostou, e com violência. Os filhos de Alexandre VI foram importantes na medida em que este fez de tudo para os fazer progredir na vida. Em Setembro de 1500, era este o seu retrato, feito por Marino Sanuto: “Tem 70 anos, rejuvenesce de dia para dia, não perde tempo a angustiar-se, quer viver, é de natureza alegre, e faz o que lhe é útil. A sua ambição é fazer os filhos grandes, e não se preocupa com mais nada”²⁵⁶.

Os emissários desta embaixada foram recebidos pelo papa com o cardeal de Portugal, e explicaram ao que vinham. Alexandre VI não podia ter reagido pior, respondendo com “palavras feias, e injuriosas, que não somente tocavam às suas pessoas, mas também ao rei”. Os embaixadores continuaram a tentar persuadi-lo a reunir um concílio em S. João de Latrão, sem sucesso²⁵⁷.

No final de Dezembro de 1499, os embaixadores foram beijar o pé de Sua Santidade, com grande acompanhamento, deparando-se com uma guarda maior

²⁵⁶ Sanuto, *Diarii*, vol. III, col. 845-846.

²⁵⁷ Zurita, *Historia del Rey Don Fernando*, livro III, cap. 33.

e mais armada do que era habitual. Quando lhes deram a palavra, os emissários disseram que se sabia como eram fraudulentos e públicos os meios com que tinha sido eleito papa (não se esqueça que não se devia saber nada do que se passava nos conclaves), e as coisas escandalosas que depois disso se tinham passado. Alexandre VI interrompeu-os com um discurso muito curioso: que não tinha o pontificado sem título e contra consciência como os reis tinham ocupado os seus reinos, onde eram intrusos. Que seria papa sem a obediência deles, porque tinha sido canonicamente eleito (um aparte, caro leitor, para lhe dizer que o cardeal Bórgia tinha *mesmo* comprado votos no conclave que o elegeu). E ameaçou o orador espanhol, que tinha tido a louca ousadia de dizer mal da sua eleição em sua presença²⁵⁸.

Chamo a atenção para o ambiente de incontinência verbal que se parece pouco com o que supostamente caracteriza as relações diplomáticas. E ainda, é interessante ver o papa destapar o véu de hipocrisia dos Reis Católicos, insinuando que tinham chegado ao trono de Castela depois de terem “usurpado” o trono a Joana de Trastâmara. Mais uma vez, o fantasma da Beltraneja-Excelente Senhora a pairar sobre Fernando e Isabel... Já depois do primeiro casamento de D. Manuel, em Dezembro de 1498 tinha chegado ao conhecimento dos reis de que Joana tinha conversas secretas com alguns grandes de Castela, e deram-no a entender a D. Manuel I por intermédio de D. Álvaro de Bragança, que, como sabemos, se tinha tornado o habitual negociador com Portugal²⁵⁹. Ou seja: um ambiente de permanente desconfiança que as alianças políticas consubstanciadas nos casamentos não conseguiam erradicar. Mas que, sintomaticamente, era marcado pelas tentativas de alinhar os reinos ibéricos com as mesmas políticas: não só fora exigido a D. Manuel que pusesse em prática a expulsão dos herejes, mas que reprovasse os actos papais com base em argumentos de ordem moral. Mas talvez não seja excessivo – caro leitor, eis-me novamente a fantasiar – descortinar na pressão dos Reis Católicos a vontade de comprometer D. Manuel I no seu programa político. E sabemos que o tinham...

²⁵⁸ Zurita, *Historia del Rey Don Fernando*, livro III, cap. 33.

²⁵⁹ Zurita, *Historia del Rey Don Fernando*, livro III, cap. 41.

Zurita diz mais, no entanto. Que os portugueses tinham amizade com França, e que havia algumas divisões entre D. Jaime duque de Bragança, e D. Jorge, bastardo de D. João II. A causa da perturbação era o casamento deste último com uma filha de D. Álvaro, D. Beatriz de Vilhena, que o duque de Bragança sentia como uma afronta. D. Álvaro, por via daquele casamento, tinha passado para a facção de D. Jorge, que tinha recebido o título de duque de Coimbra sensivelmente ao mesmo tempo em que casara. Os Reis Católicos, temiam que a sucessão se afastasse da “linha direita”, isto é, da sucessão legítima, ao pender para D. Jorge, bastardo de D. João II, que, como sabemos, nunca fora a sua opção para o trono português²⁶⁰. O duque D. Jaime, por sua vez, tratava casamento com a filha do duque de Medina Sidónia, estando este último também de olho no trono português, para o caso de D. Manuel morrer sem sucessores²⁶¹... Não é demais lembrar ao leitor que havia um único herdeiro para os três tronos (Castela, Aragão e Portugal), enfermiço, que acabou por morrer no Verão de 1500. Entre a sua morte e o nascimento de D. João (futuro D. João III), D. Manuel alguma angústia haverá de ter sentido, conforme reportam os já referidos cronistas deste último²⁶². Quando é que viria a ter mais filhos?

O ano de 1500 foi de casamentos, todos sincronizados com o novo casamento do rei, que estava para breve. D. Jorge casou em Maio, numa aliança que o integrava na órbita de D. Manuel; desposava a referida Beatriz de Vilhena, filha de D. Álvaro de Portugal, que tinha sido criada em casa da rainha D. Leonor, e recebia o título de duque de Coimbra. Com alguns anos de atraso sobre o testamento de 1495 do rei seu pai que então o recomendara ao seu sucessor designado, D. Manuel duque de Beja²⁶³... O duque de Bragança assinava contrato para casar com D. Leonor de Mendonça em Setembro, recebendo um dote peculiar, porque previa a entrega de trigo para abastecer as praças do norte de África²⁶⁴. Percebe-se a estratégia de D. Manuel: só fez sair os casamentos dos seus rivais quando ele próprio tinha noiva à vista. Não haveria de ter confiado

²⁶⁰ Zurita, *Historia del Rey*, livro IV, cap. XXI.

²⁶¹ Gavetas, vol. VI, pp. 483-486. Zurita, *Historia del Rey*, livro IV, cap. XXI.

²⁶² Andrada, *Crónica de D. João III*, pp. 1-2; Sousa, *Anais*, vol. I, p. 2.

²⁶³ Sousa, *Provas*, tomo II, parte I, p. 213.

²⁶⁴ Gavetas, vol. VI, pp. 483-486 [1500.09.11, Lisboa].

muito na sucessão do seu único filho, que vivia com os avós maternos e morreria entretanto, em Julho de 1500.

Os Reis Católicos jogavam as suas cartas; o casamento da sua filha Maria com D. Manuel I era cada vez mais urgente, e conseguiram assinar o acordo em Maio de 1500, ficando o assunto da dispensa ainda pendente. O papa, como dissemos, não a queria conceder, ainda agastado com a anterior embaixada em que os Reis Católicos e rei de Portugal não se tinham coibido de o criticar. Ou seja, protelava, com o sentido de vender mais cara a sua dispensa, que acabou por custar caro aos Reis Católicos. O Diário de Marino Sanuto refere várias vezes o assunto, e confirma Zurita quanto ao facto de haver uma desconfiança recíproca entre Alexandre VI e os Reis Católicos. Estes últimos tinham ficado apreensivos logo em 1492 quando a morte do papa Inocêncio VIII abriu caminho para a sua eleição²⁶⁵. Agora, como vimos, estavam prontos a dar ao papa doze mil ducados e a posse do bispado de Valência²⁶⁶. O casamento por palavras de futuro teve D. Álvaro de Portugal como procurador do rei D. Manuel, e fez-se no dia em que se completavam dois anos da morte da princesa D. Isabel, ao que parece sem festa nem cerimónia²⁶⁷.

Através das instruções que Rui de Sande, encarregue da negociação por parte de D. Manuel I, levava relativamente ao negócio do casamento, ficamos com a impressão de que o rei português estava agora do lado mais forte, pelas exigências que faz, e pelo modo como fixa os termos do acordo. A minha suposição é plausível, porque até aí tinham sido os sogros a impor condições, tendo a principal, se a leitora está lembrada, a de expulsar os hereges de Portugal; por outro lado, sabemos já, pelo que nos contam Sanuto e Zurita, que do lado dos Reis Católicos o interesse em fazer este casamento era crucial.

Vamos então às instruções de Rui de Sande, que os reis de Castela prometeram solenemente cumprir, jurando sobre os evangelhos e mais uma cruz (repare-se no pormenor) à meia noite (ficamos sem saber a razão de o fazerem a uma hora tão tardia). O casamento ficava pendente apenas pela dispensa (a tal que o papa fazia pirraça em não conceder). Uma exigência fazia D. Manuel, algo

²⁶⁵ NIETO SORIA, 1999, p. 21.

²⁶⁶ Sanuto, *Diarii*, vol. II, col. 540; vol. III, col. 552, 845-846.

²⁶⁷ Zurita, *Historia del Rey Don Fernando*, livro IV, cap. 21.

absurda: que os Reis Católicos tornassem “cristãos todos os mouros e mouras moças de idade que os doutores o permitem”. Estaremos aqui perante uma vontade de obter paridade face à exigência de expulsar os hereges, a que tinha sido forçado aquando do seu casamento anterior? Em todo o caso, as consequências desta exigência parecem ter sido nulas, ao contrário das do casamento de D. Manuel com a irmã mais velha de Maria, que conduziam à conversão forçada dos judeus portugueses. Nenhum livro da bibliografia que li refere qualquer impacto das exigências de D. Manuel relativamente à conversão de muçulmanos nos reinos de Espanha.

Os capítulos propriamente ditos encontram-se na primeira pessoa, o que dá a entender que o rei os ditou a Rui de Sande, seu negociador. Seleccionámos algumas exigências de D. Manuel conservando a ordem com que aparecem no texto:

- Duzentas mil dobras castelhanas de dote, em que entrariam apenas dez mil dobras de ouro, prata e jóias (ou seja, dinheiro líquido, com apenas 5 % em objectos preciosos);

- Os pais da rainha dariam à filha o necessário para se manter porque esta não teria assentamento e esperava-se que vagassem as terras da rainha (uma vez mais a “rainha-velha” a reter o património da “casa das rainhas”). Competia-lhes também prover os corregimentos de casa, câmara e pessoa, ou seja, o enxoval;

- Os sogros do rei pagavam a dispensa de consanguinidade: note-se que no primeiro casamento de Isabel, sua irmã, as dispensas necessárias tinham sido pagas a meias; no segundo, os Reis Católicos dispunham já de uma bula para o efeito; neste, contudo, apressavam-se a pagá-la²⁶⁸;

- O que não estava incluído nestes capítulos seria feito à semelhança dos contratos passados (adiante veremos como).

²⁶⁸ *Gavetas*, vol. VII, p. 132 (para o contrato de 1496 entre D. Manuel e D. Isabel); em 1493, obtiveram do papa uma bula que os autorizava a casar os filhos com parentes de segundo grau, que naturalmente abarcava o segundo casamento da filha (AGS, PTR,LEG,50,DOC.22); *Gavetas*, vol. VII, p. 488 e 490 (contrato de casamento entre D. Manuel e D. Maria).

E a mais espantosa: “que se derribem as mesquitas e não consintam haver em todos seus reinos e senhorios casa ordenada para mouros haverem de fazer oração...”²⁶⁹.

A primeira parte estava feita, portanto. D. Manuel tinha boas cartas para jogar, como vimos: estava na mó de cima. Não seria alheia a esta situação o portentoso negócio das especiarias que se ia fazendo em Lisboa. Não se esqueça que o regresso da primeira viagem de Vasco da Gama fora em Agosto de 1499, concedendo à Coroa portuguesa um singular desafogo económico.

Como vimos atrás, nesse casamento, o rei D. Manuel fora obrigado a expulsar os hereges que não se convertessem ao cristianismo com os efeitos que todos conhecemos; nessa altura, como dissemos, expulsara também os mouros, uma vez que não os poderia ter convertido à força à fé católica por razões que atrás explicitámos. A exigência, quanto mais não seja, tivera algo de humilhante para o rei de Portugal. Não admira que o rei tirasse agora a sua pequena “revanche”, já que os Reis Católicos faziam tanta questão de lhe dar outra filha como noiva. Como vimos, por razões políticas de monta...

Vejamos agora o contrato propriamente dito, mas apenas nas partes não incluídas nos termos das instruções dadas aquando da negociação prévia, que acabámos agora mesmo de analisar.

O rei de Portugal comprometia-se a pagar o terço das duzentas mil dobras, a título de arras, dando como segurança a cidade de Viseu e a vila de Montemor-o-Novo. Como o leitor sabe, o dote ficava para o marido (que só o devolvia em caso de anulação do casamento), enquanto as arras eram para a mulher caso enviuvasse, com filhos ou sem eles. Neste caso, eram pagas não por morte do marido, mas ao mesmo tempo do dote, isto é, em três anos a contar da data da consumação. A importância das arras era crucial, uma vez que asseguravam o bem estar da esposa em caso de viuvez, partindo do pressuposto de que o dote ficava na posse da família do marido.

Tal como combinado, os pais asseguravam o sustento da filha através de uma anuidade 4,5 milhões de maravedis, na promessa de que o marido daria posteriormente à rainha o património da sua irmã Leonor quando esta falecesse.

²⁶⁹ *Gavetas*, vol. VII, pp. 411-412 [1500.05.11].

Nesse caso, ficavam incluídos no seu dote e arras as vilas de Alenquer, Óbidos e Sintra. Até lá, o rei D. Manuel dava por segurança do casamento e arras a cidade de Viseu e a vila de Montemor-o-Novo, tal como tinha sido combinado. Confirmavam-se ainda as pazes de Alcáçovas-Toledo, ficando reservadas as alianças que os Reis Católicos tinham com a casa de Áustria e dos portugueses com os reis de Inglaterra²⁷⁰. Relativamente à destruição das mesquitas, nem uma palavra...

Poucos dias antes de Maria abandonar Granada com destino a Portugal, os pais fizeram instrumento público da renda que a filha receberia (os tais 4,5 contos de maravedis): saíam das alcavalas de várias vilas pequenas, mas sobretudo das da cidade de Sevilha. As alcavalas eram impostos de transacção, e praticamente tudo o que se poderia negociar na cidade contribuiria para o bem estar da nova rainha: carnes, fruta, vinho, pescado fresco e salgado, madeira, lenha e carvão, telha, ladrilho, etc... Os moradores de Sevilha e os alcaides das tais vilas foram devidamente notificados no ano seguinte da “carta de privilégio” de D. Maria²⁷¹.

A dispensa papal tem a data de 27 de Julho de 1500, e consta que em Agosto estava já na posse dos Reis Católicos²⁷². Num mundo de comunicações lentas, de esperas desesperantes por notícias e cartas, a ligação a Roma era das mais expeditas, por razões óbvias. Por exemplo, entre Roma e Lisboa as mensagens podiam levar apenas quinze dias a chegar. Neste caso, era óbvia a pressa dos Reis Católicos em receber a bula papal, e podemos imaginá-los a fazer tudo para que chegasse depressa às suas mãos.

A dispensa de consanguinidade era, como se compreende, a pedra angular deste casamento, que não teria sido possível sem ela. Os reis ibéricos, para quem a Santa Sé era essencial para legitimar as suas expansões territoriais respectivas, bem como para sancionar as suas políticas em relação ao clero dos seus

²⁷⁰ Gavetas, vol. VII, pp. 487-495. Zurita leu o contrato porque relata os seus termos na sua *Historia del Rey Don Fernando*, livro IV, cap. 5.

²⁷¹ Gavetas, vol. VII, pp. 107-114.

²⁷² IAN/TT, Bulas, maço 35, n. 22, bula *Praecellens Romani Pontificis* [1500.07.27]. NOGALES RINCÓN, 2011a, p. 12.

territórios, tinham de tentar equilíbrios com o papa Alexandre VI, mesmo que o desprezassem (como ficou claro nas embaixadas de 1498).

É do Outono desse ano, depois da chegada da bula, que datam as cédulas emanadas por Isabel a Católica reunindo as coisas para a filha levar para Portugal no seu enxoval: caixas de âmbar contendo polvilhos (cosméticos), toalhas e camisas, jóias (um documento infelizmente fragmentado onde não é possível recuperar parte da informação). Eram entregues a Aldonça Soares, camareira de D. Maria, que a viria a acompanhar até à sua morte em Março de 1517. Pelos documentos da Câmara de Castela ficamos a saber que a rainha católica tratou dos enxovais das duas filhas mais novas ao mesmo tempo, uma vez que também Catarina estava de partida para Inglaterra, onde casaria com o príncipe Artur. Desta vez, não temos as contas de Gonzalo de Baeza para possibilitar uma imagem de conjunto do enxoval de D. Maria. Apenas ordens da rainha D. Isabel a diversos criados para que reunissem as coisas, algumas delas emanadas depois da partida da filha. Não se trata de um enxoval diferente dos demais nesta época, mas é singular que tivesse sido reunido depois da partida da nova rainha, por razões que desconhecemos. Há jóias, arcas com toalhas de mãos e de mesa, camisas, vestidos, um forro de arminhos, chap*, pano de *, uma série de caixas de âmbar cheias de polvilhos *rep e até uma com sabão para as mãos. *faltam notas e pode-se desenvolver. Falta a capela, mas é provável que D. Maria já a tivesse consigo, bem como toda a prataria, que, como sabemos, exibiu à sua chegada no aparador. Houve até um presente enviado à rainha-velha D. Leonor, prima de Isabel a Católica: umas andas e duas cadeiras, juntamente com o aparelho necessário para aplicar as primeiras em azémolas²⁷³.

Já rainha de Portugal, Maria saiu de Granada a 23 de Setembro de 1500; estava com os pais, com quem permaneceu sete dias em Santa Fé, e ali se despediu deles²⁷⁴. Não os voltaria a ver.

²⁷³ AGS, CCA, CED, 4, 197, 4 [1500.09.24, Granada].

²⁷⁴ Zurita, *Historia del Rey Don Fernando*, livro IV, cap. 21.

Capítulo 4 – D. Maria

4.1. A nova rainha de Portugal: Maria de Castela e Aragão

A noiva entrou em Portugal pela vila de Moura a 20 de Outubro²⁷⁵. Saiu a recebê-la o duque de Bragança D. Jaime, acompanhado por D. Álvaro de Portugal e muitos outros cavaleiros, para além dos habituais bispos, com as cerimónias costumeiras. O rei estava em Alcácer do Sal, à espera da nova esposa, que ali chegou a 30 do mesmo mês, quando o casamento foi validado através da consumação respectiva²⁷⁶.

Alguns fragmentos permitem-nos ter uma ideia aproximada de como foram os primeiros tempos de casada. Um homem do séquito da nova rainha, Ochoa de Isasaga, seu tesoureiro, fazia relatórios pormenorizados aos pais de D. Maria do que se passava na corte em Lisboa. Aproveitemo-los, que textos como estes escasseiam. Ochoa escrevia que, a 24 de Novembro, quase um mês depois do casamento, fora à presença da jovem rainha, trazendo na mão um maço de cartas dos seus pais. Ao vê-lo, D. Maria suspeitou logo que eram cartas para ela, e o emissário fez-lhe sinal afirmativo, ao que a rainha lhas pediu “com a maior alegria do mundo”. Estavam com ela a duquesa de Beja sua sogra, Isabel duquesa de Bragança (irmã do rei D. Manuel), o duque de Coimbra (D. Jorge, o bastardo de D. João II), o marquês de Vila Real e muitos outros. Para que a rainha lesse as cartas mais à vontade, esvaziou-se um pouco a câmara, saindo a infanta D. Beatriz duquesa de Beja com todos os cavaleiros; ficaram apenas a duquesa de Bragança e as damas. Fez grande festa às cartas, por lhe transmitirem que os pais estavam bem. Depois de chamar o correio à sua presença, e de fazer saber ao marido as boas notícias, conta Ochoa que quando saiu da câmara a rainha rezava com D. Elvira (de Mendonça, sua camareira-mor).

O rei deu-lhe umas tantas jóias nesse mesmo dia, algumas da defunta princesa e rainha (Isabel, obviamente), de que Ochoa mais adiante faria minucioso inventário.

²⁷⁵ Bernáldez, *Historia de los Reyes*, tomo II, Parte II, p. 154.

²⁷⁶ Zurita, *Historia del Rey Don Fernando*, livro IV, cap. 21.

A infanta e a duquesa de Bragança (ou seja, Beatriz e Isabel, sogra e cunhada de Maria), vinham muitas vezes fazer-lhe companhia. D. Maria sentava-se numa cama pequena, encostada à cama grande, e todos se sentavam à sua volta; a rainha só descia da cama quando a sogra estava na sala, não o fazendo com mais ninguém. A rainha, ao que parece, tinha muito gosto na companhia das duas, em especial na da duquesa de Bragança.

No domingo o rei e a rainha ouviram missa juntos, e comeram cada um por sua parte, com trombetas e ministros. Quase pelas três da tarde, saíram a cavalo com muita gente para visitar a rainha D. Leonor, o que pressupõe que esta se tinha retirado da corte com a vinda da nova rainha²⁷⁷. Estiveram com ela até ao anoitecer, e, regressados ao paço, dançou-se.

No dia anterior, 23 de Novembro, o rei e a rainha tinham ido visitar as obras do hospital de Todos os Santos, e o povo gostou muito de ver D. Maria. Um parêntesis, caro leitor: fazia parte do acordo entre a realeza e os súbditos mostrarem-se com frequência. Para o povo de Lisboa, era uma ocasião de tomar contacto com a nova rainha, num tempo de incerteza, uma vez que o rei não tinha herdeiros: não se esqueça que a esperança da sucessão residia agora em D. Maria. E note-se também o facto de o rei mostrar o hospital à sua nova mulher, que, como sabemos, era a grande obra que se fazia em Lisboa por aqueles anos; o paço da Ribeira, estreado em 1505, ainda não começara a ser construído²⁷⁸.

Quando voltaram ao palácio, estiveram juntos um bom pedaço, depois do que o rei foi jantar, e a “senhora rainha jantou retraída”. Era assim na corte portuguesa: excepto em raras ocasiões, rei e rainha comiam separados²⁷⁹. Este trecho diz que a rainha jantou nos seus aposentos, tendo em seguida recebido a infanta D. Beatriz sua sogra: “Y la señora reyna descansa mucho con ela, a mi parecer”.

A rainha estava muito boa e muito alegre –parecia um anjo- e dissimula certas coisas que aconteciam, e de que o culpado seria Rui de Sande (não sei se

²⁷⁷ A rainha D. Leonor tinha o seu paço na freguesia de S. Bartolomeu, no Castelo. SÁ, 2011, p. 174-175.

²⁷⁸ Senos dá o início da construção do paço na data aproximada de 1501. SENOS, 2002, pp. 51-54.

²⁷⁹ SÁ, 2011b, p. 197-199.

alguma vez saberemos o que era, mas temos aqui uma nota de que nem tudo era felicidade). Ochoa recomendava aos seus reis que lhe escrevessem a dar instruções sobre como se havia de comportar com o rei de Portugal e com outros personagens. Ao que parece, Rui de Sande não olhava bem pelos interesses da princesa, e o autor da carta dizia que só D. Álvaro (sempre o elo de ligação entre as duas monarquias) sabia fazer-se entender pelo rei, e que, por ele ter falado com este último, as coisas estavam bem melhor. Ou seja: tricas de palácio, como é óbvio, mas cujos contornos serão sempre muito vagos para nós, à distância de cinco séculos. Mas mais à frente, explica: Rui de Sande queria que Ochoa se fosse embora²⁸⁰...

Já estavam com a rainha quatro damas portuguesas: a composição da companhia feminina era sempre um assunto delicado, uma vez que despedir as damas castelhanas podia ser entendido como uma espoliação. Como já referimos, por esses dias entregaram à rainha as suas jóias. Ainda antes do final do mês, Ochoa faria uma extensa lista. Dela constam sobretudo jóias profanas, e poucas relacionadas com o culto religioso. Tudo de ouro, com pedras preciosas ou pérolas, entre colares, joiéis (jóias pequenas), fiadas de pérolas, pulseiras, anéis, botões. Mas também duas cruzes, dois “Jesus” e um camafeu com uma imagem de S. João Baptista. Não faltava também um espelho, um pente e um saleiro, todos preciosíssimos²⁸¹. Algumas coisas estavam partidas, pelo que se supõe que eram jóias de uso das rainhas. Não espanta que D. Maria as recebesse em tão grande número: algumas deviam ser da rainha defunta sua irmã; outras, da “rainha velha”, uma vez que sabemos que esta vivia resguardada do mundo e provavelmente tinha prescindido das suas jóias, em sinal de despojamento devoto. Com efeito, rezam as crónicas de que tinha vendido as jóias ao irmão, para investir o dinheiro no seu hospital das Caldas²⁸².

O presente de jóias por parte de D. Manuel não estava incluído no contrato de casamento, e pode ter constituído uma benesse suplementar, para agradar à noiva e dissipar eventuais tensões (mencionadas por Ochoa, mas desconhecidas por nós). Também pode ser que as jóias fossem da coroa, e que D. Maria as

²⁸⁰ *Documentos referentes*, vol. III, p. 66-69.

²⁸¹ *Documentos referentes*, vol. III, p. 70-75.

²⁸² Rodrigues, *.

usasse apenas enquanto rainha de Portugal. Tudo suposições, à falta de informações seguras.

Das suas terras não prescindia D. Leonor, como sabemos. Como detivesse as terras das rainhas (Óbidos, Alenquer, Aldeia Galega, etc...) D. Manuel tinha de compensar a noiva. Em meados de Dezembro de 1500 (o casamento tinha sido consumado em Outubro), D. Manuel fez doação à rainha D. Maria de Viseu e Torres Vedras²⁸³. Pelo contrato devia ser Montemor-o-Novo em vez desta última, mas recebia Torres Vedras, que de resto tinha estado na posse da sua irmã Isabel desde o primeiro casamento em 1490. Era uma doação perpétua, que no contrato de casamento figurava a título de arras, isto é, a contra-doação que o marido concedia à mulher, correspondente a uma proporção do dote.

4.2. O primeiro natal da rainha em Lisboa contado por Ochoa de Isasaga

Seguirei o relato muito de perto. Ainda que corra o risco de aborrecer o leitor, creio que estamos perante uma descrição muito importante, porque o que temos são as encenações de espectáculos de corte. O leitor que não estiver interessado pode avançar para o capítulo seguinte.

A véspera de natal, dia 24 de Dezembro, começou sob o signo das obrigações de culto. D. Maria e o marido, separadamente, confessaram-se e ouviram missa. Ela no seu oratório, e o rei na capela, tendo a rainha a seguir “comido retraída” (isto é, nos seus aposentos). À tarde, o casal juntou-se para ouvir as vésperas na capela, que terminaram depois do anoitecer.

Depois destas, o rei foi com a rainha até à câmara, onde a deixou para se dirigir à sala grande, preparada para a ceia: o estrado coberto por um docel, com uma cadeira para o rei se sentar, e uma mesa à frente. O rei comeria sozinho, com o duque de Coimbra de joelhos e toalha ao ombro, durante o tempo que a refeição durou. A seguir deram de comer aos cortesãos que rodeavam o rei, que comeram em pé, e depois a toda a gente que estava na sala: já tínhamos visto que nas cerimónias da corte poder tomar assento era um privilégio concedido apenas a protagonistas. “E segundo a noite que era, a cerimónia foi real, e

²⁸³ *Documentos referentes*, vol. III, p. 76.

pareceu muito bem a todos”: uma refeição encenada, com as hierarquias bem representadas. Repare-se na materialização da submissão de D. Jorge duque de Coimbra, de joelhos: não é ao acaso que esse papel lhe foi conferido, uma vez que tinha sido rival do rei na sucessão ao trono. Não era necessário apenas que D. Manuel tivesse ganho a luta; era imprescindível que todos o pudessem ver com os seus olhos, e repito, D. Manuel naquele momento estava sem herdeiros, o que era razão para relembrar ao próprio e a todos a obediência que D. Jorge lhe devia. A fragilidade do poder ocasiona demonstrações deste tipo, de sobre representação ritual das hierarquias.

Enquanto isso a rainha comia na sua câmara, e depois as suas damas (a mesma ordem da refeição do rei). D. Maria reparou que a “casa” (nome dado a qualquer compartimento de um edifício) não estava adereçada, e de noite armaram os panos e fizeram o aparador. Isto é, devem ter forrado o estrado com tapetes, colocado tapeçarias nas paredes, e armado um dossel ao centro, perpendicular ao estrado. Comentário meu: tudo se passava como no teatro, com os espaços a serem objecto de uma cenografia efémera, adequada à ocasião. Nesta altura, em que o novo paço da Ribeira não estava construído, tudo isto se passava na residência real do castelo de S. Jorge, o paço da Alcáçova (de que hoje quase nem ruínas restam).

Ainda nessa noite, rei apresentou-se na câmara da rainha, para a levar para as matinas do Natal. Na capela, o rei conduziu a rainha à tribuna, enquanto ele descia para o piso térreo, instalando-se no seu sitial²⁸⁴ rodeado por cortinas²⁸⁵. Seguiu-se a missa solene com órgãos e cantoria de pastores, que entraram na capela dançando e cantando “gloria in excelsis deo”; disse a missa em pontifical o bispo de Fez²⁸⁶. Só às duas horas da madrugada rei e rainha se

²⁸⁴ O sitial era um móvel próprio para assistir à missa, ou rezar, formado por uma cadeira e uma estante para colocar um livro.

²⁸⁵ A “cortina” era um dispositivo que permitia aos reis ouvirem missa num espaço reservado no interior das igrejas, assim designado por ser delimitado por uma ou mais cortinas.

²⁸⁶ Deve ser engano de Ochoa de Isasaga, porque Fez não era um bispado português. Deve ter confundido com o bispo de Tânger ou Ceuta. É muito provável que se referisse a D. Diogo Ortiz de Vilhegas (1457-1519), prelado muito influente na corte manuelina, que encontramos nas cerimónias litúrgicas de várias ocasiões solenes como esta. Castelhana, tinha vindo para Portugal com o séquito de Joana

retiraram. Notem-se os pastores, muito presentes no imaginário das festas de corte. Dois anos depois, um vaqueiro irromperia na câmara onde a rainha dera à luz pela primeira vez, recitando um texto de Gil Vicente...

“Hoje dia da Natividade de Nosso Senhor, antes que amanhecesse a senhora rainha ouviu missa no seu oratório e comungou...”: poucas horas depois, entre as nove e dez da manhã, a rainha ouvia outra missa, desta vez na companhia do senhor seu marido. Ochoa descreve com minúcia a forma como ambos estavam vestidos, mas passá-lo-emos à frente para não abusar da paciência dos leitores. Novamente a rainha ficou na tribuna e o rei desceu ao seu sítio; o mesmo bispo de “Fez” disse missa em pontifical. A seguir um clérigo fez um sermão sobre o nascimento de Cristo, e o rei fez uma oferta em dinheiro, por ele e pela rainha. Deram o evangelho e porta-paz a beijar ao rei “com cerimónia” e depois levaram-no à rainha. A missa só acabou perto da uma da tarde...

Os cônjuges tornaram aos seus aposentos separadamente e o rei voltou a comer sozinho à vista dos seus cortesãos, desta vez com música tocada pelos atabaleiros e trompeteiros. Só comeu peixe, e não carne. O aparador era “mediano”: já veremos o quanto este juízo de Ochoa trazia água no bico...

A rainha, quando saía da capela para ir almoçar à sua câmara, encontrou-se com a infanta D. Beatriz sua sogra que lhe vinha dar as boas “Páscoas”²⁸⁷. D. Beatriz fazia-se transportar comida por um pajem, num prato coberto. Entraram ambas na câmara da rainha, com grandes medidas para ver quem passava primeiro a porta; entraram quase a par, mas a Ochoa pareceu-lhe que a infanta um pouco atrás (as precedências eram da máxima importância, como o leitor sabe, e na corte nenhuma mulher era mais importante do que a rainha). Sentaram-se na cama mais pequena, onde estiveram a conversar e “folgar”, até que trouxeram o manjar.

No passo seguinte, percebemos porque é que o aparador de D. Manuel era “mediano”: Ochoa elogia o mais que pode o de D. Maria. A prata da rainha foi posta em dois degraus (o número de prateleiras do aparador era outro assunto de

de Trastâmara e era conhecido por Calçadilha, local de onde era originário. Foi bispo de Tânger (1491-1500), depois Ceuta (1500-1504), e finalmente de Viseu (1505-1519).

²⁸⁷ Aqui equivalente a “boas festas”.

importância), ainda que pela sua quantidade estivesse muito apertada e devesse ter sido colocada em três. Pareceu muito boa e luzidia a todos os que a vinham ver (a prata era mais para ser admirada, e menos para ser usada). E continua Ochoa no seu pequeno veneno:

“e era mesmo necessário tê-la posto: que, como não puseram nenhuma desde que chegaram a esta cidade [Lisboa], já diziam alguns que a senhora rainha não trazia prata, e que a que se pôs em Alcácer do Sal, quando se casou, era de Vossas Altezas [os pais da rainha] e que a tinham trazido ali para a mostrar, e então a tinham voltado a levar para Castela”.

Relatos como este são do melhor que o historiador pode encontrar: a rivalidade entre as duas monarquias passava pela exibição ostensiva de riqueza... e por todo o relato perpassa a ideia de que a política chegava aos mais pequenos detalhes. O que não se via, não existia...

Trouxeram o manjar da rainha ao aparador ao som de trombetas. D. Beatriz fez menção de dar água às mãos a D. Maria, mas esta obrigou-a a sentar-se. E prossegue Ochoa para contar que o serviço correu como nos outros dias, que Lope de Valdivieso trazia a salva, Dona Ângela cortava, D. Leonor de Millán servia com as fontes e a copa, o mestre sala e os pajens traziam o manjar à mesa e todas as damas estavam em volta das duas. Os músicos altos tocaram durante a refeição (provavelmente o adjectivo “altos” refere-se ao facto de estarem num nicho alto da parede)²⁸⁸.

Depois de comer chegou o rei, D. Beatriz foi embora e D. Manuel mandou esvaziar a câmara, ficando só um pedaço com a rainha a ouvir os músicos. Depois o rei também se retirou, sendo substituído pela duquesa de Bragança, Isabel (como sabemos irmã do rei, e portanto sua cunhada) e dona Filipa (irmã da duquesa D. Beatriz). Estiveram a folgar até à hora de vésperas²⁸⁹. O rei, como se estava a “adereçar” para a festa da noite, mandou aos da sua capela que viessem dizer as vésperas à sala da rainha, onde as cantaram solenemente.

²⁸⁸ Como ainda hoje existe no Castelo da Feira, e como se construíram na sala da madeira aquando do casamento de D. Isabel com o príncipe D. Afonso em Novembro de 1490). Sobre a primeira cf. SILVA, 2002, p. 182 e sobre a segunda SÁ, 2011b, p. 192-197.

²⁸⁹ As vésperas eram ao fim da tarde.

A rainha instalou-se no seu sítio para ouvir as vésperas, a duquesa um pouco afastada mas atrás à direita (sempre as precedências), e mais atrás todas as damas e mulheres. Depois de acabadas, chegou a infanta D. Beatriz, e sentaram-se todas na cama pequena (como sabemos havia outra, provavelmente de aparato²⁹⁰) enquanto esperavam pelos momos e pelas seis damas que saíam “à francesa”. Os momos eram divertimentos cortesões, baseados em temas do cancionero ou em novelas de cavalaria, em que as personagens se mascaravam; veremos mais à frente o que se passou nestes momos do Natal de 1500.

Entretanto chegaram a marquesa de Vila Real e a mulher do barão de Alvito (D. Diogo Lobo)²⁹¹, e falando, entre outras coisas, pediram licença para ver as damas da rainha, porque, desde que sua Alteza tinha chegado, os maridos não faziam caso delas; e mostraram-se sentidas porque o marquês servia a D. Maria de Cardeñas e o barão a D. Leonor de Millán. Era assim, nas cortes: os homens, solteiros e casados, entravam a conquistar as damas das princesas e rainhas. Não tínhamos já visto D. João II a namorar uma das damas de D. Joana de Trastâmara em 1481, a mãe do seu bastardo D. Jorge? O marquês de Vila Real, segundo do título, de seu nome D. Fernando de Meneses, continuaria a cortejar a sua dama castelhana, a ponto de Gaspar Correia referir que se arruinou dois anos depois durante os festejos em honra do nascimento do primeiro filho de D. Maria, ao fazer avultadas despesas para impressionar a sua amada, incluídas nos festejos do nascimento do príncipe, ficando para sempre endividado²⁹². Dele escreveu Lunardo di Cà Masser, um espião veneziano que esteve em Lisboa nos primeiros anos do século XVI: “Um marquês, que se chama Vila Real, o qual é primo direito deste Sereníssimo Rei, o qual é pouco prezado na corte por ser ligeiro de cabeça, e mais acusado de maluco que outra coisa; o qual tem de rendimento dez mil ducados; no entanto é sempre devedor no fim do ano sobre a sua pessoa”²⁹³. A imagem de perdulário confere...

²⁹⁰ Eram camas ditas “de estado”, mais para serem vistas do que utilizadas.

²⁹¹ A primeira era D. Maria Freire, condessa de Alcoutim, com quem D. Fernando de Meneses, segundo marquês de Vila Real, casara em 1496; a segunda era a primeira mulher do barão, D. Joana de Noronha (†1508).

²⁹² Freire, *Brasões*, vol. 3, p. 348-349 e 354-355; Correia, *Crónicas*, p. 13.

²⁹³ Salvo melhor tradução. Uma vez que o texto inclui expressões difíceis de traduzir, remeto para a versão original: “Uno marquexe, che si chiama Villa Real,

Quando os momos estiveram prontos o rei fez saber à rainha que podia ir para a sua sala, e esta despediu-se da infanta, e lá foi com as suas damas. Sentou-se no estrado régio numas almofadas que ali estavam debaixo do dossel de brocado, deixando lugar para o rei. As damas sentaram-se ao pé, por diante. E logo começaram os ministros a tocar, e se fez o espectáculo dos momos. Imaginemo-lo, sempre a partir do relato de Ochoa de Isasaga:

Ao fundo da sala estava feita uma divisória grande com panos, de onde saiu um jardim encantado, que tinha dentro um marmeleiro grande com ramos cheios de candeias acesas, e em cima da árvore um dragão muito medonho com três cabeças ferozes e seis mãos grandes. O jardim tinha à volta panos a fazer a cerca. Vinham dentro seis damas (duas delas eram as que enciumavam a marquesa de Vila Real e a baronesa de Alvito), vestidas à francesa, ricamente ataviadas com umas achas ardendo na mão. No final do jardim vinha um assento principal com almofadas de brocado. Perguntei (diz Ochoa) para quem era, e disseram-me que o rei tinha pensado sentar-se ali, mas depois lhe tinham dito que era melhor vir atrás, porque não seria honesto vir ali sem a rainha. Saindo fora as damas, dona Ângela, em nome de todas, deu um escrito à rainha, em que lhe pedia que desse remédio aos amores dos apaixonados que iriam dirigir-se às suas senhoras.

Em seguida o rei D. Manuel, e vinte cavaleiros, entre os principais da sua corte, feitos momos, com suas carantonhas e cimeiras, deram duas voltas à sala, dançando. E depois o senhor rei dirigiu-se ao estrado; e a rainha, porque percebeu que era ele, levantou-se e saiu a recebê-lo a meio do estrado (marcações como no palco), e, juntando-se, o rei tirou o gorro e a carantonha, e com grande prazer rindo se fizeram vénias muito inclinadas um ao outro²⁹⁴. A seguir fizeram duas danças, uma “alta e outra baixa”, e voltaram ao estrado.

el qual è zerman cusin de questo Sereníssimo Re, el qual è pocho reputado in corte per esser legiero de cervello, et più tosto acusato per pazo che altamente; el qual ha de intrada ducati X M[mila]; tamen é sempre debitor in capo del ano sopra la persona”. Masser, *in Chambers*, p. 40.

²⁹⁴ Como se depreende, os momos iam irreconhecíveis, com as suas carantonhas e cimeiras. É provável que as primeiras se assemelhassem aos actuais momos das festas populares.

Ou seja, o rei cortejava a rainha diante de todos, ainda que no contexto de um espectáculo de corte, o que parece compreensível, dado que mal se conheciam apesar de serem casados²⁹⁵. O amor que aqui se representava era o cortês, em que o enamorado prestava vassalagem à sua dama.

Ochoa descreve minuciosamente a vestimenta do rei, igual à dos outros momos: não se esqueça que estavam todos disfarçados, com o rei no meio deles. O nosso narrador descreve em seguida as jóias que trazia D Jorge duque de Coimbra, também um dos momos. Uma campainha soa na nossa cabeça: onde estava o duque de Bragança nesta altura? Às tantas Zurita tem razão, quando diz que este ficou amuado pelo facto de D. Jorge se ter casado com uma das filhas de D. Álvaro²⁹⁶... O ritual continuou, com cada um dos momos a abeirar-se da sua dama, a tirar a máscara e dar-lhe o seu bilhete, e depois a dançar com ela. Cada um por sua vez...

Depois vieram ainda mais momos, cada um com sua máscara, e foram lidos mais bilhetes, nos quais, instados por Cupido, os homens pediam à rainha que lhes desse as damas do seu coração, e que estas não fossem cruéis com eles... Pelo teor, deviam ser os solteiros, uma vez que na corte os homens também se separavam por estado matrimonial: não jogavam muitas vezes os casados contra os solteiros?

A seguir vieram oito romeiros que iriam a Santiago, com suas conchas e bordões, num bergantim, e, chegando à porta da sala desembarcaram. Desta vez deram ao rei um escrito que dizia que queriam servir outras damas, com quem dançaram em seguida.

E continuaram os momos, desta vez representando inimigos ferozes, em número de quatro, acorrentados uns aos outros.

Estes divertimentos continuaram até à meia noite, altura em que o rei dançou com todos os momos e depois subiu à câmara da rainha, onde se sentaram na cama pequena, e jantaram todos “muito alegremente”, e D. Manuel continuou vestido de momo. Depois de jantar mandaram esvaziar a câmara, e ficaram sozinhos, indo-se deitar. Repare-se na elasticidade dos espaços, que

²⁹⁵ Sobre os momos em geral, e também sobre os do Natal de 1500, REBELLO, 1984, pp. 45-58 e 95-104.

²⁹⁶ Zurita, *Historia del Rey*, livro IV, cap. XXI.

podem ser públicos ou privados consoante as ocasiões: as câmaras ora se enchem de gente, ora são mandadas esvaziar, de modo a deixar o rei e a rainha sós.

E termina o longo relato: “Nosso Senhor Ihes dê filhos de bênção, e a Vossas Altezas guarde e prospere, como os seus reais corações o desejam. De Lisboa 25 de Dezembro. Muito humilde servidor de Vossas Altezas [os Reis Católicos], que beija as vossas reais mãos e pés. Ochoa de Ysasaga”²⁹⁷.

Os meus comentários: estamos perante os momos, formas teatrais típicas da Idade Média. Nestas, os homens traziam grandes carantonhas que enfiavam na cabeça, ficando irreconhecíveis, e podiam fazer discursos corrosivamente críticos, ou, como neste caso, passar mensagens inócuas. Pelo relato, parece óbvio que as mulheres não usavam carantonha, e se limitavam a ser escolhidas pelos homens que a princípio não reconheciam ou fingiam não reconhecer. Repare-se na forma como os universos feminino e masculinos se delimitam e comunicam entre si, e na codificação das relações amorosas. Atracções físicas e afectos tornados públicos (e provavelmente muitos outros ocultados), num jogo de sociedade aparentemente superficial. Estas representações de corte não usavam actores profissionais: eram os cortesãos a actuar, e todos participavam, do rei aos fidalgos e às damas da corte. Faziam-se também os chamados *tableaux vivants*, embora estes fossem mais próprios das entradas reais. Neles se solicitava a uma série de pessoas que compusessem uma cena, em que, através de caracterização adequada, se representavam certos acontecimentos; mais do que actores, eram figurantes²⁹⁸. A escrita, veiculada pelos bilhetes entregues às damas, fazia destes divertimentos passatempos eruditos (a par de referências à mitologia clássica que nem todos conheciam), num mundo em que poucos sabiam ler, e onde mesmo na corte muitos, sobretudo mulheres, não tinham essa capacidade²⁹⁹.

As celebrações do Natal tinham a nova rainha como personagem principal, porque, além de recém chegada à corte, era nela que repousava a esperança do reino. D. Manuel não tinha herdeiros, desde que o filho Miguel morrera no verão

²⁹⁷ *Documentos referentes*, vol. III, pp. 77-85.

²⁹⁸ VANDENBROECK, 2010, p. 146.

²⁹⁹ SANTOS, 2002.

desse ano, e as expectativas estavam depositadas nas suas capacidades reprodutivas. Dois anos depois, Gil Vicente inauguraria uma nova era no teatro português, precisamente a propósito do primeiro filho de D. Maria, o herdeiro do trono, futuro D. João III, ao fazer recitar (o autor mesmo, ou alguém por ele) as boas vindas ao recém-nascido na pele de um pastor... Mas foi só o começo, porque a nova rainha não desiludiu no que toca a descendência. Seria mãe de muitos filhos: oito viveram até à idade adulta (seis rapazes e duas raparigas) e dois morreram pequenos (Maria e António).

Sabemos pouco acerca da sua personalidade. Deve ter sido uma mulher tranquila, e dócil, a ponto de tolerar o ascendente que a irmã do marido, a rainha viúva D. Leonor, exercia sobre ele. É certo que a “rainha velha” não tornou a frequentar a corte como o fazia no intervalo entre o primeiro e segundo casamento do irmão (vimo-la atrás a fazer as honras da casa na recepção a Vasco da Gama quando regressou da sua primeira viagem à Índia). Manteve-se ao que tudo indica afastada da corte, sobretudo depois do nascimento do herdeiro do trono (em cujo baptizado ainda esteve presente), porque deixa de ser mencionada nas fontes, ao contrário de sua mãe e da irmã Isabel, a duquesa viúva de Bragança. Sabemos que não frequentava o paço por opção religiosa –era terceira franciscana, estando impedida de fazer vida mundana-, muito embora não saibamos exactamente a partir de que altura passou a viver como freira, mas é provável que o tenha feito depois da fundação do seu convento da Madre de Deus em 1509. Em todo o caso, detinha uma grande influência sobre o rei D. Manuel³⁰⁰. E até pode ser que a sua ausência na corte fosse uma manobra para deixar algum espaço à nova rainha, que não se cruzaria com a poderosa cunhada. A vossa narradora especula, claro, porque como o leitor sabe, grande parte das intenções destes personagens nos escapa. No entanto, a influência de D. Leonor fazia-se sentir mais do que uma mulher igualmente ambiciosa toleraria, coisa que D. Maria não parece ter sido. Pai rei, mãe rainha, marido rei: tudo conforme as expectativas, para quê complicar?

³⁰⁰ SÁ, 2011, p. 184.

A nova esposa não teria razões substanciais de queixa: D. Manuel não tinha mancebas (segundo Damião de Góis³⁰¹), que, por mais previsíveis que fossem entre os régios maridos, sempre incomodavam alguma coisa; tratava-a bem, conforme deixam entrever os relatos de Ochoa de Isasaga relativos aos primeiros tempos do seu casamento; por último, D. Maria afastava quase todos os anos, com a regularidade dos seus bens sucedidos partos, o espectro que tinha assombrado D. João II: a falta de herdeiros legítimos. Haveria até rapazes a mais para herdar o trono: João, Luís, Fernando, Afonso, Henrique e Duarte³⁰². A casa real portuguesa conhecia bem os estragos causados pelas lutas pelo poder entre irmãos, embora meio século as separasse desta época de que agora tratamos. Lembre-se o episódio de Alforrobeira em 1449, e as fortunas desiguais alcançadas pelos membros da Ínclita Geração. Embora ainda houvesse espaço para rivalidades entre irmãos pelo acesso ao trono, o princípio da primogenitura ia-se impondo cada vez mais.

Sabemos que D. Maria cobiou o sítio onde D. Leonor viria a fundar o seu convento da Madre de Deus para aí construir um paço. Xabregas era então um lugar aprazível, rural, situado na borda do rio Tejo e portanto de bons acessos, fazendo parte dos arrabaldes de Lisboa, onde a corte se podia afastar do bulício, e provavelmente dos maus cheiros e sujidade da cidade. Frei Jerónimo de Belém, cronista dos franciscanos observantes portugueses, ordem a que o convento da Madre de Deus pertencia, escrevendo no século XVIII, conta que leu uma memória antiga de uma religiosa na qual se narrava uma interessante história. Sabendo D. Manuel I que D. Leonor comprara as casas onde o convento haveria de ser construído, mandou-lhas pedir para dar gosto à rainha Maria, que muito desejava viver nelas pelo agradável do sítio. A rainha velha respondeu ao irmão que já entregara as chaves das casas a outra maior rainha, que é a dos céus³⁰³. D. Maria viria a ser, anos mais tarde, aí velada e sepultada no capítulo do novo convento em hábito de terceira franciscana³⁰⁴.

³⁰¹ Góis, *Crónica do Felicíssimo*, parte IV, p. 229.

³⁰² MAGALHÃES, 1993, p. 529-530.

³⁰³ Belém, *Crónica Seráfica*, parte III, p. 3.

³⁰⁴ Belém, *Crónica Seráfica*, parte III, p. 49.

Como mãe, D. Maria deve ter sido eficaz na educação dos filhos, já que sabemos que os seguiu de perto. Em Portugal, desde Filipa de Lencastre que a educação dos infantes e infantas era um assunto sério, e o mesmo acontecia na corte espanhola, onde, mau grado a itinerância da corte, mais acentuada do que a portuguesa, existia um grupo de pessoas dedicadas a educar os filhos dos Reis Católicos³⁰⁵.

Maria teve muitos filhos, e, o que é invulgar, uma belíssima taxa de sobrevivência. Dez, entre os quais oito chegaram à idade adulta: seis rapazes e duas meninas. Que tenha morrido das sequelas do último parto, era de esperar numa mulher que passou os seus dezasseis anos de casada quase sempre grávida.

A rainha fez criar os filhos todos perto de si, embora, como é natural, os fizesse amamentar por amas. Francisco de Andrada, escrevendo a crónica do herdeiro do trono, filho mais velho de D. Maria, alude brevemente ao seu papel como mãe, reforçando a ideia de que educou directamente os filhos. Afirma que nem ele nem os irmãos tiveram aio, ao contrário dos reis seus antecessores: “A rainha sua mãe enquanto foi viva lhe serviu sempre de aio, e teve dele o principal cuidado em tudo o que convinha a si e a seu estado, como a sua vida e saúde”³⁰⁶. No entanto, não sabemos se é verdade, ou mais uma estratégia narrativa das muitas que os cronistas utilizam para gabar as suas personagens, uma vez que Bartolomeu de Paiva figura como amo do príncipe³⁰⁷.

Dada a sua vida relativamente sedentária, a rainha parece ter mantido contacto permanente com os filhos. Era a própria D. Maria que os castigava: segundo conta Damião de Góis “... castigava o príncipe, e infantes seus filhos quando o mereciam, sem perdoar a nenhum deles, aos quans sempre mostrou igual amor, sem nisso fazer outra diferença que a da precedência da idade em que cada um era...”³⁰⁸. Esta passagem sobejamente conhecida, precisamente o trecho em que Góis faz o obituário da rainha, dá-a como educando os filhos de forma presencial, dando-lhes umas palmadas em caso de necessidade. Mas

³⁰⁵ Biografia de D. Filipa de Lencastre, nesta colecção; VAL VALDIVIESO, 1991.

³⁰⁶ Andrada, *Crónica de D. João III*, p. 5.

³⁰⁷ BUESCU, 2005, p. 23-24 e 107.

³⁰⁸ Góis, *Crónica do Felicíssimo*, parte IV, p. 56.

chama também a atenção para outro aspecto comum às relações entre pais e filhos nesta época: cada um devia esperar um tratamento específico segundo a sua ordem de nascimento. Maria de Lurdes Fernandes tentou fazer sair a rainha da sombra, apresentando-a como mãe eficaz, atenta e instruída; foi tudo isso, sem dúvida, mas mesmo assim uma figura apagada quando comparada com outras figuras femininas da época³⁰⁹. Não parece ter desempenhado nenhum papel político de relevo, muito embora alguns autores acreditem no contrário, afirmando a sua presença junto do rei e a sua importância em decisões políticas³¹⁰. No entanto, outra coisa não seria de esperar. A rainha D. Maria assistia com o rei às audiências e cerimónias da corte, conhecia as pessoas e os cargos que desempenhavam. Sabemos que participava com entusiasmo na empresa do Oriente. Não eram aqueles capitães de navio que lhe traziam jóias preciosíssimas, oriundas de longínquas e exóticas paragens? Não fora Afonso de Albuquerque que embarcara com todos os cuidados 24 escravas de Cochim para Lisboa, todas destinadas à rainha³¹¹?

Foi na casa da rainha que Pedro Álvares Cabral apresentou ao rei as cartas e presentes que trazia do rei de Cochim, em 1501; no ano seguinte D. Maria “dissera a Dom Vasco [da Gama] que ninguém devia andar no mar senão ele, porque nele Deus lhe fizera tanta mercê”; estava presente, juntamente com o príncipe, no beija-mão quando este regressou à corte da segunda viagem (“e entraram com a rainha, a que todos beijaram a mão, e ao príncipe, fazendo-lhe a rainha muitas honras”); D. Francisco de Almeida também lhe beijou a mão antes de partir para a Índia em 1505, e o rei e a rainha, com as suas damas, viram-no partir encosta abaixo das janelas do paço da Alcáçova. O Vice-rei levava a bandeira real com a cruz de Cristo que recebera nesse domingo depois da missa na Sé³¹².

³⁰⁹ FERNANDES, 2003, pp. 105-116.

³¹⁰ PELÚCIA, 2004, p. 279-302; COSTA, 2005, pp. 220-221.

³¹¹ IAN/TT, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 23, doc 187 [1510.10.11]; Parte II, maço 43, doc. 208 [1513.12.24]; parte II, maço 53, doc. 162 [1514.12.22]; parte II, maço 53, doc. 98 [1514.12.06]. A última referência é de escravas encomendadas pela rainha para a sua filha D. Isabel. Gaspar Correia refere também escravos asiáticos destinados à rainha (*Lendas da Índia*, vol. II, p. 268).

³¹² Correia, *Lendas da Índia*, vol. I, p. 230, 267, 338, 532-534

Há um aspecto um pouco desconhecido da sua vida, que aparece, ainda que de forma pouco precisa, nas referências que Gaspar Correia faz à rainha nas suas *Lendas da Índia*, dando a entender que D. Maria investia no trato das especiarias. O autor refere “navios de armadores contratados com a rainha”, e que esta tinha a metade da sua contratação. Foi já em tempo de Afonso de Albuquerque, segundo governador da Índia³¹³. A ligação de D. Maria a este personagem foi de resto bastante forte, a ponto de se zangar com o rei quando este o substituiu por Lopo Soares de Albergaria, por influência de D. Diogo Lobo, barão de Alvito. A rainha ficou tão agastada que escreveu ao rei seu pai e à rainha sua mãe a queixar-se. O episódio é narrado por Gaspar Correia e refere-se ao ano de 1515, ainda que diga que a rainha de Castela era Isabel, que tinha morrido em Novembro de 1504 (!). D. Manuel esteve a ponto de se desdizer e manter Albuquerque no cargo. Esta passagem é significativa:

“Dom Martinho de Castelo Branco, vedor da Fazenda, que depois foi conde de Vila Nova de Portimão, e Pero Correia, vedor da casa da rainha, que eram grandes amigos de Afonso de Albuquerque, com a rainha, tanto fizeram com el rei que [este] dava vinte mil cruzados a Lopo Soares, e que largasse a Índia. O que Lopo Soares quisera fazer; mas o barão lho não consentiu, dizendo que não trocasse a honra por dinheiro; que a Índia lhe daria quanto quisesse. Sobre que a rainha *teve muito tempo desgosto do barão*”³¹⁴.

Mais adiante, o autor anota que dois homens, Afonso Lopes da Costa e seu irmão Garcia da Costa seguiram para a Índia encarregues de contactar Afonso de Albuquerque, que entretanto morrerá. Mas refere: “tudo ordenado pela rainha”³¹⁵.

Em todo o caso, devemos associar D. Maria aos primeiros anos do trato de especiarias, se pensarmos que o mosteiro dos Jerónimos, construído em consequência da descoberta do caminho marítimo para a Índia, ainda hoje ostenta a estátua orante da rainha, colocada numa porta do lado oposto ao do marido. Conta João de Barros que o rei D. Manuel “tomou para o lugar de sua

³¹³ Correia, *Lendas da Índia*, vol. II, pp. 135-136. Na p. 386 há nova referência à fazenda (mercadoria) do rei e da rainha.

³¹⁴ Correia, *Lendas da Índia*, vol. II, pp. 462-463. Citação na p. 463 (destaque meu).

³¹⁵ Correia, *Lendas da Índia*, vol. II, p. 484.

imagem e da rainha D. Maria sua mulher a porta mais pequena fronteira ao altar-mor” e a imagem do infante D. Henrique na porta travessa por ser “mais principal em vista”³¹⁶.

D. Maria, constantemente ocupada com as suas damas em trabalhos de mãos, precisava de um abundante fornecimento de materiais de luxo: fio de ouro, pérolas e aljôfar (pérola miúda que se bordava em tecido), pedras preciosas e semi-preciosas também para incrustar em têxteis, etc. Tudo coisas que poderiam chegar de remotas partes, para acrescentar o lustre da corte portuguesa. De qualquer forma, não faltava quem lhe trouxesse coisas raras e de grande preço: fazia parte do serviço dos capitães enviados à Índia, honrarem o seu rei e a sua rainha com presentes à chegada das suas viagens³¹⁷. Deles faziam parte tapetes, jóias e pedras preciosas, pérolas, sedas e damascos, porcelanas, etc...

Se as relações de D. Maria com seu pai são menos conhecidas, chegamos provas de que manteve contacto intenso com a rainha sua mãe. Por pouco tempo, porque Isabel a Católica morreria em Novembro de 1504, em Medina del Campo. Da documentação chega-nos a certeza de que a distância não mitigava os afectos, nem fazia com que esmorecessem as preocupações pelos membros mais próximos da família. Não existem muitas cartas, mas sabemos que Isabel a Católica se preocupava com a filha. Quando esta mandou comprar duas camas de roupa em Castela, a rainha providenciou o seu envio para Portugal, perguntando pelo estado de saúde dela e do neto. Ficamos a saber também que se correspondia com Elvira de Mendonça, camareira mor da rainha de Portugal, encarregue de lhe providenciar informações sobre esta³¹⁸. No mesmo ano, ficamos a saber que D. Maria estava “mal dispuesta del mal de las tetas”, porque, aconselhada pelo seu físico, Isabel a Católica enviava a Portugal um frade

³¹⁶ Barros, *Ásia*, 1ª década, p. 166.

³¹⁷ Por demasiado numerosas, não elenco aqui as referências a estes presentes em Correia, *Lendas da Índia*, vols. I e II.

³¹⁸ A cama de roupa era constituída por todos os têxteis necessários a armar o leito; este último formava a estrutura rígida. AGS, CCA,CED,6,136,3 [1503.07.17, Madrid]; AGS, CCA,CED,6,136,4 [1503.07.00, Rejas]; AGS, CCA,CED,6,136,6 [1503.07.17, Alcalá de Henares].

franciscano para a tratar³¹⁹. Nesse mês de Dezembro em que escrevia, já tinha acontecido o segundo parto de Maria, em que nasceu Isabel, futura imperatriz pelo casamento com Carlos V. No entanto, nem uma palavra sobre a recém-nascida: a avó só menciona o príncipe seu neto... Em contrapartida, depois da morte da mãe em 1504, não encontramos cartas entre Maria e seu pai.

Não sabemos se Maria soube do estado da sua irmã Joana, cuja personalidade se desagregava de dia para dia, e se chegou a preocupar-se com ela. No seguimento da morte de D. Miguel da Paz, a 20 de Julho de 1500, Joana, agora herdeira, viera da Flandres com seu marido Filipe para ser jurada em cortes. O contacto com a filha foi pernicioso para Isabel a Católica, principalmente a seguir ao episódio do castelo de la Mota, nas imediações de Medina del Campo, quando em Novembro de 1503, Joana permaneceu ao relento durante as primeiras horas da noite, e a sua demência se tornou pública. A herdeira do trono de Castela e Aragão queria abandonar Espanha para se juntar ao marido, que já tinha partido, mas sua mãe dava ordens em contrário, uma vez que a filha estava no termo da gravidez. Ao querer sair da fortaleza, a porta foi-lhe barrada, e Joana tinha tenções de não abandonar o recinto exterior do castelo, acoitando-se numa pequena dependência exterior. Obrigou sua mãe a deslocar-se ao seu encontro, para a convencer a mudar de atitude, seguindo-se uma discussão entre as duas³²⁰. Zurita escreve que “por esta ocasião se descobriu então mais a indisposição e demência da princesa: que não era antes tão pública, como o foi daí em diante”³²¹. No mesmo ano em que sua irmã Maria, rainha de Portugal, dava à luz Isabel, que seria imperatriz pelo casamento com Carlos, filho de Joana. Isabel a Católica teve mais um ano de vida, morrendo em Novembro de 1504, no castelo onde se desenrolara a famosa cena. A filha Joana tinha entretanto regressado à Flandres, deixando em Espanha o filho que acabava de dar à luz, Fernando, que os avós se encarregaram de criar.

A notícia da morte da mãe chegou quando Maria estava grávida do terceiro filho e “quase nos derradeiros dias em que se esperava o parto”, pelo que lhe

³¹⁹ AGS, CCA,CED,6,224,4 [1503.12.08, Medina del Campo]; CCA,CED,6,227,4 e seguintes [1503.12.20 Medina del Campo].

³²⁰ ZALAMA RODRÍGUEZ, 2003, pp. 39-40.

³²¹ Zurita, *Historia del Rey Don Fernando*, livro V, cap. 56.

esconderam a notícia³²². A criança chamou-se Beatriz, uma vez que a sua irmã mais velha, nascida no ano anterior, já ostentava o nome de sua avó Isabel; davam a esta que agora nascia o nome da outra avó, a infanta D. Beatriz, duquesa de Beja.

Não era apenas uma morte, mas também o fim de uma era. Ao falecimento de Isabel seguir-se-ia um período de indefinição, com Filipe o Belo e os seus cortesãos a tentar expulsar Fernando de Aragão da regência do trono de Castela. Mal a rainha Isabel morreu, em Novembro de 1504, Filipe partiu da Flandres, tendo os seus barcos sofrido o revés de uma tempestade ao largo da Inglaterra, onde tiveram de aportar. A sua corte aí permaneceu algum tempo, tendo a ocasião servido para sua mulher Joana se encontrar com a sua irmã preferida, Catarina. Chegados à Corunha, a tensão ia-se adensando, porque, não só era manifesta a incapacidade de Joana cumprir com o que dela se esperava (reinar como o fizera sua mãe), como Filipe também desconfiava que o sogro não lhe entregaria o reino. A sua preocupação era de não reconhecer a loucura de Joana, com medo que lhe fosse retirado o governo de Castela³²³. No entanto, Joana parece ter sempre favorecido o seu pai, o que explica que Filipe tivesse evitado que os dois se encontrassem. Em Benavente, genro e sogro finalmente conversaram face a face, com os flamengos armados até aos dentes por baixo das vestes, o que levou o próprio Fernando – na ocasião desarmado – a ironizar dizendo ao duque de Nájera (um dos nobres agora do lado de Filipe) que não se lembrava de ele ser tão gordo³²⁴. Foi a partir também da morte de Isabel Católica que a situação de Joana a Beltraneja ou Excelente Senhora estabilizaria; no ano seguinte, em 1505, mudou-se para o paço da Alcáçova com autorização do rei D. Manuel, abandonando de vez a farsa da clausura. Ainda houve uns ameaços de pretendentes a casar com ela, incluindo o marido da defunta rainha, Fernando o Católico...

4.3. O ano de todos os perigos: 1506

³²² Góis, *Crónica do Felicíssimo*, parte I, p. 193. A criança seria Beatriz, segunda rapariga e terceiro parto da mãe, depois de João e Isabel.

³²³ EDWARDS, 2007, p. 225 e seguintes.

³²⁴ Bernáldez, *Historia de los Reyes*, tomo II, III parte, p. 282.

“Por tua grande clemência,
Ó rainha angelical,
Pede ao rei celestial
Qu’alevante a pestelencia
E fomes de Portugal”³²⁵

O ano de 1506 foi um ano particularmente duro para as casas reinantes peninsulares. Havia fome e seca em toda a península Ibérica; Bernáldez menciona anos sucessivos de más colheitas em Castela e na Andaluzia entre 1503 e 1506³²⁶. Lisboa estava atacada pela peste e a corte fugira da cidade, como era hábito nestas situações, de resto em toda a Europa.

Em Lisboa, no mês de Abril, deu-se o célebre massacre dos judeus que ecoou por toda a Europa. Deixou rasto em muitas fontes europeias, e pode-se dizer que, como é hábito nestes casos, todas contam histórias diferentes. Existem relatos e notícias em muitas línguas europeias: português, castelhano, alemão, italiano e hebraico³²⁷. A versão de Bernáldez é interessante, porque ressalta o carácter de revolta popular contra o rei de que o massacre se revestiu. Não devemos esquecer que se trata de um cronista anti-hebraico. Segundo o seu relato, o motim durou três dias, começou no mosteiro de S. Domingos, e nele morreram três mil pessoas (os números, nestas ocasiões, ainda hoje são fluidos...). Na cidade, assolada pela peste, fome e seca, faziam-se contínuas procissões a pedir água e misericórdia divina; os cristãos-novos da cidade mostravam pouca vontade em aderir. Conta Bernáldez que o povo lhes queria mal porque a cidade estava sobrecarregada de foros a favor das rendas do rei e em prejuízo da comunidade. Um frade dominicano instigou o povo contra eles, os judeus foram massacrados e as judiarias da cidade saqueadas.

³²⁵ Luís Anriquez, sobre o ano de 1506. Poema do *Cancioneiro Geral*, vol. II, p. 271.

³²⁶ Bernáldez, *Historia de los Reyes*, tomo II, Parte III, p. 291 e seguintes.

³²⁷ Sanuto, *I diarii*, vol. VI, col. 383 e seguintes; YERUSHALMI, 1976, p. 73-80. Sobre outros relatos cf. SOYER, 2007b.

O rei, a catorze léguas de distância, abeirou-se da cidade, mas não entrou, ameaçando os seus habitantes e enviando um corregedor que se limitou a enforçar pessoas sem critério. Os habitantes da cidade, escandalizados, revoltaram-se e enforcaram-no. Perante a revolta popular, o rei limitou-se a reunir o seu conselho, e a proferir ameaças: havia de destruir Lisboa e não deixar pedra sobre pedra, e espalharia sal no seu solo. Foi acalmado na sua fúria pelos grandes do reino, que aconselharam a não destruir a cidade, que era a “maior, mais honrada e rica de Portugal”, e que assim se apagava um fogo com outro. O rei que esperasse pelo fim da fome e da peste, e que depois castigasse quem merecesse. D. Manuel seguiu o conselho, e ainda que depois punisse algumas pessoas, fê-lo relativamente a muito poucas. Este é o relato de Bernáldez, que lhe dedica um capítulo intitulado “Do motim de Lisboa”³²⁸...

Durante o massacre, e por causa da peste, Maria estava naturalmente fora da cidade, dando à luz o seu quarto filho, o infante D. Luís, na vila de Abrantes. Era o segundo rapaz depois das suas duas filhas, Isabel e Beatriz, e viria a ser o eterno número dois na sucessão ao trono.

Em Castela, já dissemos, viviam-se momentos de grande tensão. Filipe o Belo viera tomar posse do reino da mulher (foi o primeiro rei com o nome de Filipe em Espanha), e fazia de tudo para expulsar Fernando o Católico da regência, enquanto a mulher dava mostras de demência crescente. Pedro Mártir conta que, em Burgos, Filipe se queixava por estar em Espanha: o seu estado de ânimo era mau, porque não podia pagar soldos aos homens que trouxera da Flandres, tendo trocado o conforto por um reino “onde não tem o necessário para viver, ao passo que lá tinha elegâncias, refinamento e ornato”³²⁹. Enquanto permaneceu em Espanha Filipe desenvolveu complexas manobras para afastar Fernando o Católico da sua filha louca, porque se este constatasse a sua loucura podia, à luz do testamento de Isabel a Católica, ficar como regente do trono em vez de Filipe. O codicilo do testamento desta, redigido poucos dias antes de morrer, dava seu marido Fernando de Aragão a regência na menoridade de Carlos de Gand, se a filha Joana não quisesse ou não pudesse fazê-lo:

³²⁸ Bernáldez, *Historia de los Reyes*, tomo II, Parte III, pp. 283-285.

³²⁹ Anglería, *Epistolário*, vol. X, pp. 147-149, carta n. 313 [1506.09.21].

“... acatando la grandeza e excelente nobleza e esclarecidas virtudes del Rey, mi señor, e la mucha esperiencia que en la governaçion d’ellos ha tenido e tiene e quanto es serviçio de Dios e utilidad e bien común d’ellos, que en qualquier de los dichos casos sean por su Señoría regidos e gobernados, ordeno e mando que cada e quando la dicha Prinçesa, mi hija no estoviere en estos dichos mis reynos o después que a ellos veniere en algund tiempo aya de yr e estar fuera d’ellos o estando en ellos no quisiere o no podiere entender en la governaçión d’ellos, que en qualquier de los dichos mis reynos e señoríos e tenga la governaçion e administraçion d’ellos por la dicha Princesa”³³⁰.

Ou seja, o testamento de Isabel I abria a porta para retirar o trono a Joana e seu marido. Daí que este se esforçasse por não mostrar a loucura de sua mulher. A situação parecia desesperada, até que Filipe morreu. Ao que parece, depois de ter pedido água para beber. Joana, por todo aquele período, embora tivesse visto o pai poucas vezes, tinha-se sempre mostrado uma filha submissa, mesmo contra todas as expectativas. Como se sabe, Joana teve uma paixão obsessiva pelo marido, mesmo depois da morte deste. No entanto, deve dizer-se que, após a morte da mãe, jamais favoreceu o marido em detrimento dos direitos sucessórios do pai³³¹. Conta-se que, depois de um jogo de péla (o equivalente do ténis actual), Filipe bebeu sofregamente um copo de água, e adoeceu, morrendo ao cabo de uma semana. Joana, a viúva, acusaria um crescendo de loucura. Que não a tornava imune aos prazeres musicais: agora rainha, os únicos papéis que conseguiram que assinasse foram justamente os que impediam os músicos flamengos que tinham vindo no séquito do marido de regressarem à Flandres, através da sua contratação como seus instrumentistas³³².

³³⁰ Texto em <http://www.delsolmedina.com/TestamentoTexto-2.htm>, consultado em 30 de Setembro de 2011 (destaque meu). A importância deste clausulado, feito a 23 de Novembro de 1504, dias antes do passamento da rainha a 26 do mesmo mês, com plena consciência da incapacidade da filha, tem sido sublinhada por Luis Suárez Fernández (SUÁREZ FERNÁNDEZ, 1992, pp. 81-89 e SUÁREZ, 2005, p. 487).

³³¹ Numerosas referências às relações entre Joana e Fernando de Aragão seu pai em Anglería, *Epistolário*, vol. X (ver cartas compreendidas entre os anos de 1506 e 1509).

³³² Anglería, *Epistolário*, vol. X, p. 154 [1506.11.22, carta n. 317].

Começou então, a dar crédito a Pedro Mártir, uma história fantasmagórica: Joana mandava retirar o marido morto do ataúde, e todas os dias, por sua ordem, se repetiam as cerimónias fúnebres como se ele tivesse acabado de morrer. Meteu-se-lhe na cabeça levar o cadáver da Cartuxa de Miraflores, onde estava depositado, para Granada, conforme a vontade que Filipe expressara no seu testamento. Uma viagem de perto de setecentos quilómetros (669 pelas estradas actuais). Joana ia fazendo a viagem de noite, porque, na sua opinião, uma viúva não devia ser vista durante o dia. O seu ciúme, já célebre nas cortes europeias, desde que mandara cortar os cabelos a uma dama da corte flamenga por suspeitar do seu envolvimento com Filipe, levava-a a afastar todas as mulheres da sua proximidade e da do cadáver. Durante a viagem, chegou a recusar partir de uma localidade ameaçada pela peste, mesmo depois de algumas pessoas do seu séquito serem contaminadas. Pedro Mártir, que fazia parte da sua *entourage* por delegação expressa de Fernando o Católico, assistiu a tudo, e tem constituído um dos testemunhos principais dos delírios da rainha³³³. Conta Anglería que pai e filha se encontraram a 29 de Agosto em Tórteles. O rei não conteve as lágrimas de alegria; a rainha abriu-se um pouco, embora tenha permanecido imóvel porque, conta o autor, “não sabe o que é o pranto desde que teve na Flandres a incomensurável dor de descobrir a amante do marido”. Conversaram muito, e Joana disse que os filhos devem obedecer constantemente aos pais. Seguiram ambos para Santa Maria del Campo: o rei viajando de dia, e a rainha de noite, uma vez que o rei preferia não a contrariar³³⁴.

A reclusão definitiva da rainha D. Joana só aconteceria em 1509, por ordem do pai, em Tordesilhas, onde ficaria até à sua morte em 1555. D. Fernando partira entretanto para Itália, tendo recebido a notícia da morte do genro em Génova³³⁵. Prosseguiu para Nápoles, mostrando pouca pressa em regressar; fá-lo-ia apenas no ano seguinte, esperando que os seus aliados restabelecessem a ordem nos seus reinos peninsulares, de que asseguraria a regência até à sua morte em 1516³³⁶.

³³³ Anglería, *Epistolário*, vol. X, entre outras, pp. 164, 174, 178, 185, 208.

³³⁴ Anglería, *Epistolário*, vol. X, p. 212-214 [1507.09.05, carta n. 363].

³³⁵ Bernáldez, *Historia de los Reyes*, tomo II, Parte III, p. 300.

³³⁶ THOMAS, 2003, pp. 246-248.

Não sabemos o que a rainha D. Maria soube de tudo isto, e como foi afectada por esta desgraça familiar, vivendo aparentemente tranquila no seu paço da Ribeira, novinho em folha. Sabemos que nas cortes se ocultavam por vezes as más notícias, e é provável que tivesse tido pouco contacto com a irmã depois da separação desta, ocorrida aos catorze anos, em 1496, justamente quando Joana partira para a Flandres ao encontro do marido. Bethany Aram relativizou a loucura de Joana, considerando que os seus contemporâneos a consideraram louca segundo os seus interesses políticos do momento³³⁷. Os testemunhos escritos desmentem no entanto esta imagem. É-se louco sempre relativamente a um meio social e a uma época, e Joana foi uma pessoa inapta em relação ao que se esperava dela. Mas, segundo Aram, procurou sempre preservar o trono espanhol para o pai (mesmo em vida do marido contrariou as pretensões de Filipe a afastá-lo de Castela), e depois para o seu filho Carlos, dando início a uma nova forma de soberania, mais dinástica e menos presencial³³⁸. A irmã das nossas biografadas Isabel e Maria, ausente do trono e da sua própria vida, seria, não obstante, a “rainha proprietária”, em nome da qual marido, pai e filho reinariam.

Regressemos ao momento em que Filipe e Fernando lutavam pela regência de Castela. Por seu lado, Fernando o Católico estava longe de assistir passivamente à ambição do genro. Sempre em guerra com a França, e num mau momento, temendo os prejuízos que esta lhe podia causar se as coisas com Filipe piorassem, casou com Germana de Foix, sobrinha do rei de França, por procuração, tendo consumado o casamento em Março de 1506, na vila de Dueñas, onde a sua filha mais velha tinha nascido. Tendo conquistado Nápoles, que os franceses também contendiam, os combates podiam recomeçar a qualquer momento, e D. Fernando não sentia as suas tropas capazes. Para mais, o seu genro era abertamente pró francês e era melhor aplacar o inimigo. A esta conjuntura juntava-se o facto de muitos nobres da corte estarem já do lado de Filipe, contra Fernando³³⁹. Um dos aliados do primeiro, conta Zurita, era justamente o nosso rei D. Manuel, assediado por membros da nobreza fiéis a Filipe para tomar o partido deste, e aproveitar “a má vontade que o rei D. Manuel

³³⁷ ARAM, 2005, p. 167.

³³⁸ ARAM, 2005, p. 165.

³³⁹ Bernáldez, *Historia de los Reyes*, tomo II, III parte, pp. 276-278.

tinha para com o seu sogro”³⁴⁰. O autor refere também que o rei de Portugal tinha como principal objectivo casar os seus filhos com os de Filipe, e o mais velho, Carlos, estava na Flandres, como sabemos, em poder da tia, Margarida de Áustria (a viúva do príncipe D. Juan). Mais tarde, houve até quem o convidasse, morto Filipe, para aceitar o governo do reino de Castela. D. Manuel recusou publicamente, mas em segredo continuava a receber e negociar com os grandes de Castela³⁴¹. Ou seja, a acreditar em Zurita, depois de dois casamentos com duas das suas filhas, Fernando de Aragão mantinha a desconfiança face ao genro...

Será talvez o momento de explicar que, se Germana e Fernando tivessem tido um filho varão, este herdaria o trono de Aragão, deitando por terra a união das coroas de Castela e Aragão que o seu casamento com Isabel a Católica tinha propiciado. O rei D. Fernando tentou-o com afinco, chegando a ter um filho que viveu apenas uma hora. O tão propalado nascimento da Espanha moderna é afinal mais fruto do acaso que de uma intenção.

4.4. Os filhos do casal e a sua educação

Conhecemos as notícias do nascimento de alguns dos últimos filhos de D. Maria através das lembranças de Pêro de Alcáçova Carneiro. A primeira é do infante D. Duarte, nascido em véspera do dia de Nossa Senhora (8 de Setembro) de 1515, em Lisboa. Foi baptizado passados oito dias, a uma sexta feira, na sala grande dos paços da Ribeira, armada de estrado, dossel e tapeçaria, sendo a capela decorada de modo semelhante. Foi baptizado pelo bispo de Lamego, D. Fernando de Meneses Coutinho e Vasconcelos³⁴²; trouxe o saleiro o conde de Penela, o bacio com o bolo o conde de Cantanhede, o bacio com a oferta, círio e

³⁴⁰ Zurita, *Historia del Rey D. Fernando*, livro VII, cap. 50.

³⁴¹ Zurita, *Historia del Rey D. Fernando*, livro VIII, cap. 1.

³⁴² Filho do primeiro conde de Penela, nomeado capelão-mor de D. Manuel em 1516; bispo de Lamego entre 1513-1540 e depois de Lisboa, até à sua morte em 1564.

óleo o conde de Borba. A nota importante é que os padrinhos foram o príncipe D. João seu irmão, e a tia duquesa, ou seja, a duquesa de Bragança, D. Isabel³⁴³. Mais uma cerimónia em que a outra tia, D. Leonor, a rainha viúva, não esteve presente...

Em 1516, nova notícia, desta vez respeitante ao último filho da rainha e aquele de cujas sequelas viria a morrer, depois de uma prolongada doença. Nasceu um ano depois do pequeno D. Duarte, a uma segunda feira, desta vez acertando em cheio no dia de Nossa Senhora a 8 de Setembro. A criança era frágil, sendo baptizada logo na quarta feira seguinte com o nome de António: "...por o infante estar doentinho, e, por esta causa, foi baptizado sem cerimónia". Ou seja, nada de estrado, dosséis, ou tapeçarias. Mas todo o restante ritual se cumpriu: o arcebispo baptizou com os santos óleos; a oferta foi levada pelo conde de Odemira (o saleiro), o conde de Cantanhede (o bolo), o conde de Tarouca (o círio e oferta). A criança foi levada nos braços do duque de Bragança, e os padrinhos foram novamente o príncipe herdeiro e a duquesa de Bragança, D. Isabel. A vida do pequeno infante, apesar da sua fragilidade, arrastou-se até ao dia de Todos os Santos seguinte, "...e foi enterrado sem cerimónia alguma em Belém, e levou-o o bispo de Lamego, de noite, com alguns capelães-fidalgos somente"³⁴⁴. A rainha penaria ainda por mais quatro meses, com dores terríveis, morrendo nos inícios de Março do ano seguinte.

D. Maria, já atacada pela doença que a haveria de vitimar, assistiu em Outubro de 1516 ao crisma de vários dos seus filhos rapazes. D. Luís, D. Afonso e D. Henrique, então respectivamente com dez, sete e quatro anos. A cerimónia teve lugar na sala da rainha, vestida de festa, presidida pelo arcebispo de Lisboa e presenciada por muitos outros fidalgos e prelados da corte. Estava presente a infanta D. Isabel, filha mais velha dos reis, de treze anos, com as suas damas. Afonso deixou-se ficar enquanto os irmãos se retiravam, para receber as quatro ordens menores³⁴⁵. Era uma necessidade premente, porque nesse mesmo ano seria elevado ao cardinalato, embora não pudesse assumir funções antes dos catorze anos...

³⁴³ *Relações de Pero de Alcáçova Carneiro*, p. 194.

³⁴⁴ *Relações de Pero de Alcáçova Carneiro*, p. 195.

³⁴⁵ *Relações de Pero de Alcáçova Carneiro*, pp. 200-201.

Dos filhos de D. Maria com D. Manuel I, dois foram cardeais e homens da igreja. Não os mais velhos, como é óbvio: o primogénito foi educado para se tornar no D. João III que conhecemos, e ao secundogénito, D. Luís, caber-lhe-ia o papel de eterno herdeiro sobresselente e número dois da casa real. Só depois de garantida a sucessão se podia pensar em dar destino compatível aos restantes, neste caso transformando-os em altos dignitários da Igreja Católica. D. Afonso (1509-1540), terceiro filho do sexo masculino, seria cardeal desde criança, depois de o papa ter protelado um pedido demasiado precoce para lhe conceder o chapéu vermelho. Em 1512, segundo consta de uma carta escrita de Roma por Bartolomeu de Mendanha, capelão do casal régio, é narrada uma reacção intempestiva do papa Júlio II (Giuliano della Rovere), que, lendo duas cartas, uma do rei e outra da rainha D. Maria, pedindo um capelo para o bispo da Guarda, levantando-se disse em altas vozes que os reis não fazem cardeais, mas sim os papas (*rex non facit papas nisi papas*), tendo ficado muito vermelho em consequência. Uma imagem que condiz com a fama deste papa, dado como propenso a iras³⁴⁶. Depois de algumas hesitações, anos mais tarde, já no pontificado de Leão X, D. Miguel da Silva, principal agente da coroa na Santa Sé, haveria de dar a notícia da sua nomeação ao rei de Portugal, meses depois da morte de D. Maria³⁴⁷. Eram tempos de ligeireza da Igreja, mas convinha não dar demasiado nas vistas, e Afonso foi cardeal aos nove anos, tendo o papa declarado que não seria tratado como tal antes dos catorze³⁴⁸. Começou a carreira eclesiástica pelo topo..., como também era normal na época em rebentos de tão altos personagens.

4.5. Para além do marido e dos filhos: uma outra D. Maria?

³⁴⁶ 1512-01-27 Carta em que se dá parte ao rei da resposta que o papa deu às cartas do dito senhor e da rainha, em que pediam um capelo para o bispo da Guarda. PT/TT/CC/1/10/166 (publ. em Rebello, *Corpo Diplomático*, I, 141-146).

³⁴⁷ *Corpo Diplomático*, tomo I, pp. 472-475 [1517.07.01]. A título de curiosidade refira-se que D. Miguel da Silva, célebre pela sua posterior contenda com D. João III, era filho segundo do conde de Portalegre, Diogo da Silva de Meneses, aio de d. Manuel I. Freire, *Brasões*, vol. 2, p. 25.

³⁴⁸ Era o quinto filho do casal: João, Isabel, Beatriz, Luís, e só depois Afonso. Sobre o seu cardinalato, cf. Sousa, *História Genealógica*, vol. III, pp. 245-247.

Não sabemos como foi a outra rainha D. Maria, para além do marido e dos filhos. Certamente teria existido, mas pouco nos é dito nas fontes, a não ser as habituais superficialidades.

Criou, como qualquer outra rainha do seu tempo, um convento. Desta vez, um verdadeiro eremitério: escolheu as Berlengas para local da nova fundação, que seria confiada à ordem dos Jerónimos. Não consta que alguma vez tivesse feito a travessia para as ilhas; afinal de contas, era um convento masculino, e portanto, não só pela localização mas também por esta particularidade, estava excluída à partida qualquer hipótese de o visitar amiúde, ou de nele se retirar por temporadas, prática comum entre as figuras da monarquia. O convento de Nossa Senhora da Misericórdia das Berlengas obteve bula de fundação do papa Leão X em Julho de 1513. Esta refere-se ao pedido da rainha para fundar uma casa jerónima, na ilha das Berlengas, perto de Atouguia, na diocese de Lisboa. O mosteiro teria igreja, campanário, cemitério, dormitório, refeitório, claustro, horta e tudo o mais que fosse necessário, e dever-se-ia escolher lugar conveniente... O papa autorizava ainda o provincial de S. Jerónimo, frei Gabriel, a tirar dos conventos de Portugal cinco religiosos que voluntariamente para lá quisessem ir³⁴⁹. Nunca poderia ter sido um convento importante, pela inacessibilidade do sítio, e deve ser considerado mais um eremitério, tão ao gosto da ordem jerónima, que se revia no seu patrono S. Jerónimo, o estudioso responsável pela Vulgata, versão da Bíblia seguida no culto católico.

Mesmo quando olhamos para o patrocínio religioso da rainha, as suas realizações são modestas: como compará-las com a acção da sua cunhada Leonor? Esta última fundou um hospital, protegeu os Lóios, onde fez educar os rapazes do Congo, criou um mosteiro na orla da cidade de Lisboa, encomendou autos a Gil Vicente, entre tantas outras coisas. E, em resultado da sua devoção, patrocinou inúmeras obras de arte, ainda hoje existentes em museus do país, para além de ter financiado a edição impressa de várias obras religiosas. D. Maria, em contrapartida, fundou apenas um convento a modos de eremitério, numas ilhas assoladas por piratas, tanto mouros como hereges, que por isso seria

³⁴⁹ *Gavetas*, vol. VI, p. 434-435 [1513.07.12].

abandonado pouco mais tarde³⁵⁰. Quanto a encomendas de obras de arte, como reparou Batóreo, são praticamente inexistentes³⁵¹.

Até é bem provável que o convento, mais do que um projecto pessoal em que se tenha empenhado (como o foi o mosteiro da Madre de Deus fundado pela cunhada Leonor), tenha correspondido à satisfação de um anseio de alguém próximo. O facto é que encontraremos Frei Gabriel, seu confessor, como prior do convento das Berlengas, e mais tarde este será testemunha na feitura do seu testamento em 1516. Claro, sabemos como os confessores viviam na intimidade das pessoas cujos pecados tinham por profissão ouvir, e conhecemos a influência que exerciam; ordens religiosas viravam-se umas contra as outras na luta pelas orelhas de reis e rainhas...

No mesmo ano em que o convento recebeu licença de fundação, 1513, outras coisas importantes se passaram. O rei D. Manuel, genro do rei D. Fernando, fez uma grande armada, capitaneada por D. Jaime duque de Bragança, seu primo. Alguns dizem que lha deu por castigo, porque tinha matado a sua mulher, filha do duque de Medina Sidónia, sem motivo (embora alegasse adultério por parte desta); outros diziam que não, apenas porque era grande senhor para suprir o que faltasse na jornada³⁵². Incumbências como esta por parte do rei, envolvendo grandes despesas, tinham às vezes sabor de punição...

Em 26 Janeiro de 1516, pouco mais de um ano antes desta sua filha, morria seu pai Fernando o Católico, num “lugarete” (a expressão é de Pero de Alcáçova) chamado Madrigalejo, perdido na Estremadura Espanhola. Não sabemos qual foi a relação de Maria com o seu pai, pois, como dissemos, não encontramos cartas entre ambos depois da morte de Isabel a Católica, ao contrário da troca de missivas entre a rainha de Portugal e sua mãe.

Para o rei D. Manuel, marido de D. Maria, Fernando de Aragão era alguém com quem detinha relações de grande proximidade, mas nem por isso isentas de percalços e desconfianças, como vimos. Pelas relações de ambos perpassou sempre a ameaça de D. Manuel se aliar aos inimigos de Aragão e Castela, em

³⁵⁰ Em 1548 o mosteiro já tinha sido transferido para a casa de Val Benfeito, perto de Óbidos, agora sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição.

³⁵¹ BATORÉO, 2004, p. 40.

³⁵² Bernáldez, *Historia de los Reyes*, tomo II, parte IV, pp. 476-477.

particular a França. Conheciam-se desde a infância de D. Manuel, quando este foi garoto viver durante algum tempo na corte espanhola para cumprir o acordo das terçarias. Mais tarde, o rei de Portugal casaria com duas das suas filhas, e haveriam de se encontrar várias vezes, e até passar algum tempo juntos, como no ano de 1498 em que D. Manuel foi para Toledo e depois Saragoça para ser jurado herdeiro dos tronos de Castela e Aragão.

As exéquias que fez para o sogro não deixam entrever nada das dúvidas que assolaram as relações entre ambos. Para todos os efeitos, eram parentes próximos, e as formalidades não olhavam a velhas desconfianças. Conta Pêro de Alcáçova Carneiro que D. Manuel se vestiu de luto, ofereceu roupas de dó a dezenas de cortesãos, e esteve encerrado cinco dias. No paço de Almeirim, onde estava a corte, fez-se o saimento do rei, tal como era costume, depois de passado um mês do falecimento. Montou-se um estrado na capela, onde se colocou uma tumba e se fizeram as exéquias. Haveria “até” cem tochas (estas representavam um gasto importante) e o bispo de Viseu fez o elogio fúnebre do defunto. Só dois dias depois o rei se permitiu fazer a barba³⁵³.

Este relato, independentemente das informações que presta acerca dos rituais da corte manuelina, prima por uma ausência. Em nenhum momento é referida a rainha D. Maria, filha do rei D. Fernando. Por razões óbvias: as crónicas não eram feitas para falar de emoções de gente sem importância, e D. Maria, já doente, não tinha nada a ver com a sucessão dos reinos de Aragão e Castela, entregues a sua irmã Joana, a rainha “proprietária”. Que não era dona sequer de si mesma, dada por louca e encerrada no seu palácio de Tordesilhas desde 1509, sempre controlada pelos seus oficiais e servidores; e em nome da qual era agora chamado a governar o seu filho Carlos. Com alguma probabilidade, tudo isso passaria ao lado da rainha D. Maria naquele seu último ano de vida. Conhecemos apenas a encomenda de tecidos para o luto de seu pai. A ordem de pagamento é de 18 de Fevereiro (Fernando de Aragão morrera a 26 do mês anterior) e diz respeito a arbim, um tecido grosso e áspero, usado nos lutos³⁵⁴.

³⁵³ *Relações de Pero de Alcáçova Carneiro*, p. 200. Note-se a presença do bispo D. Diogo Ortiz a officiar a cerimónia religiosa.

³⁵⁴ IAN/TT, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 63, doc. 126 [1516.02.18].

Pouco sabemos, como tenho frequentemente repetido, sobre a forma como a rainha D. Maria viveu: desconhecemos as suas preocupações, os seus estados de humor, as suas qualidades e defeitos. Aqui e ali, aparecem alguns indícios, e são esses fragmentos que reunirei agora. São pequenas peças de um puzzle muito incompleto de que falarei em seguida, e que nos falam da capacidade financeira e das aquisições da rainha.

E é necessário avisar também o leitor de uma dificuldade. Neste período existiam três rainhas em Portugal, ou, pelo menos, três mulheres que se assinavam como tal: a rainha-velha, Leonor de Lencastre, viúva de D. João II, que assinava “rainha”; a Excelente Senhora que o fazia com um “Yo la Reyna”, e finalmente, D. Maria, que assinava “reyna” ou “la reyna”. Nem sempre é fácil distingui-las nos documentos do Corpo Cronológico (os que usaremos neste sub-capítulo).

Era D. Maria que supervisionava o trabalho do jardineiro do paço da Ribeira. A ele estava entregue uma horta e um jardim, e era a rainha que lhe pagava o salário. Aí se criavam pássaros e coelhos, a acreditar numa compra de cevada para os alimentar... Os coelhos, sabemos-lo pelas imagens de Duarte de Armas no Livro das Fortalezas³⁵⁵, marcavam também presença num dos espaços ajardinados do Paço de Sintra; quanto aos pássaros, cairiam provavelmente na categoria de “aves de capoeira”³⁵⁶...

Havia também em D. Maria a consumidora de produtos de luxo a que era obrigada pela sua posição e estatuto. Para este período, não existem livros de contas que possam fornecer uma imagem completa das aquisições da rainha. Os referidos documentos do Corpo Cronológico relativos à rainha D. Maria, muitos deles ordens de fornecimento e facturas, devem corresponder apenas a uma pequena parte do movimento económico da sua casa. Dos que existem, a maior

³⁵⁵ Armas, *Livro das Fortalezas*, p. *.

³⁵⁶ 1514-03-17 Mandado para Afonso Monteiro pagar a Filipe de Barreira, jardineiro da rainha, o seu salário a 30 réis por dia. PT/TT/CC/2/45/167; 1514-05-14, Mandado de Tomé Lopes para o almoxarife das obras das casas da Guiné pagar a Filipe de Barreira, jardineiro da rainha, 1.830 réis de seu soldo. PT/TT/CC/2/47/93; 1515-08-27, Lisboa. Mandado de D. Pedro de Castro para o almoxarife do reguengo de Algés dar a Filipe Barreira, jardineiro da rainha, 1 moio de cevada para a comida dos pássaros e coelhos que andam no dito jardim. PT/TT/CC/2/60/25.

parte dizem respeito a tecidos de luxo: veludos (em castelhano terciopelo), tafetás, cetins, brocados, etc... Existia uma necessidade constante de aprovisionamento, uma vez que a maior parte das casas possuía *stock* de tecidos destinados às vestimentas dos seus membros. A existência de reservas em têxteis, por exemplo, é nítida na execução do testamento da duquesa de Beja D. Beatriz, sogra de D. Maria³⁵⁷. Periódica ou pontualmente, por ocasião de festividades ou lutos, senhores e senhoras vestiam dos pés à cabeça os membros da sua corte, entre meros familiares e oficiais, concedendo as chamadas “vestimentas”. Por outro lado, a mulher do rei-mercador deve ter estado geralmente bem informada sobre a disponibilidade deste ou daquele tecido nos armazéns das alfândegas de Lisboa. Em todo o caso, em nenhuma das ordens de fornecimento contidas no Corpo Cronológico encontramos nomes de mercadores a fornecer esses tecidos: é sempre o rei que autoriza que lhe sejam dados a partir da Casa da Índia e da Mina. Mas nem sempre são tecidos de origem asiática, que, embora tivessem entrado em força no mercado do luxo em Portugal, nunca conseguiram ofuscar o apreço pelos tecidos flamengos e italianos. O rei seu marido dava ordem de fornecimento, acrescentando que os artigos em questão seriam levados em conta à rainha, o que nos leva a equacionar o problema dos rendimentos desta última.

A rainha possuía, como dissemos, uma renda certa que lhe era paga pelos moradores da cidade de Sevilha e sua região em função do estabelecido no seu dote. Não sabemos no entanto se este dinheiro foi pago até à sua morte, ou se houve regularidade nos pagamentos: uma única carta de Isabel a Católica, datada dos inícios de 1504, informava a filha de que não se podiam reunir os 4,5 contos de maravedis “sem agravo de muitos”, embora seja a única notícia encontrada sobre o assunto³⁵⁸. Acontecimentos como a morte da rainha de Castela sua mãe, em Novembro do mesmo ano, e a turbulência política que se lhe seguiu nos dois anos seguintes podem ter tido reflexos negativos nas rendas. Em 1500, apesar do seu contrato de casamento não o prever, D. Maria começou a receber também um assentamento, ou seja, uma anuidade por parte do rei, que foi aumentado para o

³⁵⁷ Freire, “Inventário”, p. 64-110.

³⁵⁸ AGS, CCA, CED, 236, 2 [1504.01.25, Horcajo].

dobro quatro anos depois (embora no início de 1504), quando a rainha Isabel a Católica ainda era viva; em 1516 era de dois contos e 60 mil reais³⁵⁹.

Por outro lado, contava com as rendas de Torres Vedras e Viseu, bem como de padroados de igrejas. Sabemos até que alguns homens bons de várias localidades prescindiram dos padroados das igrejas que detinham em favor da rainha, a título meramente pontual. Fizeram-no com a condição de o fazerem apenas por uma vez, ou seja, quando morresse o sacerdote designado pela rainha para essas igrejas, o padroado voltava à posse deles. D. Diogo Ortiz de Vilhegas, então bispo da diocese de Viseu, dava o aval a estas cedências³⁶⁰. Sabemos que os padroados de igrejas implicavam, para além do poder de designar os padres, a arrecadação de rendimentos avultados. Desconhecemos os motivos que conduziram os habitantes das freguesias que cederam os seus direitos sobre essas igrejas: fizeram-no como resultado de pressões régias? Obtiveram contrapartidas? Quais? Perguntas sem resposta...

Em todo o caso, D. Manuel foi sempre generoso com a rainha, como de resto era seu timbre em relação a todos os membros da sua família. Não se esqueça o que gastou a fazer regressar os Bragança do exílio, a indemnizar os que recebiam impostos das comunidades judaicas entretanto extintas, a forma com beneficiou a sua irmã Leonor, etc. Eram gestos de alguém que tinha capital disponível, mas também de uma pessoa pouco propensa ao pecado da avareza...

Pouco depois da sua chegada a Portugal em finais de 1500, D. Manuel doou cem arrobas de açúcar (1500 quilos) para a reposte da rainha, que subiram para o dobro logo em 1508 (três toneladas)³⁶¹. Era a dotação mais alta verificada,

³⁵⁹ 1500-12-15 Assentamento da rainha D. Maria. Chancelaria de D. Manuel I, liv. 13, fl. 57. PT/TT/CHR/K/13/57-191; 1504-01-02 À rainha dona Maria para ajuda de seu assentamento e governo de sua casa, dois contos de reais em cada um ano, desde Janeiro dessa presente era. Chancelaria de D. Manuel I, liv. 21, fl. 31v . PT/TT/CHR/K/21/31-155V; 1516-04-01, Almeirim Alvará para se dar à rainha D. Maria 2.060.000 réis de seu assentamento. PT/TT/CC/1/20/1.

³⁶⁰ Casos das igrejas de Lordosa, Cota, Bodiosa e Ribafeita; ver documentos *in* Gavetas, na lista de fontes manuscritas, relativos ao ano de 1502.

³⁶¹ 1501-03-26. À Rainha, sua muito prezada e amada mulher, mercê de 100 arrobas de açúcar em cada ano, concedidos no almoxarifado da Ilha da Madeira. Chancelaria de D. Manuel I, liv. 38, fl. 84v.; 1508.01.20, Almeirim. Carta de padrão de rei pelo qual faz mercê à rainha sua mulher de 200 arrobas de açúcar

apenas igual à do próprio rei e do hospital de Todos os Santos, que a distribuía por numerosas misericórdias, hospitais e conventos. Não sabemos no entanto se a casa da rainha consumia toda esta quantidade por ano, ou se parte deste açúcar era comercializado.

A mesma dúvida se põe relativamente às especiarias. Quantidades ingentes de canela, beijoim, cravos, sândalos brancos e vermelhos eram-lhe concedidos na Casa da Índia. Alguns documentos, embora poucos, têm indicação de que se destinavam para a “reposte” (dispensa da rainha, isto é, para a mesa da sua casa); por algumas vezes, ficamos com a sensação de que a rainha tinha parte no negócio das especiarias, confirmando as informações de Gaspar Correia a que atrás aludimos³⁶².

4.6. Testamento e morte

Nesse ano de 1516, entre a morte do pai em Janeiro e mês e meio antes de nascer o seu filho, a rainha fez testamento³⁶³. Não seria o primeiro, dado o hábito comum a muitas rainhas de fazer testamento antes do parto. Como vimos anteriormente, Isabel aprontara também o seu antes de dar à luz, entretanto desaparecido. Maria ia no seu décimo parto e o próprio documento menciona outros testamentos e codicilos anteriores, que este revogava. Refere-se também à gravidez da rainha, pedindo a Deus um bom desfecho: “..e quiera dar por su infinita misericórdia buen alumbramiento de lo que tengo en el ventre..”. Analisamos agora o documento, porque, como reparou Luciana Gandelman, um testamento constitui um testemunho sobre os afectos do testador, ao mesmo tempo que documenta melhor do que nenhuma outra fonte a sua ordem de valores³⁶⁴. Mais do que hierarquias religiosas ou sociais, estes documentos estabelecem prioridades, e revelam afectos. Como veremos neste caso, aspectos

de tença na alfândega da ilha da Madeira a partir de Janeiro desse ano. PT/TT/CC/2/14/13.

³⁶² Ver, no final, lista de documentos e respectivos sumários na secção IAN/TT, Corpo Cronológico.

³⁶³ In *Gavetas*, vol. VI, pp. 102-111 [1516.07.26].

³⁶⁴ GANDELMAN, 2010, p. 277.

da personalidade da rainha, até agora desconhecidos, emergem da sombra. E, à falta de outras fontes, talvez seja a única que no-la revela um pouco. E, desculpar-me-á o leitor ou leitora, mas não tive até agora nenhum testamento que sobrevivesse às minhas biografadas: se existem para D. Leonor ou até D. Isabel, não os consegui encontrar³⁶⁵. Por isso, desculpe-me a análise detalhada que dele procurarei fazer ao longo das páginas seguintes.

Antes de mais, os testamentos, antes que a descristianização viesse pôr termo à nossa crença na vida depois da morte, eram documentos cheios de esperança. D. Maria reconhecia-se pecadora (que outro destino o da humanidade, senão esse?), mas acreditava que um pedaço de céu podia ser seu. Isto claro, se o testamento precavesse todas as situações que pudessem redimir os seus pecados. Considero importante começar por sublinhar que a rainha declara ter escrito o testamento de seu punho, na presença de frei Gabriel, prior do seu convento das Berlengas. É provável que assim tenha sido, porque se encontra em castelhano, sua língua materna. Ao contrário da irmã Isabel, que teria aprendido português em pequena durante as terçarias de Moura, Maria veio para Portugal sem saber português e não parece ter-se desligado do castelhano. Uma opção que encontraremos também em Catarina de Áustria, criada nas agruras do cativeiro de Joana a Louca em Tordesilhas. Mas desconfio que se tratava de um *statement*: mesmo que quer uma quer outra soubessem português, é provável que mantivessem o castelhano como afirmação de identidade. Em todo o caso, o testamento é, como se sabe, um documento escrito na primeira pessoa. Penso que D. Maria não pensava que fosse o último, porque, como referi, pedia a Deus um bom desfecho para a sua gravidez.

Há algo na personalidade da rainha que nos descansa: é a sua benevolência para com as suas principais damas. Eram elas Elvira de Mendonça, sua camareira-mor, e a camareira Aldonça Soares, uma e outra bem conhecidas dos historiadores. Acompanhavam-na desde a sua vinda de Castela, há 16 anos atrás. Por via de regra, estas mulheres seriam responsáveis por todos os bens de câmara da rainha, isto é, pelos seus “corregimentos” de corpo e casa. A seguir à

³⁶⁵ O chamado testamento de D. Leonor é na verdade um excerto bastante incompleto.

morte desta, deveriam dar conta de tudo o que tinham recebido, uma ocasião que devia ser motivo de alguma tensão. Anos mais tarde, uma minuciosa contabilidade e inventariação dos pertences de D. Catarina de Áustria, conhecida por ser uma das primeiras grandes colecionadoras de objectos exóticos, seria feita periodicamente pelas camareiras respectivas, nas décadas entre 1530 e 1570³⁶⁶. Mas Maria recomendava que não se tomassem a nenhuma das duas mais contas do que elas quisessem dar, porque reconhecia que os registos das suas coisas andavam desorganizados. Aqui já podemos estabelecer um paralelo com D. Catarina, que viria a casar com o seu primogénito: D. Maria, apesar do interesse que tinha pelas coisas do Oriente, não foi uma colecionadora. Sabemos que faz parte da psicologia destes últimos guardar ciosamente os objectos, sabendo sempre do seu paradeiro (há algo de avarento na personalidade dos “grandes” colecionadores). Para citar Jean Baudrillard, um colecionador é alguém que manifesta uma “impossibilidade de investir em relações humanas”³⁶⁷.

Maria, muito pelo contrário, não sabia onde paravam os seus “tesouros” e parece ter tido muita estima pelas mulheres que supervisionavam a sua câmara. Declarou que Elvira de Mendonça tinha as coisas sem registo, pelo que não podia dar contas; deixou-lhe todos os adereços do seu oratório, de prata e imagens, com excepção das relíquias. De Aldonça Soares disse que se tinha perdido a conta a muitas das suas pérolas e aljófar, mudadas muitas vezes de sítio, e com as quais se tinham feito imensas coisas, “porque eu sei que ela es tan fiel que non dirá sino a verdad”. Ainda que entrassem nos livros de registo, não estavam em seu poder, porque a rainha guardava esses materiais na sua arca de labores. Ou seja: D. Maria fazia trabalhos de costura e bordado, que não prescindiam de materiais ricos (pérolas graúdas e miúdas – o aljófar) juntamente com outras pedras preciosas e fios de ouro, uma informação que de resto as crónicas confirmam.

De D. Elvira afirmou que merecia bem o que lhe dava (meio conto, como se vê do quadro 1) pelos serviços que lhe tinha feito “com muito trabalho de alma e de corpo”. A mesma coisa relativamente a Francisca de Torres “que tão bem nos

³⁶⁶ JORDAN, 1994, vol. I p. 4 e 11. Ver biografia de Catarina de Áustria, da mesma autora, nesta colecção.

³⁶⁷ BAUDRILLARD, 1994, p 11.

tem servido e com tanto trabalho com os infantes nossos filhos como eu bem sei”. Há qualquer coisa nestas preocupações da rainha que revela um ambiente marcado por um clima de confiança entre a rainha e as suas damas. Pedia ainda a benevolência do rei relativamente a umas pérolas que este lhe tinha dado em Sintra, porque ao serem novamente enfiadas, se tinha perdido a sua conta, e podiam faltar algumas. Em nenhum caso deviam as suas damas assumir qualquer responsabilidade pelo seu eventual desaparecimento. A mesma recomendação fazia a rainha em relação ao seu esmoler: não devia ser “apertado” nas contas que devia dar, porquanto não tinha escrivão e fazia as esmolos quando a rainha lhe mandava. Tinha também, segundo a rainha, servido bem e fielmente. O esmoler era precisamente o primeiro contemplado entre os seus servidores. Definitivamente, a rainha D. Maria não parece ter tido uma personalidade mesquinha.

Por comodidade, e para compactar a informação, elaborei uma tabela em que mantive a mesma ordem dos beneficiados com a qual aparece na fonte, no sentido de conservar eventuais hierarquias de afectos e valores.

Tabela 1

Membros da casa de D. Maria beneficiados no seu testamento

Nome	função	Soma (em milhares ³⁶⁸)	obs
Mosen Juan Bravo	esmoler	100	
Tamayo	capelão	50 mrv	
Rodrigo Alonso	capelão	50 mrv	
Bernaldo martinez	capelão	50 mrv	
Jorge Peres	capelão	50 mrv?	
Sem nome, nº indeterminado	Capelães	40 mrv	A cada um
Sem nome, nº indeterminado	Moços de capela	30 ³⁶⁹	
Sem nome, número indeterminado	Oficiais que não receberam casamento	30	A cada, para casamento

³⁶⁸ Em milhares de reis, a não ser que tenha a indicação mrv (maravedis), também em milhares.

³⁶⁹ Para os que quiserem ser clérigos; os outros deveriam receber casamento.

Francisco de Ferosila	Escrivão da câmara	100	
Sequeira	Escrivão da cocya(?)	180	Deve ser cozinha
Diego de Aguilera	?	100	
Remon	?	50	
Canaro	?	50	
Diego de Ryvas	?	50	
Ferran Darias	Contador	40	
Lope de Robles	Manteeiro	80	
Lourenço Álvares	Meu criado	50	
Bartolomé d'Avila	Guarda das damas	100	
Gonçalo de Córdoba	Reposteiro que tem as andas	80	
Osylo de Montalvan	Reposteiro	30	Que havia de haver de casamento e satisfação de serviço
Alonso de Muriel	Dispenseiro mor	80	
Rocas	Aposentador	40	
Peres	Comprador da dispensa	40	
Juan de Salzedo	Apresentador de tablas	30	
Elvira de Mendonça	Camareira mor	Tença de 200 + 500 em dinheiro	A tença já estava concedida e era para continuar
Aldonça Soares	Camareira	Tença de 25 + 300 em dinheiro	idem
Juana de Taco		Moradia + 150	idem
Francisca de Torres	Cuidado dos infantes	Mercê +100	
Sem nome	Ama do infante D. Luís	150	
Duas filhas da ama do		200	A cada, pelo

infante D. Luís			casamento
Maior de Narvas	Guarda das damas	100	
Isabel de Saragoça		50	
Filha de Isabel de Saragoça		50	
Joana Garcia		50	
Maria de Montoro		50	
Filha de Maria de Montoro		60	Para o casamento, além do que o rei lhe haveria de dar
Joana	Lavadeira	40	
Maria Jimenez	Lavadeira da mantearia	30	
Mencia de Peralta		100	Alem do casamento que o rei haveria de dar
Joana de Escobar		60	idem
Mencia de Salcedo		50	Em casamento
Sem nome, nº indeterminado	Escravas	20	Para casamento ou serem freiras
Totais aproximados	Indeterminado ³⁷⁰	280 mrv 3600 ³⁷¹	

Fonte: Gavetas, vol. VI, pp. 102-111 [1516.07.26].

D. Maria refere várias vezes as filhas, o seu primogénito, mas nunca os restantes filhos: Luís, o número dois na sucessão ao trono, é referido apenas de

³⁷⁰ Número não declarado de capelães, moços de capela, oficiais “que não receberam casamento” e escravas.

³⁷¹ As pessoas da casa em número indeterminado referidas na nota anterior, foram contadas duas vezes, embora fossem certamente em número superior. Como sabemos que tinham de ser mais do que uma, resolvemos fazer a estimativa por defeito. Da mesma forma, excluimos as tenças referidas, atendendo apenas ao dinheiro pago de uma só vez.

forma indirecta, porque a mãe menciona a sua ama; Afonso, Fernando, Duarte, e Henrique nunca são nomeados. Para a rainha, como também para muitos pais seus contemporâneos, os filhos não eram todos iguais... E ao que parece, enquanto mãe, a sua responsabilidade principal eram as filhas e o príncipe herdeiro, e menos os restantes rapazes.

Do ponto de vista da herança, D. Maria preocupou-se sobretudo com as filhas. Para elas, iam as suas escravas, se estas últimas não casassem nem fossem para freiras, situações em que receberiam vinte mil reis de dote. Ficariam a servir as infantas Isabel e Beatriz até que as duas contraíssem por sua vez matrimónio. Deviam ser divididas em partes iguais pelas duas, mas competia a Isabel, a mais velha, escolher primeiro as que queria. Será que estariam incluídas nessas escravas as que Afonso de Albuquerque despachara de Cochim para Lisboa alguns anos antes?

O príncipe ficava como seu herdeiro principal depois de descontada a terça da sua herança. De resto, era muito clara nas famílias a hierarquia do nascimento: os direitos adquiriam-se por ordem de idade. Primeiro João, depois Isabel, e a seguir Beatriz.

E agora as instituições religiosas, em que têm lugar de destaque os conventos. D. Maria beneficiou vários; vejamos as ordens a que pertenciam e onde se situavam.

Tabela 2
Conventos, igrejas e confrarias nomeados no testamento de D. Maria
(1516)

Instituição	Lugar	Soma (milhares de réis)	Objectos	Instituição	Obs.
Mosteiro "onde for meu enterramento"		200		Convento Feminino	Viria a ser a Madredeus, em Xabregas, convento de observância franciscana
Igreja de Nossa Senhora da Conceição	Lisboa	50		Igreja da Ordem de Cristo, depois da	Estava em construção. Feita no lugar de

				Misericórdia	uma sinagoga
Xabregas	Lisboa	50		Franciscanos Observantes	Homens
S. Bento	Lisboa?	50		?	-
S. Domingos (?)	Benfica	50		Dominicanos observantes	Homens
Peralonga (Penha Longa)	Sintra	50		Jerónimos	Homens
S. Francisco	Sevilha	50		Franciscanos	Homens
S. Inês ³⁷²	Córdova	20		Clarissas	Mulheres
Misericórdia	Lisboa				-
Mosteiro de Nossa Senhora da Misericórdia	Berlengas	compra de 50 de renda		Jerónimos	Homens
S. António	Serpa		cruz de prata	Franciscanos observantes	Homens. Do padroado régio
Imagem de Nossa Senhora da Pena	?		coroas de ouro		Para a Senhora e Menino. As coroas deviam usar aljôfar proveniente da câmara da rainha
S. Domingos	Santarém		Ornamento de capela da rainha		Casula, capa, dalmática e frontal
Total		520 ³⁷³			

Fonte: *Gavetas*, vol. VI, pp. 102-111 [1516.07.26].

Algumas constatações se impõem. A rainha teve por intenção beneficiar os conventos por igual, com excepção do das Berlengas, que era criação sua, e do convento onde fosse enterrada. Para o primeiro impunha-se a compra de uma renda, o que pressupõe, como é óbvio, um investimento financeiro muito maior.

³⁷² Uma das damas da rainha, Catalina de la Puente, tinha ingressado nesse convento. Recebia agora 60 mil reais pelos serviços prestados, e o seu convento apenas 20 mil reais, porque já tinha recebido os restantes 30 mil.

³⁷³ Exclui a compra da renda para o mosteiro das Berlengas, porque não é dito quanto é que se devia gastar para a obter.

Não sabemos se o convento recebeu um padrão de juro ou se lhe foram compradas terras; o certo é que a rainha obedeceu ao velho hábito de assegurar a viabilidade futura da instituição por si fundada.

D. Maria não sabia nesta altura, como se vê, qual o convento onde receberia sepultura. Como sabemos, seria no seguimento da morte de D. Maria que o rei D. Manuel seu marido elegeria o novo mosteiro dos Jerónimos como panteão da dinastia.

Algures entre a feitura do seu testamento e a sua morte (sabemos que a rainha nunca recuperou do parto), a escolha do convento onde seria sepultada recaiu sobre o da Madre de Deus, criado pela sua cunhada, a rainha velha D. Leonor. Não se tratou de uma decisão inócua, porque duzentos mil reais naquele tempo era muito dinheiro. Se tirarmos essa soma do cômputo final, ficamos com 320 mil reais, que foi o que a rainha efectivamente distribuiu por conventos, com uma lógica de equidade subjacente: cinquenta mil reais a cada um.

Vamos agora ver o que a rainha se propôs fazer pelos pobres. Não era, passe o inquestionável valor da caridade, uma dádiva desinteressada (o leitor, se ler os antropólogos, verá que semelhante coisa não existe). A rainha esperava, tal como com os legados a conventos, confrarias e igrejas, marcar pontos na contabilidade da sua salvação. Vejamos a tabela 3:

Tabela 3

Legados para pobres referidos no testamento da rainha D. Maria

Receptores de esmola	Lugar	Soma (milhares de réis)	Observações
Redenção de cativos	Terra de mouros	1000	“Os mais desamparados”
Casamento de órfãs e donzelas	-	1000	As filhas dos seus servidores em primeiro lugar
Presos por dívidas	-	1000	“Os mais necessitados”
Pobres envergonhados	-	500	“Que tenham muita necessidade”

Total		3500 ³⁷⁴	
-------	--	---------------------	--

Fonte: *Gavetas*, vol. VI, pp. 102-111 [1516.07.26].

A soma dispendida com caridade é equivalente à da que a rainha legou aos membros da sua casa, apesar de termos feito um cálculo por aproximação, e portanto pouco preciso: um total de 3,5 contos contra 3,7 em reais e 330 mil maravedis. Se somarmos a estes últimos o cerca de meio conto (520 mil reis) que legou em benefício de conventos e igrejas, a alma recebeu o maior quinhão dos bens que a rainha testou. É interessante que o testamento não faça recair as somas astronómicas referidas para nenhuma instituição em particular; supomos também que o dinheiro foi atribuído de uma só vez após a morte da rainha.

O testamento de D. Maria é também expressivo em relação à religiosidade típica das realezas ibéricas da época. A preocupação de casar as filhas com filhos de reis – a rainha preferia vê-las freiras a casarem abaixo – era consentânea com a política que vira praticar a seus pais, os Reis Católicos. Mas também estes tinham casado a segunda filha com um arquiduque, Filipe de Borgonha, embora este fosse herdeiro do imperador³⁷⁵. Com menos filhas para oferecer no mercado matrimonial (apenas duas, Isabel e Beatriz), também a mais nova escapou à regra que D. Maria tinha traçado no seu testamento. Embora vários anos depois da morte de sua mãe, Beatriz seria dada pelo rei viúvo em casamento ao duque de Sabóia, pequeno magnate na periferia do imperador Carlos V (embora senhor de um território de grande importância estratégica). No entanto, o casamento da filha mais velha compensaria essa falha, uma vez que se tornaria imperatriz ao casar com Carlos V em 1525. Mas a rainha que agora nos ocupa deixou as filhas pequenas e não teve a sorte de ver casar nenhuma delas.

Jerónimo Osório escreveu que D. Maria “nunca se intrometeu nos negócios de Estado porque punha o principal brasão de uma mulher no recato e na brandura, dizendo que a torvação da vida procedia da usurpação dos encargos. Tinha muito acatamento acerca de el-rei, seu esposo, nem jamais com injustos

³⁷⁴ Equivalente a 3 contos e 500 mil reis.

³⁷⁵ A coroa imperial era electiva, embora tendesse a recair sobre um membro da Casa de Áustria; Filipe era filho único.

requerimentos forcejou afastá-lo da rectidão”, confirmando o seu gosto pelos labores que fazia em conjunto com as suas damas, a quem não permitia o ócio³⁷⁶. Como sabemos, não é verdade: a rainha interessou-se pela Índia, e tomou partido a favor das pessoas, que, no seu entender, a mereciam governar; manifestou-se contra a decisão do marido de afastar Afonso de Albuquerque. Participou também no trato de produtos exóticos, segundo o que Gaspar Correia dá a entender nas suas *Lendas da Índia*. Intercedeu também junto do rei seu marido a favor do levantamento dos castigos que este impusera às autoridades de Lisboa por não terem contrariado o massacre de judeus em 1506, segundo ela própria conta numa carta por si escrita³⁷⁷. Mas daí a fazer dela uma estadista, ou participar no governo, vai alguma diferença: a verdade talvez esteja no meio. Nem recatada como pretende Osório, nem alheada dos problemas do mando. Enquanto rainha e vivendo no mesmo paço do rei, participando em audiências e recepções, a rainha haveria de tomar partido em algumas situações. Mas isso não faz dela uma figura comparável à rainha velha D. Leonor, nem à futura rainha D. Catarina, que haveria de casar com o herdeiro do trono seu filho.

Para D. Manuel I a morte da segunda esposa constituiu um grande susto. Conforme era costume na época, o rei retirou-se durante algum tempo para um convento. Neste caso foram dois, um perto de Sintra e o outro junto de Lisboa, primeiro no mosteiro jerónimo de Penha Longa, durante duas semanas, e depois outra semana no mosteiro dos Lóios, o convento de S. João Evangelista de Xabregas³⁷⁸. Mas o mais sintomático do seu estado de espírito é o facto de ter também feito o seu testamento no seguimento da morte da mulher, que, apesar de algumas alterações, foi o mesmo com que morreu³⁷⁹.

Detenhamo-nos um pouco sobre os rituais de despedida do mundo de D. Maria. O único cronista que narra as cerimónias fúnebres da rainha com detalhe é Gaspar Correia. Fazia parte, como já dissemos, entre as aristocratas de alta estirpe, para quem a clausura era em teoria um modo de vida superior ao de

³⁷⁶ Osório, *Da vida e feitos*, vol. II, p. 206.

³⁷⁷ Carta de 1508.07.14 in YERUSHALMI, 1976, p. 90.

³⁷⁸ Góis, *Crónica do Felicíssimo...*, parte IV, p. 56.

³⁷⁹ COSTA, 2005, pp. 242-243. Testamento em *Gavetas*, vol. VI, pp. 111-163 [1517, Abril 7, mosteiro de Penha Longa].

casada³⁸⁰, procurarem locais de sepultura em conventos, mesmo que não tivessem sido freiras. Por trás dessa intenção estavam preocupações penitenciais, que se reflectiam na procura do despojamento e no desprezo pela vaidade humana. E também, suspeitamos, muitas rainhas desejaram vidas em ambientes que pudessem controlar um pouco melhor, fugindo das inquietações da corte.

D. Maria deu entrada no convento da Madre de Deus de noite, o seu corpo num ataúde colocado em cima de uma mula, e coberto com um pano de veludo preto com uma cruz branca. Iam outras oito mulas apenas com os seus capelães; a “outra gente da corte” aguardava à porta do convento. Foi recebida na igreja deste, tendo entrado no mosteiro propriamente dito através de uma porta que comunicava com ele a partir do seu interior, normalmente fechada, mas que as freiras abriram na ocasião. Carregaram-na alguns “principais”, entre os quais o bispo de Coimbra D. Jorge de Almeida, o 2º barão de Alvito D. Diogo Lobo, D. Martinho conde de Vila Nova de Portimão e o conde prior³⁸¹. O texto afirma que os homens entraram no convento, o que era ainda possível na época, embora depois de Trento viesse a ser contra as regras da clausura.

Já no interior, o ataúde da rainha foi colocado na capela junto ao claustro antes do refeitório e aberto. Seguiram-se o pranto e o beija-mão habituais; as freiras despiram-na das “vestiduras que segundo costume as rainhas levam à sepultura”, para lhas substituírem pelo hábito de S. Francisco de cuja ordem era irmã (a rainha seria portanto terceira franciscana). Em seguida, as freiras enterraram-na na referida capela do refeitório. Gaspar Correia tem ainda o cuidado de referir que o seu cortejo fúnebre nocturno prescindiu de tochas a mando seu, tendo sido usada apenas uma vela colocada numa lanterna³⁸². Há aqui uma ausência para a qual pretendo chamar a atenção do leitor ou leitora: a presença dos seus filhos e filhas não é referida. Anos mais tarde, em 1551, os seus restos mortais foram solenemente trasladados para o mosteiro de Nossa

³⁸⁰ Pizan, *O Livro das Três Vertudes*, p. 251.

³⁸¹ O “conde prior” é com toda a probabilidade D. João de Menezes (c. 1460-1522), primeiro conde de Tarouca desde 1499 e prior do Crato a partir de 1508.

³⁸² Correia, *Crónicas*, pp. 124-125.

Senhora de Belém, panteão da dinastia³⁸³. Foi no reinado do seu filho mais velho, D. João III.

Espero que o leitor ou leitora tenha ficado convencido, depois deste meu excursão pelo testamento e morte da nossa rainha, de que de certa forma ela se redime através dele por ter sido um personagem apagado. O poder não é tudo, para não dizer coisa nenhuma. Uma vida pacata, talvez aterrorizada pelo seu dever de parturiente em série. E com a despedida de Maria do mundo fazemos também a nossa. Talvez eu tenha, caro leitor, uma conta corrente consigo, e me volte a ler. É o sonho de qualquer autor.

³⁸³ BUESCU, 1998; ARAÚJO, 2004, pp. 93-94.

Cronologia

1387.02.02	Casamento de Filipa de Lencastre com D. João I, no Porto	
1391.10.31	Nascimento do infante D. Duarte, futuro rei	
1392.12.09	Nascimento em Lisboa do infante D. Pedro	
1394.03.04	Nascimento no Porto do infante D. Henrique	
1397.02.21	Nascimento em Évora da infanta D. Isabel	
1400.01.13	Nascimento em Santarém do infante D. João. Viria a casar com Isabel, filha de D. Afonso, 1º duque de Bragança. Avô materno de Isabel I de Castela	
1402.09.29	Nascimento em Santarém do infante D. Fernando	
1415.07.15	Morte da rainha Filipa de Lencastre em Odivelas	
1428.09.22	Casamento do infante D. Duarte com Leonor de Aragão	
1429	Casamento do infante D. Pedro com Isabel de Urgel	
1429.01.10		Em Bruges, terceiro casamento de Filipe o Bom, duque de Borgonha, com a infanta D. Isabel de Portugal, filha de D. João I e Filipa de Lencastre.
1432	Nascimento de Isabel, filha do infante D. Pedro; viria a casar com Afonso V.	
1432.01.15	Nascimento em Sintra do futuro Afonso V.	
1433.11.17	Nascimento em Almeirim do infante D. Fernando, filho de D. Duarte e Leonor de Aragão, depois duque de Viseu e de Beja.	
1434.09.18	Nascimento em Torres Vedras de Leonor, futura imperatriz da Alemanha, filha de D. Duarte e Leonor de Aragão.	
1437.09.13 a 1437.10.16	Desastre de Tânger; infante D. Fernando feito prisioneiro	
1438	Morte do rei D. Duarte em Tomar	
1438	O infante D. Fernando, cativo em	

	Marrocos, transferido de Tânger para Fez	
1438	O infante D. Fernando, irmão de Afonso V, jurado príncipe em Tomar	
1439.03.00	Nascimento de Joana, irmã de Afonso V, filha póstuma de D. Duarte e de Leonor de Aragão. Viria a casar com Henrique IV de Castela.	
1442.10.18	Falecimento do infante D. João, filho de D. João I e Filipa de Lencastre em Alcácer do Sal; pai da infanta D. Beatriz e avô de Isabel a Católica. Era governador da Ordem de Santiago	
1443		Coroação de Afonso V de Aragão como rei de Nápoles
1443.06.03	Morte do infante D. Fernando em Fez	
1445.02.18	Morte em Toledo da rainha D. Leonor de Aragão, mulher de D. Duarte	
1445.09.28	Contrato de casamento do príncipe D. Fernando com D. Beatriz, sua prima direita	
1446.01.15	D. Afonso V atinge a maioridade	
1447	D. João II de Castela casa com D. Isabel, filha do infante D. João e irmã da infanta D. Beatriz	
1447	Casamento nas Alcáçovas do infante D. Fernando, duque de Viseu, e da infanta D. Beatriz	
1448.05.06	Casamento de Afonso V com Isabel de Coimbra, filha do infante D. Pedro e Isabel de Urgel	
1449.05.20	Morte do infante D. Pedro na batalha de Alfarrobeira	
1450.12.10	Assinatura em Nápoles do contrato de casamento de Leonor, irmã de Afonso V, com Frederico III imperador da Alemanha	
1451		Nascimento em Génova de Cristóvão Colombo
1451.04.22		Nascimento de Isabel a Católica. Era segunda na linha da sucessão régia, depois do seu meio-irmão, Henrique, filho do

		primeiro casamento do pai, o rei João II de Castela.
1451.08.00	Afonso V recebe em Lisboa os embaixadores do casamento de sua irmã Leonor com o imperador da Alemanha	
1451.10.25		Saída de Leonor, agora imperatriz da Alemanha, para se ir juntar ao marido, o imperador Frederico III
1452.02.06	Nascimento de Joana, filha de Afonso V e Isabel de Coimbra. Ficaria conhecida pela “Princesa Santa Joana”	
1452.03.18		Coroação pelo papa da imperatriz D. Leonor, filha de D. Duarte e Leonor de Aragão
1453.02.17	Afonso V concede o título de duque de Beja ao irmão Fernando, e doa-lhe Beja, Serpa e Moura	
1453.03.10		Nascimento de Fernando de Aragão
1453.05.29		Conquista de Constantinopla pelos turcos otomanos
1453.12.17		Nascimento de Afonso, irmão de Isabel a Católica e filho de João II de Castela e Isabel.
1454.07.21		Morte de João II de Castela (1406-1454), pai de Isabel a Católica, quando esta tinha três anos
1455.05.03	Nascimento do futuro D. João II nos paços da Alcáçova	
1455.05.21		Casamento de D. Joana, irmã de Afonso V, com Henrique IV de Castela
1455.12.02	Morte súbita, aos 23 anos, em Évora, da rainha D. Isabel, mulher de D. Afonso V e filha do infante D. Pedro. Mãe de Joana, e João (João II)	
1458		Morte de Afonso V de

		Aragão e sucessão em João II, pai de Fernando o Católico
1458.05.02	Nascimento da rainha D. Leonor, filha dos infantes D. Fernando e D. Beatriz. Sogra e cunhada da rainha D. Isabel, primeira mulher de D. Manuel I, e cunhada da segunda, D. Maria.	
1459	Fundação do convento de Nossa Senhora da Conceição de Beja pelo infante D. Fernando e pela infanta D. Beatriz	
1459.08.27		Morte em Florença do cardeal D. Jaime, filho do regente D. Pedro, morto em Alfarrobeira
1460.10.28	Testamento do infante D. Henrique	
1460.11.13	Morte do infante D. Henrique em Sagres aos 67 anos	
1460.12.03	Afonso V doa a Fernando seu irmão, duque de Beja, as ilhas da Madeira, Açores e Cabo Verde	
1461.07.11	Concessão vitalícia, por Afonso V, do mestrado da Ordem de Cristo a favor do infante D. Fernando, que já era mestre da ordem de Santiago	
1461.07.22		Morte de Carlos VII de França e subida ao trono de Luís XI
1461.12.00	Morte de D. Afonso, primeiro duque de Bragança	
1462.02.28		Nascimento de Joana de Trastâmara, filha de D. Joana de Portugal e de Henrique IV de Castela (será depois a Excelente Senhora ou Beltraneja)
1462.05.09		Joana de Trastâmara, depois a Excelente Senhora ou Beltraneja, jurada herdeira em cortes
1464.01.00		Encontro entre Afonso V e Henrique IV de Castela, para falar do casamento do primeiro com Isabel a Católica

1464.08.30		Paulo II papa
1465.01.01	Início do mosteiro de Jesus de Aveiro, dominicano	
1465.06.05		“Farsa de Ávila”: deposição simbólica de Henrique IV e proclamação de Afonso, seu meio-irmão.
1465.10.26		Falecimento em Arévalo da infanta D. Isabel, dita Isabel de Barcelos, viúva do infante D. João e filha de D. Afonso, 1º duque de Bragança. Avó de Isabel a Católica
1466	Acordos do casamento do príncipe D. João (futuro D. João II) com D. Leonor, filha mais velha do infante D. Fernando e D. Beatriz	
1467.06.15		Morte de Filipe o Bom, duque de Borgonha e marido de Isabel de Portugal; sucede-lhe o filho de ambos, Carlos o Temerário
1467.09.03		Morte em Neustadt de Leonor de Portugal, imperatriz da Alemanha, mulher de Frederico III
1468	Envio por Afonso V de uma embaixada a Castela, para solicitar a mão de Isabel a Católica	
1468	Conquista de □ nafe pelo infante D. Fernando, sendo a cidade abandonada após a conquista	
1468		Fernando (depois o Católico) recebe o título de rei da Sicília
1468.07.05		Morte de Afonso, irmão de Isabel a Católica
1468.09.18		Pacto de <i>Toros de Guisando</i> no qual Henrique IV reconhece Isabel a Católica como herdeira do trono castelhano
1469.05.31	Nascimento de D. Manuel, futuro rei de Portugal. Filho mais novo de	

	Fernando e Beatriz, duques de Viseu, em Alcochete, no dia da festa do Corpo de Deus.	
1469.06.23	Afonso V obtém uma dispensa papal para casar com Isabel a Católica	
1469.10.19		Casamento de Isabel a Católica com Fernando de Aragão
1469.12.02		Morte de Piero de Médicis. Filhos Lourenço e Juliano assumem o poder em Florença
1470.02.03	Fundação do convento de S. António do Varatojo por Afonso V	
1470.07.12	Contrato do casamento entre D. Fernando, depois duque de Bragança, e D. Isabel, irmã de D. Manuel I. Casariam dois anos mais tarde	
1470.09.18	Morte do infante D. Fernando, em Setúbal, antes de chegar a dispensa para o casamento da filha D. Leonor com o futuro D. João II. Era governador das ordens de Santiago e de Cristo	
1470.10.02		Nascimento de Isabel , filha mais velha dos Reis Católicos na vila de Dueñas. Viria a casar com o príncipe D. Afonso, único filho de D. João II de Portugal, e depois com D. Manuel I, de quem seria a primeira mulher
1471.01.22	Casamento em Setúbal do príncipe D. João, futuro D. João II, com D. Leonor.	
1471.02.01	A ordem de Cristo é entregue a D. Diogo, irmão de D. João, duque de Viseu (irmãos de D. Manuel I)	
1471.07.26		Morte do papa Paulo II
1471.08.09		Sisto IV papa
1471.08.24	Tomada de Arzila. O príncipe D. João é feito cavaleiro	
1471.09.17	Embarque do rei Afonso V e do príncipe D. João para Portugal	

1471.10.00	Ida da princesa D. Joana, com 18 anos, para o mosteiro de Odivelas	
1471.12.17		Morte da infanta D. Isabel, duquesa viúva de Borgonha, filha de D. João I e Filipa de Lencastre.
1471.12.22	Protestos do povo em cortes contra a entrada em religião da princesa D. Joana	
1471.12.23	Os procuradores do povo deslocam-se a Odivelas para protestar junto de D. Filipa e da princesa D. Joana pela entrada em religião desta última	
1472	O príncipe D. João torna-se mestre da Ordem de Santiago	
1472.03.29		Encontro de Afonso V com Henrique IV de Castela a meio caminho entre Elvas e Badajoz
1472.06.17	Tumulação no mosteiro da Batalha das ossadas do infante mártir D. Fernando, trazidas de Fez	
1472.08.04	Entrada da princesa D. Joana no mosteiro de Jesus de Aveiro	
1472.08.16	Morte em Tomar do duque de Viseu, D. João, irmão de D. Manuel I, sucedendo no título D. Diogo	
1472.09.19	Casamento de D. Fernando, futuro duque de Bragança e D. Isabel, irmã de D. Manuel, futuro rei	
1473	Negociações para o casamento de Joana de Trastâmara com Afonso V	
1473.01.11	Doação vitalícia por Afonso V a D. Diogo, duque de Viseu e Beja, senhor da Covilhã e Moura, da ilhas de Porto Santo e Deserta	
1473.09.16	Celebração do contrato nupcial entre o futuro D. João II e D. Leonor, em Lisboa, embora estivessem já recebidos	
1474.12.11		Morte do rei Henrique IV de Castela
1474.12.13		Proclamação de Isabel a Católica como rainha de Castela em Segóvia
1475.01.25	A princesa santa Joana decidiu	

	tomar o hábito, mas os protestos populares e o príncipe D. João obrigaram-na a voltar atrás, embora continuasse a viver como freira	
1475.04.25	Afonso V ratifica o príncipe D. João como regente do reino, enquanto estiver ausente em Castela	
1475.04.28	Testamento de Afonso V	
1475.05.18	Nascimento em Lisboa do príncipe D. Afonso, único filho de Leonor e do futuro D. João II, quando se preparava a guerra com Castela	
1475.05.25		Entrada de Afonso V em Castela dando início à intervenção portuguesa na guerra da sucessão deste reino
1475.05.29		Casamento de D. Afonso V com D. Joana de Trastâmara, depois conhecida por Excelente Senhora
1475.06.13		Falecimento em Madrid de D. Joana de Portugal, mãe de Joana de Trastâmara e viúva de Henrique IV de Castela
1476	Elevação ao cardinalato do arcebispo de Lisboa D. Jorge da Costa, conhecido por cardeal Alpedrinha	
1476.01.01	O príncipe D. João II parte para Castela em socorro de Afonso V	
1476.03.02		Batalha de Toro a uma sexta feira
1476, Páscoa	O príncipe João II regressa ao reino	
1476, inícios de Junho	Afonso V deixa Toro em direcção a Portugal, e veio ao Porto, onde se encontrou com a infante D. Beatriz, e o mais dos senhores e prelados do reino	
1476.08.00	Partida de Afonso V para França a fim de pedir auxílio ao rei Luís XI	
1477		Primeiro casamento do futuro imperador da Alemanha, Maximiliano, com Maria de Borgonha. Seriam pais de Filipe o

		Belo e Margarida
1477.09.24	Afonso V abdica a favor do príncipe D. João	
1477.11.10	Príncipe D. João levantado por rei em Santarém nos alpendres de S. Francisco	
1477.11.15	Regresso de D. Afonso V a Portugal e consequente devolução do trono pelo príncipe D. João	
1478	Depois do regresso de Afonso V de França, durando ainda a guerra com Castela, Lopo Vaz de Castelo Branco, o Torrão, alcaide de Moura, colocou-se do lado de Castela, e intitulou-se conde de Moura. João II mandou matá-lo e restituiu a vila e fortaleza à infanta D. Beatriz, sua sogra	
1478.04.01	Morte de D. Fernando I, segundo duque de Bragança. Sucede-lhe D. Fernando II, duque de Guimarães, e marido de Isabel, irmã de D. Manuel I	
1478.04.26		Morte de Juliano de Médicis na catedral de Florença durante a conspiração dos Pazzi
1478.06.17	Recrutamento militar ordenado por Afonso V perante ameaça de invasão do rei da Sicília, Fernando o Católico	
1478.06.30		Nascimento de Juan, único filho varão dos Reis Católicos
1478.11		Bula de Sixto IV estabelecendo a Inquisição em Castela
1479.01.20		Fernando II, o Católico, sucede no trono de Aragão por morte do pai, João II
1479.03.23	Início das negociações de paz entre Portugal e Castela, através do encontro em Alcântara entre a infanta D. Beatriz duquesa de Viseu-Beja, e Isabel a Católica	
1479.09.09	Assinatura do tratado de Alcáçovas-Toledo, no qual se estabelece a paz	

	entre Castela e Portugal. Inclui um programa de tomada recíproca de reféns conhecido pelas “terçarias de Moura”	
1479.11.05	Data provável da entrada de Joana de Trastâmara no convento de Santa Clara de Santarém	
1479.11.06		Nascimento de Joana, filha dos Reis Católicos
1480.08.00 (de Agosto a Setembro)		Tomada de Otranto pelos turcos, ainda que por pouco tempo, e cerco de Rodes
1480.04.00		Cortes de Toledo: príncipe D. Juan jurado herdeiro do trono de Castela
1480.11.03		A filha mais velha dos Reis Católicos, Isabel, abandonou Medina del Campo com destino a Moura, para dar início ao acordo das terçarias
1480.11.15	Profissão da Excelente Senhora em S. Clara de Coimbra	
1480.12.27		Concessão de poderes por Isabel a Católica ao mestre de Santiago para trazer D. Manuel à sua corte
1481		Início da pintura dos frescos na capela Sistina
1481.01.11	Início das terçarias de Moura. Entrega, feita pelos pais, do príncipe Afonso à infanta D. Beatriz, sua avó. João II e Leonor ficaram em Beja para estar perto do filho	
1481.01.11	D. Manuel parte para Castela como refém, em substituição de Diogo, duque de Viseu e seu irmão mais velho, que se encontrava doente	
1481.01.12		Depois de delongas e mediante ameaças, a infanta Isabel de Castela chega finalmente às terçarias de Moura
1481.02		Primeiro auto de fé da Inquisição em Sevilha

1481.05		O príncipe D. Juan jurado herdeiro do trono de Aragão
1481.06.25		Ordem de Isabel a Católica para trazerem Diogo duque de Viseu à corte, uma vez que D. Beatriz tinha comunicado que já estava em estado de ir para Castela
1481.08.00	Nascimento em Abrantes de D. Jorge, filho bastardo do príncipe D. João e de Ana de Mendonça	
1481.08.10	Afonso V doa a D. Diogo, duque de Viseu, a vila de Beja e a ilha da Madeira	
1481.08.22		Entrega de Diogo duque de Viseu como refém das terçarias
1481.08.28	Morte de Afonso V em Sintra; o príncipe D. João, viajando à pressa, conseguiu encontrá-lo ainda com vida	
1481.08.31	João II levantado por rei na sala do jogo da péla em Sintra	
1481.08.31	De Sintra João II escreve à câmara de Évora ordenando a forma como o haviam de levantar por rei e convocando cortes para essa cidade em Novembro desse ano	
1481.09.01	D. João II aclamado rei em Lisboa	
1481.10.15	Exéquias solenes de D. Afonso V no mosteiro da Batalha	
1481.11.12	Início das cortes de Évora	
1482.01.00	Transferência das cortes de Évora para Montemor por causa da peste	
1482.01.19	Chegada de Diogo de Azambuja à Mina, onde funda a cidade e monta o castelo de S. Jorge	
1482.03.12	Ordem de D. João II à câmara de Évora para realizar uma procissão comemorativa da batalha de Toro	
1482.05.15		Carta dos Reis Católicos a João II solicitando o casamento por palavras de futuro do príncipe Afonso com sua filha

		mais velha Isabel, atendendo a que o primeiro faria sete anos no sábado seguinte, dia 18 de Maio
1482.06.29		Nascimento em Córdova de D. Maria , filha dos Reis Católicos e futura segunda mulher de D. Manuel I
1482.08.18		Terminado o ano em que Diogo duque de Viseu devia estar refém das terçarias, Isabel a Católica deu ordens para este ser substituído pelo irmão Manuel, tal como estava determinado
1482.09.00	João II enviou Rui de Pina ao mosteiro de Guadalupe, onde estavam os Reis Católicos, para negociar o casamento do príncipe com uma das filhas do casal, e tentar apressar o fim das terçarias	
1482.09.08	No castelo de Moura, a infanta D. Beatriz, tomando D. Manuel pela mão, entregou-o aos embaixadores castelhanos. No entanto, como se tinham iniciado negociações para modificar o acordo das terçarias, D. Manuel acabou por ficar em Moura, com a ressalva de que iria para Castela mal Isabel a Católica o solicitasse	
1483		Criação da Inquisição em Aragão
1483, Quaresma (entre 12 de Fevereiro e 30 de Março)	Em Almeirim a rainha D. Leonor, mulher de D. João II, perdeu uma criança que esperava.	
1483.05.15	Fim das terçarias em Avis, por acordo com embaixadores de Castela	
1483.05.24	A infanta D. Beatriz procede em Moura à entrega das crianças aos representantes dos pais delas	
1483.05.25		Isabel, filha mais velha

		dos Reis Católicos, acompanhada até à fronteira por Diogo duque de Viseu
1483.05.29	Prisão em Évora de D. Fernando duque de Bragança, onde se tinha deslocado para estar presente nos festejos pela libertação do príncipe D. Afonso	
1483.06.00	Vinda de D. Manuel para a corte; o rei passou a criá-lo em sua cama	
1483.06.20	Execução em Évora do duque de Bragança	
1483.07.00	Ida para Abrantes do rei D. João II, da rainha e do príncipe	
1483.08.30		Carlos VIII rei de França por morte de Luís XI
1483.09.00	Em Abrantes, execução de D. João marquês de Montemor em efígie, por este andar fugido em Castela	
1483.10.11	Partida da família real de Abrantes para Lamego, em romaria ao santuário de S. Domingos da Queimada	
1483.11.10		Nascimento de Lutero
1484	Episódio em que o rei, estando deitado com a rainha, à noite, persegue um hipotético atacante	
1484.01.06	Carta régia com medidas para a limpeza de Lisboa, assolada há muito tempo pela peste	
1484.08.12		Morte do papa Sixto IV
1484.08.22	Chegada do rei a Setúbal, a uma sexta feira	
1484.08.23	Sábado, em Setúbal, morte do duque de Viseu às mãos do rei	
1484.08.29		Inocência VIII papa
1484.11.24	Carta do rei à câmara de Lisboa solicitando que não se faça mal aos judeus, a pedido destes últimos	
1485	Primeira menção conhecida do hospital das Caldas, fundado pela rainha D. Leonor	
1485.12.16		Nascimento de Catarina, filha mais nova dos Reis Católicos
1487.05.07		Pêro da Covilhã e Afonso

		de Paiva são enviados por terra à Índia e ao reino do Preste João
1487.08		Partida de Lisboa de Bartolomeu Dias, na viagem que o levaria a dobrar o Cabo da Boa Esperança
1487.08.00	Peste em Lisboa	
1488, inícios	Ordem de João II para reparar fortalezas da raia	
1488.03.04	Ordem de D. João II para a cidade de Lisboa celebrar com procissão a recepção de uma bula da Cruzada que concedia indulgências para a guerra de África	
1488.04.05	Chegada à corte da notícia de que Maximiliano estava preso em Bruges	
1488.08.00.	Em Almada, conselho régio sobre o casamento do príncipe	
1488.11.03	Batismo do africano Bemoim na “casa da rainha”	
1489		Negociações com a Flandres do casamento de João de Castela com Margarida e de Joana de Castela com Filipe da Borgonha
1489.06.11	Ida do rei para o Algarve com a rainha, o príncipe e o duque. Em Tavira pediu dinheiro emprestado	
1489.11.07	Entrada de João II em Évora	
1490.03.início	Partida de Évora de embaixada para Castela, a fim de tratar do casamento do príncipe D. Afonso com Isabel , filha mais velha dos Reis Católicos, levando um retrato do príncipe “tirado pelo natural”	
1490.03.24	Reunião de cortes em Évora por causa do casamento do príncipe D. Afonso com D. Isabel de Castela e Aragão	
1490.04.18		Esponsais em Sevilha da infanta Isabel de Castela e Aragão com o príncipe D. Afonso
1490.05.12	Morte da princesa Joana, irmã de D.	

	João II	
1490.06.15	Chegada a Évora, à corte, de D. Jorge, filho bastardo de D. João II, depois da morte da tia D. Joana, que o criava em Aveiro	
1490.11.11		A infanta Isabel parte de Constantina para Portugal
1490.11.19		Isabel , filha dos Reis Católicos, chega a Badajoz. D. Manuel é encarregue de a ir buscar à raia
1490.11.22		Isabel , filha dos Reis Católicos, sai de Badajoz nessa segunda-feira
1490.11.23	Casamento em Estremoz de Afonso, filho de João II e Leonor, com Isabel de Castela	
1490.11.24	Chegada, a uma quarta-feira de noite, da princesa Isabel de Castela e Aragão ao mosteiro do Espinheiro, onde aguardaria o dia da sua entrada solene em Évora	
1490.11.25	Dia seguinte, quinta-feira, visita do rei, da rainha e do príncipe à princesa no convento do Espinheiro	
1490.11.28	Entrada solene da princesa Isabel em Évora e início das festas do casamento	
1490.12.12	Fim das festas de casamento dos príncipes, com a distribuição dos prémios das justas. Indisposição do rei na herdade da Fonte Coberta e morte de três dos seus homens da copa, com suspeita de envenenamento	
1491		Savonarola prior de S. Marcos em Florença
1491.01.04	Disposições de João II sobre as festas que Lisboa havia de fazer pela vinda da princesa Isabel de Castela e Aragão . Houve peste na cidade, pelo menos até Setembro desse ano.	
1491.01.10	Ida de D. João II, Leonor, Afonso e Isabel para Viana de Alvim	

1491.03.01	Ordem de João II a Lisboa para pôr termo aos habituais festejos pela vitória em Toro, por causa das novas relações com Castela	
1491.05.00	Partida da corte para Santarém tomando o caminho de Montemor o novo	
1491.06.14	Chegada do príncipe D. Afonso e da princesa Isabel a Santarém	
1491.07.11	O rei e o príncipe foram para Almeirim a correr montes e voltaram no mesmo dia	
1491.07.12	Terça feira à tarde João II desafiou o príncipe para ir ao rio, e este sofreu o acidente que o vitimou	
1491.07.13	Morte de D. Afonso, único filho de D. João II e D. Leonor	
1491.08.25	Ida de João II e da corte ao mosteiro da Batalha para o saimento do príncipe. Isabel duquesa de Bragança e D. Filipa, irmã da infanta D. Beatriz, substituíram a rainha D. Leonor e sua nora Isabel nas cerimónias	
1491.09.00	Partida da princesa Isabel para Castela.	
1491.10.00	Chegada de D. João II e D. Leonor a Lisboa. Desmaio da rainha no quarto onde tinha dado à luz o príncipe D. Afonso, no paço da Alcáçova	
1491.12.29	Bula papal de nomeação de D. Jorge bastardo do rei como governador das ordens de Avis e Santiago	
1492.01.02		Queda de Granada, último reduto muçulmano na Península Ibérica
1492.03.31	Chegada de judeus a Portugal, expulsos de Aragão e Castela	Édito de Fernando e Isabel expulsando de Aragão e Castela os judeus que não se convertessem até 31 de Julho desse ano.
1492.04.08		Morte de Lourenço de Médicis
1492.04.12	Juramento de obediência a D.	

	Jorge, filho bastardo de D. João II, como mestre de Santiago e Avis	
1492.05.00	D. João II doente em Lisboa	
1492.05.15	Início das obras do Hospital de Todos os Santos	
1492.07.25		Morte do papa Inocêncio VIII
1492.08.03		Partida de Colombo na sua primeira viagem à América
1492.08.11		Alexandre VI eleito papa
1492.08.17	João II recebeu a notícia da eleição do novo papa Alexandre VI em Sintra	
1492.09.05	João II decreta a quarentena dos navios do porto de Lisboa por causa da peste	
1493.03.04	João II agradece à câmara a repressão das manifestações de desagrado pela entrada dos judeus expulsos de Espanha em Lisboa	
1493.03.06	Chegada de Cristóvão Colombo ao Restelo no regresso das Antilhas	
1493.08.20		Maximiliano eleito imperador do Sacro Império (filho de Frederico III e de Leonor de Portugal)
1494		Savonarola incita os florentinos contra os Médicis
1494.05.00	Doença grave da rainha D. Leonor em Setúbal	Embaixada dos Reis Católicos a D. João II, para o demover de legitimar D. Jorge
1494.06.07		Assinatura do Tratado de Tordesilhas
1494.09.00		Carlos VIII de França invade a Itália
1495		Leonardo da Vinci começa a pintar a Última Ceia
1495.01.20		Capitulações assinadas em Antuérpia para as duplas bodas de Joana de Castela e Aragão com Filipe o Belo, e Margarida de Áustria

		com o príncipe Juan
1495.02.02		Entrada em Nápoles de Carlos VIII de França
1495.03.00		Formação de uma liga entre Espanha, o Papa, o Imperador, Veneza e Milão aparentemente contra os turcos, mas na prática destinada a combater os franceses
1495, meados		Primeira guerra de Nápoles: desembarque na cidade de tropas espanholas, chefiadas por Gonzalo Fernández de Córdoba, <i>el Gran Capitán</i>
1495.07.00	O rei esteve até então em Évora, mas havendo rebates de peste, foi para as Alcáçovas com a rainha D. Leonor, o duque de Beja, e D. Jorge	
1495.09.29	Testamento de D. João II nas Alcáçovas	
1495.10.07	Partida do rei para o Algarve; a rainha seguiria para Alcácer do Sal com o irmão D. Manuel	
1495.10.25	Morte de D. João II no Alvor	
1495.10.26	D. Manuel, duque de Beja e a rainha D. Leonor recebem a notícia da morte de D. João II em Alcácer do Sal	
1495.10.27	D. Manuel I proclamado rei em Alcácer do Sal	
1495.10.28	Instrumento público da aclamação de D. Manuel em Lisboa	
1495.10.28	Carta da rainha D. Leonor, de Alcácer do Sal, solicitando à câmara de Évora que não consinta que se faça mal aos judeus	
1495.11.00	Juramento de D. Manuel nas cortes de Montemor-o-Novo	
1496.04.26	Reabilitação por D. Manuel I de D. Jaime, duque de Bragança, exilado na corte dos Reis Católicos desde 1484	
1496.08.15		Morte em Arévalo da rainha D. Isabel, viúva de D. João II de Castela,

		mãe de Isabel a Católica
1496.10.18		Casamento de Filipe o Belo, duque da Borgonha, e Joana de Castela, filha dos Reis Católicos
1496.11.30		Contrato de casamento de D. Manuel com Isabel de Castela e Aragão, sua primeira mulher
1496.12.05	Carta régia de D. Manuel às câmaras municipais ordenando a expulsão dos judeus e mouros até Outubro do ano seguinte	
1496.12.19		Concessão a Fernando e Isabel, pelo papa Alexandre VI, do título de Reis Católicos
1496.12.31	Início das medidas de D. Manuel para evitar que os judeus saiam do reino	
1497	Início das obras de reforma do paço de Sintra, terminadas em 1510	
1497, Páscoa	D. Manuel retira os filhos menores aos judeus, para serem educados por cristãos. Entretanto, limitara as possibilidades de saírem do reino, restringindo o número de portos em que podiam embarcar, até o restringir unicamente a Lisboa	
1497.04.03		Casamento de Juan, príncipe herdeiro dos Reis Católicos, com Margarida de Áustria, irmã de Filipe o Belo
1497.04.00	Mês provável do baptismo dos judeus	
1497.05.13	Carta de D. Manuel ordenando que os judeus convertidos à fé cristã não fossem demandados por erros de fé durante vinte anos.	
1497.06.14		Assassinato de Giovanni Borgia, duque de Gândia, filho do papa Alexandre VI
1497.07.02	Partida da expedição de Vasco da Gama	
1497.08.11		Por intermédio de D.

		João Manoel, emissário de D. Manuel, os Reis Católicos fazem saber que a expulsão dos judeus deve ocorrer no mês de Setembro seguinte, e marcam encontro para Ceclavín para consumir o casamento
1497.10.01(?)	Desposório de D. Manuel I, com Isabel, filha dos Reis Católicos , e princesa de Portugal	
1497.10.04		Morte de João, filho dos Reis Católicos, em Salamanca
1498		Erasmus de Roterdão em Oxford
1498.03.29	Partida de D. Manuel I para Castela com a mulher, Isabel, deixando a rainha D. Leonor na regência	
1498.04.28		D. Manuel I e D. Isabel jurados herdeiros do trono de Castela na catedral de Toledo
1498.05.23		Execução de Savonarola na praça da Senhoria em Florença
1498.08.00	Fundação da Misericórdia de Lisboa pela rainha D. Leonor, então regente por ausência do irmão em Castela	
1498.08.17		César Bórgia renuncia ao cardinalato e é feito duque de Valentinois pelo rei de França, Luís XII
1498.08.23		Morte em Saragoça de Isabel, primeira mulher de D. Manuel I, ao dar à luz o príncipe Miguel da Paz
1498.09.08		Partida de D. Manuel I de Saragoça com destino a Portugal
1498.10.09	Chegada de D. Manuel a Lisboa	
1498.11.24		Nascimento em Lovaina de Leonor, primeira filha

		de Filipe o Belo e Joana a Louca. Seria a terceira mulher de D. Manuel I
1498.12.22	D. Manuel I ordena à câmara de Lisboa para nomear um procurador que assista ao juramento de D. Miguel da Paz como herdeiro	
1499.00.00		Ocupação de Milão pelos franceses
1499.00.00	Morte em Lisboa do primeiro marquês de Vila Real, D. Pedro de Menezes	
1499.08.29	Chegada de Vasco da Gama a Lisboa, depois da primeira viagem marítima à Índia	
1499.10.00	Trasladação do corpo de D. João II para a Batalha	
1499.12.07	Procissão inaugural da misericórdia de Évora, com a família real presente	
1500.02.24		Nascimento em Gand de Carlos, filho de Filipe o Belo e Joana a Louca, mais tarde Carlos I de Espanha e imperador Carlos V
1500.03.09	Partida da expedição de Pedro Álvares Cabral	
1500.04.23		Descoberta do Brasil por Pedro Álvares Cabral
1500.05.25	D. Jorge, filho bastardo de D. João II, recebe o título de duque de Coimbra, concedido por D. Manuel	
1500.05.31	Casamento de D. Jorge, duque de Coimbra, com D. Beatriz de Vilhena, filha de D. Álvaro de Portugal	
1500.05.31	D. Afonso, filho natural de D. Diogo duque de Viseu, nomeado condestável de Portugal	
1500.07.20		Morte em Granada de D. Miguel da Paz
1500.09.10		Contrato do casamento de D. Manuel I com D. Maria de Castela e Aragão
1500.09.11	Contrato do casamento do duque D. Jaime de Bragança com D. Leonor de Mendonça filha do duque de	

	Medina Sidónia	
1500.10.30	Segundo casamento de D. Manuel I, com D. Maria , filha dos Reis Católicos, em Alcácer do Sal	
1501.01.00	Casamento de Afonso, filho natural de Diogo duque de Viseu, com Joana de Noronha	
1502	Nomeação dos oficiais do hospital de Todos os Santos	
1502.06.07	Nascimento do futuro D. João III, em Lisboa, no paço da Alcáçova	
1502.06.09 (?)	Estreia de Gil Vicente como dramaturgo: representação no quarto da rainha D. Maria do “Monólogo do Vaqueiro”, para celebrar o nascimento do príncipe D. João	
1502.06.15	Batismo do futuro D. João III, primeiro filho de D. Manuel I e da rainha D. Maria	
1502, Agosto		Segunda guerra de Nápoles entre espanhóis e franceses
1502.08.15	D. João III jurado herdeiro nas cortes reunidas em Lisboa	
1502.12.25		Vitória de Gonzalo Fernández de Córdoba em Seminara, ganhando a segunda guerra de Nápoles
1503		Leonardo da Vinci começa a pintar a Gioconda
1503.01.06	Apresentação, no dia de Reis, do Auto dos Reis Magos de Gil Vicente, por encomenda da rainha D. Leonor	
1503.03.10		Nascimento de Fernando, filho de Joana e Filipe o Belo
1503.08.18		Morte do papa Alexandre VI
1503.09.22		Pio III papa
1503.10.18		Morte do papa Pio III
1503.10.24	Nascimento em Lisboa de Isabel, filha de D. Manuel e D. Maria . Seria mulher de Carlos V, e imperatriz	
1503.11.01		Júlio II eleito papa (Juliano della Rovere).

		César Bórgia cai em desgraça
1504	Conclusão das obras do hospital de Todos-os-Santos	
1504, Dia de Corpus Christi	Representação do Auto de S. Martinho de Gil Vicente, na igreja das Caldas, no quadro da procissão do Corpus Christi, por encomenda da rainha D. Leonor	
1504.10.00	Morte em Beja do condestável D. Afonso, filho natural de Diogo duque de Viseu	
1504.11.26		Morte de Isabel a Católica
1504.12.31	Nascimento de D. Beatriz, filha de D. Manuel I e D. Maria	
1505	D. Manuel fixou residência na Alcáçova de Lisboa a Joana de Trastâmara	
1505		Lutero entra para os Agostinhos
1505.10	Entrada da peste em Lisboa, por contágio de nau procedente de Itália. Durou até fins de Abril de 1507	
1505.10.19		Contrato de casamento de Fernando o Católico com Germana de Foix
1505.12.16	Impressão, a mando da rainha D. Leonor, dos <i>Autos dos Apóstolos</i> na oficina de Valentim Fernandes	
1506.03.03	Nascimento em Abrantes de D. Luís, filho de D. Manuel I e D. Maria	
1506.03.22		Consumação do casamento de Fernando de Aragão com Germana de Foix, em Dueñas
1506.04.19-21	Matança de cristãos-novos em Lisboa	
1506.04.26	Carta do rei à câmara de Lisboa a propósito da matança dos judeus	
1506.05.05	O rei convoca a câmara de Lisboa para vir a Setúbal	
1506.05.20		Morte de Cristóvão Colombo
1506.09.25		Morte de Filipe I de Espanha (Filipe o Belo).

1506.09.30	Morte da infanta D. Beatriz, mãe do rei D. Manuel, em Beja	
1507.01.14		Nascimento em Torquemada de Catarina, filha póstuma de Filipe o Belo e Joana a Louca. Viria a casar com D. João III
1507.03.20	Instruções de D. Manuel a Antão de Oliveira sobre o processo de testamentaria da infanta D. Beatriz sua mãe	
1508, noite de Endoenças	Representação a D. Manuel do <i>Auto da Alma</i> de Gil Vicente, em Lisboa, no paço da Ribeira, por encomenda da rainha D. Leonor	
1508.08.02	Levantamento dos castigos que o rei impusera a Lisboa pela matança dos judeus	
1509.05.14		Derrota da República de Veneza na batalha de Agnadello pelas forças da liga de Cambrai (papa Júlio II, Luís XII de França, imperador Maximiliano e Fernando de Aragão)
1509		Erasmus publica o <i>Elogio da Loucura</i>
1509.04.22		Henrique VIII rei de Inglaterra
1509.04.23	Nascimento em Évora de D. Afonso, filho de D. Manuel e D. Maria	
1509.06.03		Casamento de Henrique VIII, com Catarina, filha dos Reis Católicos, e viúva de Artur, seu irmão mais velho
1509.09.19		Morte em Roma de D. Jorge da Costa, cardeal Alpedrinha
1510	Conclusão das obras no Paço de Sintra	
1510	Início das obras do coro no convento de Cristo, em Tomar	
1510	Peste em Lisboa, grave sobretudo nos meses de Agosto e Setembro	
1510.11.25		Conquista de Goa por

		Afonso de Albuquerque
1511		Visita de Lutero a Roma como representante dos agostinhos
1511 (?)	Nascimento de Maria, filha de D. Manuel e D. Maria, morta em Évora em 1513, tendo sido inicialmente sepultada no Espinheiro	
1512.01.31	Nascimento de Henrique, filho de D. Manuel e D. Maria. Seria cardeal e rei de Portugal	
1512, Julho-Agosto		Anexação de Navarra por Fernando o Católico
1513		Balboa atinge o Oceano Pacífico
1513		Maquiavel escreve <i>O Príncipe</i>
1513.02.21		Morte do papa Júlio II
1513.03.11		Leão X papa. Filho de Lourenço de Médicis e Clarice Orsini
1513.12.00	Envio da embaixada de D. Manuel I ao papa Leão X	
1515.01.25		Francisco I rei de França
1515.05.24	Publicação, patrocinada pela rainha D. Leonor, do <i>Bosco Deleitoso</i> , na oficina de Hernão de Campos	
1515.06.16	O rei D. Manuel I recebeu a Rosa de Ouro do papa Leão X	
1515.09.07	Nascimento em Lisboa de Duarte, filho de D. Manuel e D. Maria	
1516		Tomás More publica a Utopia
1516.01.26		Morte de Fernando de Aragão em Madrigalejo
1516.09.09	Nascimento em Lisboa de António, último filho de D. Manuel e D. Maria	
1516.10.26	Crisma em Lisboa dos infantes D. Luís, D. António e D. Henrique	
1516.11.01	Morte de António, último filho de D. Manuel e D. Maria	
1517.03.07	Morte da rainha D. Maria , segunda mulher do rei D. Manuel I	
1517.04.07	D. Manuel faz testamento e determina que os Jerónimos sejam o novo panteão da dinastia	
1517.07.01	Elevação ao cardinalato de D.	

	Afonso, filho de D. Manuel e D. Maria, de oito anos de idade, por agência de D. Miguel da Silva, embaixador na Santa Sé. Só poderia usar o título aos 14	
1517.10.31		Lutero afixa as 95 teses contra a venda de indulgências na porta da igreja do castelo de Vitemberga
1517.11.00		Desembarque em Castela de Carlos I, proveniente da Flandres
1516.07.26	Testamento da rainha D. Maria	
1518.02.05		Carlos I jurado rei de Castela em Valladolid
1519.01.12		Morte do imperador Maximiliano
1519.05.02		Morte de Leonardo da Vinci
1519.06.28		Carlos I de Espanha eleito imperador, Carlos V
1518.11.24	Terceiro casamento de D. Manuel I, com D. Leonor, filha mais velha de Filipe o Belo e Joana a Louca	
1521.08.09	Partida para Sabóia de D. Beatriz, filha de D. Manuel I e D. Maria, ao encontro do duque seu noivo	
1521.12.01		Morte do papa Leão X
1521.12.13	Morte de D. Manuel I em Lisboa	
1521.12.19	Alevantamento em Lisboa de D. João III	
1522	Fome e carestia em todo o reino	
1522.01.09		Antigo mestre do imperador Carlos V eleito papa sob o nome de Adriano VI
1523	Damião de Góis secretário da feitoria portuguesa de Antuérpia	
1523.05.00	Partida para Castela de Leonor de Áustria, viúva de D. Manuel	
1523.09.14		Morte do papa Adriano VI
1523.11.19		Clemente VII papa; filho ilegítimo de Juliano de Médicis

1524.12.24	Morte de Vasco da Gama	
1525.02.00	Casamento de D. João III com D. Catarina, por palavras de presente, em Lisboa	
1525.10.17	Contrato de casamento da infanta D. Isabel, filha de D. Maria e D. Manuel, com o imperador Carlos V	
1525.11.17	Morte em Lisboa da rainha D. Leonor, viúva de D. João II	
1527.06.21		Morte de Maquiavel em Florença
1533		Ano em que Garcia de Resende escreveu a <i>Vida de D. João II</i>

Fontes manuscritas

Arquivo Distrital de Évora (ADE)

ADE, *Livro 3.º de Originais* (73), A infanta D. Beatriz escreve à cidade de Évora a propósito de gados que vinham pastar ao seu montado de Campo de Ourique, fl. 171 [1493.09.16, Beja].

Archivo General de Simancas (AGS)

AGS, CCA,CED,6,227,4, “Envio de médicos a Portugal para curar la reina”, 1503.12.20, Medina del Campo.

*faltam aqui as referencias de tudo o resto!

AGS, PTR,LEG,49,DOC.96. “Pleito homenaje del duque de Viseo y Beja a la reina católica, de permanecer en Castilla segun lo estipulado en las capitulaciones con Portugal”. 1482.03.19 [Medina].

AGS, PTR,LEG,50,DOC.22. “ Bula de Alejandro VI dispensando a los hijos e hijas de los Reyes Católicos para que pudieran contraer matrimonio con sus parientes dentro del segundo grado”. 1493.06.26.

AGS, PTR,LEG,54,DOC.124. “Carta del Doctor Puebla a los Reyes Católicos sobre la boda concertada entre la Infanta María con Manuel I de Portugal”, 1499/1500.

AGS, RGS,Leg,1149903,6, “Carta de horro a favor de Francisca de Albornoz, esclava”. 1499.03.03, Ocaña.

AGS, RGS,LEG,149903,7. “Carta de horro a favor de Isabel de Zaragoza, esclava che fu de la princesa doña Isabel Reina de Portugal, concedida ahora por sus SS. AA. como testamentarios que son de la dicha princesa”. 1499.03.05, Ocaña

AGS, RGS,LEG,149905,16. “Carta de horro a favor de Inés Sanchez”. 1499.05.20, Madrid.

AGS, RGS,LEG,149905,17. “Carta de horro a favor de Catalina de Quintanilla”. 1499.05.20, Madrid.

AGS, RGS,LEG,149905,18. “Carta de horro a favor de Isabel Sanchez de Santa Fé, esclava che fue de la princesa doña Isabel, reina de Portugal, la qual le conceden SS.AA en cumplimiento de los dispuesto por la dicha princesa, cuyos testamentarios son”. 1499.05.20, Madrid.

AGS, RGS,LEG,149909,13. “Carta de horro a favor de Luis Sánchez”. 1499.09.05, Granada.

AGS, RGS,LEG,149909,14. “Carta de horro a favor de Catalina la Parda”. 1499.09.05, Granada.

AGS, RGS,LEG,149909,15. “Carta de horro a favor de Maria Sánchez”. 1499.09.05, Granada.

AGS, RGS,LEG,149909,16. “Carta de horro a favor de Juan Ramos, esclavo que fue de la princesa”. 1499.09.05, Granada.

Biblioteca Nacional da Ajuda (BA)

BA, Codex 51-V-69.

BA, cod. 50-V-15, “Do casamento e morte desastrada do príncipe D. Afonso”, fl. 36-38.

Biblioteca Nacional de Portugal (BNP)

BNP, cod. 11001(2), Acenheiro, Cristóvão Rodrigues, *Abreviação da Coronica del Rei D. Manoel Iº (1535)*.

BNP, cod. 7638, “Carta que e rei D. Fernando e a Rainha dona Isabel de Castela enviaram a el rei d. João o 2º sobre a ida da princesa depois do falecimento do príncipe D. Afonso seu marido, fl. 22v-23v.

BNP, cod. 7638, “Instrução que el-Rey dom Manuel estando em Çaragoça a dom Rodrigo de Castro e a dom Anrique Coutinho que mandou por ambayxadores a Roma para o papa Alexandre”, fls. 40r-44r.

BNP, cod. 7638, “Das mulheres que houve o rei dom Manuel deste nome e do tempo em que foy alevantado por rey de Portugal”, fl. 37v-39v.

BNP, cod. 411, “Memoria dos embaixadores e ministros enviados por D. Manuel a diversas cortes da Europa e dos que estas lhe mandaram”, fl. 1-10.

BNP, cod. 375, “Breve sumario per epistola enviado da vida e estado del Rey D. Manuel o primeiro do nome em Portugal” in Galvão, Duarte; Pina, Rui, *Chronicas dos Reys de Portugal Dom Afonso Henriquez, D. Sancho I, D. Afonso I, D. Afonso III, D. Diniz, D. Afonso IV, e D. Pedro*, fl. 519-534v.

Biblioteca Pública de Évora

BPE, Cod. CIII/2-20.

Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo

IAN/TT, *Corpo Cronológico*

1500.09.24. Cópia de uns autos sobre os mantimentos que havia de pôr prontos o almotacel-mor para a vinda da rainha para a vila do Torrão. PT/TT/CC/2/3/30.

1505.02.10. Alvará da rainha D. Maria para se levar em conta ao tesoureiro Luís de Góis 18 côvados de pano de ruão azul. PT/TT/CC/2/9/47

1505.10.06. Mandado da rainha para o tesoureiro Luís de Góis mandar comprar certos côvados de veludo de estamemha e pano negro de Valença, que importou em 17.140 réis. PT/TT/CC/2/10/45.

1506.04.16. Alvará da rainha D. Maria para se levar em conta certa despesa ao tesoureiro Luís de Góis. PT/TT/CC/2/11/12.

1506.08.05. Alvará da rainha para se levar em conta ao tesoureiro Luís de Góis todas as coisas nele nomeadas para serviço da dita senhora. PT/TT/CC/2/11/75

1506.11.06. Alvará da rainha D. Maria para o tesoureiro Luís de Góis dar a Duarte Rodrigues, moço da câmara, 20 côvados de lemiste, 15 côvados de escarlata roxo e 37 côvados e meio de damasco branco. PT/TT/CC/2/11/172.

1506.12.04. Mandado da rainha por que ordena a Luís de Góis, tesoureiro do rei, que entregue a Aldonça Soares, sua camareira, o conteúdo neste mandado. PT/TT/CC/2/12/8.

1507.01.02, Tomar. Mandado por que a rainha ordena a Luís de Góis, tesoureiro do rei, que dê a Aldonça Soares, sua camareira, as parcelas nele contidas. PT/TT/CC/2/12/35.

1507.01.21, Tomar. Mandado por que a rainha ordena a Luís de Góis, tesoureiro do rei, que dê a Aldonça Soares, sua camareira, as parcelas nele contidas. PT/TT/CC/2/12/67.

1507.02.06, Tomar. Mandado por que a rainha ordena a Luís de Góis, tesoureiro do rei, que dê a Aldonça Soares, sua camareira, as parcelas nele contidas. PT/TT/CC/2/12/92.

1507.03.06, Tomar. Decreto da rainha para se pagar a Duarte Rodrigues, seu moço de câmara, certas parcelas. PT/TT/CC/2/12/116.

1507.03.06, Tomar. Mandado da rainha por que ordena a Luís de Góis, tesoureiro do rei, que dê a Aldonça Soares, camareira da dita senhora, as parcelas contidas neste mandado. PT/TT/CC/2/12/117.

1507.04.02, Tomar. Mandado por que a rainha ordena a Luís de Góis, tesoureiro do rei, que dê a Aldonça Soares, camareira da dita senhora, as parcelas nele contidas. PT/TT/CC/2/12/134.

1507.04.02, Tomar. Mandado da rainha por que ordena a Luís de Góis, tesoureiro do rei, que dê a Aldonça Soares, camareira da dita senhora, as parcelas nela mencionadas. PT/TT/CC/2/12/133.

1507.04.20, Abrantes. Mandado da rainha para que Luís de Góis, tesoureiro do rei, entregue a Aldonça Soares, camareira da dita senhora, as parcelas nele mencionadas. PT/TT/CC/2/12/144.

1507.05.17, Abrantes. Mandado por que a rainha ordena a Luís de Góis, tesoureiro do rei, que dê a Aldonça Soares, sua camareira, 14 côvados de chamalote branco de preço de 210 reais o côvado. PT/TT/CC/2/12/166.

1507.05.29, Abrantes. Mandado por que a rainha ordena aos contadores do rei levem em conta ao tesoureiro Luís de Góis as parcelas nele declaradas, por as ter entregue a Aldonça Soares, camareira da dita senhora. PT/TT/CC/2/12/181.

1507.06.09, Abrantes. Alvará da rainha para o tesoureiro Luís de Góis entregar a Aldonça Soares, camareira-mor, as coisas nele declaradas. PT/TT/CC/2/13/7.

1507.06.16, Abrantes. Alvará da rainha para o tesoureiro Luís de Góis dar a Aldonça Soares, sua camareira-mor, o que nele consta. PT/TT/CC/2/13/15.

1507.07.03, Abrantes. Alvará da rainha para o tesoureiro Luís de Góis entregar as coisas nele contidas a Aldonça Soares, sua camareira, incluindo vários elementos de umas andas. PT/TT/CC/2/13/31.

1507.07.22, Abrantes. Alvará da rainha para o tesoureiro Luís de Góis entregar as coisas nele contidas à sua camareira Aldonça Soares. PT/TT/CC/2/13/40.

1507.10.05, Abrantes. Alvará da rainha para o tesoureiro Luís de Góis dar a Aldonça Soares, sua camareira, o que nele consta. PT/TT/CC/2/13/93.

1507.10.23, Almeirim. Alvará da rainha para o tesoureiro Luís de Góis dar a Aldonça Soares, sua camareira, o que nele consta. PT/TT/CC/2/13/103.

1507.11.17, Almeirim. Alvará da rainha para o tesoureiro Luís de Góis entregar a Aldonça Soares, sua camareira, o que nele consta. PT/TT/CC/2/13/118.

1508.01.20, Almeirim. Carta de padrão de rei pelo qual faz mercê à rainha sua mulher de 200 arrobas de açúcar de tença na alfândega da ilha da Madeira a partir de Janeiro desse ano. PT/TT/CC/2/14/13.

1508.10.16, Évora. Mandado de D. Pedro de Castro em que ordena que Álvaro Velho entregue a Lourenço Gonçalves três bordos para os escabelos da rainha. PT/TT/CC/2/15/85.

1510.08.25. Conhecimento de João Fernandes do Arco em como recebeu de João Adão, almoxarife dos quartos da ilha da Madeira, 200 arrobas de açúcar para a reposte da rainha. PT/TT/CC/2/23/67.

1510.10.07. Mandado de Afonso de Albuquerque, capitão-mor, a Diogo Pereira, feitor de Cochim, dar a Gonçalo Afonso Mialheiro duas peças de beatilhas para as escravas da rainha. PT/TT/CC/2/23/172.

1510.10.11. Mandado do capitão-mor Afonso de Albuquerque a João Flores, almoxarife dos mantimentos de Cochim, pagar a Gonçalo Afonso Mialheiro certo mantimento para 24 escravas que vão para a rainha enquanto estiverem na mesma Fortaleza de Cochim. PT/TT/CC/2/23/187.

1510.10.13. Mandado do capitão-mor Afonso de Albuquerque a Diogo Pereira dar 2 peças de beatilhas a cada mulher que manda à rainha. PT/TT/CC/2/23/197.

1511.07.13, Lisboa. Alvará de D. Manuel I para que o recebedor da Casa das Especiarias entregue a quem a rainha D. Maria mandar uma arroba de canela, meia arroba de cravo, uma arroba de gengibre, meia arroba de noz moscada e um quintal de seda da melhor. PT/TT/CC/1/10/61.

1511.08.01, Alvará para o recebedor da Casa da Índia entregar à rainha D. Maria todo o âmbar e aljôfar que tinha vindo ultimamente da Índia. PT/TT/CC/1/10/75

1512.01.27 Carta em que Bartolomeu de Mendanha dá parte ao rei da resposta que o papa deu às cartas do dito senhor e da rainha, em que pediam um capelo para o bispo da Guarda. PT/TT/CC/1/10/166 (publ. em Rebello, Corpo Diplomático, I, 141-146).

1512.06.02, Lisboa. Alvará de D. Manuel I para o tesoureiro da Casa da Índia entregar a quem a rainha D. Maria ordenar as especiarias nela declaradas. PT/TT/CC/1/11/92.

1512.07.08. Ordem de Miguel de Cabreiras para se dar a Cristóvão de Rosales três quartos de canela para a copa da rainha D. Maria. PT/TT/CC/2/33/104.

1512.10.14, Lisboa. Alvará de D. Manuel I por que mandou levar em conta ao tesoureiro da Casa da Índia 2 arrobas de malagueta, 14 arrobas de sândalos brancos e 5 onças de aljôfar que entregou à rainha D. Maria. PT/TT/CC/1/12/17.

1513.06.22, Lisboa. Mandado de D. Manuel I para se dar à rainha, sua mulher, âmbar, panos, porcelanas e outros gêneros então chegados nas naus da Índia. PT/TT/CC/1/13/10.

1513.09.13 Carta de Gaspar de Teive a Estêvão Gago de Andrade, sobre as melhoras da rainha. PT/TT/CC/1/13/55.

1513.10.12, Lisboa. Alvará de D. Manuel I para se levar em conta ao tesoureiro da especiaria da Casa da Índia 33 arráteis de gengibre em conserva, que deu à rainha D. Maria. PT/TT/CC/1/13/68.

1513.12.24, Cananor. Ordem de Afonso de Albuquerque para Lopo Álvares, almoxarife do armazém de Cananor, dar para a factura de dois camarotes nas naus Piedade e São Cristóvão, um para os embaixadores do rei de Calecut e outro para as mulheres que vão à rainha nossa senhora 80 tábuas e 20 pregos. PT/TT/CC/2/43/208.

1514.03.17 Mandado para Afonso Monteiro pagar a Filipe de Barreira, jardineiro da rainha, o seu salário a 30 réis por dia. PT/TT/CC/2/45/167.

1514.05.12 Provisão de D. Manuel I por que mandou o seu tesoureiro dar a Francisco de Medina, cozinheiro-mor da rainha, 4.000 réis de mercê. PT/TT/CC/2/47/71.

1514.05.14, Mandado de Tomé Lopes para o almoxarife das obras das casas da Guiné pagar a Filipe de Barreira, jardineiro da rainha, 1.830 réis de seu soldo. PT/TT/CC/2/47/93.

1514.05.28 Alvará de D. Manuel I para se dar a Aldonça Soares, camareira da rainha, 40.000 réis à conta de certa porção de pimenta que se lhe comprou. PT/TT/CC/1/15/50.

1514.06.12, Lisboa. Alvará de D. Manuel I para Rui Leite, recebedor do tesouro, entregar à rainha D. Maria tudo o que lhe pedir por seus alvarás. PT/TT/CC/1/15/57.

1514.12.05. Carta de Afonso de Albuquerque dando parte à rainha da carga das naus da Índia daquele ano, e remeter para a infanta D. Isabel duas meninas e outras coisas para o príncipe que lhe haviam dado, porque de sua fazenda não tinha outro cabedal mais do que a diligência do real serviço. PT/TT/CC/2/53/98

1514.12.22. Mandado de Afonso de Albuquerque para o almoxarife dos mantimentos de Cochim, dar às mulheres que estavam para vir para a rainha 4 fardos de arroz. PT/TT/CC/2/53/162.

1515.03.29, Lisboa. Cópia de uma carta da rainha de Portugal para o cardeal de Castela, sobre o processo da Inquisição relativo a Luís Garcia. PT/TT/CC/2/55/200

1515.07.28 Alvará de D. Manuel para se dar a D. Maria Coutinho, donzela da rainha D. Maria, 10.000 réis. PT/TT/CC/1/18/47.

1515.08.27, Lisboa. Mandado de D. Pedro de Castro para o almoxarife do reguengo de Algés dar a Filipe Barreira, jardineiro da rainha, 1 moio de cevada para a comida dos pássaros e coelhos que andam no dito jardim. PT/TT/CC/2/60/25.

1516.02.18, Almeirim. Mandado do barão de Alvito, para os contadores levarem em conta a Jorge de Oliveira, 36 côvados e meio de Arbim que deu para os lutos da rainha. PT/TT/CC/2/63/126.

1516.04.01, Almeirim Alvará para se dar à rainha D. Maria 2.060.000 réis de seu assentamento. PT/TT/CC/1/20/1.

1516.04.11, Almeirim. Alvará da rainha para os contadores levarem em conta a Sebastião de Vargas, tesoureiro da Casa da Mina, 12 peças de cambraia, 8 peças de olandilhas, e várias coisas mais contidas no dito alvará, entre as quais agulhas e alfinetes, tudo encomendado na Flandres. PT/TT/CC/2/64/26.

1517.01.02, Lisboa. Alvará da rainha por que mandou ao tesoureiro de D. Manuel I desse a Aldonça Soares, sua camareira, 2 colchas. PT/TT/CC/2/68/8.

1517.07.13 Carta de D. Miguel da Silva dando o seu pesar ao secretário de Estado pela morte da rainha; com a notícia da mercê que o papa lhe fizera e dos cardeais que tinha eleito. PT/TT/CC/1/22/30.

1517.11.14 Certidão que passou João Fernandes sobre a avaliação de certos trastes que se compraram, na Flandres, para a rainha D. Maria, defunta. PT/TT/CC/1/22/117.

1517.11.23 Ordem para que os contadores da Casa do Rei levassem em conta, a Sebastião de Vargas, as coisas contidas no rol que vai junto, que tinham vindo da Flandres para a defunta rainha D. Maria. PT/TT/CC/2/72/93.

IANTT – Chancelarias

1498.06.28 A Lopo Gonçalves, porteiro da câmara da Rainha, mercê de casas que são em Lisboa, na Mouraria. Chancelaria de D. Manuel I, liv. 31, fl. 18.

1498.11.29 Mercê do ofício de escrivão das terras da Rainha a Rui Fernandez. Chancelaria de D. Manuel I, liv. 31, fl. 134v.

1499.01.17 A D. Isabel de Sousa, que foi aia e camareira-mor da rainha, tença anual, desde primeiro de Janeiro de 1499, de 100 mil reais brancos, em atenção aos serviços prestados. Chancelaria de D. Manuel I, liv. 41, fl. 75.

1499.12.20 Ao doutor Martim Pinheiro, do desembargo régio e corregedor dos feitos, mercê do ofício de ouvidor nas terras que foram da Rainha D. Isabel (que foi mulher do monarca D. Manuel), com os poderes e jurisdição que têm os ouvidores nas terras da Rainha, irmã de D. Manuel. Chancelaria de D. Manuel I, liv. 14, fl. 86.

1500.12.15 Assentamento da rainha D. Maria. Chancelaria de D. Manuel I, liv. 13, fl. 57.

1501.03.26 Mercê de 100 arrobas de açúcar em cada ano, concedidos no almoxarifado da Ilha da Madeira à rainha D. Maria. Chancelaria de D. Manuel I, liv. 38, fl. 84v.

1504.01.02 À rainha D. Maria para ajuda de seu assentamento e governo de sua casa, dois contos de reais em cada um ano, desde Janeiro dessa presente era. Chancelaria de D. Manuel I, liv. 21, fl. 31v.

1507.08.03 Ao povo de Ponte de Lima e a algumas pessoas particulares compreendidas na queima de duas pinaças carregadas de pão, mercê pela qual el-rei lhes tornava, para comprazer a Rainha sua mulher, que o por eles pediu, todos os privilégios, liberdades e franquezas lhes tinha dados e outorgados e lhos quebrantara, como o privilégio das dizimas, e outros de qualquer qualidade e género que fossem, enquanto sua mercê fosse, o que até então se cumpria. Chancelaria de D. Manuel I, liv. 38, fl. 55.

1510.05.18 A Domingos Guedes, cavaleiro da Casa d'el-Rei, quitação do que recebeu em Castela, pelo bispo de Calaforra, dos casamentos da rainha princesa, falecida e da rainha D. Maria: 6 contos 543. Chancelaria de D. Manuel I, liv. 41, fl. 7v.

1515.12.15 À rainha sobre todas muito amada, por ser ter extraviado o diploma primitivo, é outorgado que a partir de Janeiro de 1516 lhe sejam atribuídos 2 contos e sessenta mil reais. Chancelaria de D. Manuel I, liv. 25, fl. 42.

1516.11.24 À rainha sobre todas muito amada, para ajuda das despesas de sua Casa, aumento de 500. Chancelaria de D. Manuel I, liv. 25, fl. 41v.

IAN/TT – Gavetas³⁸⁴

- 1480.03.06, Toledo. Gaveta XVIII, 11-2 — Capitulação feita entre el-rei D. Fernando de Castela e el-rei D. Afonso V de Portugal, a respeito do casamento de D. Afonso, filho maior do príncipe D. João, com a infanta D. Isabel de Castela. Também no Livro 41 da Reforma das Gavetas, caixa 27.
- 1491.08.28, Santarém. Gavetas XIV, 8-8 — Carta do ofício de almoxarife de Torres Vedras a Gomes Dias, dada pela princesa D. Isabel. Também no Livro 26 da Reforma das Gavetas, caixa, 16, fl. 165-166.
- 1491.08.29, Santarém. Gavetas XIV, 8-8 — Carta da princesa D. Isabel, pela qual fez mercê a Gomes Dias do ofício de almoxarife de Torres Vedras. Também no Livro 26 da Reforma das Gavetas, caixa 16, fl. 165-166.
- 1491.09.07, Santarém. Gaveta XV, 6-6 — Mercê dada por D. Isabel, princesa de Portugal, a João Álvares, carpinteiro, morador em Torres Vedras.
- 1491.09.07, Santarém. Gaveta XV, 15-25 — Confirmação do ofício de escrivão do Hospital da Gafaria de Torres Vedras, a Afonso Pires. Livro 30 da Reforma das Gavetas, caixa 18.
- 1491.09.07, Santarém. Gaveta XV, 24-8 — Carta de mercê de escrivão do Almoxarifado de Torres Vedras dada a Fernão Gil, escudeiro.
- 1491.09.07, [Santarém]. Gaveta XV, 5-21 — Carta do ofício de tabelião de Torres Vedras, dada pela rainha D. Isabel a Rui Fernandes.
- 1491.09.07, Santarém. Gaveta. XV, 2-5 — Carta da infanta D. Isabel da mercê de tabelião de Torres Vedras a Afonso Pires. Livro 27 da Reforma das Gavetas, caixa 16, fl. 158-158v. Livro 27 da Reforma das Gavetas, caixa 16.
- 1491.09.09, [Santarém]. Gaveta XV, 8-9 — Carta da rainha D. Isabel pela qual fez mercê a Vasco Eanes de procurador do Número na vila de Torres Vedras.
- 1493.05.04, Roma. Gaveta X, 11-16 — Bula (cópia da) do Papa Alexandre VI, *Inter Caetera Divinae Majestati*, pela qual concedeu a el-rei D. Fernando de Castela e a Rainha Católica, D. Isabel, todas as ilhas e terra firme descobertas e por descobrir, desde Setentrião até o Meio Dia, tirada por uma linha desde o Pólo Norte ao Pólo Sul, a cem léguas das ilhas dos Açores e Cabo Verde.
- 1494.11.20, Madrid. Gaveta XV, 19-49 — Carta de D. Isabel, princesa de Portugal, pela qual fazia mercê a Pêro Delgado de escrivão da Almotaxaria da vila de Torres Vedras. Também no Livro 31 da Reforma das Gavetas, caixa, 19, p 247-247v.
- 1498.11.29, Lisboa. Gaveta XV, 5-22 — Carta (traslado da) de el-rei D. Manuel pela qual confirmou outra da rainha D. Isabel, sua mulher, pela qual ela fizera mercê a Rui Fernandes da propriedade do ofício de escrivão de suas terras.
- 1500.12.14, Lisboa. Gaveta XVII, 8-18 — Doação de el-rei D. Manuel feita à rainha D. Maria, sua mulher, da cidade de Viseu e de Torres Vedras. Livro 37 da Reforma das Gavetas, caixa 24, fl. 269-269v.
- 1502.01.01, Paço. Gaveta XIX, 1-2 — Doação do padroado da igreja de S. Pedro

³⁸⁴ Referenciam-se aqui apenas os documentos não publicados.

- de Lordoza à rainha D. Maria. Livro 42 da Reforma das Gavetas, caixa 28, fl. 1v-4v.
- 1502.01.04, sem lugar. Gaveta XIX, 1-11 — Doação a el-rei do padroado da igreja de Cota, feita no lugar do Sonho. Livro 42 da Reforma das Gavetas, caixa 28, fl. 13v-17v.
- 1502.12.31. Oliveira do Fundo. Gaveta XIX, 2-24— Doação feita pelos padroeiros da igreja de Bodiosa, termo de Viseu, à rainha D. Maria. Livro 42 da Reforma das Gavetas, caixa 28, fl. 65v-67.
- 1502.12.31, Casal de Gouvim. Gaveta XIX, 6-35 — Doação feita à rainha do padroado da igreja de Santa Maria de Ribafeita, do bispado de Viseu, pelos respectivos padroeiros. Livro 43 da Reforma das Gavetas, caixa 28, fl. 238-241.

Fontes impressas

Acenheiro, Cristóvão Rodrigues, “Crónicas dos Senhores Reis de Portugal”, *Colecção de Inéditos da Historia Portugueza publicados de ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, 2ª ed., Tomo V, Lisboa, Imprensa Nacional, 1936.

Andrada, Francisco de, *Crónica de D. João III*, ed. M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão, 1976.

Anglería, Pedro Mártir de, *Epistolario*, vol. IX, <http://saavedrafajardo.um.es/WEB/archivos/LIBROS/0461.pdf>, consultado em 15 de Junho de 2009.

Anglería, Pedro Mártir de, *Epistolario*, vol. X, <http://saavedrafajardo.um.es/WEB/archivos/LIBROS/0463.pdf>, consultado em 18 de Junho de 2009.

Anglería, Pedro Mártir de, *Epistolario*, vol. XI, <http://saavedrafajardo.um.es/WEB/archivos/LIBROS/0462.pdf>, consultado em 18 de Junho de 2009.

Armas, D. Duarte de, *Livro das Fortalezas*, introd. Manuel da Silva Castelo-Branco, 3ª ed., Lisboa, ANTT-Edições Inapa, 2006.

Covarrubias Orozco, Sebastián de, *El Tesoro de la Língua Castellana o Española* (Madrid, 1611), ed. Felipe C. R. Maldonado, rev. Manuel Camarero, Madrid, Editorial Castalia, 1994.

Gavetas (As) da Torre do Tombo, ed. digital de Miguel Jasmins Rodrigues, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, s.d..

Barros, João de, *Ásia: dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*, ed. António Baião, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932, 1ª década.

Belém, Frei Jerónimo de, *Chronica Seráfica etc.. parte terceira, em que se trata da fundação, e progressos do real mosteiro da madre de deus de Xabregas, com as vidas de seus régios fundadores, a senhora D. Leonor, mulher do senhor D. João o II, e o*

nosso patrono, o Sereníssimo rei D. João III, parte III, Lisboa, Mosteiro de S. Vicente de Fora, 1755.

Bello León, Juan Manuel, Hernández Perez, Beatriz, “Una embajada inglesa a la corte de los Reyes Católicos y su descripción en el “Diario” de Roger Machado. Año 1489”, *En la España Medieval*, 26, 2003, pp. 167-202.

Bernáldez, Andrés, *Historia de los Reyes Católicos D. Fernando y Doña Isabel* escrita por el Bachiller Andrés Bernáldez, cura que fué de la villa de los Palacios, y Capellan de D. Diogo Deza, Arzobispo de Sevilla, 2 tomos, Sevilla, Imprenta que fué de D. José María Geofrin, 1870. <http://www.archive.org/details/historiadelosrey00bern>, consultado em 30 de Outubro de 2010.

Burchard, John, *The diary of John Burchard of Strasburg, Bishop of Orta and Civita Castellana. Pontifical master of ceremonies to their Holinesses, Sixtus P. P. IV.; Innocent P. P. VIII.; Alexander, P. P. VI.; Pius, P. P. III.; and Julius P. P. II.; A.D. 1483-1506*, edited by Arnold Harris Mathew, London, Francis Griffiths, 1910, <http://www.archive.org/details/diaryofjohnburch01burc>, consultado em 7 de Setembro de 2011.

Burchard, John, *Pope Alexander VI and His Court, extracts from the Latin Diary of Johannes Burchardus*, ed. by Dr. F. L. Glaser, New York, 1921, <http://www.archive.org/details/popealexandervih00burcuoft>, consultado em 28 de Outubro de 2011.

Cancioneiro Geral de Garcia de Resende, ed. Aida Fernanda Dias, 6 vols., Lisboa, INCM, 1990.

Cartas de Afonso de Albuquerque, seguidas de documentos que as elucidam, ed. Raymundo A. de Bulhão Pato, 7 vols., Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1884-1935.

Chaves, Álvaro Lopes de, *Livro de Apontamentos (1438-1489)*, ed. Anastácia Mestrinho Salgado e Abílio José Salgado, Lisboa, INCM, 1984.

Commynes, Philippe de, *Mémoires*, ed. Joseph Calmette, 3 vols., Paris, Librairie Ancienne Honoré Champion, 1924.

Corpo Diplomatico Portuguez contendo os Actos e Relações Politicas e Diplomáticas de Portugal com as Diversas Potencias do Mundo desde o século XVI até aos nossos dias, ed. Luiz Augusto Rebello da Silva, tomo I, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1862.

Correia, Gaspar, *Crónicas de D. Manuel e de D. João III (até 1533)*, ed. José Pereira da Costa, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1992.

Correia, Gaspar, *Crónicas dos Reis de Portugal e Sumários de suas Vidas (D. Pedro I, D. Fernando, D. João I, D. Duarte, D. Afonso V, D. João II)*, ed. José Pereira da Costa, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1996.

Correia, Gaspar, *Lendas da Índia*, ed. M. Lopes de Almeida, 4 vols., Porto, Lello & Irmão, 1975.

Cortes Portuguesas. Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1498), ed. de João José Alves Dias, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2002.

Cortes Portuguesas. Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1499), ed. de João José Alves Dias, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2001.

Cuentas de Gonzalo de Baeza tesorero de Isabel la Católica, ed. Antonio de la Torre y E. A. de la Torre, 2 vols., Madrid, CSIC, 1955.

Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos, ed. Antonio de la Torre y Luis Suarez Fernandez, 3 vols., Valladolid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1958-1963.

Documentos sobre relaciones internacionales de los Reyes Católicos, ed. António de la Torre, 6 vols., Barcelona, CSIC, 1950-1966.

Freire, Anselmo Braamcamp, “Inventário da infanta D. Beatriz 1507”, *Arquivo Historico Português*, vol. IX, Lisboa, 1914, p. 64-110.

Góis, Damião de, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, 4 vols., Coimbra, por ordem da Universidade, 1949-1955.

Góis, Damião de, *Crónica do Príncipe D. João de Damião de Góis*, ed. Graça Almeida Rodrigues, Lisboa, Universidade Nova, 1977.

Itinerários de El-Rei D. João II (1481-1495), ed. Joaquim Veríssimo Serrão, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1993.

Marineo Sículo, Lúcio, *De las cosas memorables de España*, Alcalá de Henares, en casa de Juan de Brocar, 1539. <http://hdl.handle.net/10357/405>, consultado em 26 de Outubro de 2010.

Masser, Lunardo, “Lunardo Masser’s Description of Portugal (1504-6)”, in D. S. Chambers, “Venetian Perceptions of Portugal, c. 1500”, *Cultural Links between Portugal and Italy in the Renaissance*, ed. by K. J. P. Lowe, Oxford, Oxford University Press, pp. 37-43.

Memorial (El) Portugues de 1494. Una alternativa al Tratado de Tordesillas, ed. Istvan Szaszdi Leon-Borja e Katalin Klimes-Szmik, Madrid, Testimonio Compañia Editorial, 1994.

Munzer, Jerónimo, “Relacion del viaje” (1494-1495), *Viajes de Extrangeros por España y Portugal desde los tiempos más remotos hasta fines del siglo XVI*, ed. de Garcia Mercadal, Madrid, Aguilar, 1952, pp. 328-417.

Osório, Jerónimo, *Da vida e feitos de El-Rei D. Manuel*, 2 vols., Porto, Livraria Civilização, 1944.

Oviedo y Valdès, Gonzalo Fernández de; Escudero de la Peña, José Maria, *Libro de la Cámara Real del Príncipe don Juan y offiçios de su casa e serviço ordinario*, Madrid, Sociedad de Bibliófilos Españoles, 1870.

Palencia, Alfonso de, *Cuarta Década*, trad. de José López de Toro, in “Archivo Documental Español”, tomo XXV, Madrid, Real Academia de la História, 1974.

Pizan, Christine de, *O Livro das Tres Vertudes a Insinança das Damas*, ed. Maria de Lourdes Crispim, Lisboa, Caminho, 2002.

Pulgar, Fernando del, *Crónica de los Reyes Católicos*, ed. Juan Mata Carriazo, 2 vols., Madrid, Martial Pons, 2008.

Ramalho, Américo da Costa, *Latim Renascentista em Portugal*, 2ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian - Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1994.

Relações de Pero de Alcáçova Carneiro Conde da Idanha do tempo em que ele e seu pai, António Carneiro, serviram de secretários (1515 a 1568), revistas e anotadas por Ernesto Campos de Andrada, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1937.

Resende, Garcia de, “A entrada del rey Dom Manoel em Castella”, in *Crónica de D. João II e Miscelânea*, Lisboa, INCM, 1973, pp. 297-318.

Resende, Garcia de, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, Lisboa, INCM, 1973.

Sanuto, Marino, *I Diarii di Marino Sanuto*, 59 vols., Veneza, Stabilimento Visentini av. Federico, 1879-1903.

Sículo, Cataldo Parísio, *Duas Orações*, ed. M. Margarida Brandão da Silva e Américo da Costa Ramalho, Coimbra, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 1974.

Sousa, D. António Caetano de, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, ed. revista por M. Lopes de Almeida e César Pegado, tomos I a V, Coimbra, Atlântida, 1947-1950.

Sousa, Frei Luís de, *Anais de D. João III*, 2ª ed., Lisboa, Sá da Costa, 1951.

Testamento y codicilo de Isabel I de Castilla, llamada la Católica, <http://www.ub.edu/duoda/diferencia/html/es/primario16.html>, consultado em 29 de Julho de 2011.

Zurita, Jerónimo, *Anales de Aragón*, ed. de Ángel Canellas López. Edición electrónica de José Javier Iso (coord.), María Isabel Yague y Pilar Rivero, 2003. <http://ifc.dpz.es/publicaciones/ver/id/2448>, consultado em 26 de Outubro de 2010.

Zurita, Jerónimo, *Historia del rey Don Fernando el Católico. De las empresas, y ligas de Italia, compuesta por Jerónimo Zurita cronista del reino de Aragón 1580*, ed. Electrónica de José Javier Iso (coord.), Pilar Rivero y Julián Pelegrín, 2005. <http://ifc.dpz.es/publicaciones/ver/id/2423>, consultado em 26 de Outubro de 2010.

Estudos

Aram, Bethany (2005), *Juana the Mad. Sovereignty & Dynasty in Renaissance Europe*, Baltimore, The Johns Hopkins University Press.

Araújo, Ana Cristina (2004), “Cultos da realeza e cerimoniais de Estado no tempo de D. Manuel I”, *III Congresso Histórico de Guimarães D. Manuel e a sua Época, 24 a 27 de Outubro de 2001. Actas*, vol. IV, Guimarães, Câmara Municipal, pp. 73-94.

Azcona, Tarcisio (2004), *Isabel la Católica. Vida y reinado*, Madrid, La Esfera de los Libros.

Azcona, Tarcisio (2007), *Juana de Castilla, mal llamada La Beltraneja. Vida de la hija de Enrique IV de Castilla y su exilio en Portugal 1462-1530*, Madrid, La Esfera de los Libros.

Batoréo, Manuel (2004), *Pintura Portuguesa do Renascimento. O Mestre da Lourinhã*, Lisboa, Caleidoscópio.

Baudrillard, Jean (1994), “The system of collecting”, *The Cultures of Collecting*, ed. by John Elsner and Roger Cardinal, Cambridge Mass., Harvard University Press, pp. 7-24.

Beceiro Pita, Isabel (2011), “Las reinas luso-castellanas del siglo XV y sus funciones como mecenas y educadoras”, comunicação apresentada no Seminário *Biografias de Rainhas. Métodos, problemas, perspectivas*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 11 de Outubro de 2011.

Belenguer, Ernst (2004), “Isabel la Católica vista por Jerónimo Zurita”, Valdéon Baroque, Julio, ed., *Visión del Reinado de Isabel la Católica*, Valladolid, Ámbito, pp. 95-127.

Bell, Aubrey (1933), *O humanista Dom Jerónimo Osório*, Coimbra, Imprensa da Universidade.

Bouza Alvarez, Fernando (1995), “De un fin de siglo a otro. Union de Coronas Ibericas entre D. Manuel y Felipe II”, *El Tratado de Tordesillas y su Época. Congreso Internacional de História*, s.l, Junta de Castilla y León, vol. III, pp. 1453-1463.

Braga, Isabel M. R. Mendes Drummond (2002), *Cooperação e conflito. Portugal, Castela, e Aragão (séculos XV-XVIII)*, Lisboa, Universitária Editora.

Braga, Paulo Drummond (1992), “Da gestão de um património. Análise da Chancelaria da rainha D. Maria, mulher de D. Manuel I”, *Beira Alta*, Viseu, vol. LI, fasc. I-II, pp. 71-83.

Braga, Paulo Drummond (2008), *O Príncipe D. Afonso, Filho de D. João II. Uma vida entre a guerra e a paz*, Lisboa, Colibri.

Buescu, Ana Isabel (1998), “Uma sepultura para o rei. Morte e memória na trasladação de D. Manuel I (1551), in *Lugares de poder. Europa dos séculos XV a XX*, coord. Gérard Sabatier e Rita Costa Gomes, Lisboa, Gulbenkian.

Buescu, Ana Isabel (2005), *D. João III*, Lisboa, Círculo de Leitores.

Buescu, Ana Isabel (2007), *Catarina de Áustria. Infanta de Tordesilhas, rainha de Portugal*, Lisboa, Esfera dos Livros.

Buescu, Ana Isabel (2010), “D. João III e D. Miguel da Silva, bispo de Viseu: novas razões para um ódio velho”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, vol. 10, 2010, tomo 1, pp. 141-168.

Burke, Peter (2008), *O Renascimento*, Lisboa, Texto & Grafia.

Carrasco Manchado (2006), Ana Isabel, *Isabel I de Castilla y la sombra de la ilegitimidad. Propaganda y representación en el conflicto sucesorio (1474-1482)*, Madrid, Sílex.

Chatenet, Monique e Girault, Pierre-Gilles (2010), *Fastes de cour. Les enjeux d'un voyage princier à Blois en 1501*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes.

Costa, João Paulo de Oliveira e (2005), *D. Manuel I*, Lisboa, Círculo de Leitores.

Costa-Gomes, Rita (2009), “Les déplacements de la cour portugaise. Deux axiomes et quatre hypothèses pour une comparaison des monarchies ibériques”, *e-Spania*, mis en ligne le 18 Décembre 2009. <http://e-spania.revues.org/index18853.html>.

Díaz Tena, María Eugenia (2006), “Vicios y virtudes de una Reina”, *Península. Revista de Estudios Ibéricos*, n. 3, pp. 19-36.

Duarte, Luís Miguel, “Marginalidade e marginais”, in *História da Vida Privada em Portugal*, dir. José Mattoso, *A Idade Média*, vol. I, coord. Bernardo Vasconcelos e Sousa, Lisboa, Círculo de Leitores, 2010, pp. 170-196.

Edwards, John (2007), *Isabel y Fernando. Constructores de un régimen*, Madrid, Biblioteca Nueva.

Fernandes, Maria de Lurdes (2003), “D. Maria, mulher de D. Manuel I: uma face esquecida da corte do Venturoso”, *Revista da Faculdade de Letras, Línguas e Literaturas*, vol. XX, pp. 105-116.

Fernández Álvarez, Manuel (1999), *Carlos V, El César y El Hombre*, Madrid, Espasa Calpe.

Fernández Álvarez, Manuel (2004), *Isabel la Católica*, Madrid, Espasa Calpe.

Fernandez de Córdova, Álvaro (2005a), “Imagen de los Reyes Católicos en la Roma pontificia”, *En la España Medieval*, n. 28, pp. 259-354.

Fernandez de Córdova, Álvaro (2005b), “Relaciones político-eclesiásticas de Alejandro VI y los Reyes Católicos (1492-1503)”, *Anuario de Historia de la Iglesia*, vol. XIV, pp. 447-453.

Ferreira, Susannah Humble (2010), “Os Castelos e o Conselho Real: Patrocínio Político em Portugal (1495-1521)”, *Revista da História da Sociedade e da Cultura*, vol. 10, tomo I, pp. 121-139.

Francisco Olmos, José María de (1995), “Juan II de Aragón y el nacimiento del príncipe Juan. Consejos políticos a Fernando el Católico”, *En la España Medieval*, n. 18, pp. 241-256.

Francisco Olmos, José María de (1998), “La evolución de los cambios monetarios en el reinado de Isabel la Católica según las cuentas del tesorero Gonzalo de Baeza (1477-1504)”, *En la España Medieval*, n. 21, pp. 115-142.

Freire, Anselmo Braamcamp (1996), *Brasões da Sala de Sintra*, 3 vols., Lisboa, IN-CM.

Gandelman, Luciana (2010), “O poder dos *bens deste mundo*: um exercício de indagação sobre o testamento seiscentista de João de Mattos de Aguiar”, in *Portas Adentro. Comer, vestir, habitar (ss. XVI-XIX)*, dir. Isabel dos Guimarães Sá e Máximo

García Fernández, Coimbra-Valladolid, Universidade de Coimbra-Universidad de Valladolid, pp. 273-293.

Gomes, Saul António (2006), *D. Afonso V*, Lisboa, Círculo de Leitores.

González Marrero, María del Cristo (2005), *La Casa de Isabel la Católica. Espacios domésticos y vida cotidiana*, Ávila, Diputación Provincial.

Herrero Carretero, Concha (2004), *Tapices de Isabel la Católica. Origen de la colección real española*, Madrid, Patrimonio Nacional.

Hollingsworth, Mary (2004), *The Cardinal's Hat. Money, Ambition, and Everyday Life in the Court of a Borgia Prince*, London, Profile Books.

Jardin, Jean-Pierre (2006), "Le rôle politique des femmes dans la dynastie Trastamare", *e-Spania*, n. 1, mis en ligne le 01 février 2008. URL: <http://e-spania.revues.org/index322.html>

Jordan, Annemarie (1994) *The development of Catherine of Austria's collection in the Queen's Household: Its Character and Cost*, 2 vols., PhD, Brown University.

Jouanna, Arlette (1996), *La France du XVIe siècle 1483-1598*, Paris, PUF.

Kagan, Richard (2010), *Los Cronistas y la Corona*, Madrid, Marcial Pons.

Lacerda, Daniel (2010), *Isabel de Portugal, Duquesa de Borgonha*, Lisboa, Presença.

Ladero Quesada, Miguel Ángel (2004), "La reina en las crónicas de Fernando del Pulgar y Andrés Bernáldez", in Valdéon Baruque, Julio, ed., *Visión del Reinado de Isabel la Católica*, Valladolid, Ámbito, pp. 13-61.

Lehfeldt, Elizabeth (2000), "Ruling Sexuality: The Political Legitimacy of Isabel of Castile", *Renaissance Quarterly*, 53, p.31-56.

Lopes, Maria Antónia (2011), *Rainhas que o povo amou. Estefânia de Hohenzollern. Maria Pia de Savoia*, Lisboa, Círculo de Leitores.

Magalhães, Joaquim Romero (1993), in "D. Manuel I", *História de Portugal*, dir. José Mattoso, terceiro volume, "No alvorecer da Modernidade (1480-1620)", coord. Joaquim Romero Magalhães, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 521-530.

Marques, José (1989), “O Príncipe D. João (II) e a recolha de pratas das igrejas para custear a guerra com Castela”, *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua época. Actas*, vol. I, Porto, pp. 201-219.

Martín Vaquero, Rubén (2010), *El último Trastámara Fernando “El Católico”*, Madrid, Buenaventura Editorial.

Martínez López, Francisco (2007), *La Casa del Príncipe de Asturias (D. Juan, heredero de los Reyes Católicos)*, Madrid, Dykinson.

Matos, Luís de (1988), “O Ensino na Corte durante a Dinastia de Avis”, *O Humanismo português 1500-1600. Primeiro Simpósio Nacional. 21-25 Outubro de 1985*, Lisboa, Academia das Ciências, pp. 499-592.

Mendes, Isabel M. R. (1994), *O mosteiro de Guadalupe e Portugal séculos XIV-XVIII*, Lisboa, JNICT.

Mendes, João Pedro (2002), “Cataldo: o homem, a vida e a poesia”, *Cataldo & André de Resende. Congresso Internacional do Humanismo Português, Coimbra-Lisboa-Évora*, Lisboa, Centro de Estudos Clássicos, pp. 23-28.

Menendez Pidal, Ramón, dir. (1999), *Historia de España. La España de los Reyes Católicos (1474-1516)*, 6ª ed., Madrid, Espasa-Calpe.

Nieto Soria, José Manuel (2006), “Ser Reina. Un sujeto de reflexión en el entorno historiográfico de Isabel la Católica”, *e-Spania*, n. 1, juin 2006, mis en ligne le 29 Janvier 2008, URL: <http://e-spania.revues.org/index327.html>.

Nieto Soria, José Manuel (1999), “Relaciones con el pontificado, yglesia e poder real en Castilla en torno a 1500. Su proycción en los comienzos del reinado de Carlos I”, *Stud. His., Hª Mod.* 21, pp. 19-48

Nogales Rincón, David (2011a), “Em torno a los matrimonios de Manuel I de Portugal con las infantas de Castilla doña Isabel e doña Maria”, *I Seminário de Casamentos Régios - Política Externa, Diplomacia e Cerimonial*, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 29 de Março de 2011, comunicação policopiada.

Nogales Rincón, David (2011b), “Las lágrimas de la infanta de Castilla y princesa de Portugal, doña Isabel, y las del elefante del rey portugués Manuel I, Annón, a fines de la Edad Media”, *Des cris et des larmes du Moyen Age à nos jours*, Journée

d'Études 16 Juin 2011, Université Sorbonne Nouvelle – Paris 3, comunicação policopiada.

Paiva, José Pedro (2011), “Vescovi ed ebrei/nuovi cristiani nel Cinquecento portoghese”, Paiva, José Pedro, “Vescovi ed ebrei/nuovi cristiani nel Cinquecento portoghese”, *Riti di passaggio, storie di giustizia. Per Adriano Prosperi*, vol. III, a cura di Vincenzo Lavenia e Giovanna Paolin, Pisa, Edizioni della Normale, p. 67-85.

Pelúcia, Alexandra (2004), “A baronia do Alvito e a expansão manuelina no Oriente ou a reacção organizada à política imperialista”, in *A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia. Actas do Colóquio Internacional*, coord. João Paulo O. Costa e Vítor Rodrigues, Lisboa, CHAM, p. 279-302.

Pérez, Joseph (2009), *Isabel y Fernando Los Reyes Católicos*, 4ª ed., Donostia, Editorial Nerea [1ª ed. 1988].

Rábade Obradó, María del Pilar (2006), “La imagen de Isabel de Castilla en la *Crónica incompleta* de los Reyes Católicos”, *e-Spania*, n. 1. <http://e-spania.revues.org/index333.html>

Ramalho, Américo da Costa (2002), “Cataldo Sículo em Portugal: alguns tópicos”, *Cataldo & André de Resende. Congresso Internacional do Humanismo Português, Coimbra-Lisboa-Évora*, Lisboa, Centro de Estudos Clássicos, pp. 13-22.

Rebello, Luiz Francisco (1984), *O Primitivo Teatro Português*, 2ª ed., Lisboa, Ministério da Cultura.

Ribot, Luis; Valdéon, Julio; Maza, Elena, coords. (2007), *Isabel la Católica y su época. Actas del Congreso Internacional 2004*, 2 vols., Valladolid, Instituto Universitario de Historia Simancas.

Rodrigues, Ana Maria (2007ª), “For the Honor of Lineage and Body: the Dowers and Dowries of Some Late Medieval Queens of Portugal”, *e-Journal of Portuguese History*, vol. 5, number 1.

Rodrigues, Ana Maria (2007b), “The Queen Consort in Late-Medieval Portugal”, in *Aspects of Power and Authority in the Middle Ages*, ed. by Brenda Bolton and Christine Meek, Turnhout, Brepols, pp. 131-145.

Rucquoi, Adeline (1995), *História Medieval da Península Ibérica*, Lisboa, Editorial Estampa.

Rumeu de Armas, A. (1974), *Itinerario de los Reyes Católicos, 1474-1516*, Madrid, CSIC-Instituto Jerónimo Zurita.

Sá, Isabel dos Guimarães (2011), *Leonor de Lencastre. De princesa a rainha-velha*, Lisboa, Círculo de Leitores.

Sá, Isabel dos Guimarães (2011a), “As crianças e as idades da vida”, *História da Vida Privada em Portugal*. dir. José Mattoso, *A Idade Moderna*, coord. Nuno Gonçalo Monteiro, Lisboa, Círculo de Leitores, vol. 2, p. 72-95.

Sá, Isabel dos Guimarães (2011b), “O rei à mesa entre o fim da Idade Média e o Maneirismo”, *A Mesa dos Reis de Portugal*, dir. Ana Isabel Buescu e David Felismino, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 188-207.

Santos, Maria José Azevedo (2002), *Assina quem sabe e lê quem pode*, Coimbra, Imprensa da Universidade.

Segura Graiño, Cristina (2007), “Influencias de Isabel de Portugal en la educación y formación política de su hija Isabel I de Castilla”, in *Isabel la Católica y su Época. Actas del Congreso Internacional 2004*, coord. Luis Ribot, Júlio Valdéon, Elena Maza, Valladolid, vol. I, p. 319-333.

Senos, Nuno (2002), *O Paço da Ribeira 1501-1581*, Lisboa, Editorial Notícias.

Senos, Nuno (2003), “A Coroa e a Igreja na Lisboa de Quinhentos”, *Lusitania Sacra*, 2ª série, tomo XV, pp. 97-117.

Silva, João Ricardo Eusébio (2010), “*Estrela Clara de Aurora*”: *Isabel de Portugal (1503-1539). Infância e educação de uma infanta de Portugal*, dissertação de mestrado, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

Silva, José Custódio Vieira da (2002), *Paços Medievais Portugueses*, 2ª edição, Lisboa, IPPAR.

Sousa, Bernardo Vasconcelos e (2005), *Ordens Religiosas em Portugal. Das Origens a Trento – Guia Histórico*, Lisboa, Livros Horizonte.

Soyer, François (2007), *The Persecution of the Jews and Muslims of Portugal. King Manuel I and the End of Religious Tolerance (1496-97)*, Leiden, Brill.

Soyer, François (2007b), "The Massacre of the New Christians of Lisbon in 1506: A New Eyewitness Account", *Cadernos de Estudos Sefarditas*, n. 7, 2007, pp. 221-244.

Suárez Fernández, Luis (1992), "Análisis del Testamento de Isabel la Católica", *Cuadernos de História Moderna*, n. 13, pp. 81-89.

Suárez, Luis (2005), *Isabel I, Reina*, 4ª ed., Barcelona, Ariel.

Tannus, Carlos António Kalil (2002), "Cataldo, 'Orator Regius'", *Cataldo & André de Resende. Congresso Internacional do Humanismo Português, Coimbra-Lisboa-Évora*, Lisboa, Centro de Estudos Clássicos, pp. 29-34.

Thomas, Hugh (2003), *Rivers of Gold. The Rise of the Spanish Empire, from Columbus to Magellan*, New York, Random House.

Toipa, Helena Costa (1993), *O segundo livro de Visões de Cataldo Sículo: uma introdução à sua leitura*, sep. de "Humanitas", vol. XLV.

Val Valdivieso, M^a Isabel del (1991), "La sucesión de Enrique IV", *Espacio, Tiempo y Forma*, ser. III, H.^a Medieval, t. 4, pp. 43-78.

Val Valdivieso, M^a Isabel del (2004), "La reina Isabel en las crónicas de Diego de Valera y Alonso de Palencia", ed. Julio Valdéon Baruque, *Visión del Reinado de Isabel la Católica*, Valladolid, Ámbito, pp. 63-91.

Val Valdivieso, M^a Isabel del (2005), *Isabel la Católica y su Tiempo*, Granada, Universidad de Granada.

Val Valdivieso, M^a Isabel del (2006), "Isabel la Católica y la Educación", *Aragón en la Edad Media*, n. 19, pp. 555-562.

Val Valdivieso, M^a Isabel del (2009), "Hacia el fin de la itinerancia? Isabel I de Castilla", *e-Spania*, mis en ligne le 10 Décembre 2009. <http://e-spania.revues.org/index18889.html>.

Valdéon Baruque, Julio (2001), *Los Trastamaras. El triunfo de una dinastía bastarda*, Madrid, Temas de Hoy.

Valdeón Baruque, Julio, ed. (2004), *Visión del Reinado de Isabel la Católica*, Valladolid, Ámbito.

Vandenbroeck, Paul (2010), “Una novia entre heroínas, bufones y salvajes. La Solemne Entrada de Juana de Castilla en Bruselas, 1495”, *El legado de Borgoña. Fiesta y Ceremonia en la Europa de los Austrias*, ed. Krista de Jongue, Bernardo J. García García y Alicia Esteban Estríngana, Madrid, Marcial Pons, pp. 145-177.

Xavier, Ângela Barreto, Cardim, Pedro (2006), *D. Afonso VI*, Lisboa, Círculo de Leitores.

Yerushalmi, Yosef Hayim (1976), “The Lisbon Massacre of 1506 and the Royal Image in the *Shebet Yehudah*”, *Hebrew Union College Annual Supplements*, number 1, Cincinnati.

Zalama Rodríguez, Miguel Ángel (2003), *Vida Quotidiana y Arte en el Palacio de la Reina Juana I en Tordesillas*, 2ª ed., Valladolid, Universidad de Valladolid.

Zalama, Miguel A. (2010), *Juana I. Arte, poder y cultura en torno a una reina que no gobernó*, Madrid, Centro de Estudios Europa Hispánica.